UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

IAN PRATES CORDEIRO ANDRADE

O Sistema de Profissões no Brasil: formação, expansão e fragmentação.

Um estudo de estratificação social

VERSÃO CORRIGIDA

SÃO PAULO

2018

Ian Prates Cordeiro Andrade

O Sistema de Profissões no Brasil: formação, expansão e fragmentação. Um estudo de estratificação social

Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como requisito parcial para a concessão do título de Doutor em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Nadya Araujo Guimarães

São Paulo
2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

PI11s Prates, Ian
O Sistema de Profissões no Brasil: formação, expansão e fragmentação. Um estudo de estratificação social / Ian Prates ; orientadora Nadya Guimarães. - São Paulo, 2018.
296 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Sociologia. Área de concentração: Sociologia.

1. Sociologia. 2. Estratificação e mobilidade social. 3. Profissões. 4. Ensino Superior. 5. Brasil. I. Guimarães, Nadya, orient. II. Título.

PRATES, Ian. **O Sistema de Profissões no Brasil: formação, expansão e fragmentação. Um estudo de estratificação social.** Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Aprovado em: 07/08/2018

Banca Examinadora

Profa. Dra. Nadya Araujo Guimarães (orientadora; presidente da banca)

Instituição: Universidade de São Paulo (USP)

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Álvaro Augusto Comin

Instituição: Universidade de São Paulo (USP)

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Carlos Antônio Costa Ribeiro

Instituição: Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/Uerj)

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Jorge Alexandre Neves

Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Simon Schwartzman

Instituição: Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS)

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Para meus pais e minha irmã; Ana, Oswaldo e Lili

E para Carolina

Agradecimentos

Gostando ou não de futebol, todos já ouviram falar de Pep Guardiola. Entre as suas inúmeras qualidades como treinador, está a capacidade de coordenar uma equipe de futebol e fazê-la jogar com eficiência, mas sem perder a leveza. Seus times exibem uma combinação de jogo coletivo com respeito à individualidade dos jogadores, suas habilidades e suas ideias do que fazer em campo. Por essas razões poderia dizer que a Professora Nadya é como Guardiola. Mas, sinceramente, prefiro vê-la como Telê Santana, que foi ainda melhor, e sem toda da pompa do catalão.

O jornalista Alberto Dines escreveu sobre Telê Santana na revista *Placar* logo após a tragédia do Sarriá contra a Itália na Copa de 1982: "Telê é o grande espelho do nosso lado bom. Exatamente o que precisamos para recolocar a bola no centro e, sem olhar o marcador, partir para uma virada". É o que gostaria dizer da Profª Nadya. Através de uma postura firme, generosa e extremamente cuidadosa, ela coordena uma equipe de jovens pesquisadores e orientandos da qual tive o privilégio de fazer parte entre 2011 e 2018. Esta tese, que recobre os últimos 4 anos desse período, é o resultado de uma jogada que, se começou comigo e, ao final, é a mim que cabe a finalização em gol, foi construída em linha de passe com os colegas e sob a maestria da Professora Nadya na condução dos treinamentos e ao longo dos jogos. Por isso dedico a ela o meu mais sincero agradecimento.

Agradeço à Universidade Pública brasileira. À Universidade de São Paulo (USP), onde cursei o mestrado e agora termino o doutorado. Agradeço ao seu Departamento de Sociologia e, especialmente, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FFLCH/USP e à sua secretaria. À Evania Guihon e a Gustavo Mascarenhas, que evitou meu desligamento diversas vezes quando me esqueci da matrícula, fora a enorme boa vontade para tudo resolver.

À Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde me formei como cientista social. Quero acreditar que esta tese é o resultado de uma trajetória que conjuga pelo menos um pouco do que de melhor têm essas duas instituições que representam tradições distintas e complementares das ciências sociais no Brasil.

Agradeço ao CPNq, que me agraciou com a bolsa de doutorado ao longo desses 4 anos; e à CAPES, pela Bolsa PDSE que me proporcionou a estadia de 6 meses junto ao Departamento de Sociologia da Universidade de Columbia entre março e setembro de 2017. Agradeço muito ao Professor Thomas A. DiPrete que me recebeu nesta estadia com muita cordialidade e que deu importante contribuição para o rumo que tomou esta tese.

Agradeço aos professores que aceitaram compor a banca examinadora: Professor Simon Schwartzman (IETS), Professor Álvaro Comin (DS/USP), Professor Carlos Antônio Costa Ribeiro (IESP/UERJ) e Prof. Jorge Alexandre Neves (DS/UFMG).

Ao Professor Carlos dedico um agradecimento especial porque, além de já ter contribuído durante o exame de qualificação, me ajudou em diferentes momentos de análise dos dados. Também ao Professor Jorge Alexandre, pessoa importante na minha formação e quem, depois de algum tempo distante, tive o prazer de reencontrar na UFMG e constatar que nossos interesses de pesquisa recente estão convergindo. Além disso, também me ajudou nos dados e "me emprestou um cantinho" no Laboratório de Sociologia da Estratificação e do Trabalho (LAPEST) da UFMG, onde boa parte dessa tese foi escrita. Por isso agradeço também à Professora Elaine Vilela, vice coordenadora desse Laboratório, que me recebeu de braços abertos.

Agradeço à Professora Graziella Morais Dias da Silva (IFCS/UFRJ), que esteve presente no Exame de Qualificação.

Agradeço ao Centro de Estudos da Metrópole (CEM), especialmente na pessoa da Professora Marta Arretche; e ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), instituições que tem complementado minha formação como pesquisador de forma incomensurável.

Aos colegas da Oficina de Sociologia Econômica e do Trabalho (OSET) organizada pela professora Nadya, com contribuições regulares e sempre oportunas. Ana Carolina Andrada, Monise Picanço, Silvio Matheus Santos, André Nahoum, Priscila Vieira, Gustavo Taniguti, Jaime Santos Jr, Murillo Brito, Lilia Krohn, Vitor Menezes, Eduardo Bendilatti, Marcel Maia, Maira Abreu e Rogério J. Barbosa.

A Rogério dedico um agradecimento que não tem extensão. Como companheiro e amigo, ele sempre se preocupou com o rigor tático, o padrão de jogo e a coerência das jogadas. Sempre tratou amistosos como se fossem finais, treinamentos como se fossem jogos. É a sua dedicação pelo melhor jeito de fazer e a sua generosidade em ajudar que o tornaram o melhor companheiro de defesa, armação e ataque desta tese.

Com Leonardo Lins dividi a concentração desde o mestrado ao início do doutorado e, mesmo que em menor quantidade do que antes, continuamos a compartilhar as boas ideias sobre a sociologia, o varguismo e o futebol. Rafael Souza é sempre uma das melhores opções para a fuga da concentração e a conversa séria descontraída. Márcia Lima, inicialmente colega de trabalho, se transformou em grande amiga com quem posso compartilhar milhões de dúvidas e conversas sobre qualquer coisa, tendo muito me ajudado em momentos decisivos. Marcos

Prates, um primo estatístico que não quer saber de sociologia, reagiu sempre com bom humor e enorme boa vontade aos infindáveis pedidos de ajuda para conseguir rodar os modelos estatísticos. Flávio Carvalhaes, amigo sempre solícito, é outro com quem posso conversar a qualquer momento sobre sociologia de buteco e sociologia séria (ou seriam a mesma coisa?). Lucas Cunha, que além de amigo e companheiro de concentração na minha volta a Belo Horizonte, foi também um "semi-padre" do meu casamento. Vitor, além da amizade, pela ajuda com os livros da biblioteca da UFMG, fundamental para viabilizar as leituras finais.

Ao Professor Antônio Augusto Prates, pelo exemplo da boa e descontraída sociologia; e sobretudo pelas inúmeras conversas informais e por todas as formas de incentivo desde antes da graduação. À minha tia Magda Prates, por todas as enormes e bem-humoradas ajudas nessa longa trajetória, das conversas no Rio de Janeiro à (custosa) cessão (de parte) da sua biblioteca.

E outros tantos que cruzaram o caminho de alguma forma: os professores Alexandre Barbosa e Cristina Cacciamali. O Professor Álvaro Barreto que foi muito gentil e solícito quando lhe consultei sobre os detalhes da Constituinte 1933-1934, tal como o Professor Armando Barreto, quando lhe consultei sobre detalhes dos Censos. Ao Professor Marcelo Medeiros agradeço as boas conversas que tratando direta ou indiretamente da tese ajudaram a iluminar pontos importantes ou serviram de inspiração. Aos amigos Leonardo Silveira, Claudia Ayer e Luciana Drumond pelo companheirismo no LAPEST. E a meu amigo dos tempos de colégio, Thiago Moraes, que foi um verdadeiro consultor jurídico.

Aos meus tios Zé, Joaquina e minha prima Beta, porto seguro em São Paulo.

À minha tia Myriam, porto seguro em Nova York.

Ao Tio Mauro e à Vânia, pela casa da Serra.

Renato e João são amigos sempre e eternamente presentes.

A minha mãe, Ana, meu pai, Oswaldo, e minha irmã, Lili, que sempre foram as pessoas mais importantes que tenho.

E à Lolinha; que a eles se juntou e com quem desejo dar todos os passos, juntos.

O futebol ia se tornando paixão popular e revelava sua beleza secreta, e ao mesmo tempo se desqualificava como passatempo fino. Em 1915, a democratização do futebol arrancava queixas à revista Sports, do Rio de Janeiro: "De modo que nós que frequentamos uma Academia, temos uma posição na sociedade, fazemos a barba no Salão Naval, jantamos na Rotisserie, frequentamos as conferências literárias, vamos ao Five O'clock ... somos obrigados a jogar com um operário, limador, torneiro mecânico, motorista e profissões outras que absolutamente não estão em relação com o meio onde vivemos. Nesse caso a prática do esporte torna-se um suplício, um sacrifício, mas nunca uma diversão."

Antigamente, existia o treinador, e ninguém dava muita atenção a ele. O treinador morreu, de boca fechada, quando o jogo deixou de ser jogo e o futebol profissional precisou de uma tecnocracia da ordem. Então nasceu o técnico, com a missão de evitar a improvisação, controlar a liberdade e elevar ao máximo o rendimento dos jogadores, obrigados a transformar-se em atletas disciplinados. O treinador dizia: - Vamos jogar. O técnico diz: - Vamos trabalhar. Agora se fala em números. A viagem da ousadia ao medo, história do futebol no século vinte, é um trânsito do 2-3-5 para o 5-4-1, passando pelo 4-3-3 e o 4-4-2. Qualquer leigo é capaz de traduzir isso, com um pouco de ajuda, mas depois, não há quem possa. A partir dali, o técnico desenvolve fórmulas misteriosas como a sagrada concepção de Jesus, e com elas elabora esquemas táticos mais indecifráveis que a Santíssima Trindade.

Eduardo Galeano, Futebol ao sol e à sombra

Resumo

A tese analisa a trajetória do Sistema de Profissões e os seus elos com o sistema de estratificação social no Brasil. Focaliza as configurações do estrato profissional e os movimentos de (i) mobilidade social que caracterizam o grupo de posições privilegiadas no topo da hierarquia ocupacional. Argumenta-se que o sistema de profissões deve ser visto como o resultado da interrelação histórica entre três sistemas institucionais autônomos: a divisão do trabalho, o sistema de ensino superior, e a regulamentação profissional. O Estado é tomado como um ator central não apenas porque regula a produção de credenciais e os monopólios, mas também porque o modo como organiza a atividade econômica e os serviços de bem-estar cria novos mercados, ao tempo em que demanda e legitima os serviços profissionais. A pesquisa empírica se valeu de fontes (legislação, documentos, microdados das pesquisas domiciliares do IBGE – Censos e Pnads) e técnicas diversas (análise de conteúdo, técnicas de análise quantitativa, pesquisa historiográfica) e, como resultado, foram identificados três grandes períodos na história do sistema de profissões no Brasil. Um primeiro de formação e estabilização (até a década de 1940) quando foram se consolidando gradativamente as regras que associam o exercício profissional, os monopólios de mercado e o diploma de ensino superior; um segundo de expansão e diferenciação, quando o sistema de profissões se expande concomitantemente à extensão de privilégios às novas carreiras que surgiam da diferenciação da divisão do trabalho e do sistema de ensino superior (1950 a 1980); e um terceiro, inaugurado na década de 1990, marcado pela diminuição da associação entre a divisão especializada do trabalho, o sistema de ensino superior e a extensão dos monopólios de mercado, tornando o sistema de profissões mais instável e fragmentado. A configuração do sistema de profissões ao longo do tempo condiciona a mobilidade social na parte de cima do sistema de estratificação, por dois motivos em especial: i) o modo como diferentes tipos de diplomas de ensino superior proporciona a inserção no estrato profissional; ii) e a forma como Estado e mercado recrutam os profissionais. Sendo assim, reconfigura-se associação histórica entre o diploma de ensino superior e a mobilidade social ascendente, alterando o próprio significado da mobilidade social no Brasil.

Palavras-chave

Profissões; ensino superior; divisão do trabalho; estratificação social; mobilidade social; Brasil.

Abstract

This dissertation aims at analyzing the trajectory of the Brazilian system of professions and its linkages with the country's social stratification system. It focuses on the changing configurations of the professional stratum, and the social mobility movements to and from this group of privileged positions at the top of the occupational hierarchy. My main argument is that the system of professions reflects the historical interplay between three autonomous institutional systems: the division of labor, the higher education system and professional regulation. The State is a central actor not just because it regulates the production of credentials and monopolies. But also, because the way it organizes the economic activity and the welfare services create new markets, constrain and legitimate the professional services. The empirical research builds on several sources (legislation, documents, microdata from IBGE's Census and household surveys) and different techniques (content analysis, quantitative analysis, historiographic research). As a result, three significant periods have been identified in the history of the system of professions in Brazil. A first one, of formation and stabilization (until the 1940s), when the rules that link professional practice, market monopolies and higher education diploma were consolidated; a second period of expansion and differentiation when the system of professions grew, sharing privileges with the new careers that arose in a moment of increasing division of labor and expansion of the higher education system (from the 1950s to the 1980s). A third period, inaugurated in the 1990s, marked by a decline in the association between the specialized division of labor, the higher education system and the extension of market monopolies, making the system of professions more unstable and fragmented. The configuration of the system of professions over time conditions social mobility at the top of the stratification system, for two particular reasons: i) the way different types of higher education diplomas provide the insertion in the professional stratum; ii) and the way the state and the market recruit professionals. Thus, it reconfigures a historical association between higher education diploma and upward social mobility, changing the very meaning of social mobility in Brazil.

Keywords

Professions; higher education; division of labor; social stratification; social mobility; Brazil.

Lista de figuras

Figura 1 - Divisão do trabalho, regulamentação e diversificação do ensino superior – padrões de desigualdade e estabilidade do sistema de profissões 249

Lista de gráficos

Gráfico 3-1 - Percentual de pessoas na PEA e percentual de profissionais dentre o total de ocupados 110
Gráfico 3-2 - Saldo percentual da distribuição dos profissionais entre os setores de atividade econômica 112
Gráfico 3-3 - Percentual de profissionais ocupados no setor público 113
Gráfico 3-4 - Participação relativa de cada área no sistema de profissões 115
Gráfico 3-5 - Participação relativa de cada grupo profissional no sistema de profissões 115
Gráficos 3-6 - Distribuição dos profissionais, segundo área de atuação, entre os setores de atividade econômica – 1960, 1970, 1980, 1991 117
Gráfico 3-7 - Proporção de profissionais no setor público segundo área de atuação 119
Gráfico 3-8 - Distribuição dos diplomas de ensino superior no Brasil 125
Gráfico 4-1 - Distribuição do emprego em setores de atividade econômica, 1960-2010 138
Gráfico 4-2 - Saldo da distribuição dos profissionais nos setores de atividade econômica, 1960-1991 e 1991-2010 139
Gráfico 4-3 - Saldo da distribuição dos profissionais nos setores de atividade econômica, décadas de 1990 e 2000 140
Gráficos 4-4 -Distribuição dos profissionais, segundo área de atuação, entre os setores de atividade econômica; 1960, 1991, 2000 e 2010 141
Gráfico 4-5 - Participação relativa de cada área no interior do sistema de profissões, 1960-2010 142
Gráfico 4-6 - Percentual de ocupados (geral) e profissionais ocupados no setor público, 1970-2010 148
Gráfico 4-7 - Variação da inserção dos agrupamentos profissionais no setor público, décadas de 1990 e 2000 149
Gráfico 4-8 - Variação da inserção dos agrupamentos profissionais no setor público, décadas de 2000 e 2010 149
Gráficos 4-9 - Distribuição do emprego segundo setores de atividade econômica, 1970-2010; geral (esquerda) e profissionais (direita) 150
Gráfico 4-10 - Número de vagas no sistema de ensino superior, 1995-2015 152
Gráfico 4-11 - Distribuição dos diplomas de ensino superior, 1960-2010 156
Gráfico 4-12 - Número de categorias ocupacionais profissionais, diplomas e leis sobre regulamentação, 1960-2010 157

Gráfico 5-1 - Número de leis e projetos de lei segundo credencial exigida e razão de sucesso, 1930-2017 166
Gráfico 5-2 - Frequência acumulada dos projetos de lei de regulamentação profissional apresentados ao Congresso, segundo exigência de credencial, 1946-2017 168
Gráfico 5-3 - Média anual do número de leis sobre regulamentação profissional aprovadas em cada governo/período, 1930-2017..... 169
Gráfico 5-4 - Leis de regulamentação profissional segundo credencial exigida, períodos selecionados 172
Gráfico 5-5 - Percentual de pessoas com ensino superior em cada classe, 1970-2010 175
Gráfico 5-6 - Destino ocupacional dos graduados, 1970-2010..... 176
Gráfico 5-7 - Renda média dos estratos profissionais alto e baixo e diferença percentual, 1970-2010 178
Gráfico 5-8 - Taxa Absoluta de Fechamento das profissões, 1970-2010 180
Gráfico 5-9 - Taxa de Fechamento em Relação ao Sistema, 1970-2010 180
Gráficos 5-10 - Variação do fechamento ao longo das décadas de 1970, 1980, 1990 e 2000182
Gráfico 5-11 - Variação do fechamento ao longo das Fases 2 do Sistema de Profissões..... 184
Gráfico 5-12 - Variação do fechamento ao longo das Fases 3 do Sistema de Profissões..... 184
Gráfico 6-1 - Taxas absolutas de mobilidade para pessoas entre 20 e 60 anos; 1973, 1982, 1988, 1996 e 2014..... 193
Gráfico 6-2 - Destino de classe dos filhos de Profissionais de Nível Alto, 1973-2014..... 195
Gráfico 6-3 - Destino de classe dos filhos de Profissionais Nível Baixo, 1973-2014 195
Gráfico 6-4 - Filhos (as) de Profissionais de Nível Alto que são Profissionais de Nível Alto, segundo sexo 196
Gráfico 6-5 - Origem social dos Profissionais de Nível Alto 197
Gráfico 6-6 - Origem social dos Profissionais de Nível Baixo..... 198
Gráfico 6-7 - Percentual de Profissionais de Nível Alto com pais fora da classe profissional e de proprietários 198
Gráfico 6-8 - Tamanho dos estratos profissionais segundo setor público e provado, 1973-2014 200
Gráfico 6-9 - Taxa de crescimento dos estratos profissionais segundo público e privado nas duas fases 200
Gráfico 6-10 - Destino de classe dos filhos de profissionais de nível alto 201
Gráfico 6-11- Destino de classe dos filhos de profissionais de nível baixo 201
Gráfico 6-12 - % de filhos (as) de profissionais entre os Profissionais de Nível Alto do setor público..... 202
Gráfico 6-13 - % de filhos (as) de profissionais entre os Profissionais de Nível Alto do setor privado 202
Gráficos 6-14 - % de Profissionais homens / mulheres de Nível Alto / Baixo com origem entre trabalhadores urbanos e rurais..... 204
Gráfico 6-15 - Probabilidades preditas para ingresso nas quatro classes de profissionais segundo o ISEI da ocupação do pai - homens. 1973, 1996 e 2014..... 208
Gráfico 6-16 - Probabilidade predita para ingresso nas quatro classes de profissionais segundo o ISEI da ocupação do pai - mulheres. 1973, 1996 e 2014..... 209

Gráfico 6-17 - Diferença nas probabilidades de preditas de pessoas com e sem ensino superior para ingresso nas classes profissionais de nível alto, segundo setor (público x privado) e sexo. 1973,1996 e 2014. 210
Gráfico 6-18 - Probabilidades preditas para ingresso nas quatro classes de profissionais segundo o ISEI da ocupação do pai, apenas pessoas com E.S. completo - homens. 1973, 1996 e 2014. 212
Gráfico 6-19 - Probabilidade preditas para ingresso nas quatro classes de profissionais segundo o ISEI da ocupação do pai, apenas pessoas com E.S. completo - mulheres. 1973, 1996 e 2014. 212
Gráfico 6-20 - Diferenças nas probabilidades de preditas, pessoas com pais com e sem ensino superior, para ingresso nas classes profissionais de nível alto, segundo setor público x privado, e sexo. 1996 e 2014. 213
Gráfico 6-21 - Propensão à imobilidade entre os (as) Profissionais de Nível alto (público x privado) 219
Gráfico 6-22 - Percentual da classe profissional ao nível das profissões 221
Gráfico 6-23 - Filhos (as) de profissionais de Nível Alto que são Profissionais de Nível Alto, segundo sexo 221
Gráfico 6-24 - Destinos de classe (Profissionais de Nível Alto) de homens e mulheres segundo profissões do pai, 1973-2014. 222
Gráfico 6-25 - Variação no destino de classe para Profissionais de Nível Alto, segundo profissões do pai, 1973-1996 e 1996-2014 223
Gráfico 6-26 - Origem de classe dos profissionais (Profissionais e Profissionais de Nível Alto), média do período 224
Gráfico 6-27 - Variação na origem social das profissões (Profissionais), 1973-1996 e 1996-2014 224
Gráfico 6-28 - Efeitos de imobilidade de cada profissão - coeficientes do modelo 5 227
Gráfico 6-29 - Reprodução ao nível da profissão de classe de profissionais, 1973-2014 228
Gráfico A-1 - Mediana da renda (áreas) e ISEI (linha) das profissões, 1970-2010 272
Gráficos A-2 - Tipo de inserção (vínculo) dos profissionais 273

Lista de quadros

Quadro 1-1 - Modelo analítico para o estudo do Sistema de Profissões 71
Quadro 2-1 - Lista das Profissões Liberais na Classificação Ocupacional do Censo de 1920. 77
Quadro 2-2 - Profissões Liberais do Quadro de Atividades e Profissões a que faz referência o Artigo 577 da CLT 91
Quadro 2-3 - Ano de regulamentação das Profissões Liberais reconhecidas no “Quadro de Atividades e Profissões” da CLT 92
Quadro 2-4 - Organizações Governamentais/Administrativas Federais criadas entre 1930 e 1945 100

Quadro 3-1 - Campos de atuação profissional das ocupações “Técnicas, Científicas e Artísticas” dos Censos de 1960 a 1991 133
Quadro 5-1 - Ocupações não credencialistas regulamentadas entre 2003 e 2015 171
Quadro 5-2 - O Sistema de Profissões no Brasil: formação, expansão e fragmentação 187
Quadro A-1 - Grupos Profissionais utilizados a partir das Classificações Censitárias de 1960 a 2010 271
Quadro A-2 - Questão relativa à ocupação ao longo dos Censos 273
Quadro A-3 - Leis de Regulamentação ocupacional 274
Quadro A-4 - Matrizes de efeitos topológicos utilizados (seção 6.4) 286
Quadro A-5 - Categorias profissionais utilizadas para os modelos de mobilidade profissional (seção 6.5) 291
Quadro A-6 - Matrizes de efeitos topológicos (seção 6.5) 291

Lista de tabelas

Tabela 2-1 - Estrutura ocupacional – Censo de 1872 76
Tabela 3-1 - Conclusões de Cursos Superiores no Brasil em 1950 110
Tabela 3-2 - Distribuição dos profissionais e do total de ocupados segundo setor de atividade econômica, 1960-1991 111
Tabela 3-3 - Ocupações, diplomas e regulamentação, 1960-1991 127
Tabela 4-1 - Ocupações, diploma e regulamentação, 1960-2010 158
Tabela 5-1 - Leis e Projetos de Lei sobre regulamentação ocupacional no Brasil, segundo credencial e período histórico 169
Tabela 6-1 Estatísticas de ajuste dos modelos 217
Tabela 6-2 - Parâmetros de Imobilidade dos Profissionais de Nível Alto estimados pelos modelos 2 e 5 218
Tabela 6-3 - Estatística de ajuste dos modelos - N = 4938 226
Tabela A-1 - Distribuição dos estratos entre 1960 e 2010 272
Tabelas A-2 - Resultados e ajustes dos Modelos de Regressão Logística Multinomial 279
Tabela A-3 - Tabela base para os modelos de mobilidade social (seção 6.4) 286
Tabela A-4 – Matrizes de efeitos topológicos (seção 6.4) 287
Tabelas A-5 - Tabelas de mobilidade para homens e mulheres (seção 6.4) 289
Tabelas A-6 - Razões de chance estimadas pelos modelos M2 (Homens) e M5 (Mulheres), para os anos de 1973, 1996 e 2014 290
Tabela A-7 - Tabelas de mobilidade profissional (seção 6.5) 293

Listas de abreviaturas e siglas

ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
BB	Banco do Brasil
BIC	*Bayesian Criterion Information*
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CBO-Dom	Classificação Brasileira de Ocupações Domiciliar
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEXIM	Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil
CF	Constituição Federal
CFE	Conselho Federal de Educação
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONAPRA	Conselho Nacional de Praticagem
CONFEA	Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CST	Cursos Superiores de Tecnologia
DASP	Departamento de Administração e Serviço de Pessoal
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
EaD	Ensino à Distância
EGP	Tipologia de Classes *Erikson, Goldthorpe e Portocarrero*
EMI	Desigualdade efetivamente mantida
FEA/USP	Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IAP	Institutos da Aposentadorias e Pensões
IAPTEC	Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Estivadores e Transportes de Cargas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRE/FGV	Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas
IES	Instituto de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social

IPASE	Instituto de Previdência a Assistência dos Servidores do Estado.
ISEI	International Socio-economic Index of Occupational Status
JK	Juscelino Kubitschek
LDB	Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional
MTIC	Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
Ocup	Número de ocupações
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PEA	População Economicamente Ativa
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PL	Projeto de Lei
Pnad	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
ProUni	Programa Universidade Para Todos
PUC/SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Reg	Ocupações regulamentadas por lei
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SENAI	Serviço Nacional da Indústria
SINPAS	Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social
STF	Supremo Tribunal Federal
TAF	Taxa de Absoluta de Fechamento das Profissões
TFS	Taxa de Fechamento em relação ao Sistema
UnB	Universidade de Brasília

Sumário

Introdução 27
O sistema de profissões no Brasil e a estratificação social 34
Por que esta tese foi escrita? 40
Desenvolvimento empírico e modelagem das evidências 42
Sobre o que *não* é esta tese 43
Principais limitações 44
Capítulo 1 - Profissões, classes e estratificação social: pontes para um modelo analítico 45
1.1 Introdução 45
1.2 Profissões e classes na teoria sociológica 46
1.2.1 Os profissionais enquanto classe (s) 46
1.2.2 A legitimidade das hierarquias: profissões e modernização 50
1.2.3 Profissionalização, fechamento e monopólios 55
1.2.4 As fontes externas de diferenciação: tecnologia, organização e conhecimento 60
1.2.5 As profissões e o Estado 64
1.3 O sistema de profissões no sistema de estratificação 69
1.3.1 Um modelo analítico 69
Capítulo 2 - Um sistema em formação: os profissionais antes da regulamentação 73
2.1 Introdução 73
2.1.2 Quem são os profissionais no sistema em formação? 74
2.2 A consolidação das regras sob o corporativismo: A Reforma Universitária de 1931 e a Constituinte 1933-1934 84
2.3 A construção do Estado de Bem-Estar Desenvolvimentista e a legitimidade das profissões 95
Capítulo 3 - A expansão e a diversificação funcional do sistema 104
3.1 Introdução 104
3.2 Mudança estrutural e realocação: o sistema de profissões no período 1950-1980 104
3.2.1 Industrialização e expansão do Estado Desenvolvimentista de Bem-Estar 104
3.2.2 Industrialização e diferenciação funcional 109
3.2.3 A diferenciação interna do sistema 114
3.3 A Reforma de 1968 e o Conselho Federal de Educação: diversificação com extensão de privilégios 121

3.4 Uma volta a “Quem são as profissões liberais?”: o papel do Estado na classificação e institucionalização dos grupos ocupacionais 130
Capítulo 4 - O sistema em transição: mercantilização, racionalização e fragmentação 136
4.1 Introdução 136
4.2 O sistema numa fase de ajustamento da atividade econômica 137
4.3 O novo papel do Estado após a Constituição de 1988: as reformas da Administração Pública e a expansão do Estado de Bem-Estar Social 143
4.4 A mercantilização do ensino superior e a diversificação de carreiras 151
Capítulo 5 - A política das profissões: regulamentação, credencialismo e fechamento 160
5.1 Introdução 160
5.2 Preliminar metodológica e conceitual: reconhecimento, regulamentação e fechamento 161
5.3 A regulamentação não credencialista 165
5.4 A regulamentação credencialista de Ensino Superior 172
5.5 Regulamentação, credencialismo e fechamento 174
Capítulo 6 - O sistema de profissões, o estrato profissional e a mobilidade social 188
6.1 Introdução 188
6.2 Tendências da mobilidade social dos profissionais 192
6.2.1 O papel do setor público e a mobilidade ao longo das transformações do sistema de profissões 199
6.3 A mobilidade social ao topo do sistema de estratificação à luz do sistema de profissões 205
6.3.1 Dados e metodologia 206
6.3.2 Resultados e interpretações 207
6.4 A imobilidade social dos profissionais 215
6.5 Os caminhos da reprodução e os limites da análise sistêmica: profissões enquanto (micro) classes? 220
6.5.1 Origem e destino de classe das profissões 220
6.5.2 Classe de origem ou profissão de origem na reprodução dos profissionais? 225
6.6 Considerações 229
Conclusão 232
Referências bibliográficas 253
Anexo 270

Introdução

Em resposta à indagação partida de um veículo de comunicação sobre elevados vencimentos e privilégios de uma carreira, um membro da categoria respondeu: "todo esse processo nós fazemos baseados na legislação; não é algo da nossa cabeça". Embora parecidas em seu significado e conteúdo, as palavras não são de um membro do Poder Judiciário alegando que a legalidade do auxílio-moradia de juízes e promotores também se justifica moralmente pela falta de reajuste dos salários. Elas são do Sr. Paulo Barbosa, diretor-superintendente da *Praticagem de São Paulo*, uma sociedade de cotas formada pelos *práticos de portos* e que defende os interesses da categoria.

A resposta foi dada em outubro de 2012 numa reportagem da seção de economia do sítio eletrônico do jornal *O Globo* intitulada "*Práticos, os "flanelinhas de navios", ganham até R$300 mil mensais"*[1]. O texto afirmava que a Marinha Brasileira estava prestes a rever um cenário "centenário e milionário" que cria "uma elite de cerca de 400 profissionais no país que, não raro, recebem até R$ 150 mil mensais, ou até R$300 mil no Maranhão". Além da legalidade dos valores, o Sr. Paulo também afirma que a praticagem constitui atividade de *interesse público*, enquanto os empresários do setor esperneiam porque os altos valores de atracagem diminuem a competitividade das empresas e "prejudicam a economia nacional".

Passados aproximadamente seis anos da reportagem, confesso desconhecer o desfecho do imbróglio. Mas encontrei, no mesmo jornal, uma reportagem de março de 2017 com a seguinte chamada "*Mar guarda oportunidades profissionais além do óleo e gás*"[2]. Na ocasião, o texto destaca as oportunidades "ligadas ao mar" em meio à crise econômica e conta a história de sucesso de Hércules Lima. Ele largou o posto de piloto de caça da Marinha Brasileira para se dedicar ao concurso para a vaga de *prático de portos*, cujos salários iniciais estão na casa de R$20 mil por mês e podem chegar até a R$50 mil para um trabalhador experiente, segundo a reportagem (por isso suspeito que os valores exorbitantes de 2012 tenham sido revistos e o Sr. Paulo tenha perdido a disputa, a despeito da legalidade e do interesse público).

Lima não foi apenas aprovado no concurso como posteriormente criou o CursoH, uma instituição dedicada a preparar "concurseiros" exclusivamente para a carreira de prático de portos. Afirma ele que uma das coisas que mais atrai interessados é o *acesso democrático* à carreira porque o processo seletivo é aberto a *graduados* de ensino superior de *quaisquer modalidade e área*. Talvez o que não saiba o Sr. Lima é que mais de 100 anos antes, em 1908,

[1] https://oglobo.globo.com/economia/praticos-os-flanelinhas-de-navios-ganham-ate-300-mil-mensais-6553997.
[2] https://oglobo.globo.com/economia/mar-guarda-oportunidades-profissionais-alem-do-oleo-gas-21008802.

para ser prático bastava apenas ter cidadania brasileira, saber ler, escrever e contar, "ter noções da arte de marinheiro" e "conhecer os rumos da agulha" [3].

Não sei a quantas andava o conhecimento do brasileiro na arte da navegação e nos rumos da agulha à época. Mas o acesso à carreira de prático de portos era tão democrático em 1908 quanto em 2018. O percentual de alfabetizados no ano do centenário da chegada da Família Real era razoavelmente semelhante ao percentual de graduados de ensino superior[4] duzentos e dez anos depois da criação da primeira Instituição de Ensino Superior no país – a Escola de Cirurgia da Bahia – e data também da regulamentação dos *Serviços de Praticagem* por conta da Abertura dos Portos.

Em 2008, o Conselho Nacional de Praticagem (CONAPRA) lançou o livro *De 1808 a 2008: 200 anos de praticagem regulamentada no Brasil*. O livro custa R$ 80,00, tem capa dura, papel laminado, belíssimas ilustrações e uma extensa pesquisa historiográfica sobre a ocupação, nem de longe remetendo à imagem do "flanelinha" pintada pelo título do *Globo* em 2012 (suspeito que um livro com tais características sobre os flanelinhas só poderia existir, na melhor das hipóteses, como resultado final de algum seminário de Sociologia ou Antropologia Urbana). Como de fato não poderia ser. A "profissão de prático acompanha o desenvolvimento das civilizações", como afirma orgulhosamente o sitio eletrônico *dragaodomar.org* e, na atual Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), os práticos estão no Grupo 2, reservados aos Profissionais das ciências e das artes, enquanto os "Flanelinhas" estão no grupo 5, destinado aos Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados.

Talvez uma das poucas coisas em comum entre a ocupação de *prático de portos* e de *guardador e lavador autônomo de veículos automotores* – nome dado conforme a lei que regulamenta a categoria[5] – seja o fato de que ambas são ocupações regulamentadas. Tirando isso, nada mais. Regulamentada desde 1808, a ocupação de prático talvez traduza na sua essência a importância do que Stinchcombe (1965) chamou de "tecnologia social", as condições técnicas e econômicas do momento que determinam os tipos de recursos disponíveis para a criação e desenvolvimento das organizações.

Incialmente autorreguladas pelas Corporações de Ofício, a praticagem seria incorporada à Autoridade Marítima em 1889 e, em 1940, transformada em Corporação dos Práticos quando

---

[3] Artigo 15 do Decreto no 6.846, de 6 de fevereiro de 1908, que "Dá novo regulamento ao serviço de praticagem dos portos, costas e rios navegáveis do Brazil".

[4] Não existem dados estimados para esta dada por conta do sub-recenseamento das áreas rurais no Censo de 1900. Para as taxas de alfabetização no período são usados os Censos de 1890 e o de 1920. No primeiro, a taxa já era de 17,4%, ao passo que em 1920 de 28,8%. Já o percentual de graduados, segundo a Pnad-C do último semestre de 2017, girava em torno de 17,0%.

5 DECRETO No 79.797, DE 8 DE JUNHO DE 1977.

seria considerada como de "interesse de utilidade pública". Na década de 1960, ganharia autonomia e capacidade de auto-gestão e, depois de uma série de regulamentações esparsas, a Lei de Segurança do Tráfico Aquaviário, de 1997[6], marcaria de vez a condição de atividade *privada* – "o preço da praticagem deve ser negociado entre as partes" – ao tempo que exigiu concurso público para o preenchimento do cargo. A exigência de credencial de ensino superior (*qualquer uma*, como lembra o Sr. Lima), só seria exigida a partir de 2011.

A bem da verdade, não é suficientemente claro porque, depois de 210 anos de monopólio sobre o mercado de serviço da praticagem, o diploma de ensino superior passou a ser exigido. E mais a bem da verdade ainda, os práticos, por circunstâncias históricas muito específicas, constituem uma profissão que é muito mais a exceção do que a regra. Nesse ponto cabe notar o caráter simbólico da manchete do *Globo* que, claramente, se encarregava de escancarar a contradição entre a ocupação *prática* ("rebaixando-a" à condição de "flanelinha", cujo significado social e preconceitos que traz consigo dispensam comentários) e os elevados rendimentos.

Os práticos são muito mais exceção do que a regra por uma série de motivos. Mas especialmente porque se trata de uma profissão cujos salários exorbitantes (pelo menos até 2012) são fruto de uma reduzida oferta de práticos – o que é muito específico à atividade; a reportagem aponta pouco mais de 400 em todo o Brasil – combinado à sua estreita relação com a autoridade pública na figura das forças armadas e o controle que alcançaram sobre esse mercado ao longo dos anos. Apesar da abolição das Corporações de Ofício ainda 1824, seu "poder de guilda" (Krause, 1996) parece ter só crescido ao longo do tempo. Desta forma, os práticos não precisaram fazer o que fizeram os fisioterapeutas na década de 1960: investir na unificação cognitiva e racionalizada que encontrasse no sistema de ensino superior sua base de legitimação e bater na porta do Congresso Nacional solicitando a regulamentação em prol da saúde pública. Cabe lembrar que a ocupação dos fisioterapeutas, antes da criação dos cursos de graduação, era também conhecida como "massagista".

A depender de novos ataques do jornal *O Globo*, contudo, talvez os práticos optem por trilhar esse caminho, cujo primeiro dilema organizacional enfrentado será, inevitavelmente, se se mantém o nome da marca. Se é certo que o nome "práticos" remete à história da ocupação que já existe há 5 mil anos, um "curso superior de praticagem" talvez precise adotar nome parecido ao já existente "Bacharel em Ciências Náuticas", ofertado pela Marinha ou, quem sabe,

6 Lei 9.537/97.

um nome menos pomposo como "tecnólogo superior em praticagem". Mas, pelo menos por enquanto, *qualquer um* parece ser suficiente.

***

No mesmo período da reportagem que tratou dos atrativos da carreira de prático e do sucesso do CursoH, uma avalanche de reportagens em todos os tipos de mídia destacava a frustração com o diploma de ensino superior. Uma reportagem do jornal Estado de Minas, de julho de 2015, tinha como título que "*O diploma de ensino superior não é mais garantia de emprego*"[7]. O economista Rodrigo Leandro de Moura (IBRE/FGV) comentava que, embora parte do fenômeno pudesse ser explicado pela crise econômica, a situação era atípica e surpreendia por ser diferente das crises passadas. Ao fim, a reportagem sugeria que os profissionais de ensino superior deveriam encarar com "nervos de aço" o ambiente recessivo.

Outra reportagem, publicada pela BBC Brasil, avançava um pouco mais. Com o título de "*Diploma inútil? Por que tantos brasileiros não conseguem trabalho em suas áreas*"[8], o Prof. Hélio Zylberstajn (FEA/USP), um dos especialistas ouvidos, sugeria que o principal problema estava no fato de que a concentração de egressos de ensino superior em poucas áreas (especialmente nos cursos de Administração e Direito) colocava no mercado um excesso de oferta de trabalho qualificada para a qual claramente faltava demanda. Na mesma reportagem, a Profª Elisabete Adami (PUC/SP) relata sua experiência docente em faculdades privadas quando notava que os alunos que trabalhavam como carteiros, motoboys e "pessoal de loja", "queriam simplesmente subir". Ao final, a reportagem apresentava o caso de Evelyn Maranhão, que se formou em 2011 como Administradora de Empresas e, cinco anos depois, como "tantos outros iguais a ela", segundo a reportagem, trabalhava como assistente administrativa. Segundo suas próprias palavras "Achei que ia lidar com estatística, relatório, análises, e, na verdade, faço o que uma secretária faria. Imaginava que estaria na tomada de decisões". Ao final, a reportagem sugere que a situação de Evelyn não é tão ruim assim: "Há quem nem consiga exercer sua profissão", adverte.

O fenômeno não passou desapercebido ao mundo acadêmico. Independente das perspectivas sob o qual foi abordado, um diagnóstico mais geral foi colocado na praça. O diploma de ensino superior deixara de ser garantia de uma inserção ocupacional de destaque ou, para usar os termos nativos, o diploma de ensino superior não garantia mais um padrão de vida de *classe média*. As explicações são diversas e nem sempre convergentes. Para certos autores,

---

[7]https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2015/06/07/internas_economia,655503/diploma-de-nivel-superior-nao-e-mais-garantia-de-emprego.shtml.
[8] http://www.bbc.com/portuguese/brasil-37867638.

as quedas dos retornos do ensino superior derivam do fato de que o número de graduados teria sido maior do que o crescimento das ocupações correspondentes (Menezes-Filho e Kirschbaum, 2015), embora esta relação seja um fenômeno específico a determinadas carreiras, como sugerido pelo Prof. Zylberstajn.

Outros autores buscaram alternativas. Comin e Barbosa (2011) sugeriram que parte da explicação poderia residir na mudança do perfil dos graduados, mais velhos e já inseridos no mercado em ocupações não típicas. Prates e Faleiros (2014) e Faleiros (2018) destacam a diferenciação institucional que reverberou no crescimento de cursos tecnológicos, destinando mais graduados dos chamados cursos vocacionais no mercado e, assim, puxando os salários para baixo. Barbosa (2016) indica que efeitos de mais longo prazo estão no centro da explicação, especialmente devido à menor heterogeneidade da realização educacional entre as coortes mais jovens.

O fato é que o significado social do diploma se alterou. Ou talvez fosse mais apropriado dizer que o significado social do diploma, na esteira do sistema de ensino superior, se diferenciou. A marca da expansão do ensino superior brasileiro nas últimas décadas é a diversificação substantiva (novos objetos, teorias, áreas de formação) e burocrática e social, com a criação de novos diplomas (Barbosa, 2014, p. 54). Apesar disso, como sugere Schwartzman (2012), o "viés acadêmico" do diploma reverbera seu valor posicional mais do que indicador de capital humano e inibe o real potencial da diferenciação institucional do sistema. Mesmo os cursos vocacionais acabam se rendendo ao *academic drift* (Neave, 1979).

O valor posicional do diploma do qual fala Schwartzman tem suas origens ainda na formação do Sistema de Ensino Superior no país. Os chamados "bacharéis" da virada do século XIX para o XX eram mais do que "egressos do ensino superior" e se tratavam de um estrato social muito bem definido. Ainda na década de 1930, os bacharéis se tornariam profissionais através da generosa regulamentação que vinculou de vez o diploma ao privilégio do exercício ocupacional. A combinação entre um restrito sistema de ensino e uma reduzida oferta de pleiteantes (poucos eram os que terminavam o ensino médio) tornava o acesso ao diploma marcado por notáveis graus de desigualdade (Brito, 2014). Do outro lado, o monopólio no mercado de trabalho reservado às profissões de ensino superior fechava o ciclo da reprodução. Profissionais tinham uma posição extremamente privilegiada no mercado e os filhos de profissionais tinham uma posição extremamente privilegiada na competição pelas credenciais educacionais. E, se bem seja certo que o processo de modernização que colocou a expansão do Ensino Superior na ordem do dia ao longo das décadas de 1950 e 1960, culminando com a Reforma de 1968, tenha alterado as bases de acesso ao sistema – seja pelos mecanismos de

ingresso, seja por conta da ampliação de vagas – o significado social do diploma manteve o seu caráter de privilégio e indicador de mobilidade social ascendente. Após a reivindicação por massificação do sistema também da parte de uma nova classe média urbana, a taxa de escolarização líquida do Ensino Superior mais de 20 anos após a Reforma, em 1991, não superava os 5,0%.

Prates e Barbosa (2015) chegam, inclusive, a sugerir que o sistema de ensino superior no Brasil foi e ainda é marcado por traços patrimonialistas que se manifestam, dentre outras características, na cultura do profissionalismo, representando limites à democratização que eventualmente possa decorrer dos novos mecanismos de acesso. Com efeito, existem algumas tendências razoavelmente bem delineadas. O Ensino Superior se massificou e se diferenciou institucionalmente, ao mesmo tempo em que se reduziram as desigualdades de acesso na última década. E manteve seu caráter patrimonial, seu viés acadêmico e sua cultura profissional como traços característicos.

Mas o que ainda parece não ter sido notado é que, além desse conjunto de mudanças e persistências *no sistema de ensino superior*, houve mudanças radicais nos outros dois outros sistemas institucionais que conferiram o significado social que o diploma e, consequente, o estrato profissional, assumiu a partir do modelo corporativista da década de 1930: a regulamentação profissional e o lugar dos profissionais na divisão social do trabalho, especialmente aquelas relacionadas às mudanças no papel do Estado enquanto organizador da atividade econômica e dos serviços de bem-estar social, e também como empregador.

É por isso que, sendo bastante "democrático", o concurso para ingressar no restrito mundo dos práticos é tão concorrido e o CursoH do Sr. Lima cresceu de vento em popa nos últimos anos.

***

A reportagem de 2012 do *Globo* escancara a velha ideia de que um trabalho prático não confere, nem deva conferir, altos rendimentos. Veja que se o objetivo da manchete fosse tão somente acusar o valor exorbitante "que chega a R$300 mil reais", não haveria a menor necessidade da referência ao "flanelinha" somente pelo fato de que os práticos ajudam nas manobras náuticas. Qualquer vencimento mensal de 300 mil reais é exorbitante num país em que a média da renda do trabalho não ultrapassa R$2200,00. Mas o valor afronta especialmente por se tratar de um trabalho *prático* e, com o perdão do trocadilho, não há nada mais *prático* aos olhos do *Globo* do que um *prático*.

Mesmo com as restrições a esses valores, a se considerar a reportagem de 2017, os *concurseiros* têm estado de olho na carreira e o sucesso do CursoH, criado pelo Sr. Lima, é

reflexo disso. Fundado em 2010, a Instituição já se encontra presente em quatro cidades (Brasília, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo) e oferece cursos presenciais, semi-presenciais e à distância, além de uma série de serviços adicionais. Mas, além do fato de que o CursoH é especializado em preparar para o concurso de *prático*, seu crescimento faz parte de uma tendência mais ampla que se iniciou em meados da década de 1990 e se intensificou na década seguinte: o recurso à carreira pública como opção de inserção ocupacional dos graduados.

Com efeito, a Reforma da Administração Pública de 1995-1998 retomou a realização de concursos que haviam sido proibidos no Governo Collor e, posteriormente, cresceria consideravelmente o número de vagas de concurso para nível superior na década de 2000 (Souza, 2017). A ampliação do número de vagas estimula a demanda pelos concursos e, se em 1995, 24,6% dos graduados que haviam procurado trabalho o haviam feito através de inscrição ou realização de concurso público, esse valor é de 46,2% em 2012[9]. Nesse cenário, não é de se surpreender que o sucesso do CursoH espelha o crescimento do setor de cursos preparatórios para concursos públicos ao longo da década de 2000, ao mesmo tempo em que a intencionalidade dos graduados.

Mas aí volto a um detalhe para o qual chamou atenção o Sr. Lima. O fato de que para ser um *prático* com salário inicial de R$20 mil reais, vale *qualquer diploma* e, justamente por isso, o concurso é democrático. Mas ele é democrático também porque forjou-se uma ideia de que o acesso ao diploma se "democratizou". A ideia do Sr. Lima é a de que, "se qualquer um pode ter diploma e, se o concurso admite qualquer diploma, ele é democrático". Mas o que está por detrás da estória do Sr. Lima é que as carreiras no setor público, como a de práticos ou tantas outras, embora não com os mesmos salários, se tornaram talvez uma das poucas alternativas para conferir, a boa parte dos diplomas, o belo significado social e a garantia de um padrão de vida de classe média que já teve outrora. O mercado no setor privado está mais competitivo. Isso vale para os diplomas menos valiosos das instituições de menor prestígio; para os de Tecnólogos Superiores; para os de Ensino à Distância (EaD); e para todos os novos e *vários* cursos cujas profissões ainda não foram regulamentadas. Não por acaso, no topo da página de "Perguntas Frequentes" do Ministério da Educação e dos *blogs* especializados em concursos, estão as questões que visam esclarecer se os portadores desses tipos de diploma estão aptos a prestar concurso público quando a exigência é a credencial de ensino superior.

Sim, eles podem, a não ser que o concurso especifique o diploma. E justamente por isso o Sr. Lima não hesitou em afirmar que esta é uma das vantagens da carreira de prático: ela é

[9] Fonte: Pnads. Dados trabalhados pelo autor.

democrática. Mas não porque basta estar em dia com os conhecimentos náuticos e os rumos da agulha e sim porque, apesar de fechada ao diploma de ensino superior, ela é aberta a qualquer tipo de conhecimento e credencial.

Esta é a característica do Sistema de Profissões a partir da década de 1990, seja no setor público ou privado. Ele apresenta sinais de maior pressão por abertura num espaço social que sempre foi, pelo menos desde 1930, marcado pela efetividade do fechamento que se consolidou através do estreito vínculo entre o diploma e o exercício profissional. No período recente, a pressão e a incapacidade de fechamento das carreiras que se encontram fora do sistema tem resultado numa menor efetividade do fechamento *interno do sistema* e *das profissões*. Ele tem se aberto não porque está mais democrático, mas porque novos fechamentos não estão ocorrendo, causando uma pressão externa.

Sendo uma característica do Sistema de Profissões, não é somente do Sistema de Ensino Superior (este sim mais democrático) ou do mercado de trabalho (este também menos desigual). É do Sistema de Profissões, cujas transformações e seus efeitos sobre o sistema de estratificação, e especialmente sobre a mobilidade social, discuto nessa tese.

O sistema de profissões no Brasil e a estratificação social

As profissões constituem um estrato localizado na parte superior da estrutura ocupacional de qualquer sistema de estratificação moderno. Investigar a formação, o desenvolvimento e as transformações pelas quais passa o estrato profissional constitui, ao mesmo tempo, uma investigação sobre o processo de modernização e seus padrões de desigualdade, especialmente aqueles que se encontram mais diretamente relacionados ao que se passa na parte de cima desses sistemas.

No Brasil, o processo de formação das profissões, ou do sistema de profissões, como prefiro chamar, esteve diretamente relacionado ao processo de unificação nacional (Carvalho, 1981) e ao tipo de autoridade pública que se formou como resultado das disputas que se passavam no plano da sociedade civil. Posteriormente, esteve no centro do modelo de regulamentação de inspiração corporativista que vinculou diplomas e privilégios que seria adotado na esteira das transformações que se seguiram à Revolução de 1930 (Coelho, 1999). E expandido três décadas depois através das mudanças no sistema de ensino superior consolidadas pela Reforma Universitária de 1968 – momento em que avançava a passos largos o processo de industrialização e urbanização que seriam o grande mote da mudança estrutural e do sistema de estratificação no país (Pastore, 1979; Valle Silva, 1979). Finalmente, em diferentes momentos a partir da década de 1990, após finalmente o país garantir a plena cidadania *formal* com a Carta

de 1988, o sistema de profissões tem sofrido transformações que alteraram parte do modelo instituído no período varguista.

De outro lado, esses movimentos que articulam o processo de modernização ao sistema de profissões têm sido também caracterizados por padrões de desigualdade distintos, especialmente do ponto de vista das possibilidades de acesso dos indivíduos às posições que são geradas por esse sistema – o estrato profissional. De um restrito privilégio, passando por uma ampliação que não se traduziu em massificação porque direcionado à restrita e emergente classe média urbana que reivindicava acesso ao sistema de ensino superior nas décadas de 1960 e 1970, até reformas recentes que envolvem novos mecanismos de acesso, a possibilidade de pertencer ao estrato profissional da sociedade brasileira tem se reconfigurado. Por um lado, o Brasil tem se tornado um país mais fluído – a origem socioeconômica tem determinado cada vez menos o destino socioeconômico individual (Ribeiro, 2017). Por outro, novas e velhas formas de estratificação se combinam, desigualando os indivíduos e grupos sociais em relação à sua posição no sistema de estratificação e jogando água na promessa de uma sociedade moderna que fosse plenamente universalista nos seus mecanismos efetivos de alocação social.

Esta tese busca conciliar o estudo do estrato profissional, posições institucionalizadas na parte de cima da estrutura ocupacional, e sua formação através do sistema de profissões. A abordagem se dirige, num primeiro momento, para a descrição de trajetórias institucionais que levaram a diferentes configurações do sistema de profissões ao longo do tempo. Essas instituições – a bem da verdade, sistemas institucionais – que dão origem ao sistema de profissões são a estrutura ocupacional e produtiva – que estruturam a *divisão social e técnica do trabalho* – o *sistema de ensino superior* e as formas de *regulamentação profissional*. Argumento que o sistema de profissões deve ser visto como o resultante da interrelação desses três sistemas institucionais.

Posteriormente, alinho uma análise sobre o acesso ao estrato profissional do ponto de vista dos indivíduos, especialmente no que se refere às chances de mobilidade intergeracional, com especial atenção a dois fatores: i) como a relação do Estado com o sistema de profissões condiciona, em cada período histórico, a mobilidade ascendente para o estrato profissional e a imobilidade dos profissionais; e ii) como esse padrão é distinto entre homens e mulheres, dimensões que são especialmente relevantes para o modo como se organizam as profissões e a relação entre origem e destino socioeconômico. Sustento que os padrões de mobilidade encontrados podem ser lidos, ao menos parcialmente, à luz do sistema de profissões e suas transformações. E, em sentido contrário, que o próprio padrão de mobilidade permite apreender em maior extensão as transformações no sistema de profissões.

O objeto da análise da investigação é, portanto, o estrato profissional que emerge a partir da dinâmica do sistema de profissões. Esta dubiedade – estrato profissional x sistema de profissões – mais do que uma indefinição conceitual, reflete uma característica que se origina das diferentes formas com que as profissões foram tratadas na teoria sociológica e das respostas que buscava responder. O termo "estrato profissional" ou "classe profissional" é utilizado como categoria que busca dar conta, sobretudo, dos processos de estratificação em sentido mais amplo e que pouca atenção resguarda às especificidades de cada uma das (ou de algumas) profissões e à sua(s) trajetória(s) – formação, institucionalização, transformações, etc. Trata-se de um conjunto de posições relativamente estático e que, assim acredita-se, possuem determinadas características invariantes que se encontram na genética do sistema capitalista. Veja-se que, seja sob uma abordagem weberiana ou marxista, o estrato ou classe profissional de 1930 é definido exatamente pelas mesmas *propriedades* desse mesmo estrato/classe em 2018 – o que muda é o critério utilizado por cada um, mas não ao longo do tempo[10]. Seria injusto, contudo, não ressaltar que esta invariância decorre também de um pragmatismo que se impõe em vista da necessidade de construção de referenciais empíricos que sejam minimamente comparáveis ao longo do tempo e entre países.

Mas adianto, desde início, que os termos "estrato profissional" e "classe profissional" serão utilizados nesta tese de forma intercambiável. Mesmo ciente de todo o debate que existe em torno dos conceitos, especialmente na sociologia de inspiração weberiana e marxista, esta distinção conceitual, que reside nas próprias interpretações sobre o capitalismo e a sociedade moderna em cada uma dessas tradições, não tem nenhuma importância para o argumento aqui desenvolvido. Desta forma, "classe profissional" ou "estrato profissional" são tomados como agrupamento de *profissões*, esse sim o termo que será definido de forma mais criteriosa.

Já a sociologia das profissões se debruça sobre o que há de específico às profissões, o que elas têm de especial em relação às demais ocupações, quais são as trajetórias históricas que fazem com que determinadas profissões sejam diferentes de outras e porque profissões semelhantes podem ser tão diferentes em contextos distintos. Desta forma, se a principal fraqueza da abordagem do estrato profissional agregado é a sua incapacidade de apreensão das dinâmicas específicas às profissões, é nesta capacidade que reside a força do estudo da sociologia das profissões. Por outro lado, ao se debruçar demasiadamente sobre tais

[10] Para ser mais claro. Na abordagem neoweberiana de John Goldthorpe (2000), por exemplo, a classe se define pela relação contratual. Desta forma, Goldthorpe utiliza esse mesmo critério para definir a classe de uma pessoa em 1930 e outra em 2018. O mesmo critério é utilizado para definir as classes em qualquer momento do sistema capitalista contemporâneo.

especificidades, perde-se de vista a capacidade de articular as profissões ao sistema de estratificação como um todo.

Meu objetivo está entre um caminho e outro. Não me interessa analisar o padrão geral de estratificação, nem as trajetórias individuais de profissões, mas compreender a formação, o desenvolvimento e as transformações de um estrato social específico, o estrato profissional, de modo a fornecer uma explicação complementar aos padrões de desigualdade que estão mais diretamente relacionados ao que se passa na parte de cima do sistema de estratificação. Mas, como pretendo deixar claro, entender como esse estrato se forma a partir de um sistema de profissões é imprescindível. Desta forma, me deterei sobre o que é comum às profissões enquanto constitutivas de um sistema que dá origem ao estrato profissional. *Especificidades serão ressaltadas para destacar padrões, e não singularidades*.

A tese está organizada de modo a contar a história do sistema de profissões a partir de um modelo analítico que privilegia a interrelação entre os sistemas que lhe dão forma e conteúdo. Esse modelo é apresentado ao final do próximo capítulo, logo em seguida à discussão da literatura. Esta é realizada de forma totalmente utilitária e parte da seguinte questão: quais são as pontes de diálogo entre a sociologia da estratificação e a sociologia das profissões que permitem avançar no entendimento do estrato profissional sem que tenhamos de reduzi-lo a um agregado de ocupações que se define por critérios estabelecidos *ex-ante*, mas também sem que tenhamos que nos debruçar sobre as especificidades e singularidades de cada uma das profissões? Como já adiantei, a resposta encontrada foi sugerir que é o sistema de profissões, enquanto resultado da dinâmica da divisão do trabalho, do sistema de ensino superior e da regulamentação profissional, que dá origem ao estrato profissional. A isso adicionei um elemento externo, qual seja, o Estado como organizador não apenas da atividade econômica (Hall e Soskice, 2001), como e ao mesmo tempo, de um sistema de estratificação localizado na antessala da estrutura ocupacional (Esping-Andersen, 1991).

Os capítulos subsequentes tratam de diferentes períodos históricos do sistema de profissões. No Capítulo 2, mostro como a definição semântica de "profissão" no Brasil deu-se apenas a partir da década de 1930 como resultado de uma série de fatores do que resultou não apenas a sedimentação semântica do termo "profissional liberal", mas especialmente a vinculação, como norma legal generalizada, entre o diploma de ensino superior e a exclusividade de exercício das profissões (não por acaso gestou-se uma elevada correlação entre os significados sociais das categorias "profissional liberal" e "profissão de ensino superior"). É quando se estabiliza o sistema de profissões, que vinha se constituindo desde o século XIX, como bem mostrou Edmundo Campos Coelho. Sedimentação semântica e regras generalizadas

relativas ao exercício da profissão e seus monopólios são os principais determinantes dessa estabilização do sistema de profissões no Brasil, a partir da década de 1930, para o que a Reforma do Ensino Superior de 1931, promovida por Francisco Campos, e o processo da Assembleia Nacional Constituinte de 1933-1934 foram fatores-chave. Paralelamente, num Estado que crescia na sua estrutura administrativa e diversificava suas funções, o sistema de profissões encontrava um poderoso *lócus* de acomodação face a um mercado urbano ainda incipiente (seja pela via da intervenção em sua atividade econômica e pelos serviços de bem-estar que começavam a ganhar corpo, seja pela tentativa de construção de uma administração pública *weberiana*).

Estabilizado, porém diminuto. Pelo menos até a década de 1950, o reduzido grau de diversificação da estrutura produtiva se traduzia num cenário de divisão social do trabalho pouco diferenciado, principalmente no que tange ao trabalho especializado, típico das profissões. O sistema de ensino superior outorgava credencias que não ultrapassavam uma parcela bastante reduzida da população e cujas carreiras se restringiam a poucas áreas de atuação. O resultado era um sistema de profissões pouco representativo em relação ao restante da estrutura ocupacional (menos de 3,0%), bem como pouco diferenciado internamente (cinco carreiras eram responsáveis por quase 60,0% dos diplomados em 1960).

Foi somente no momento de intensa mudança estrutural, período recoberto pelo Capítulo 3, que o sistema de profissões iria se expandir e se diferenciar. Nessa trajetória, a reforma de 1968 e os novos dispositivos de regulação do sistema de ensino superior, organizados majoritariamente em torno do Conselho Federal de Educação, bem como o modelo de incorporação dos interesses privados na burocracia pública e no sistema político seriam de especial importância para marcar um período de *expansão* e *diversificação* do sistema de profissões. Novas carreiras se combinavam com novas ocupações que surgiam da intensificação da divisão social do trabalho, mas com um elemento adicional muito peculiar: a regulamentação profissional, que na prática se traduz em monopólios de mercado, foi alcançada com sucesso pela grande maioria das novas carreiras. Com efeito, a estrutura regulatória que havia sido organizada ao longo da década de 1930 e que teve como ponto culminante a CLT, gerou uma espécie de horizonte desejado para todas as novas carreiras que surgiam da Reforma de 1968 e que eram credenciadas pelo CFE. Nada garante, *a priori*, que determinada carreira universitária seja regulamentada por lei específica. Mas o que foi especialmente importante para o modo pelo qual o sistema de profissões se expandiu e se diferenciou ao longo do tempo no Brasil é justamente o fato de que esses privilégios foram alcançados. E foi justamente esse modelo que

levou, de certa forma, os estudiosos do tema a naturalizarem, até hoje, o binômio "credencial de ensino superior + profissão regulamentada".

Novamente foi determinante o tipo de Estado que se formava, seja no modelo de gestão pública adotada através da Reforma Administrativa de 1967, seja agora através de uma face desenvolvimentista bem delineada que se combinava com a ampliação do Estado de Bem-Estar Social. As profissões se organizaram em grande medida através do estado, no que Luciano Martins (1985) chamou de "executivo de Estado", por conta de uma burocracia pública que tinha a marca da racionalidade técnica e assumia o posto, às vezes mais simbólico do que efetivo, de maquinistas do desenvolvimento nacional.

Essa dinâmica marca o sistema de profissões até meados da década de 1980, quando já se esgotavam os efeitos do reordenamento do sistema de ensino superior que se seguiram à Reforma de 1968 e o estrangulamento do ensino médio arrefecia a demanda por vagas nos cursos de graduação. Um novo período do sistema de profissões, tema do Capítulo 4, seria inaugurado a partir da década de 1990 com as alterações na regulamentação do Ensino Superior que traduziam, em escala reduzida e com especificidades, o grande reordenamento do Estado em relação ao que fora a sua marca nos quarenta anos anteriores – o desenvolvimentismo enquanto um conjunto de políticas formuladas no âmbito do Estado para, deliberadamente e sob a égide do setor industrial, alcançar a superação de seus problemas econômicos e sociais (Fonseca, 2014). De outro lado, a Constituição de 1988 abria espaço para a ampliação e consolidação de um Estado de Bem-Estar social mais universalista e menos estratificado, ao mesmo tempo em que a Administração Pública se reordenava no sentido de estabelecer um ambiente organizacional que, embora mais enxuto, fosse mais racionalizado e universalista.

Nesse contexto, uma das marcas da nova e sustentada expansão do sistema de ensino superior, a partir de meados da década de 1990, foi não apenas o fato de que ela tivesse sido liderada pelo setor privado, mas também que isso veio em movimento concomitante a um processo de diferenciação institucional que se traduziu, dentre outros aspectos, em um novo processo de diversificação de diplomas e de modalidades de ensino. Tal como ocorrera após a Reforma de 1968, o estoque de diplomas de Ensino Superior (dentre todas as suas modalidades) se tornou muito mais *diversificado* internamente.

Mas, e esta é uma das principais diferenças do período anterior, apesar de uma busca incessante pela regulamentação por parte desses novos cursos, poucos foram aqueles que obtiveram sucesso. A regulamentação profissional, traduzida nas leis que garantem os monopólios, não deixou de ser um horizonte almejado de todas as carreiras e, eventualmente, de ocupações que almejam um *status* profissional. Mas diferentemente do que ocorrera no

período de formação e estabilização do sistema, bem como na fase em que se expandiu e diversificou, o sistema de ensino superior, através das credenciais que emite, deixou de se encontrar plenamente vinculado à estrutura da regulamentação do mercado de trabalho profissional. A consequência disso é que, nesse novo período que é marcado, sobretudo, pela fragmentação do sistema de profissões, rompe-se o binômio "credencial de ensino superior + profissão regulamentada". Dito de outra forma, o diploma de ensino superior não constitui, *a priori*, um indicativo do fechamento de mercado e muito menos de classe.

O capítulo 5 é transversal a todos os três anteriores e mostra em maiores detalhes como tem sido a busca pelo fechamento de mercado por parte das profissões através da tentativa de vincular o diploma ao exercício ocupacional. Mostro que há duas lógicas muito claras de regulamentação ocupacional no Brasil – a credencialista e a não credencialista. A primeira, típica das profissões de ensino superior e que até hoje é o sonho de consumo de toda e qualquer ocupação que se estreite ao ensino universitário. A segunda forma é a das ocupações que, longe de fechamento de mercado tal como suas primas ricas, buscam ampliar os direitos da categoria e regulamentar condições de trabalho. Ao longo do capítulo, avanço em algumas interpretações sobre o motivo pelo qual a busca pela regulamentação e o sucesso que obtiveram, cada uma delas, foram tão diferentes em subperíodos políticos bem definidos da história do país. Ao final, mostro como o período recente do sistema de profissões se diferencia dos outros dois anteriores – o período de formação e o período de expansão – em grande medida dada a redução da capacidade de fechamento do sistema e das profissões já estabelecidas (motivo, aliás, pelo qual o Sr. Lima julga o concurso para práticos tão democrático).

Por fim, o Capítulo 6 mostra que estas transformações no sistema de profissões têm alterado a dinâmica da mobilidade social ascendente ao estrato profissional, bem como a imobilidade dos profissionais. A frustração de Evelyn Maranhão – "e de tantos outros como ela que só queriam subir na vida através do diploma de Ensino Superior e que hoje trabalham como Assistente Administrativo", conforme a reportagem da BBC Brasil – bem como o sucesso do Sr. Lima e sua concepção de que o concurso para práticos seja tão democrático, são parte da mesma história.

Por que esta tese foi escrita?

Esta tese foi escrita com o intuito de contribuir para a explicação de como padrões de desigualdade emergem e se transformam. Em princípio, e tendo em vista que a configuração do estrato profissional é resultado da dinâmica do sistema de profissões, o entendimento de como

esse estrato se forma e se reconfigura leva a uma melhor compreensão das desigualdades ali localizadas.

Mas não apenas. Padrões gerais de desigualdade que perpassam o sistema de estratificação resultam, em certa medida, da combinação de dimensões específicas que afetam cada grupo separadamente. Tomemos o caso da mobilidade social da classe operária como um contraexemplo. É possível sugerir que, embora relevantes, as transformações do sistema de profissões tendem a afetar a mobilidade social desse grupo em menor intensidade do que a estrutura sindical, a política de salário mínimo e programas de qualificação. De modo que a compreensão da mobilidade social da classe operária inevitavelmente deve lidar com essas questões se quiser avançar em explicações e mecanismos próprios.

Nesse sentido, os padrões de desigualdade devem ser vistos também como o resultado da combinação dos condicionantes institucionais que afetam cada grupo ou cada "espaço" do sistema de estratificação mais diretamente. Mesmo que o todo seja maior que a soma das partes, o estudo aprofundado das partes é imprescindível.

Um segundo fator importante é a perspectiva analítica adotada. Não faltam estudos sobre o que se costuma chamar de "parte de cima da sociedade", seja sob o rótulo de "elites" (Perissinoto e Codato, 2008), "ricos" e "super ricos" (*top income*) (Medeiros e Souza, 2014; Souza, 2016) – "classes altas" ou "classes médias" (Salata, 2016; Pochman, 2012; Neri, 2012), "intelectuais" (Miceli, 1988), dentre outros. Também são abundantes os estudos sobre uma ou algumas profissões específicas, destrinchando questões como o projeto de profissionalização, identidade profissional, carreiras, papel das profissões na burocracia estatal (Gomes, 1994). Da mesma forma como são inúmeros os estudos sobre o sistema de ensino superior e/ou sobre os graduados e a transição universidade-mercado de trabalho. Mas desconheço algum que tenha buscado observar o processo histórico pelo qual as profissões, enquanto grupo – e não individualmente – vão institucionalizando gradativamente sua posição privilegiada na parte mais elevada da estrutura ocupacional a partir da relação que se estabelece entre o sistema de ensino superior e a regulamentação do mercado de trabalho. A tese busca cobrir esta lacuna e, com isso, possibilitar um diálogo mais aproximado com o campo da estratificação social.

Em terceiro lugar, embora este não constitua um objetivo estabelecido *a priori*, espera-se que a tese contribua para o enfrentamento dos dilemas da política de educação superior e do mercado de trabalho profissional no Brasil.

Desenvolvimento empírico e modelagem das evidências

A pesquisa empírica da tese envolveu uma diversidade de dados e fontes de pesquisa que se mostraram relevantes para responder as questões que guiaram a investigação em cada uma de suas etapas e dimensões. A primeira dessas perguntas foi: i) qual a definição institucional relativa ao termo "profissão" no Brasil ao longo do tempo? Responder esta pergunta foi uma primeira forma de evitar dissonâncias entre o termo "profissão" enquanto conceito sociológico e enquanto conceito nativo. Como no Brasil, à semelhança de outros países de língua latina, o significado do termo "profissão" sempre foi bastante próximo de termos como "ocupação" e "trabalho", o primeiro passo foi investigar como e quando se deu a sedimentação semântica do termo "profissão" e, mais especificamente, "profissão liberal". A pesquisa serviu-se da análise documental de: i) classificações e definições dos inquéritos censitários; ii) Documentos oficiais como leis, decretos, projetos de lei e os Anais da Assembleia Nacional Constituinte de 1933-1934; iii) séries históricas produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Posto isso, fazia-se necessário delimitar a investigação relativa aos três sistemas institucionais que organizam o sistema de profissões. As perguntas elencadas para cada um desses sistemas foi: i) qual o papel do sistema de ensino superior no credenciamento dos profissionais?; ii) como as transformações da estrutura produtiva e ocupacional afetam o tamanho e a diferenciação interna do estrato profissional?; iii) em que extensão a regulamentação ocupacional/profissional estabelece monopólios de mercado às profissões?

Para responder essas questões, a investigação valeu-se principalmente de documentos relativos à legislação trabalhista e educacional, publicações do IBGE, microdados dos Censos Demográficos, dos Censos do Ensino Superior e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Finalmente, para a regulamentação ocupacional/profissional, foram construídos dois bancos de dados. Um sobre todos os projetos de lei relativos à regulamentação ocupacional/profissional no país, de 1946 a 2017. E outro sobre as leis propriamente ditas relativas a esse mesmo tipo de regulamentação de 1930 a 2017. Essas leis foram analisadas e classificadas segundo duas categorias-chave: tipo de credenciamento exigido (quando fosse o caso) e área de atuação.

As evidências empíricas foram modeladas através de uma abordagem que privilegiou a história, o contexto e os mecanismos que moldaram o sistema de profissões. Nesta etapa, assumi que a descrição possui capacidade explicativa na medida em que as proposições logicamente consistentes permitem apreender as causas e as consequências dos processos (King, Keohane e Verba, 1994).

Para a parte relativa ao estudo da mobilidade social, utilizei os dados das Pnads dos anos de 1973, 1982, 1988, 1996 e 2014, edições para as quais foram realizados suplementos de mobilidade social à pesquisa anual básica. Além de estatísticas descritivas, foram utilizadas técnicas de análise quantitativa multivariada – regressões logísticas multinomiais e regressões log-lineares (Powers e Xie, 1992).

Sobre o que *não* é esta tese

Tendo em vista a diversidade de temas que perpassam a tese e que, de certa maneira, tangenciam o objeto central e a narrativa construída, é importante adiantar algumas considerações de modo a evitar mal-entendidos. Para cada item deixo como referência uma obra clássica com o intuito de mostrar o que *não* pretendo fazer. Desta forma, e*sta não é uma tese sobre*:

- O Sistema de Ensino Superior: não é objetivo analisar em detalhe e eventualmente explicar as transformações e as disputas políticas em torno do sistema de ensino superior no Brasil ao longo do tempo. A configuração do Sistema de Ensino Superior é analisada somente em virtude das consequências funcionais ou disfuncionais que tem para o sistema de profissões. Exemplo: *A Universidade Temporã: o ensino superior da colônia à era Vargas*, Luiz Antônio Cunha.
- O Sistema de Relações de Trabalho/Mercado de Trabalho: também não é de interesse qualquer interpretação sobre o sistema de relações de trabalho, suas transformações e os conflitos sociais que lhe dão forma e conteúdo. A análise da regulamentação ocupacional e profissional interessa somente na medida em que permite apreender o estabelecimento de monopólios profissionais quando restringe o exercício da ocupação/atividade à posse de determinada credencial. Exemplo: *Entre a lei e a arbitrariedade: mercado e relações de trabalho no Brasil*, Eduardo G. Noronha.
- O Estado, ou o processo de modernização, ou o capitalismo brasileiro: a referência ao Estado Brasileiro, ao modo como organiza a atividade econômica e os serviços de bem-estar social também são analisados somente em relação ao papel que cumprem na organização do sistema de profissões, seja criando novos mercados ou reconfigurando políticas econômicas e sociais. Exemplos: *Os donos do poder* (Raimundo Faoro); *A revolução burguesa no Brasil* (Florestan Fernandes); *O capitalismo tardio* (João Manoel Cardoso de Mello); *Cidadania e Justiça*

(Wanderley Guilherme dos Santos). *As bases do autoritarismo brasileiro* (Simon Schwartzman).

- Profissões específicas: não se trata de um estudo sobre profissões específicas e sua "história natural". Exemplos: *Profissionalismo e política no mundo do direito*, Maria da Glória Bonelli.
- Estratificação e mobilidade social: Apesar do interesse pelo tema da estratificação e da mobilidade social, a segunda parte do estudo, que trata diretamente desse tema, é um exercício empírico de como os padrões de desigualdade podem ser interpretados à luz do sistema de profissões e vice-versa. Exemplo: *Desigualdade e mobilidade social no Brasil* (José Pastore); *Estrutura de classes e mobilidade social no Brasil* (Carlos Antônio Costa Ribeiro).

Principais limitações

Considero que a tese tem duas limitações principais que giram em torno de um ponto mais geral: seu caráter estruturalista e sistêmico. A análise do sistema de profissões, na medida em que se deu através da descrição dos movimentos dos três sistemas institucionais que estão por detrás da sua configuração, privilegia os *efeitos das instituições em detrimento da intencionalidade dos indivíduos.* Esta foi uma opção metodológica deliberadamente assumida por conta da busca por uma explicação de longo prazo sobre padrões de desigualdade encrustados na estrutura social que resistem à intencionalidade dos atores em situações concretas.

Em segundo lugar, ao privilegiar o sistema de profissões, generaliza tendência e nuances que são específicas às profissões, sendo insensível a tais particularidades. Isso fica especialmente claro em dois momentos. Por desconsiderar os mecanismos de estratificação internos às profissões, como o "exame da OAB" ou a atuação dos Conselhos Profissionais; e na análise da mobilidade social de cada profissão especificamente, quando discuto em que medida elas podem ou não ser vistas como "microclasses".

Capítulo 1 - Profissões, classes e estratificação social: pontes para um modelo analítico

1.1 Introdução

Este capítulo discute o lugar diferenciado das profissões na estrutura social a partir de duas abordagens: as profissões enquanto classe ou estrato e as profissões enquanto ocupações com posição diferenciada na estrutura social. O principal objetivo é estabelecer pontes de contato para um modelo analítico que permita apreender como a dinâmica específica às profissões moldam padrões de desigualdade no sistema de estratificação e, mais especificamente, na parte de cima da estrutura ocupacional.

Desenvolvo esta ideia em três momentos. Primeiramente, discutindo brevemente como a chamada "análise de classe" na sociologia da estratificação lidou com as profissões a partir das tentativas de "enquadrar" as profissões numa teoria de classes mais geral. Destaco que não tenho a menor pretensão de retomar os extensos – e infindáveis – debates sobre definições e esquemas de classe, seja nos clássicos ou nas escolas que inspiraram (neomarxistas, neoweberianos, neodurkheimianos, escolha racional, etc.)[11]. O objetivo é destacar os pontos principais que levam, quase que inevitavelmente, ao tratamento dos profissionais enquanto um grande grupo unificado (sejam eles classes ou estratos) a partir de certas características do sistema capitalista contemporâneo. Sugiro que embora a "análise de classes" seja frutífera para apreender a invariância do estrato profissional ao longo do tempo e entre sociedades distintas, ela dificulta a compreensão do que é específico ao estrato profissional e do seu caráter inerentemente dinâmico.

No segundo momento, me debruço sobre a sociologia funcionalista por um motivo em especial. Sua teoria da modernização, especialmente aquela que aparece de forma mais bem sistematizada na obra tardia de Talcott Parsons, talvez seja a mais coerente formulação de como o processo de modernização, as profissões e o sistema de estratificação se encontram articulados. Isso não quer dizer que a teoria seja livre de problemas que, por sinal, já foram exaustivamente apontados por críticos de todas as estirpes. O que se destaca, antes disso, é a sua coerência e o modo como a dimensão normativa dos sistemas de estratificação dá sustento à localização diferenciada das profissões ao longo de um processo de modernização.

[11] O leitor interessado nessas questões pode encontrar várias revisões e discussões sobre o tema. A melhor compilação recente provavelmente é a de Erick Olin-Wright, *Approaches to class analysis* (2005), traduzida há pouco tempo para o português sob o título de *Análise de Classe – Abordagens*.

As outras três seções subsequentes se organizam em torno de temas relevantes à sociologia das profissões. São eles a dimensão do fechamento profissional (monopólios), das fontes de diferenciação das profissões (tecnologia, organização e conhecimento) e o papel do Estado. Cada um deles fornece aportes importantes que são indispensáveis se o objetivo é, tal como nesta tese e, especificamente neste capítulo, desenhar um modelo analítico que vincule as profissões e o sistema de estratificação.

A última seção retoma, a partir do que foi exposto, como esse modelo pode ser construído.

1.2 Profissões e classes na teoria sociológica

1.2.1 Os profissionais enquanto classe (s)

Não existe muita controvérsia quanto ao fato de que as profissões são ocupações com características específicas que se encontram na parte mais elevada da estrutura ocupacional – mesmo quando são chamadas de "(nova) classe média" ou "*service class*", por exemplo. Não por acaso, há um razoável grau convergência *da posição relativa das profissões em relação às demais ocupações* nos esquemas de classe ou de escalas ocupacionais contínuas que buscam traduzir empiricamente a questão.

As divergências decorrem muito mais dos fatores que explicam esta posição relativa e, em certa medida, estão enraizadas nas próprias interpretações da sociedade capitalista contemporânea. Ou, colocando de outra maneira, são divergências quanto ao modo em que a divisão social e técnica do trabalho dá origem a classes distintas. Não sendo proprietários tampouco proletários, que lugar analítico deveria ser reservado aos profissionais que cresciam em escala ampliada ao longo do século XX?

Foram indagações desta natureza que levaram autores já clássicos no tema, como Mills (1976), a se debruçar sobre os trabalhadores de colarinho branco, a "nova classe média" norte-americana de meados do século XX. Originada no interior da grande organização burocrática, Mills apontava que esse trabalhador "sempre pertence a alguma coisa, à empresa, ao governo, ao exército; é visto como aquele que não sobe na vida" (Mills, 1976, p. 90). O problema também não fugiu a Giddens (1975, p. 128) que, de forma distinta, destacaria justamente as chances de mobilidade como a marca das diversas classes médias.

A dificuldade foi especialmente problemática para o marxismo. Parkin (1979) colocou o problema da seguinte forma:

> Awkward questions were raised by the discovery that the social territory vacated by the old petty burgeoise was found to be occupied by a newcomer in the guise of the "new middle class". The problem posed by this new intermediate stratum arose from the fact that, unlike its predecessor, it was in no sense external to the capitalist productive system but an essential feature of it. Since it was not historically doomed it needed to be incorporated into the general class model. (Parkin, 1979, p. 16).

Na dificuldade em realizar tal incorporação a partir do pressuposto de que o fundamento das classes é o modo de produção historicamente situado que lhes dá origem, as soluções encontradas, dentro do próprio marxismo, foram as mais diversas[12]. Seja negando a existência da classe média enquanto classe genuína e vendo-a como substrato da burguesia (Poulantzas, 1986); ou então relaxando o pressuposto do vínculo teórico entre classe e exploração de modo a conceber à classe profissional uma certa dose de autonomia no interior da estrutura de classes. Articulada em torno de interesses comuns próprios que se formam a partir da fusão entre poder e conhecimento, a "nova classe" ganha proeminência histórica (Gouldner, 1985)[13].

Vale destacar um comentário de Erik Olin Wright, certamente o marxista que mais se esforçou em apresentar uma solução ao problema[14]. Wright sugere que, a não ser que o objetivo seja enquadrar o conceito de classe num modelo abstrato de modo de produção em que as classes estão fundamentalmente polarizadas em torno de um processo de exploração, não há razão para adotar uma perspectiva de classes neomarxista (Wright, 1989, p. 318). No seu último esquema (1989), as classes se dividem de acordo com a forma como se apropriam dos ativos dos meios de produção, qualificação e dominação dentro da organização. Os profissionais compartilham com gerentes as chamadas "localizações contraditórias de classe", porque combinam de forma distinta a apropriação dos três diferentes tipos de ativos.

Numa perspectiva diferente, Bourdieu atribuiu especial papel à dimensão cultural enquanto instrumento de dominação de classe que se legitima em campo autônomo ao econômico. Embora este autor jamais tenha se dedicado uma análise pormenorizada dos grupos profissionais, sua teoria dos capitais abre espaço para a observação de que o capital cultural passa a concorrer com o capital econômico enquanto princípio legítimo de estratificação. Desta

---

[12]Uma revisão desse debate no campo marxista pode ser encontrada em Abrercombie e Urry (1987) e em Wright (1988); Para uma crítica, ver Parkin (1979). Em português, boas revisões são a de Bertoncelo (2009) para o papel da teoria de Wright no debate contemporâneao e o de Salatta (2016) para a discussão sobre as classes médias.

[13]"La Nueva Clase es elitista y egoísta; usa su conocimiento especial para promover sus intereses y su próprio poder, y para controlar su propria situación laboral. Sin embargo, la Nueva Clase puede también ser la mejor carta que la historia nos ha dado para jugar. [...] El poder de esta Nueva Clase moralmente ambigua está en ascenso y tiene una hipoteca sobre, al menos, *un* futuro histórico". (Gouldner, 1985, p. 20).

[14]Erik Olin Wright tem tratado do tema extensamente desde pelo menos 1978, com a publicação de *Class, Crisis and the State*. Posteriormente, revisou sua posição com relação a um esquema de classe de inspiração marxista em pelo menos outras duas vezes, em *Classes* (1985) e em *The Debate on Class* (1989). Segundo ele mesmo confessa, parece ainda não ter atingido uma teoria das classes que seja plenamente coerente aos propósitos teóricos e normativos da teoria marxista. (Wright, 2005).

forma, os profissionais não formariam necessariamente uma "classe social", mas se utilizariam do diploma universitário como elemento de distinção e arma simbólica nas lutas classificatórias que definem os contornos e as hierarquias dos grupos (Barbosa, 1998). O profissionalismo seria, assim, parte do que o autor chama de "aspecto esquecido da luta de classes", em oposição às classes no papel (Bourdieu, 2006; 1987).

De fato, a credencial de ensino superior é tomada, em grande parte das vezes, como um pré-requisito para a definição do grupo profissional e da sua posição de classe. O diploma passa a ser, em certa medida, um indicador básico de pertencimento à "classe profissional", qualquer que seja a acepção dada ao termo. A questão que fica é muito mais em que medida o diploma é ou não suficiente para designar os profissionais enquanto classe autônoma e unificada.Alguns autores levam a fundo seja o argumento de Gouldner da dimensão do conhecimento como definidor da classe profissional, seja o conceito bourdieusiano do capital cultural. Profissionais "tecnocratas" e "especialistas sociais e culturais" (Kriesi, 1989; Güveli e De Graaf 2007) reverberam a diferença entre lógicas distintas de produção – fordista e pós fordista – (Eping-Andersen, 1993) ou fronteiras sociais e simbólicas que estruturam as posições sociais das classes superiores (Lamont, 1992).

De outro lado, a "teoria weberiana do fechamento" (Parkin, 1979; Collins, 1979; Murphy, 1988) recoloca a ideia original de Weber, tão cara em sua análise dos grupos de *status*, para designar grupos com diferentes situações de mercado – as classes – e não uma dimensão autônoma da estratificação como na sua formulação original (Weber, 1976). As credenciais educacionais são utilizadas, nesse caso, como forma de restringir o acesso a postos privilegiados na divisão social do trabalho (Parkin, 1979; Collins, 1979).

No que se refere à centralidade da credencial educacional, é bastante peculiar a formulação de John Goldthorpe (2000). Esta peculiaridade decorre do diminuto peso que a credencial de ensino superior tem sobre a organização das classes, justamente porque é o *tipo de contrato* que define todas elas, incluída aí a *service class*. À diferença da tradicional classe trabalhadora, engajada em "contratos restritos" em virtude do seu baixo grau de especialização e reduzida dificuldade de monitoramento das atividades, a *service class* goza de contratos de longo prazo em mercados internos bem estruturados. Justamente por isso, suas "chances de vida" são relativamente superiores às das demais classes[15].

A perspectiva de Goldthorpe e seus colaboradores, conhecida como "esquema EGP", é de longe a mais utilizada atualmente nos estudos de estratificação e mobilidade social. Do ponto

[15]Goldthorpe ainda diferencia duas formas mistas de contrato que dão origem aos técnicos e supervisores, por um lado, e aos trabalhadores não manuais de rotina, por outro.

de vista pragmático, é indiscutível sua capacidade de apreender regularidades que perpassam a estrutura de classes, como aqueles relativos à mobilidade social, realização educacional, consumo cultural, segregação urbana, dentre outras[16]. Entretanto, nas últimas décadas têm recebidos críticas, junto com as demais abordagens, por ser insensível à grande variabilidade interna às classes. Isto é especialmente importante para a *service class*, onde os grupos profissionais são ocupações com diferentes graus de institucionalização, regimes de treinamento e qualificação, visões de mundo e perspectivas de mobilidade social (Grusky e Sorensen, 1998).

Justamente por isso, esses e outros autores que se autodenominam "neodurkheimianos" (Grusky, 2005; Grusky e Weeden, 2001; Johnson et al, 2009) têm argumentado que as classes se estruturam ao nível das ocupações que emergem em torno de nichos funcionais da divisão social do trabalho. É o grau de institucionalização das ocupações, portanto, que fornece o poder explicativo a essa abordagem. Ampliando a noção de fechamento da sociologia da estratificação de inspiração weberiana, cada profissão deve ser entendida como uma classe social em si mesma. Desta forma, o fechamento ocupacional não diria respeito somente à restrição da possibilidade do seu exercício através do controle seletivo de acesso às credenciais e direitos de propriedade (Collins, 1979; Parkin, 1979). Ele se dá, também, pela indução da demanda por determinado tipo de serviço e da sua canalização para as ocupações por meio de dispositivos institucionais, como já sugeria a chamada "linha monopolista" dos estudos das profissões. É o grau de fechamento, portanto, que garante a extração de *rents*, ou seja, as vantagens materiais decorrentes da posição ocupada pelos indivíduos independentemente da atividade realizada em competição no mercado (Sorensen, 2002). Curiosamente, na chamada linha neodurkheimiana, é o conceito weberiano de fechamento que assume proeminência.

O interessante desta abordagem é que ela exagera analiticamente a força das profissões enquanto classe. Mas, diferentemente de todas as suas antecessoras, ela dá autonomia a cada uma das profissões, abrindo maiores canais de comunicação entre a sociologia das profissões e a análise de classe. Por um lado, admite que as profissões não são apenas parte de uma classe ou organizadas segundo interesses de classes que lhe são externas. Por outro, permite atribuir à diferentes profissões certas propriedades analíticas típicas da análise de classe – como chances de vida, volume de capital, capacidade de fechamento e reprodução inter e intrageracional – sem ter de admitir de saída o critério definidor do conceito como balizador do argumento. O grau em que as profissões podem ser vistas como (micro) classes, portanto, é uma questão

[16]Uma excelente avaliação do "esquema EGP" e sua aderência empírica à estrutura de classes brasileira pode ser encontrada em Carvalhaes (2015).

empírica, que possibilita apontar os limites das grandes análises sistêmicas e estruturais sem negá-los *a priori*.

1.2.2 A legitimidade das hierarquias: profissões e modernização

Se a discussão em tono da existência, da origem e do "verdadeiro papel" das classes ocupou boa parte da sociologia do século XX, o funcionalismo seguiu caminho diferente ao postular a hierarquia de prestígio ou *status* das ocupações como um dos principais critérios estruturantes do sistema de estratificação[17].

Existe uma lenda sociológica de que o funcionalismo nega a existência de classes sociais[18] e isso talvez seja um dos principais motivos pelos quais esta corrente se tornou há um bom tempo o patinho feio da área (Paixão, 1989). Outro motivo, provavelmente, se encarna na acusação mais geral de que a divisão do trabalho se combina com um processo de modernização linear que leva à eficiência adaptativa dos sistemas sociais e a uma redução dos critérios universalistas, em prol dos critérios meritocráticos para a alocação individual no sistema de estratificação (Erikson e Goldthorpe, 1992) – o que, se não é uma lenda, é no mínimo uma leitura superficial e enviesada da teoria de Talcott Parsons, especialmente. Nesse quesito, há um ponto que é, na maioria das vezes, negligenciado pelos críticos e que me é de especial interesse: a relação entre as profissões, a legitimidade das hierarquias e o processo de racionalização das sociedades modernas. A fim de evitar as dissonâncias dentro do próprio funcionalismo, darei destaque aos argumentos de Talcott Parsons, sem sombra de dúvidas o principal expoente desta linhagem.

Sua teoria da evolução social é uma teoria da modernização, definida pelo processo de diferenciação social que lhe é peculiar – a separação das esferas institucionais em funções especializadas, mas interdependentes – e pelo individualismo institucionalizado – o culto ao indivíduo e a valorização da liberdade e igualdade individuais. Por um lado, a diferenciação institucional é uma resposta adaptativa dos sistemas sociais de modo a controlar o (e se ajustar ao) ambiente. Mas, e por outro lado, modernização é também um fenômeno moral, porque imbricado nos valores últimos, ou seja, no sistema cultural (Parsons, 1951). Nesse sentido, a

[17]Apesar de semelhantes, *status* e prestígio ocupacional são categorias distintas cujo embasamento teórico é também distinto. Uma boa revisão dos fundamentos, bem como das consequências empíricas de cada abordagem pode ser econtrada em Treiman e Ganzeboom (1992). Para uma crítica, ver Goldthorpe e Hope (1972).

[18]Veja-se por exemplo esta passagem de Talcott Parsons, que está longe de negar a existência das classes o os conflitos entre elas. "I believe that class conflict is endemic in our modern industrial society. I do not, however, believe that the case has been made for believing that is the dominant feature of every such society, and of its dynamic development". (Parsons, 1949, p. 25).

teoria da estratificação de Parsons é, ao mesmo tempo, uma teoria da cultura, dos valores, e uma teoria das instituições – e, por conseguinte, das suas funções no processo de socialização e alocação dos indivíduos em posições desiguais.

Num *continuum* esquemático onde "sociedades primitivas" e "modernas" *ideal tipicamente construídas* estariam em lados analiticamente opostos, critérios adscritos e personalistas fornecem os *parâmetros culturais de avaliação* de desempenho da ação individual nos sistemas social e político das primeiras. Já nas "sociedades modernas", tais processos se baseariam nas características adquiridas (desempenho) e impessoais (universalismo) como critérios *legitimados culturalmente* responsáveis por fazer a alocação dos indivíduos nos sistemas de estratificação e político, respectivamente.

Vale dizer, tratar os "critérios legítimos" de alocação enquanto ferramental analítico para caracterização de um processo de diferenciação histórico-social construído de modo ideal tipicamente nem de longe implica em assumir que apenas tais critérios operam enquanto mecanismos sociais concretos no curso do processo de modernização. Ao contrário, o ponto central reside no fato de que, no plano macrossocial, a mobilidade e a fluidez das sociedades modernas constituem imperativos funcionais *valorativos* do desenvolvimento industrial e da racionalidade moderna. No plano micro, *a possibilidade de experiência da mobilidade* e as chances futuras *percebidas* fornecem os parâmetros estruturais que moldam as respostas individuais aos sistemas político e de estratificação. Dessa forma, a legitimidade da mobilidade social enquanto *valor,* e não necessariamente a sua concretização empírica distribuída homogeneamente, é que cumpre a função de articular os elementos macro e microssociológicos dos sistemas sociais.

É exatamente aqui que pode ser encontrado o elo entre as profissões e o sistema de estratificação. As profissões são uma classe especial de ocupações que não se definem somente pelo seu caráter utilitário e auto-interessado. São *role models* específicos que se institucionalizam em torno do conteúdo técnico da função, orientadas normativamente para o serviço da coletividade. Nesse sentido, a importância das profissões reside exatamente na posição-chave que ocupam no sistema cultural porque estão vinculadas diretamente a normas de comportamento, tais como competência técnica, confiança e integridade. São elas que, no interior da estrutura ocupacional, atuam como portadores do conhecimento técnico e difusoras da racionalidade cognitiva, expressão institucional da sociedade moderna (Parsons, 1951). O "lugar" das profissões na teoria da estratificação parsoniana está vinculado à posição funcional e à autoridade cultural que possuem. Nesse ponto, vale a pena relembrar a observação de Parsons de que Weber não diferenciou a autoridade burocrática da autoridade profissional

(Parsons, 1964b). A primeira origina-se da hierarquia organizacional e é específica do cargo no interior da estrutura burocrática. A segunda deriva justamente da deferência dispensada aos portadores do conhecimento técnico, racionalizado e legitimado culturalmente.

É bem verdade que, ao dar destaque para os atributos na tentativa de localizá-las no interior do sistema cultural, acaba-se por naturalizar as profissões e, mais do que observar o que elas de fato são, comprar a ideia do que os profissionais mesmo *dizem ser* (Hughes, 1993 [1965]). Como apontou este autor,

> Professionals *profess*. They profess to know better than others the nature of certain matters, and to know better than their clients what ails them or their affairs. This is the essence of the professional idea and the professional claim. From it flow many consequences. The professionals claim the exclusive right to practice, as a vocation, the arts which they profess to know, and to give the kind of advice derived from their special lines of knowledge (Hughes, 1993 [1965], grifo no original).

Desta forma, a perspectiva parsoniana é incapaz não apenas de apreender a variação institucional das profissões (Johnson, 1972) e o processo pelo qual elas *se tornam, efetivamente, profissões*, no que seria destacado como o processo de *profissionalização* (Wilensky, 1964). Este autor apontou uma série de eventos que, em sequência razoavelmente bem definida, implicavam na transformação de uma ocupação em profissão. A sequência inicia-se com a ocupação tornando-se um trabalho em tempo integral e passa pela criação de escolas de treinamento que podem vir a se transformar em nichos autônomos no sistema de ensino superior; posteriormente conseguem a restrição legal do exercício através do licenciamento ocupacional para o controle autônomo da atividade e, finalmente, um código de ética e conduta é estabelecido. Posteriormente, Larson (1977) mostraria como esta eventual sequência constitui em um processo que, de forma aparentemente paradoxal, garante o privilégio através do fechamento através de uma justificativa ideológica de base universalista e meritocrática.

Apesar da pertinência das críticas, por outro lado, não me parece que o mais importante na perspectiva funcionalista sobre as profissões seja a sua capacidade de apreender, de fato, se as profissões são isso ou aquilo. Se o médico é o ou não é imparcial, ou se os profissionais atuam de forma *desinteressada* em oposição à motivação egoísta do empreendedor. Antes disso, o mais importante é que *se acredita que assim seja* e, justamente por isso, difundem-se os valores que dão sustento a uma estrutura social em que a mobilidade social ascendente é norma de conduta. Se a sociedade moderna se distingue das demais pela *legitimidade* concebida ao universalismo e à racionalidade, é também através das profissões que esses valores se encrustam no interior da estrutura ocupacional. As profissões são, desta forma, a *institucionalização*

normativa daquilo que a sociedade moderna *pretende* ser, mesmo que o referencial normativo não se efetive no nível empírico das relações sociais concretas.

O que me parece mais relevante, portanto, não é reconhecer em Parsons – ou no funcionalismo que influenciou – um grande "ideólogo" da sociedade moderna [19] e eventualmente o formulador de discurso "liberal" que mascara desigualdades das mais diversas sob o "falso discurso da meritocracia" (Erikson e Goldthorpe, 1992; Goldthorpe, 2000). Tampouco é o mais importante que ele tenha "comprado a visão" que os próprios profissionais têm deles mesmos, de modo que me parecem superficiais as críticas que apontam que o funcionalismo "formula uma imagem da profissão […] cujos praticantes são altruístas e plenamente desejosos de trabalhar para o bem comum" (Diniz, 2001, p. 18).

O mais relevante é que ele chamou atenção para o modo como o sistema de estratificação moderno *também* depende da legitimidade normativa do grupo profissional para se sustentar enquanto um sistema de posições hierárquicas, até porque nenhuma hierarquia ou relação de dominação se sustenta sem uma dimensão valorativa que confere sentido à orientação da ação (Weber, 1999). Ou seja, uma avaliação moral referente à legitimidade dessas mesmas posições. Desta forma, a estrutura normativa que garante às profissões a posição de prestígio ocupacional e social da qual desfrutam é a mesma que se organiza em torno das diferenças de posições na sociedade moderna e, consequentemente, da mobilidade social.

A origem deste prestígio, cabe lembrar, não é atemporal, bem como é extenso o debate em torno de como as posições se hierarquizam. Todavia, existe um relativo consenso de que se estabelecem no topo da hierarquia de status aquelas ocupações que têm determinadas características em comum, mas em especial o domínio de algum conhecimento abstrato e a capacidade de racionalização sobre uma determinada área da vida social. Nesse caso, a versão empírica mais bem acabada pode ser encontrada na clássica obra de Treiman (1977). Este autor retoma o argumento parsoniano de que o processo de diferenciação social constitui em si mesmo a estruturação do sistema de estratificação e parte em busca de uma formulação universal das origens dos diferenciais de prestígio das ocupações. O prestígio ocupacional, para Treiman, é o indicador social sintético que agrega poder e privilégio. Como a especialização de funções carrega consigo diferenças inerentes de controle sobre recursos escassos, diferenciais de poder decorrem da combinação de três tipos de recursos: o conhecimento e as habilidades relevantes para o exercício de atividades socialmente valorizadas; o controle sobre recursos econômicos; e a autoridade (controle legitimado das atividades dos outros). Disto decorre que

[19]Isso seria, inclusive, "chover no molhado". Além de Gouldner (1970), outra excelente revisão das inúmeras críticas que Parsons recebeu, tanto "à esquerda" como "à direita", pode ser encontrada em Paixão (1989).

a similaridade básica entre todas as sociedades é o poder relativo exercido pelas várias ocupações.

As ocupações, portanto, são universalmente hierarquizadas em termos de poder e prestígio por um motivo simples: poder e prestígio são valorizados em todas as sociedades. As ocupações mais valorizadas são aquelas mais próximas aos "centros da sociedade" (Shills, 1968), ou seja, as posições sociais que medeiam as relações com a ordem da existência (o sistema cultural) e aquelas próximas ao controle da regulação institucionalizadas das relações sociais (como as leis) e da necessidade legitimada da busca pela eficiência econômica (adaptação).

> In this conception, occupations *have* prestige and people learn the prestige hierarchy along with the other lore and knowledge they acquire as part of their socialization to adult roles. The prestige of occupations is rooted in the structure of relationships of power and privilege that arises from the division of labor. These relationships produce a society-wide system of evaluations of occupations, which are known more or less well by every fully socialized member of society (Treiman, 1977, p. 60).

Desta forma, Treiman avalia o prestígio das ocupações em mais de 60 países e confirma a hipótese da similaridade básica da hierarquização universal, ao mesmo tempo em que descarta a possibilidade de que o prestígio poderia variar em função de grupos específicos dentro de uma mesma sociedade ou em virtude de fatores culturais entre elas. Ao final, elabora um índice universal de prestígio das ocupações, conhecido como a "constante de Treiman" (Hout e DiPrete, 2006).

Vale dizer que as principais objeções ao argumento de Treiman estariam mais na explicação da origem do prestígio do que no seu caráter universal. Dito de outra forma, enquanto uma típica explicação funcionalista, ela é inerentemente tautológica: a necessidade funcional é a causa mesma do fenômeno a ser explicado. Ao não definir a possível contribuição funcional dos papéis ocupacionais para a manutenção social independente da *proxy* que lhes serve de referência (o prestígio), a teoria não pode ser falseada (Stinchcombe, 1986). Indo mais além, ela desconsidera que o prestígio das ocupações pode ter sua origem não na necessidade funcional como uma característica inerente dos sistemas sociais, mas sim na capacidade diferencial de poder que os grupos têm de impor visões de mundo com relação à hierarquia das posições (Wrong, 1959; Haller, 1979; Star, 1983), ponto este que será um dos principais filões de exploração empírica da sociologia das profissões.

De fato, como notou Stinchcombe (1986), atribuir o prestígio às "funções universais" das profissões é essencialista e teleológico. Por outro lado, derivar este prestígio que existe em

todas as sociedades modernas, lembremos, apenas das artimanhas de profissionais auto interessados, soa um tanto quanto estreito. O conhecimento abstrato, racionalizado e "místico" aproxima as profissões do topo da estrutura ocupacional no capitalismo moderno. Se esta aproximação ocorre por meio de uma trajetória de sucesso "autônoma" ou com suporte do Estado, ou se é porque está mais próxima dos "centros da sociedade", é outra história.

O lugar das profissões no sistema de estratificação, portanto, não apenas é bastante claro, como também é percebido como símbolo de uma ordem social legítima numa sociedade cuja marca distinta é a racionalidade cognitiva que se aplica às especialidades decorrentes da divisão técnica e social do trabalho.

> With minor exceptions, there is extraordinary consensus throughout each society regarding the relative prestige of occupations. The prestige hierarchy appears to be a genuine Durkheimian social fact that exists independently of the particular values and attitudes of raters. Regardless of their views about what the prestige hierarchy ought to be, *people are generally capable of reporting what it actually is* (Treiman, 1977, p. 70, *grifo meu*).

As profissões são ocupações que se situam no topo da estrutura ocupacional porque carregam características específicas com respeito à sua localização no processo de modernização. Mas não custa lembrar da importante advertência de Merton (1970): as instituições são funcionais nas suas consequências, e não como condição *a priori* da integração dos sistemas, como sugeria Parsons. Desta forma, o desenvolvimento das profissões serviu ao e foi servido pelo processo de racionalização, mas não sem que isso tenha se dado também como resultante de trajetórias institucionais que se caracterizaram pela busca incessante de fechamento de mercado e pela garantia de privilégios.

1.2.3 Profissionalização, fechamento e monopólios

A sociologia das profissões que se estabeleceu após o domínio do funcionalismo teve o mérito de mostrar que a imagem construída dos profissionais não era resultado de um processo natural de diferenciação. Mesmo que se admita que seja funcional à integração dos sistemas, a posição das profissões também se origina do conflito. Em boa parte, o argumento se organiza em torno da ideia de *profissionalização*, processo pelo qual as ocupações alcançam o *status* de profissão. Embora já abordada por Wilensky (1964), o modo como este autor tratou da questão tornava o processo de profissionalização quase que o resultado automático da divisão do

trabalho especializado. Numa simplificação, Wilensky sugeriu etapas sucessivas ao que Parsons via como resultado inerente da divisão do trabalho na sociedade moderna.

Foram autores com lastro interacionista que se ocuparam das primeiras críticas contundentes ao funcionalismo e, como não poderia deixar de ser, a investigação se deu ao nível de observar, *in loco*, o que faziam os profissionais. Nesse sentido, foi o estudo do *site location* que tratou de desmitificar, logo de saída, a figura do médico altruísta, agindo de forma desinteressada e coletivamente orientada. Mais do que isso, como apontou Hughes (*op cit*), o estudo das profissões deveria ser visto de saída como um estudo de mobilidade social, individual e coletiva.

> The first is the rise of the individual by getting into an occupation of high prestige, or by achieving special success in his occupation. The second is the collective effort of an organized occupation to improve its place and increase its power, in relation to others (Hughes, 1993 [1965], p. 367).

Ao destacar o processo de profissionalização especialmente como mobilidade coletiva, portanto, as análises se voltam para a constituição de um grupo diferenciado no interior do sistema de estratificação. Se Parsons, Treiman, Davis e Moore atribuíam esta posição à centralidade das funções exercidas pelas profissões, o foco agora se desloca para a trajetória historicamente situada que culmina na posição diferenciada. Em *Profession of Medicine* (1970), a questão colocada por Freidson vai exatamente nesta direção: de onde vem a capacidade para gerir o controle social do desvio? A resposta é que é a capacidade de estabelecer a autoridade sobre o "problema social" o que permite controlar as tarefas e um nicho específico na divisão do trabalho ou, nos termos de Gusfield (1984), controlar a dimensão cognitiva do problema social pela autoridade da perícia e/ou da solução.

É a autonomia legítima e organizada que provê independência da autoridade externa e garante às profissões o poder para declarar que as avaliações dos *outsiders* são ilegítimas. Mas esta combinação de autonomia e autoridade como fonte do *status* profissional depende inevitavelmente da proteção e da patronagem de um segmento da elite social que é convencido continuamente de que há algo de valoroso e especial no seu trabalho (Freidson, 1970, p. 72). E é exatamente aqui que entra em cena o sistema de ensino superior e o seu papel de legitimação do conhecimento que serve de base à atividade profissional.

Magali S. Larson (1977) foi quem desenvolveu de forma mais bem articulada a relação entre os processos de fechamento e a base cognitiva das profissões. Embora fortemente influenciada pelos trabalhos de Hughes e Freidson, Larson vai elaborar uma teoria que mescla

os níveis micro e macrossociológicos do *profissionailismo* enquanto um novo sistema de estratificação orientado para a moderna divisão social do trabalho. Profissões existem desde o período pré-industrial, afirma Larson, o que mudou foi que o profissionalismo emergiu como principal sistema de valores legitimador de desigualdades na modernidade contemporânea. Veja-se que a proposição relativa à centralidade das profissões como base de sustentação normativa do moderno sistema de estratificação não é muito diferente do sugerido por Parsons. O que muda é a função cumprida pela ideologia (o análogo do sistema cultural parsoniano). Em Parsons o sistema de valores serve à manutenção da ordem social e da integração à medida em que as instituições se diferenciam, ao passo que em Larson, nesse ponto específico, é visto sob a chave da dominação de classe.

> Viewed in the larger perspective of the occupational and class structures, it would appear that the model of profession passes from a predominantly economic function – organizing the linkage between education and the marketplace – to a predominantly ideological one – justifying inequality of status and closure of access in the occupational order. (Larson, 2013, p. xviii)

Justamente por isso, o processo de *profissionalização* é também um projeto de dominação que traduz um tipo específico de recursos escassos em outro – conhecimento e habilidades em recompensas sociais e econômicas (Larson, 1977). Nesse sentido, envolve tanto controlar a produção do conhecimento e dos seus portadores como também a oferta de serviços no mercado. Controle sobre a *produção dos produtores* e *fechamento de mercado* são as ideias centrais do processo de profissionalização em Larson.

O primeiro nos leva ao modo como o conhecimento e a ciência são organizados através de uma base cognitiva que não é apenas padronizada, mas exclusiva. Específica o suficiente para garantir distinção à "mercadoria profissão", mas que não pode ser demasiadamente codificada a ponto de que não seja aplicável algum critério de exclusão (Larson, 2013, [1977], p. 31). Na sociedade moderna, a organização da base cognitiva e a produção dos produtores estão alinhadas à produção científica e à moderna instituição universitária, como deixa bastante claro a passagem abaixo:

> The core of profissionalization project is the production of professional producers; this process tends to be centered in and aligned with the modern university. The university also tends to become the major center for the production of professionaly relevant knowledge. Both these processes – the producing of practitioners and researcher and the producing of knowledge pure and applied – tend to become increasingly integrated and coherent within the modern university. Training and research increasingly depend on the same institutional structure. Their evolution is at least partially subject to common conditions and is at least partially articulated with the larger society by the same institutional and extra-institutional mediations. Within

> the university, considerations derived from professional practice (influenced, that is, by the structure and conditions of a professional market) come to bear upon professional training; this practical considerations have a more or less direct influence upon the determination of what constitutes professionally relevant knowledge and even the upon the production of this knowledge. Thus, in its modern sense, profession appears to be a structure which links the production of knowledge to its application in a market of service: the training institutions are the empirical arena in which this linkage is effected (Larson, 2013, [1977], p. 51).

O vínculo institucional entre a produção dos produtores e as profissões, entretanto, embora condição necessária, não é suficiente para garantir o monopólio no mercado. O processo de profissionalização se efetiva finalmente no momento em que o monopólio é assegurado legalmente, ou seja, quando a prestação de serviços é legalmente patrocinada pelo Estado. Outro *insight* de Larson nesse quesito foi observar que o fechamento – por definição uma restrição – deve ser justificado ideologicamente a partir de bases estritamente universalistas.

> Closure is justified only in terms of the special skills acquired by professional producers who have been freely admitted to training and judged by universalistic criteria. These criteria refer to virtualities of the person which appear to be randomly distributed or else are the result of effort and moral virtues – such are intelligence, dedication and so on. For this ideological legitimation to be effective, meritocratic access to the educational system must have a semblance of reality (ibid, ibidem).

Este argumento é, de certa forma, radicalizado por Randall Collins em sua já clássica obra *The credential society.* As profissões enquanto estrato diferenciado na estrutura ocupacional configuram uma variante moderna da sugestão weberiana de que o processo de estratificação resulta do monopólio das oportunidades que se formam em torno dos grupos de *status* (Collins, 1979, p. 132). Nesse quesito, ganha proeminência a dimensão organizacional como o *locus* da materialização do fechamento. É na restrição das posições-chave nas organizações através da exigência da credencial – geralmente de ensino superior – que as profissões se efetivam num sistema hierárquico bem definido, como bem destacou Stinchcombe (1965). Posteriormente, Collins (1990) também viria sugerir que, na tentativa de reproduzir as mesmas características organizacionais das profissões clássicas, as "novas profissões" desencadeiam um processo de "emulação de *status*" sem que seja necessário o lastro com uma atividade de alta especialização técnica ou de base cognitiva consolidada.

A grande virada pós-funcionalista, portanto, decorre de que se deixa de buscar o que é inerente às profissões e seu lugar privilegiado no processo de modernização para inverter esta relação. As profissões se beneficiaram do processo de modernização na medida em que, ao tempo em que conseguiram se colocar enquanto ocupações distintas das demais, se valeram de valores como universalismo e racionalidade para garantir a unificação de sua base cognitiva e

a sua fatia no mercado. Vale a pena destacar a opinião de um revisionista recente que, ao criticar o que chama de "monopoly approach", apesar de acertar o alvo, erra no diagnóstico:

> Related, sociologists typically reduce the consequences of "professions" to those bearing exclusively on the occupational order and the stratification system. They assume or argue that professions (that is, expert occupations) differ from other occupations in only one respect: professions secure unnecessary monopolies in the labor market for expert services and thereby confer on practitioners inflated incomes and unwarranted perquisites of status. (Sciulli, 2009, p. 34).

O alvo certo me parece indiscutivelmente o enfoque sobre a relação entre as profissões e sua posição no sistema de estratificação. O erro no diagnóstico, por seu turno, é não reconhecer que o sistema de estratificação não se resume a um sistema de posições. Apreender o processo pelo qual as profissões ascendem ao topo da estrutura ocupacional envolve, necessariamente, apreender o que legitima tal hierarquia. As profissões não estão no topo da hierarquia apenas porque conseguem fechar mercado, mas sobretudo porque conseguem fazê-lo a partir de uma justificativa que se alinha perfeitamente ao sistema de valores dominantes. Sem base de sustentação normativa, nenhuma profissão teria exclusividade em nichos de mercado. Por paradoxal que pareça, é principalmente porque são universais nos valores que propagam que as profissões criam monopólios[20].

Embora não colocado nesses termos, este também é o ponto que leva Abbott (1988) a se debruçar sobre o sistema de profissões. Tal como Weber, Abbott assume que a organização social da expertise, incluídas aí suas formas de controle, estão na raiz das estruturas de dominação. Logo, são os conflitos que perpassam esta organização que permitem apreender a dinâmica de formação e desenvolvimento do sistema de profissões. "It is the history of jurisdictional dispute that is the real, the determining history of the professions" (Abbott, 1988, p. 10).

Tal como os demais, Abbott se preocupa em entender a formação dos monopólios – o que ele prefere chamar de jurisdições – mas aponta que a análise isolada das profissões obscurece um dos pontos mais importantes da questão: as disputas em torno das jurisdições. A formação dos monopólios enquanto uma sequência de eventos que levam ao controle e a autonomia do trabalho não permite apreender como esses mesmos eventos se deram a partir da

[20] Veja-se que a justificativa recente para que o Ministério da Educação no Brasil, sob solicitação classe médica, tenha proibido a abertura de cursos de medicina nos próximos 5 anos repousa na proteção à população para evitar que esta seja vítima da eventuais erros de médicos "mal formados". Não há justificativa mais universalista do que a saúde da população (garantida constitucionalmente), sem a qual tal controle de produção dos produtores dificilmente seria aceito legalmente.

constante disputa com outras ocupações que pleiteavam o mesmo nicho de atividades no mercado de serviços.

Nesse ponto, não é por acaso que Abbott se preocupa em apresentar um conceito bem definido de *profissão*: *grupos ocupacionais exclusivos que aplicam um conhecimento abstrato a casos particulares* (Abbott, 1988, p. 8). Veja-se que a ideia de exclusividade, ao se encontrar embutida no conceito logo de saída, permitirá a Abott tratar com maior flexibilidade as disputas que se formam em torno dos casos particulares em questão. E, mais do que isso, permitirá hierarquizar as profissões em termos do grau de domínio exercido em relação a esses mesmos casos. Afinal, o modelo de profissionalização isolado indica que as profissões *tendem* à busca infinita pelo monopólio de determinada área; algo que, se é logicamente possível nesse modelo, não é factualmente observado. Na acepção de Abbott, é mais fácil compreender porque num mesmo nicho de mercado surgem hierarquias com maior ou menor autoridade sobre a base cognitiva que lhes serve de origem – o caso de médicos e enfermeiros, por exemplo.

Nesse quesito, o conceito de sistema se impõe justamente para bem apreender-se tanto a dinâmica da competição interna, como a sua relação com o ambiente externo. Internamente, as propriedades do sistema envolvem a conectividade entre as partes, o domínio de espaço (jurisdições), a residualidade que emerge dos conflitos não solucionados e o grau de sistematização do conhecimento (Abbott, 1988, pp. 108-110). É a partir daí que surgem as fontes internas de diferenciação do sistema, ou seja, porque algumas profissões se dividem ou se estratificam internamente e como passam a ocupar espaços distintos dentro das estruturas organizacionais.

Já as fontes de diferenciação externas se encontram nos ambientes social e cultural dos sistemas de profissões, de que trato a seguir.

1.2.4 As fontes externas de diferenciação: tecnologia, organização e conhecimento

Seja a partir da noção de sistema ou de profissionalização, não existe discordância quanto ao fato de que algumas forças têm contribuído para a diferenciação das profissões ao longo da história. São elas a tecnologia, o crescimento das organizações burocráticas e o modo de organização do conhecimento.

Os dois primeiros podem ser localizados no que Abott chama de ambiente social do sistema de profissões e seus efeitos se fazem sentir principalmente sobre a configuração da divisão técnica e social do trabalho. Como notou Weber (1999), a divisão do trabalho tem efeitos que levam à separação de tarefas e interesses instrumentais das relações pessoais,

possibilitando a busca por arranjos anônimos e racionalizados para a solução de problemas. É esta solução que, ao mesmo tempo em que organiza a relação de dominação racional-legal da autoridade especializada, distingue as tarefas ordinárias daquelas que exigem um maior grau de treinamento. O desenvolvimento tecnológico, assim, acaba inevitavelmente por criar problemas técnicos que precisam de soluções que só podem ser (ou que serão melhor) providas pela aplicação do conhecimento especializado. Nesse ponto, Abbott não poderia se parecer mais com Parsons ou Durkheim:

> As these problems became more technical, the requisite educational increased correspondingly, and civil engineering achieved professional status by the late eighteenth century in France. The mechanical engineers were a later, artisanal group transformed into a professional one as manufacture became more and more complicated. Electrical engineers appeared similarly, although later and much more rapidly (Abbott, 1988, p. 92).

A tecnologia isoladamente não pode ser vista como a causa do desenvolvimento profissional, mas ela contribui tanto para que novas soluções sejam demandadas como também para que velhas soluções se tornem obsoletas. É verdade que reconhecer o efeito tecnológico sobre a divisão do trabalho é quase um truísmo. Mas, na medida em que o desenvolvimento tecnológico se encontra atrelado ao desenvolvimento do campo científico – ou, em sentido contrário, é o campo científico quem legitima boa parte do que se passa no campo tecnológico (Ben-David, 1974) – a divisão do trabalho especializado aumenta em grau relativo o seu estreitamento com o campo tecnológico. Talvez o caso recente dos "profissionais da computação" seja um bom exemplo de como as jurisdições podem ser redefinidas. O fenômeno do "big data" tem tornado mais fluídas e abertas, para esses novos profissionais, todas as fronteiras de atuação profissional que são fechadas às demais profissões.

O segundo determinante da divisão do trabalho que irá afetar a diferenciação do sistema de profissões é o crescimento da grande organização burocrática (Abbott, 1988; Larson, 1977). Alguns autores chegam a considerar mesmo que o sistema de estratificação das sociedades contemporâneas é delineado no interior das organizações, fenômeno chave do nosso tempo (Stinchcombe, 1968; Perrow, 1986). Além disso, como assegurou Bendix (1956), um dos principais efeitos da organização burocrática sobre a organização social é o de assegurar o componente ideológico da divisão do trabalho, ao tempo que distribui desigualmente as recompensas a partir de um critério racional que tem a eficiência como parâmetro de mensuração do trabalho.

A grande organização burocrática se diferencia como resultado da divisão do trabalho sob o efeito mediador do tipo de tecnologia utilizada e do bem/serviço produzido. Mais flexível em modelos voltados para a produção customizada; fortemente burocratizada, diversificação entre redes de comunicação formais e informais e elevado nível de especialização de pessoal em modelos de produção em massa (Stinchhcombe, 1986). Se é verdade que a oposição entre a administração burocrática e profissional foi tida como fonte de conflito potencial entre esses respectivos tipos de autoridade, é a especialização das funções organizacionais que servirá de base para que os profissionais se legitimem face ao modelo burocrático.

O conflito entre "especialistas" e "administradores" surge de forma mais pronunciada em organizações não especializadas e com menor grau de complexidade (Perrow, 1986; Etzioni, 1974), ao passo que nas "organizações especializadas", na acepcção de Blau (1973) – tais como hospitais e empresas estatais – a autoridade profissional se legitima em canais independentes da autoridade burocrática. De outro lado, chamando atenção para a diversidade organizacional das corporações e agências estatais, Abbott (1988, p. 168) denominou-as de "ambientes multiprofissionais".

O crescimento da grande organização burocrática reflete não apenas o desenvolvimento do capitalismo organizado e da submersão do sistema econômico às relações sociais, na clássica acepção de Polanyi, mas também a diferenciação das funções do Estado enquanto regulador da vida social. Como notou Gusfield (1989, p. 431), a sociedade moderna é permeada por uma sorte de "cultura do problema público" que, ao demandar sistematicamente da autoridade pública a perícia e a solução racionalizada desses "problemas", resultou no que Perkin (1989) chamou de *"welfare state* organizado profissionalmente". A expansão do Estado de Bem-Estar ao longo do século XX, a despeito das inúmeras variantes institucionais que assumiu (Esping-Andersen, 1991; Iversen, 2005), tem entre suas características dois eixos estruturadores que, se não são os únicos, lhe são centrais: a criação de mercados profissionais e a legitimidade da atuação profissional frente a esses mercados (Perkin, 1989).

Expande-se, nesse caso, não apenas o Estado como autoridade pública organizada, mas como autoridade profissional, diferenciado internamente nas suas funções que se estruturam em torno da régua da cidadania (Marshall, 1965; Bertilson, 1990). Como nota Larson nesse ponto em especial, o projeto profissional de professores e assistentes sociais nos Estados Unidos foi mediado pelas organizações burocráticas que eram as matrizes da sua especialização ocupacional.

A terceira fonte de diferenciação profissional se encontra no que Abbott chama de ambiente cultural do sistema e se estrutura em torno da organização do conhecimento e,

inevitavelmente, no seu vínculo com a universidade moderna. Para alguns autores, é o próprio treinamento de ensino superior que define, em grande medida, as profissões. Na concepção de Bledstein (1978), por exemplo, profissão é

> a full time occupation a full-time occupation in which a person earned the principal source of an income. During a fairly difficult and time-consuming process, a person mastered an esoteric but useful body of systematic knowledge, completed theoretical training before entering a practice or apprenticeship, and received a degree or license from a recognized institution […]. As professionals, they attempted to define a total coherent system of necessary knowledge within a precise territory, to control the intrinsic relationships of their subject by making it a scholarly as well as an applied science, to root social science in the inner needs and possibilities of documentable worldly processes. (Bledstein, 1978, p. 82).

Embora menos rigoroso quanto à acepção do termo, Ben-David (1963) reconhece inequivocamente no sistema de ensino superior a origem e a transformação dos profissionais. Analisando este fenômeno até meados do século XX, aponta que modelos distintos de diferenciação profissional decorrem do modelo de expansão do ensino de terceiro grau e do modo como este é condicionado pela estrutura de classes em cada sociedade.

> This is how various systems of education have influenced the rates of growth and the varieties of the professions. European types of academic systems have been much less inclined to adjust to changing needs for professionally trained people than the United States, or, partly, the Soviet systems. As a result, the latter have expanded more rapidly and into more fields than the former. These different degrees of flexibility or tendency to innovation of the academic systems are due to differences in the class structure of these societies. Without going into great detail, European societies used to have – and perhaps still have – relatively closed and permanent central elites. Universities have been closely linked to these elites and tended to adopt conservative policies concerning academic innovations. In the United States, where class structure has been more equalitarian and decentralized, and in the U.S.S.R., where the power of the elites other than that of the party has been drastically curtailed, much more flexible academic policies have prevailed (Ben-David, 1963, p. 272)

Com efeito, a expansão e a diversificação dos sistemas de ensino superior ao longo do segundo e terceiro quartéis do século XX se combinou com o crescimento e a diferenciação das profissões em praticamente todos os países ocidentais desenvolvidos. Esta diversificação dos modelos clássicos europeus e norte americano, é verdade, já havia se intensificado na segunda metade do século XIX, como nota Jarausch (1983). Mas foi especialmente a partir da década de 1960 que a diversificação passou a estar associada a universalidade de acesso através da combinação de três tipos distintos de estímulo: (i) a demanda por inclusão social (ii) associada à resistência à abertura do tipo "clássico" (iii) no contexto de maior demanda por mão de obra

qualificada (iii) (Prates, 2005). Não por acaso, como destaquei anteriormente, os "profissionais" são, na grande maioria das vezes, vistos como uma classe que se origina desta combinação.

Mas é problemático derivar os processos de profissionalização e diferenciação das profissões de uma associação determinada entre as profissões e a universidade. Na Inglaterra, por exemplo, era mínima a conexão com a universidade no momento de profissionalização das mais clássicas profissões, o direito e a medicina (Abbott, 1988, p. 196). Na Alemanha Imperial os graduados eram antes de tudo servidores públicos e só posteriormente viriam se organizar em profissões enquanto ocupações distintas do cargo (Jarausch, 1990, p. 9). Mesmo no Brasil, como mostrarei no capítulo 2, a função do diploma de ensino superior para a institucionalização do tipo social do profissional só se estabeleceria depois de 1930, mais de cem anos depois da primeira Universidade ter sido fundada no país.

Assim, conquanto a configuração do sistema de ensino superior tenha sido um fator, na maioria das vezes, crucial para a expansão e diferenciação profissional, é prudente tomá-lo, como o faz Abbott, como ambiente externo, e não como elemento estruturador por definição do sistema. Seu efeito final sempre dependerá da conjugação de outras forças, como a capacidade das ocupações em levarem adiante seu projeto profissional e as disputas em torno dos espaços de jurisdição, bem como o papel do Estado enquanto regulador e certificador, como sugere Jarausch (1983)

> Both processes [surgimento das profissões acadêmicas e profissionalização das carreiras] within and without the university take place in an interactive triangle composed of the professions (with its practioners and organizations), the state (as regulator and certifier) and institutionalized higher education (as training ground) (Jarausch, 1983, p. 29).

Como bem se pode ver, uma ponta do triângulo é o modo como o Estado contribuiu para o desenvolvimento das profissões, mas também como as estruturas do Estado possam ter se forjado, ao menos parcialmente, à luz desse desenvolvimento, como destaca Johnson (1982). Esses são pontos críticos que discuto a seguir.

1.2.5 As profissões e o Estado

O modelo de profissionalização desenvolvido pela chamada "escola monopolista" foi elaborado principalmente a partir dos exemplos norte-americano e inglês. Mesmo que sensível ao papel do Estado como organização e seus efeitos sobre as profissões, a preponderância analítica sempre se encarregou de mostrar como as profissões se organizam no mercado e

desenvolvendo capacidades organizacionais para, a partir daí, adquirirem autonomia e pleitearem monopólios e jurisdições.

A partir da década de 1980, a reconstituição histórica das profissões em países da Europa Continental começou a ganhar destaque através do chamado "modelo continental", em oposição ao "modelo anglo-saxão" (Rueschemeyer, 1986). A "terceira onda" dos estudos de profissões (Jarausch, 1990) ficou marcada principalmente pela centralidade do Estado e pelo questionamento da dualidade "autonomia x controle".

Até então, o Estado era considerado, predominantemente, como a instituição que legitimava as relações privadas no campo profissional, sem qualquer papel efetivo na definição do conteúdo das atividades, da formação e da estrutura organizacional de ensino. Tampouco interferia diretamente na relação, de caráter privado, entre os profissionais e sua clientela. O desenvolvimento da medicina e da advocacia nos Estados Unidos e na Inglaterra, principais exemplos deste modelo, teria sido o resultado bem sucedido da capacidade de implementação do projeto profissional à revelia das interferências estatais. Tratar-se-ia de garantir, via relações mercantis, o espaço legítimo da prestação dos serviços através do autocontrole e gerenciamento do escopo de atividades e valores comuns ao grupo profissional.

No caso do modelo da Europa Continental, foi o desenvolvimento do Estado o principal propulsor do campo profissional. O processo de profissionalização, ao ser puxado pela expansão da burocracia pública e dos sistemas de ensino superior, moldou as formas institucionais do trabalho profissional e até mesmo as orientações culturais e valorativas dos seus grupos e associações (Rueschemeyer, 1986). Justamente por isso, os profissionais alemães, por exemplo, diferentemente de seus pares ingleses e norteamericanos, tiveram (e ainda têm), uma orientação normativa fortemente calcada em valores de lealdade à autoridade e ao ethos do serviço público. Foi esta estrutura valorativa, inclusive, que garantiu a legitimidade para que os profissionais reivindicassem o caráter de interesse público das suas atividades na Alemanha. A diferença entre as trajetórias de profissionalização se deve ao momento histórico em que se dá, por um lado, a "racionalização burocrática da regra" e, de outro, "a extensão das trocas de mercado, seguida ou acompanhada da transformação da produção sob o controle dos donos do capital" (Rueschemeyer,1986, p. 123). Em outros termos, o que se está dizendo é claramente a constituição das estruturas do Estado Moderno e da institucionalização do mercado livre.

> Where a centralized bureaucratic state emerged in advance of a full-blown capitalism, it set the cast for expanding role of expert occupations; where the entrepreneurial transformation of exchange and production took place in the presence of a weaker administrative state apparatus, much more autonomous professional groups

> reorganized themselves so as to seize the new opportunities (Rueschemeyer, 1986, p. 123).

Como fica claro na passagem acima, em sociedades onde o desenvolvimento do capitalismo se consolidou em meio a um estado forte e centralizador nas suas estruturas de poder, espera-se uma maior simbiose entra as atividades profissionais e a burocracia pública. Embora não lidando diretamente com o tema da profissionalização, este é o quadro pintado por vários dos autores que analisam a formação do estado brasileiro e o papel das profissões clássicas, ainda "bacharéis", especialmente dos advogados e magistrados.

Por outro lado, mesmo o modelo continental está longe de ser uniforme. Em alguns casos, como mostra Krause (1996), a trajetória alemã do pós-guerra vem a se parecer mais com a dos Estados Unidos do que com a da França. Este autor, ao analisar a constituição das profissões de docente universitário, engenharia, direito e medicina nesses três países, além da Itália e da Inglaterra, introduz a configuração geral da relação entre Estado e mercado na produção de bens e serviços como uma variável externa, mas determinante, para o modelo de desenvolvimento das profissões. O eixo principal de sua análise é o que chama de "poder de guilda", a capacidade que tem as profissões de regular seu modelo organizacional e seus mercados. Nos Estado Unidos, observa, a cultura do profissionalismo se tornaria popular entre a classe média emergente do século XIX, mas seria somente a partir da década de 1920 que o sistema de licenças se espalharia como instituição reguladora e o poder de guilda atingiria seu auge justamente entre 1930 e 1960. Vale notar que não é por acaso que foi durante esses anos que o interesse pelas profissões emergiu no país, cujo tipo ideal baseado na autonomia e autocontrole se forjou no imaginário sociológico de inspiração funcionalista.

Na Inglaterra, por outro lado, como boa parte do treinamento profissional ocorria fora das universidades, o controle do estado sobre o sistema de ensino superior não significa, de modo tão pronunciado, o controle sobre a produção dos produtores, para usar o termo de Larson. Com efeito, a dissociação entre as universidades, o capitalismo e as profissões é uma característica única do caso inglês. Foi somente após a Segunda Grande Guerra que o crescimento do *Welfare State* inglês estabeleceu maiores mecanismos de coordenação sobre as profissões (Krause, 1996; Perkin, 1989).

Na França, diferentemente dos demais países, os profissionais carregam um *status* de segunda classe *vis-a-vis* a "nobreza de Estado" (Bourdieu, 1989). Isto ocorre por conta do modo como, historicamente, as principais posições de prestígio no sistema de estraficação francês se originaram da simbiose entre a alta burocracia, as *grandes écoles* e, com o passar do tempo, as grandes corporações. Krause mostra como, apesar da enorme variedade de regimes políticos ao

longo dos séculos XVIII e XIX, a única força constante foi a da burocracia central do Estado, inclusive nas províncias. Posteriormente, esses altos burocratas, saídos das *grandes écoles*, passariam a se revezar no circuito da alta burocracia estatal e nas posições-chave das grandes corporações. Os demais profissionais formados no sistema universitário não conseguem ascender às posições de maior prestígio nas grandes organizações públicas ou privadas (Krause, 1996, p. 125), embora tenham se constituído como uma tecnocracia de Estado após a segunda grande guerra.

Na Alemanha, as posições-chave da burocracia eram ocupadas pela aristocracia egressa das universidades. O prestígio profissional advém da sua elevada correlação com o serviço público civil, na Alemanha e na Prússia, e o sistema de ensino superior como braço do Estado já no período bismarckiano (Jarausch, 1990; Jarausch e Cocks; 1990). Após terem sido submetidas a um estrito controle sob um único órgão no período nazista, a junção do modelo centralizado pré-bismarckiano com traços do federalismo norte-americano reduziu parcialmente o grau de centralização do controle profissional.

Na Itália, uma confiança (talvez exagerada) originada nas profissões foi decisiva para a modernização do país (Malatesta, 1995). Por outro lado, como mostra Krause, a centralidade dos partidos políticos na organização social desse país levou a conflitos intra e entre profissões que, à diferença da Alemanha, por exemplo, estavam embutidos já de saída na relação entre as profissões e o Estado.

Mais do que os detalhes das trajetórias em cada um desses países, o que se destaca é a diversidade mesmo sob os chamados "Estados fortes". Tal variedade permitiu outros modelos interpretativos não dicotômicos, como por exemplo o de Siegrist (2002), que distingue quatro tipos de trajetórias: i) o modelo corporativo de "sociedade de guilda" do antigo regime (*ancien régime*) – França como principal exemplo; ii) as profissões públicas do estado burocrático-centralizado do século XIX – Alemanha como principal exemplo; iii) as profissões liberais do modelo anglo-saxão; iv) o modelo neocorporativista do moderno estado de bem-estar social dos países nórdicos. É bastante visível como os tipos se assemelham às tradicionais tipologias de *Welfare State* (Esping-Andersen, 1991) ou de tipos de capitalismo (Hall e Soskice, 2001).

Com efeito, a generalização entre a oposição "estado x mercado" no período formativo das profissões deixa, como já notara Johnson (1982), uma espécie de condição auto-excludente, uma falsa antinomia que leva ao fatalismo. Se "mais estado, menos autonomia"; se "menos estado, mais autonomia". Ao recontar duas das histórias que fornecem dois dos exemplos clássicos da autonomia profissional – a magistratura e a medicina inglesas – Johnson mostra

como o próprio limite da intervenção do Estado foi resultado do próprio desenvolvimento dessas profissões e de como elas moldaram a estrutura regulatória.

> Both the emergent forms of the liberal-bourgeois state and later the construction of an imperial state apparatus involved the transformation of professional occupations and processes integral to that of state formation; […]. The developing relationship of professions to state helped to define the limits and potentialities of state powers, functions and capacities as well as conditioning the possibility of independent action by occupational colleague networks (Johnson, 1982, p. 207).

O mais importante do argumento é justamente o destaque que confere à ramificação das atividades do Estado como uma via de mão dupla entre a institucionalização da autoridade cultural da profissão, nos termos de Starr (1983), e a estrutura de dominação política. Mas a variedade nem de longe impede a recorrência de alguns padrões. Afinal, como já notou Edmundo Campos Coelho (1999), a formação das profissões no Brasil em muito se aproxima de certas características do modelo italiano e francês. Elas foram instrumento estratégico de unidade nacional; suas elites e lideranças foram egressos das faculdades estatais, e não oriundos da massa de prestadores de serviço não credenciados, como na Inglaterra e nos Estados Unidos; o Estado teve um papel, desde o início, como instituição estratificadora das profissões, que se organizaram por iniciativa do Estado (Coelho, 1999, p. 248).

Também a relação das profissões com o Estado, no momento posterior à fase de formação das primeiras profissões, tem sido interpretada de maneiras distintas. Enquanto alguns autores veem no crescimento da grande organização burocrática e do Estado ao longo do século XX uma força potencial de poder (Larson, 1977; Perkin, 1989; Malatesta, 2012), outros, como Krause (1996, p. 22), sugerem que o poder de guilda foi abocanhado pelo Estado e pelo capitalismo. Freidson (2001), por sua vez, revisitando sua própria obra à luz das mudanças de mais de 30 anos – *Professional Powers* é de 1970 –, sugere que as profissões modernas operam numa espécie de "terceira via" de organização do trabalho entre o Estado e o mercado.

Ao que tudo indica, entretanto, o espectro profissional se tornou substancialmente mais diversificado do que nas suas fases iniciais (Brint, 1993; Evetts, 2012). Também as próprias ideias de "profissão", "profissional" e "profissionalismo" tem tido um apelo crescente nos mais diversos tipos de organização do trabalho, ocupações e contextos (Evetts, 2011). Desta forma, a relação entre as profissões e o Estado, se bem certo longe de grandes uniformidades era pelo menos marcada por certos padrões na sua fase formativa, tem hoje um grau muito mais elevado de heterogeneidade do que anteriormente.

Apesar disso, talvez o principal denominador comum gire em torno da *função* do Estado. É ela que parece guiar, em cada momento histórico, o grau de inserção no Estado no sistema de profissões e a extensão e profundidade dos monopólios profissionais. Por outro lado, essas concepções são, elas mesmas, forjadas ao longo desta relação (Burrage e Torstendahl, 1990; Malatesta, 2012).

1.3 O sistema de profissões no sistema de estratificação

1.3.1 Um modelo analítico

A partir da literatura abordada acima, é possível construir um modelo analítico para o estudo das profissões e sua posição no sistema de estratificação ao longo do tempo. Desta forma, é preciso clarificar os conceitos e as categorias analíticas que serão mobilizadas ao longo da tese.

O primeiro deles é, certamente, o conceito de *profissão*. Para os propósitos desta investigação, "profissões" são *grupos ocupacionais definidos institucionalmente e pretensamente exclusivos que aplicam um conhecimento abstrato a casos particulares.* A definição é muito próxima àquela sugerida por Abbott (1988), embora o "definido institucionalmente" tome emprestada a ideia da capacidade do estado em produzir classificações sociais legítimas. Como sugere Bourdieu, "Através do enquadramento que impõe às práticas, o Estado instaura e inculca formas e categorias de percepção e de pensamento comuns, quadros sociais da percepção, da compreensão ou da memória, estruturas mentais, formas estatais de classificação" (Bourdieu, 1994, p.116). Já o *pretensamente exclusivo* decorre da própria ideia de que o sistema é dinâmico, de modo que a exclusividade pode ser alcançada em algum ponto no tempo. Este detalhe é especialmente importante para permitir a comparação das profissões ao longo de um período histórico abrangente e justificar a classificação adotada[21].

Sugiro que é possível distinguir três sistemas institucionais que são especialmente relevantes para a análise das profissões. Um primeiro mais geral que se organiza em torno da *divisão social do trabalho*, que diferencia funções e especialidades na organização da atividade econômica e social, destinando uma localização privilegiada às profissões (Parsons, 1951; Treiman, 1977). Um segundo que diz respeito à *formação dos produtores* através da produção de credenciais, ou seja, o modo como a oferta de profissionais é construída socialmente a partir

[21] A justificativa da classificação adotada, que permite uma comparação das classificações ocupacionais no Brasil ao longo do tempo e ser fiel ao conceito adotado, ao mesmo tempo, se encontra no Anexo 1.

de um sistema que organiza o conhecimento e unifica cognitivamente a ocupação (Larson, 1977; Abbott, 1988; Jarausch, 1983). E um terceiro que trata do *fechamento* e assegura monopólios do mercado de serviços profissionais (Larson, 1977; Collins, 1979). Empiricamente, esses três sistemas se traduzem em: i) estrutura ocupacional e produtiva; ii) sistema de ensino superior; iii) regulamentação profissional.

A relação desses três sistemas é o que dá origem ao sistema de profissões. Desta forma, pode-se dizer inspirado em Abbott (1988) que as profissões se organizam em forma de sistema, mas, diferentemente deste autor, proponho que o sistema de profissões está na origem do estrato profissional enquanto grupo diferenciado no interior do sistema de estratificação. Nesse sentido, o "estrato profissional" ou a "classe profissional" é mais do que simplesmente o resultado de formas contratuais (Goldthorpe), de relações de produção (Wright), ou de posições com prestígio diferenciado (Parsons), da mesma forma em que o sistema de profissões é mais do que o modo de organização social da expertise (Abbott). Minha sugestão é a de que o estrato profissional pode ser visto como o resultado, em termos de posições sociais diferenciadas, da forma como se organiza o sistema de profissões ao longo do tempo. O sistema de profissões organiza e dá sentido à parte de cima da estrutura ocupacional. Mas o sistema de profissões é inerentemente *dinâmico,* enquanto o estrato profissional é *estático.*

A necessidade de se analisar a *dinâmica* do sistema de profissões, portanto, é exatamente para entender como se origina e se transforma o estrato profissional ao longo do tempo. Veja-se que o sistema de profissões é uma concepção abstrata e que não tem forma empírica que lhe seja inerente. As formas que assume são o resultado da relação dos três sistemas que lhe dão origem – estrutura ocupacional e produtiva, sistema de ensino superior e regulamentação profissional – e toma forma somente através do estrato profissional.

Além disso, tal como sugerido por Krause (1996), a configuração geral da relação entre Estado e mercado na produção de bens e serviços é uma variável externa determinante. Isto nos leva inevitavelmente a reconhecer o papel do Estado enquanto *organizador da atividade econômica* (Hall e Soskice, 2001) ao mesmo tempo em que o promotor de um sistema de estratificação (Esping-Andersen, 1991). Muito longe de discutir e de propor qualquer interpretação sobre esta relação, que é o principal fundamento organizador da sociedade moderna e que se traduz na relação da comunidade política com a autoridade pública (Bendix, 1969), apenas sugiro que: o grau de interferência sobre a atividade econômica e sobre a prestação de serviços sociais devem ser tomados como um pano de fundo *conjuntural* do modo como se organiza o sistema de profissões. No caso do Estado brasileiro, como destacarei nos

capítulos seguintes, são especialmente importantes suas faces desenvolvimentista e de bem-estar social.

Desta forma, o modelo de análise proposto na primeira parte da tese se organiza em torno dos três sistemas institucionais – divisão do trabalho, sistema de ensino superior e regulamentação das profissões – e tem como pano de fundo conjuntural as faces desenvolvimentista e de bem-estar social do Estado brasileiro. Estes dois últimos levam também, inevitavelmente, ao modo pelo qual o Estado assume o papel de empregador dos profissionais, ao tempo em que reconfigura suas políticas.

O quadro abaixo detalha cada um dos sistemas institucionais, sua correspondente tradução empírica, as variáveis mobilizadas para mensurá-las e as fontes utilizadas.

QUADRO 1-1 - MODELO ANALÍTICO PARA O ESTUDO DO SISTEMA DE PROFISSÕES

Modelo analítico para o estudo do Sistema de Profissões

Dimensão analítica		Tradução Empírica	Variável	Fonte
Sistema de Profissões	Produção dos Produtores	Sistema de Ensino Superior	Diplomas e Legislação	Censos, Legislação
	Fechamento	Regulamentação	Legislação, Indicador de Fechamento	Leis, Projetos de Lei, Censos
	Divisão do trabalho	Estrutura ocupacional/Produtiva	Ocupações/Setores de Atividade Econômica	Censos, Pnads
Estado	Função	Políticas Desenvolvimentistas	Setores de Atividade Econômica	
		Políticas de Bem Estar Social		
	Absorção	Público x Privado	% de empregados no Setor Público	

Fonte: Elaboração própria.

Na segunda parte da tese analisei as chances de mobilidade social do e para o estrato profissional. Diferentemente dos clássicos estudos de mobilidade na área de estratificação social, incluindo aqueles que têm sido produzidos no Brasil desde os trabalhos pioneiros de Bertram Hutchinson, José Pastore, Nelson do Valle Silva, Archibald O. Haller, passando pelos estudos mais recentes de Celi Scalon e Carlos A. C. Ribeiro, não é meu objetivo identificar o padrão de mobilidade social brasileiro, tampouco seu grau de fluidez. Diferente disso, o objetivo foi identificar padrões de mobilidade ascendente para o estrato profissional e de imobilidade dos profissionais e interpretá-los à luz das transformações do sistema de profissões. Em princípio, poderia analisar qualquer tipo de padrão de desigualdade que emerge e se transforma em sintonia com o sistema de profissões. Mas a escolha pela mobilidade tem uma

razão que se justifica para além disso: não apenas o padrão de mobilidade social ascendente ao estrato profissional depende das transformações no sistema, mas a própria configuração do sistema de profissões institucionaliza o que é a mobilidade social ao topo do sistema de estratificação. No Brasil, especialmente, isso é bastante claro. Desde que se institucionalizou a associação entre profissão liberal e diploma de ensino superior – como mostro no capítulo 2 – a ideia de pertencimento ao estrato superior depende em boa medida da posse do diploma, que significa "pertencer à classe média". Mas sabemos que, do ponto de vista da sua posição relativa no sistema de estratificação, essa "classe média" está muito mais próxima do "topo" do que da "média". Como nota Salata (2016), em todas as distribuições de recursos – sociais, econômicos, simbólicos, educacionais, etc. – a chamada "classe média" (a velha, não a nova) está muito acima da média. Não por acaso o debate em torno da "nova classe média" gerou tanta polêmica. De certa forma, também estava-se discutindo se a "nova classe média" havia surgido de um processo de mobilidade social ou apenas dos ganhos relativos de rendimento – não por acaso, também, o debate ficou polarizado, em alguma medida, entre economistas (classe enquanto renda) e sociólogos (classe enquanto ocupação).

Desta forma, quando se observa que essa associação está se desfazendo parcialmente, a própria ideia da mobilidade social ascendente é ressignificada socialmente. Buscar apreender como tem se dado o padrão de mobilidade social ao estrato profissional é, portanto, entender como o próprio sistema se reconfigura.

Capítulo 2 - Um sistema em formação: os profissionais antes da regulamentação

Jarausch pode lastimar o declínio das ideias liberais entre os profissionais alemães precisamente porque eles as tiveram; não há perdas a lamentar entre os profissionais brasileiros (Coelho, 1999, p. 290).

2.1 Introdução

A partir do modelo analítico construído no capítulo anterior, mostro nesse capítulo que, até a década de 1930, *o sistema de profissões no Brasil se encontrava em formação*. Mas, diferentemente do que ocorreria nos dois próximos períodos do sistema, o de expansão e o de fragmentação, há uma peculiaridade que decorre do próprio objeto e do contexto no qual ele se situa. Estando em formação, os contornos dos sistemas institucionais que dão origem ao sistema de profissões não se encontravam suficientemente bem delimitados. A credencial educacional se confundia com a posição na estrutura ocupacional. A regulamentação era esparsa e não fixava os significados de *profissão* e a extensão do monopólio. Desta forma, o sistema de profissões se consolida enquanto arranjo institucional efetivamente na década de 1930 porque foi a partir dali, mais precisamente entre 1931 e 1942, que se firmaram *regras claras e, o mais importante, generalizadas,* para o estabelecimento de jurisdições do exercício profissional que redundam em monopólios de mercado.

Mas longe de reproduzir o argumento de que o que temos a partir de 1930 é uma ruptura drástica em relação à "velha" república com todas as suas mazelas e defeitos da experiência fracassada do liberalismo e de uma modernidade capenga[22], o argumento aqui é empírico. Aliás, diga-se de passagem, ao afirmar que o sistema estava em formação estou negando, por definição, que ele foi "inventado" a partir de 1930.

O argumento é construído a partir de eixos de análise que se entrelaçam ao longo da narrativa. O primeiro é a definição semântica mesma dos termos "profissão" e "profissional liberal" e o modo como este último, em especial, vai se lapidando ao longo do tempo para adquirir o sentido de "profissional de ensino superior". O ponto de chegada empírico é a CLT que passa a definir, semântica e legalmente, quem são os profissionais liberais.

Os dois seguintes são a estrutura ocupacional e o sistema educacional. O primeiro diz respeito à relação que os indivíduos estabelecem com o mundo do trabalho e da produção, enquanto que o segundo trata das instituições que organizam o ensino formal e distribuem as

[22] Para uma introdução à necessidade de se repensar a oposição, inclusive semântica, entre "Estado Novo" e "República Velha", ver Gomes e Abreu (2009).

credenciais. Como mostro adiante, um dos "sintomas" da instabilidade do (ainda em formação) sistema de profissões antes de 1930 é a própria *indiferenciação estrutural* entre a credencial educacional de ensino superior e a ocupação. Desta forma, o sistema de estratificação estruturava-se, do ponto de vista lógico-analítico, *ex-ante* à estrutura ocupacional.

O quarto eixo é de caráter político ou, para ser mais preciso, estrutura-se em torno do *sistema político*. Argumento que a tentativa da experiência corporativista enquanto forma de sistema representativo entre 1933 e 1937 (da constituinte ao golpe) contribuiu para definir as fronteiras simbólicas e legais dos "profissionais liberais" que, longe de constituir um grupo homogêneo do ponto de vista ocupacional e/ou dos seus interesses, passou a se unificar em torno do diploma de ensino superior enquanto critério de pertencimento e da sua relação com o Estado.

Por fim, como pano de fundo, tomo a expansão do Estado burocrático e as emergentes estruturas de bem-estar entre 1930 e 1945 como como arranjo institucional que irá realizar a acomodação e a estabilização do sistema de profissões.

2.1.2 Quem são os profissionais no sistema em formação?

O termo "profissão" ou "profissional" está longe de ser um conceito sociológico universal (como por exemplo seria o de "divisão do trabalho"[23]). Sua definição é fortemente contextual, variando entre países, línguas e mesmo dentro desses ao longo do tempo. O Brasil não foge à regra e, até o final da década de 1920 não havia nenhuma correspondência entre qualquer termo nativo e o conceito sociológico de "profissão". Mesmo o significado de "profissões liberais" assume conotações diversas no período que antecede à década de 1930.

À semelhança de outras línguas latinas e diferentemente das anglo-saxãs, o significado do termo "profissão" na língua portuguesa em pouco ou nada se diferencia de termos como "ocupação" ou "trabalho habitual". Veja-se, por exemplo, que entre o Censo de 1872 e o de 1991 o questionário quase sempre apresentou o termo "Profissão" como definição total ou parcial do que atualmente chamamos de "ocupação principal". É apenas a partir do Censo de 2000 que se oficializou a expressão "ocupação que exerce" [24].

[23] Para Bendix (1969, p. 5), "Like the concepts of other disciplines, sociological concepts should be universally applicable. The concept *division of labor*, for instance, refers to the fact that the labor performed is specialized; the concept is universal because we know of no collectivity without such specialization. [...] It is possible to remain at this level of universal concepts".

[24] O Anexo 2 apresenta a formulação relativa ao quesito ocupacional ao longo de todos os Censos Demográficos no brasil.

A instrução oficial para o preenchimento desse campo no Censo de 1890 é ilustrativa:

> Profissão: Se tiver mais de uma, declarar primeiramente qual a que dá maiores meios de subsistência e depois a outra ou outras por esta ordem de importância. Serão evitadas as denominações genéricas, devendo-se particularizar o gênero do negócio, a espécie principal da cultura, a matéria do ensino, o ofício artístico, a qualidade da indústria, o serviço operário, etc. Os funcionários deverão dizer se são gerais, dos Estados ou municipais. Os matriculados em colégios ou cursos primários, secundários ou superiores se inscreverão como estudantes escolares. Esta regra aplicará quanto a todas as aplicações do trabalho. Capitalista só será o indivíduo que, não possuindo bens de raiz, dispuser de numerário suficiente e não seguir profissão alguma. (Brazil, 1890, p.23-26, *apud* Barreto, 2009, p. 142).

Se o termo "profissão", até os dias de hoje, pouco se diferencia do termo "ocupação", o mesmo não se pode dizer do termo "profissional liberal" que, com o tempo, adquire o sentido de "profissional de ensino superior", mesmo que com algumas exceções.

Tomando o Censo de 1872 como ponto de partida, pode-se ver que "Profissionais Liberais" não chegavam a 1,0% da população total e eram formadas majoritariamente por Juristas (24,0%) e Empregados Públicos (43,0%)[25]. Os outros 33,0% eram compostos por Médicos e Cirurgiões (8,0%), Farmacêuticos (6,0%), Parteiros (5,0%) e Professores e Homens de Letras (14,0%). Embora não seja possível saber com exatidão o percentual de pessoas que ocupavam alguma função pública entre cada uma dessas "profissões", a carreira pública constituía o principal caminho ocupacional dos graduados de todas as formações. Carvalho (1981) notou que no terceiro quartel do século XIX, "o problema do excesso de bacharéis gerou o fenômeno repetidas vezes mencionado na época da busca desesperada do emprego público por esses letrados sem ocupação" (Carvalho, 1981, p. 67).

[25] É certo que vários dos empregados públicos poderiam ser Profissionais com diplomas de Ensino Superior, mas infelizmente não há como diferenciá-los.

TABELA 2-1 - ESTRUTURA OCUPACIONAL – CENSO DE 1872

Profissão	Total	Livres	Escravos
Profissionais Liberais	0,99%	1,23%	0,12%*
Militares, marítmos e pescadores	0,97%	1,18%	0,20%
Capitalistas e proprietários	0,46%	0,59%	0,00%
Prof. Industriais e Comerciais	1,75%	2,24%	0,00%
Operários	11,06%	12,85%	4,62%
Trabalhadores Agrícolas	46,83%	44,97%	53,51%
Pessoas Assalariadas (criados e jornaleiros)	5,91%	5,82%	6,25%
Serviço Doméstico	15,10%	16,07%	11,61%
Sem Profissão	16,92%	15,04%	23,68%
Total da população	100,0%	85,0%	15,0%

* Os escravos classificados como "profissionais liberais" são aqueles que desenvolviam ocupações "artísticas".
Fonte: Tabulações do Censo de 1872, IBGE. Cálculos realizados pelo autor.

Já no Censo de 1920, observamos uma mudança do que era considerado, *oficialmente*, as “Profissões Liberais”. Nesta edição estabeleceu-se uma maior preocupação em captar a dinâmica da divisão social do trabalho alavancada pelo crescimento urbano e industrial dos anos anteriores (Oliveira, 2003). Esta classificação obedecia a uma lógica que distinguia 4 divisões, 22 subdivisões e 46 grupos de profissões, segundo critérios organizados em torno do emprego da matéria prima, da sua transformação e do tipo de atividade.

O esforço classificatório aumentou em 15 vezes o número total de ocupações em relação ao Censo anterior (42 em 1906 e 636 em 1920) e refletiu também na captação relativa às chamadas “profissões liberais”, que foram organizadas em 5 grandes grupos: Magistério; Ciências, Letras e Artes; Judiciárias; Médicas; e Religiosas. Entretanto, se esses subgrupos são praticamente os mesmos de todas as edições anteriores, as profissões liberais, em número de ocupações desagregadas, saltam para nada menos do que 77 categorias, incluindo-se aí as mais diversas.

QUADRO 2-1 - LISTA DAS PROFISSÕES LIBERAIS NA CLASSIFICAÇÃO OCUPACIONAL DO CENSO DE 1920

Profissões Liberais segundo o Censo de 1920

Ciências, Artes e Letras		Judiciárias	Médicas	Magistério
Actor	Esculptor	Adjunto de promotor	Bactereologista	Educador
Agrimensor	Estatuário	Advogado	Dentista	Preceptor
Architecto	Historiador	Avaliador	Enfermeiro	Professor particular
Artista dramático	Interprete	Contador	Gynecologista	Professor publico
Artista lyrico	Inventor	Curador	Herborista	
Bailarina	Jornalista	Distribuidor	Medico	
Bibliothecario	Meteorologista	Desembargador	Oculista	
Botânico	Musico	Escrevente	Parteiro	
Calculista	Naturalista	Escrivão	Pharmaceutico	
Calligrapho	Organista	Juiz de direito	Pratico de farmacia	
Cartographo	Petrographo	Magistrado	Protheico	
Chimico	Photographo	Oficial de justiça	Veterinario	
Compositor de musica	Physico	Partidor	Cirurgião	
Conferencista	Pintor (artista)	Pretor		
Copista	Publicista	Promotor público		
Corista	Restaurador de quadros	Solicitador		
Dactilographo	Scenographo	Tabelião		
Dansarina	Stenographo			
Desenhista	Traductor			
Engenheiro	Zoólogo			
Escriptor	Xilographo			

Fonte: Anexo de Atividades e Profissões, Censo de 1920. Arquivo IBGE. Elaboração própria.

Segundo a definição oficial, os Profissionais Liberais, junto com Administradores e Trabalhadores da Segurança Pública, são todos aqueles que não estão diretamente vinculados à extração, transformação e emprego de matéria prima (Barreto, 2009). Desnecessário dizer que não há qualquer vinculação que explicite uma conexão entre a expressão "profissional liberal" e a posse de elevada credencial formal. Coelho (1999) notou que, ainda em fins do século XIX, a conotação que se dava ao termo "profissões liberais" raramente estava associada às profissões "cultas" ou decorrentes de uma "educação liberal", tal como na tradição anglo-saxã.

Como sabido, a figura correspondente mais próxima na linguagem cotidiana da época era a do "bacharel" e a do "doutor". Nesse caso, era a credencial educacional que unificava semanticamente um suposto grupo ocupacional. Acontece que, se na consciência coletiva a caracterização deste grupo aceitava a "intromissão" da esfera educacional sobre a ocupacional (ou, o que seria o mesmo, a indiferenciação da estrutura social se refletia nas consciências individuais)[26] esta indiferenciação não poderia se reproduzir também nas classificações e nas documentações oficiais. Dito de outra forma, não faria o menor sentido se o Censo agregasse advogados, médicos, engenheiros e farmacêuticos sob o grande rótulo de "bacharéis" ou de "doutores" na sua classificação ocupacional. E mesmo que do ponto de vista do sistema de

[26] A inspiração aqui é o argumento durkheimiano de que as representações coletivas derivam da organização da estrutura social e, mais especificamente, do grau de diferenciação funcional das instituições.

estratificação vigente a distinção entre ocupação e credencial educacional não fizesse muito sentido, *era preciso enquadrar bacharéis e doutores numa categoria ocupacional*.

Desta forma, se os profissionais liberais não se restringiam aos bacharéis, como rotular estes últimos enquanto grupo ocupacional sem recorrer ao critério da credencial educacional? Sugeri acima que esta distinção não existia na consciência coletiva, muito em função do de que ela também não existia no sistema de estratificação enquanto distribuição objetiva de posições e de poder. Os bacharéis não eram apenas um grupo "mais escolarizado", eram um estrato social razoavelmente bem definido, para além da sua credencial.

Há certos indícios de que, em alguns contextos, a unificação dos bacharéis enquanto grupo ocupacional era realizada através da introdução de adjetivos ao termo "profissão", tais como "profissões scientíficas"[27]; "profissões cultas"; "altas profissões liberais". Este último aliás, foi o modo como Oliveira Viana se referiu, em 1920:

> É essa massa de grandes proprietários rurais que forma a única classe realmente superior do país, aquela em que se concentra a maior soma de autoridade social. *Os próprios elementos intelectuais existentes, representados nas altas profissões liberais*, vinculam-se estreitamente a ela, ou dela provém diretamente (Oliveira Viana, 2005 [1920], p. 93, *grifo meu*).

Nesse sentido, a enorme variedade de ocupações que são designadas como "profissões liberais" pelo Censo de 1920 demonstra que, se a conotação do termo não estava clara na consciência coletiva, tampouco o estava para os órgãos oficiais de classificação do Estado. Se concordarmos que toda classificação – inclusive as oficiais – são também o resultado de uma luta pela atribuição de significado (Bourdieu, 1987), pode-se dizer que a variedade da definição oficial que cerca o termo é também um sinal da indefinição na luta pela associação simbólica entre os profissionais e suas características definidoras. Ou, melhor dizendo, o termo em si ainda não havia sido apropriado de forma eficiente por nenhum grupo específico, restando ao Estado a opção de apresentá-lo como um grande "guarda chuva classificatório" das mais diversas ocupações.

Mas não deixa de ser notório que elas guardam uma característica comum. Vistas em seu tempo, são ocupações que se distinguem pelo fato de que o que produzem é intangível e não pode ser desvinculado de quem produz (Larson, 1977). No caso das profissões "médicas", incluem-se tanto "herboristas" e "parteiros" como "médicos diplomados". As "profissões jurídicas" abarcam desde de desembargadores e promotores a contadores e "avaliadores" (algo

[27] "As Constituições federais interpretadas pelo STF (1891-1924)" *apud* Coelho, 1999.

como um “corretor de valores” da época). Entre os educadores encontram-se professores particulares e públicos com a figura do “preceptor”. E entre as profissões das ciências, artes e letras, artistas de toda sorte – como “dansarinas” – dividem o espaço com engenheiros, “chimicos”, “calligraphos”, “calculistas” e fotógrafos.

Por outro lado, é possível perceber também a ausência de outras tantas profissões, típicas da época, que competiam com as profissões imperiais, como os práticos e curandeiros no caso da medicina e os rábulas no caso dos advogados – os “mestres de obras” provavelmente estavam classificados entre os “operários”. Não é possível saber se essa ausência é resultado de uma auto seleção (esses trabalhadores declaravam outra ocupação, fosse ela a “principal” – como práticos que por ventura se declaravam médicos – ou qualquer outra); ou se a própria classificação oficial mesmo *negava* deliberadamente a inserção dessas ocupações. Mas, seja qual for a razão, a ausência é sintomática.

A meu ver, a classificação das “profissões liberais” do Censo de 1920 pode ser tomada como uma ilustração de um contexto em que as jurisdições de saber e exercício ocupacional estavam em formação, não plenamente institucionalizados. Seria, nos termos de Abbott (1988), um sistema em formação fortemente instável, porque carente de regras claras e instituições que formalizam o vínculo entre o conhecimento legítimo, o controle sobre os produtores e o monopólio da prestação de serviços (Larson, 1977).

Em *As Profissões Imperias*, de Edmundo Campos Coelho (1999), há evidências sólidas para avançar nesse argumento, e os parágrafos que seguem são fortemente inspirados pela excelente descrição e análise que esse autor faz das disputas em torno do exercício profissional ao longo do século XIX e início do século XX. Mesmo ciente de que não serei fiel à riqueza dos inúmeros temas por ele abordados, arrisco uma breve interpretação sistêmica a partir de aspectos que creio centrais. Para efeitos de exposição, organizo-os em torno dos mesmos sistemas institucionais que delimitam o modelo analítico proposto: regulamentação profissional (fechamento), sistema de ensino superior (controle sobre os produtores) e divisão do trabalho.
Com relação à regulamentação, o primeiro aspecto a se destacar são as mudanças na legislação. Se por um lado a Constituição de 1824 abolira as corporações de ofício (Artigo 25), por outro assegurara que “nenhum genero de trabalho, de cultura, industria, ou commercio póde ser prohibido, uma vez que não se opponha aos costumes publicos, á segurança, e saude dos cidadãos” (Artigo 24). Este dispositivo abria brechas para que legislações complementares estabelecessem restrições legais ao exercício profissional, como de fato ocorreu com o Código Sanitário do Império (1832) que circunscreveu a prática da medicina aos diplomados. Posteriormente, o mesmo aconteceria com a Constituição de 1891. Tal como sua antecessora,

garantia a liberdade profissional[28], mas não revogou explicitamente o artigo 24 e conviveu com o Código Penal de 1890 que restringia a prática médica, odontológica e farmacêutica. O resultado da coexistência de dispositivos jurídicos aparentemente contraditórios foi, segundo Coelho, que

> mantinha-se toda a legislação regulatória do exercício profissional, especialmente da medicina através dos regulamentos sanitários do Império; a ela acrescentou-se o artigo 56 do Código Penal de 1890 que criminalizava a prática da medicina, da odontologia e da farmácia por quem não possuísse títulos acadêmicos. [...] Todavia o debate que iria se estender pelas primeiras duas décadas do século seguinte girou em torno da questão de se havia incompatibilidade entre o dispositivo penal e constitucional do novo regime. (Coelho, 1999, p. 229).

Vale notar que foram os médicos os principais protagonistas do debate relativo à liberdade profissional ao longo desse período. Além da concorrência de curandeiros, homeopatas e até dos espíritas, era necessário também deixar claro que tipo de atividade estava em harmonia com os cânones científicos da época – mesmo que não houvesse nenhuma evidência, pelo menos até o início do século XX, de que suas terapias fossem mais eficientes que a de seus concorrentes.

Engenheiros e advogados, por seu turno, pouco se esforçaram nesse sentido. Os engenheiros, como em outros países, já nasceram assalariados e estavam mais preocupados em regular suas formas de inserção na burocracia estatal, seu principal empregador (Schwartzman, 1987). Mas chama atenção especialmente o papel dos advogados por contrastar mais nitidamente com o dos médicos. Uma primeira razão é que boa parte da advocacia era exercida por advogados provisionados e não era raro que rábulas gozassem de prestígio elevado no meio jurídico. Foi apenas em 1894 que o Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil adotou a posição da necessidade do diploma para o exercício da advocacia (embora estendendo a autorização aos provisionados).

Mas também é interessante perceber que a diferença da competição decorre das diferenças entre os domínios de saber e o modelo organizacional das profissões. Homeopatas e espíritas constituíam ameaças devido à eficácia da cura num mercado exotérico, por vezes gratuito. Além disso, seu grau de proximidade social com a maioria da população era visivelmente mais acentuado e não era raro que homeopatas donos de farmácia fossem espíritas. Já a elite dos magistrados simplesmente não tinha interesse em restringir o mercado justamente porque ela não atuava no mercado – ou, quando atuava, não era dali que provinha a parte mais

[28] Artigo 72, § 24 - É garantido o livre exercício de qualquer profissão moral, intelectual e industrial (Constituição de 1891).

importante dos seus vencimentos e do prestígio que carregavam. A bem da verdade, os rábulas agenciavam o mercado e colocavam-no em funcionamento.

O fato é que a estreita relação entre o diploma e a posição no sistema de estratificação social antecedia o exercício da profissão, algo muito mais importante do que a associação entre o diploma e a prática profissional. Era o diploma que caracterizava os bacharéis enquanto grupo de *status* ao mesmo tempo em que possibilitava, quase que automaticamente, os postos de trabalho na burocracia estatal e na política. Desta forma, era mais importante controlar o acesso ao *diploma* do que controlar o *mercado*, ou, nos termos da sociologia das profissões, era mais importante controlar a produção dos produtores do que garantir o monopólio da prestação de serviços. *O que há de curioso nessa dinâmica, contudo, é que os produtores não produziam. O controle sobre a produção dos produtores era uma estratégia de reprodução fora do mercado, e não dentro do mercado através do monopólio da prestação de serviços.*

Vale destacar que esse padrão se apresenta de forma muito mais explícita no caso do direito – cuja posição dependia basicamente de um *status* dentro da burocracia pública – do que na medicina – que tinha um mercado com maiores níveis de concorrência. De todo modo, o *exercício* das "profissões imperiais" ainda não garantia, por si só, a posição de poder imputada diretamente à ocupação à revelia do estrato social de origem ou da clientela a quem servia. Nos termos clássicos da sociologia da estratificação, prestígio e poder em pouco ou nada se associavam à ocupação e muito menos a *achievement*, mas sim a *ascription*. Por outro lado, seria ingênuo dizer que, a despeito de não se diferenciarem pelos critérios que atualmente designam o termo, os indivíduos que exerciam as mais diversas "profissões liberais" compartilhassem semelhantes posições no sistema de estratificação. Melhor dizendo, *ser um profissional liberal* – adotando o termo da época – não era sinônimo de posição superior e poder. O que caracterizava a elite era muito mais a sua origem. Os conhecimentos modernos eram usados como critério e valor na disputa pela posição social hegemônica (Schwartzman, 1987).

O motivo é o de que, até então, a ocupação estava longe de ser o determinante causal do sistema de estratificação social. Ela era, antes disso, sua consequência. Justamente por isso, soa anacrônico tratar como "profissionais" – no sentido sociológico do termo – os "diplomados" da virada do século XIX para o XX. A base de sustentação do seu poder estava longe de ser o conhecimento racionalizado e abstrato de formação acadêmica (Barbosa, 1998). Afinal, numa sociedade em que a demanda pelos serviços era ainda escassa, "os critérios que distribuíam renda, prestígio e poder eram todos de natureza extraprofissional: hábitos culturais, extração social da clientela, relações pessoais e outros assemelhados" (Coelho, 1999, p.76).

Por ser mais um mecanismo de exclusão e seleção social do que propriamente de formação profissional, as profissões de ensino superior no Brasil já nasceram estratificadas pelo Estado, embora algum grau de competição *dentro* do próprio Estado também atuasse como componente estratificador. Mas a burocratização precedeu o processo de profissionalização e, como os interesses da elite profissional se canalizavam no interior do Estado, a massa de profissionais que se expandia numericamente na virada do século não tinha seus interesses representados. A estratificação intra profissional é anterior ao próprio desenvolvimento da profissão no mercado.

> O receio da vulgarização do diploma, o temor da corrupção desse mecanismo de exclusão social traduzia-se nos argumentos de resguardo da cientificidade do conhecimento e da pureza do exercício profissional. [...] O espírito do corporativismo profissional, alimentado nas escolas oficias antes mesmo que as profissões se organizassem no mercado, também elegeu o ensino oficial como o ancoradouro do seguro de privilégios (Coelho, 1999, p. 253).

É por estas razões que o empenho dos advogados esteve muito mais direcionado à legislação relativa ao ensino superior e, mais especificamente, à concessão de diplomas e aos mecanismos de ingresso refletidos em taxas exorbitantes para a época[29]. Até o ano de 1879, o ensino superior era exclusivamente público e havia no país apenas seis escolas, somente duas a mais do que no início do Império. A reforma de 1879[30] autorizou a criação das chamadas "Faculdades Livres", mas desde que se constituíssem como uma réplica das universidades oficiais, reproduzindo os mesmos cursos e currículos e submetendo-se a um estrito controle do governo.

Com o período republicano, *regulação profissional* e *credencialismo de Ensino Superior* se aproximam enquanto mecanismos combinados de fechamento social. A liberdade profissional foi tema de disputa ao longo da constituinte de 1890-1891 e nos anos que se seguiram com a implementação das reformas educacionais. De um lado, parte dos positivistas pregava pela liberdade profissional, invocando o § 24 do artigo 72 da Constituição de 1891 como justificativa para revogação dos artigos do Código Penal de 1890, que criminalizavam o exercício das práticas médicas pelos não diplomados[31]. De outro, os "credencialistas" argumentavam no sentido da necessidade de precaução com a saúde pública de modo a evitar

[29] Não é o caso aqui de reproduzir o debate e as controvérsias em torno do tema. Para detalhes ver Coelho (1999), mais especificamente pp 239-252.
[30] DECRETO Nº 7.247, DE 19 DE ABRIL DE 1879 - *Reforma o ensino primario e secundario no municipio da Côrte e o superior em todo o Imperio.*
[31] Projeto de Lei Interpretativa de 16 de julho de 1891.

que tais práticas fossem realizadas por curandeiros e assemelhados. O projeto liberal saiu derrotado, assumindo-se o suposto perigo à coletividade.

Posteriormente, uma nova tentativa seria realizada pelos positivistas através de uma estratégia distinta, a política educacional. A Reforma Rivadavia (1911), realizada no governo do general Hermes da Fonseca (1911-1914), colocava já no primeiro artigo que "A instrucção superior e fundamental, diffundidas pelos institutos creados pela união, não gosarão de privilegio de qualquer especie". O texto é claro o suficiente ao desvincular categoricamente o grau obtido por qualquer forma de ensino ao exercício de qualquer profissão.

Este é o primeiro dispositivo legal na história do país em que os temas da liberdade profissional e do credencialismo educacional aparecem vinculados como norma legal generalizada. O mais curioso, entretanto, é que o objetivo do texto estava em *negar* a associação entre o diploma e o exercício da profissão. Até esse momento, esta associação dependia da interpretação de normas legais dispersas, combinando fontes jurídicas distintas e específicas a cada profissão, como o exemplificaram as práticas médicas no Império. A passagem abaixo é bastante ilustrativa a este respeito:

> Ainda que a exigência do diploma para o exercício profissional encontrasse um consistente arrimo na jurisprudência que as cortes de justiça iam firmando, ainda não era o suficiente para garantir privilégio aos profissionais. Como ficaria evidente na campanha dos médicos contra os espíritas, *era necessário provocar os tribunais para que se pronunciassem sobre cada caso individual, uma forma nada prática e nem um pouco eficiente para expulsar do mercado um número indeterminado, mas significativo, de "práticos" e "charlatães"* (Coelho, 1999, p. 265, *grifos meus*).

Através de uma regra única e clara, a intenção dos positivistas era não deixar margem para normatizações esparsas que, *a despeito da sua ineficiência em fechar o mercado na prática, vinham se fortalecendo nesse sentido*. Ao estabelecer de vez a liberdade profissional através do mais ortodoxo liberalismo no mercado de trabalho, a medida da reforma visava *conter* o movimento de formação do sistema de profissões em curso ao deslegitimar todo e qualquer monopólio construído fora do mercado. Negar a *possibilidade* do estabelecimento de jurisdições ocupacionais significa impedir, logo de saída, que regras sobre essas jurisdições fossem formuladas e consequentemente implementadas. Afinal, a primeira pergunta a se fazer quando da caracterização de um sistema de profissões deve ser: "*how jurisdictional openings are created and destroyed?*" (Abbott, 1988, p. 89). Ora, sem regras quanto à possibilidade de se criar espaços de jurisdição, não é possível sequer fazer essa primeira pergunta.

Mas a Reforma Rivadávia seria substituída apenas 4 anos depois, em 1915, pela Reforma Maximiano, indicativo da instabilidade e do conflito em torno do tema. Nessa toada,

foram restabelecidas as condições anteriores e os obstáculos à equiparação dos cursos e das instituições de ensino superior, bem como excluído o artigo relativo à liberdade profissional. Esse movimento, entretanto, não foi suficiente para que o credencialismo de ensino superior, enquanto norma para o exercício profissional, deixasse de ser contestado nos tribunais (Coelho, 1999, p. 215).

O que havia, portanto, era uma grande insegurança jurídica com relação às normas que regiam o exercício profissional. Apesar de associar o diploma ao prestígio, o sistema de profissões que estava em formação não se caracterizava pela existência de regras generalizadas que permitissem conformar espaços de jurisdição do exercício ocupacional. A posse (ou não) do diploma de ensino superior definia o estrato social do cliente a quem o serviço era dirigido, mas não a exclusividade da prestação do serviço em si. Desta forma, não havia propriamente um *sistema de profissões*, mas um *sistema de ocupações* que competiam entre si frente à possibilidade de tornarem-se profissões.

Foi somente a partir da década de 1920 que os significados se sedimentaram, junto com a culminação das regras que delimitaram os monopólios profissionais no início dos anos 1930. Este processo foi consequência de três movimentos institucionais que na prática se encontravam totalmente entrelaçadas, mas que podem ser separadas analiticamente para efeitos de exposição. São eles a política educacional, o projeto corporativista da constituinte de 1933-1934 e a organização do aparato administrativo do estado em bases racionais legais.

2.2 A consolidação das regras sob o corporativismo: A Reforma Universitária de 1931 e a Constituinte 1933-1934

As mudanças nas regras do ensino superior desde o final do século XIX contribuíam para a expansão do sistema educacional e, consequentemente, de diplomados. Somente entre 1907 e 1929 foram criadas 81 unidades escolares e o número de matriculados aumentou em 2,4 vezes, saltando de 5.948 para 14.246 (IBGE, 1956). Esta expansão colocava em evidência a crescente competição profissional num reduzido mercado de serviços. Nesse, o Estado, seu principal demandante, já dava sinais de que poderia deixar de ser, gradativamente, a garantia de porto seguro dos bacharéis[32].

[32] Não por acaso, no Congresso dos Práticos de 1922, surgiu pela primeira vez o debate sobre a necessidade de se controlar a oferta de vagas nas escolas de medicina (Coelho, 1999, p. 243).

Acontece que a mudança não era apenas quantitativa, mas também qualitativa. De um modo geral, a fé no progresso técnico que se difundia sob a influência do positivismo escancarava o caráter ornamental dos diplomas e a figura do velho bacharel como personagem do regime monárquico. Ao mesmo tempo, as três profissões imperiais passavam por mudanças que indicavam a racionalização da sua base cognitiva. No Direito, o código civil finalmente foi instituído em 1916[33]. Na Medicina, a introdução da bacteriologia e dos métodos experimentais fornecia um caráter científico aos diagnósticos e tratamentos; e na Engenharia a difusão do concreto armado passava a exigir novas bases de sustentação assentadas na matemática. Não por acaso, médicos sanitaristas e engenheiros lutavam para substituir os advogados como os baluartes do progresso, pleiteando o papel de verdadeiros engenheiros sociais (Schwartzman, 1987).

Esse discurso influenciou fortemente o debate em torno da educação nacional e os rumos da educação superior na década de 1920 (Nagle, 2009; Schwartzman, 1979). Dentre os vários temas abordados e a posição dos diversos atores individuais e coletivos envolvidos (principalmente o movimento da Escola Nova, as Forças Armadas e a Igreja Católica), um dos que mais se destacou foi o da separação, dentro do sistema universitário, entre as atividades científicas e o ensino profissional. O primeiro, inclinado à pesquisa científica, de cultivo da cultura e das letras, não utilitário. Já o segundo seria a formação da técnica aplicada, e a ideia do profissional de ensino superior se associa à racionalidade prática.

Uma nova reforma foi realizada após a Revolução de 1930, que contou com amplo apoio dos chamados setores médios e dos "profissionais liberais" (Saes, 1996; Almeida, 1979). Liderada por Francisco Campos, a proposta da reforma tinha unidade própria, apesar de aglutinar posições divergentes e conflitantes no campo educacional (Schwartzman, 1979).

Dentre as várias características da reforma[34], uma nos interessa em especial: ela *atrelou de vez o exercício das profissões ao ensino universitário*. Segundo o artigo 88 do decreto que estabelece o Sistema de Ensino Superior Federal[35], "os diplomas, referentes a cursos profissionais superiores, habilitam ao exercício legal da respectiva profissão". Como bem se pode notar, a redação vai no sentido diametralmente oposto àquele instituído no artigo primeiro da Reforma Rivadávia. Se nesta oportunidade a relação entre o credencialismo e o exercício profissional surgiu pela primeira vez como norma generalizada em *associação negativa*, no

[33] A adoção de um código civil é um passo importante no processo de racionalização das relações sociais e do próprio Estado (Weber, 1999).
[34] Para interpretações da reforma, ver Schwartzman, 1979; Nagle, 2009.
[35] DECRETO 19.851 de 11 de Abril de 1931.

Decreto de 1931 esta relação reaparece, mas, agora, em *associação positiva*. O texto sugere, desta forma, que na existência de *qualquer curso superior*, é somente através dele (e do diploma que lhe acompanha) que o exercício da profissão pode ser autorizado.

Não é, portanto, na legislação trabalhista que se firmaram as bases legais para a possibilidade da construção jurisdicional de exercício profissional atrelado às credenciais de ensino superior, mas sim na legislação educacional. Não por acaso, em 1934, ou seja, num breve intervalo de três anos a contar da data da Reforma, 13 profissões haviam sido reguladas por meio de legislação específica[36]. À exceção da profissão de Parteiras e das profissões Administrativas, estas últimas reguladas pela lei do Ensino Comercial[37], as outras correspondiam às poucas carreiras para as quais já existiam cursos universitários.

Como bem percebeu Coelho (1999), os profissionais que apoiaram a revolução de 1930 de há muito tempo desejavam o fechamento de mercado, e é provável que o modelo adotado tenha dado vazão a esses interesses quando vinculou o diploma ao exercício das profissões. Além disso, ideias antiliberais se difundiam nos círculos profissionais como resultado também da ojeriza frente às manifestações urbanas que se intensificavam desde o início do século (Saes, 1996; Coelho, 1999). Para a nova leva de profissionais, que haviam investido quantia considerável para obter seus diplomas, as constantes manifestações populares urbanas, as greves operárias e a instabilidade social não parecia conformar o cenário ideal para prosperar na carreira.

Mas há ainda um terceiro fator que parece ter sido crucial para as cores que tomou a Reforma: o prestígio das ideias corporativistas à época e sua influência sobre lideranças políticas, como Francisco Campos[38]. Sua exposição sobre os motivos da Reforma é uma boa amostra do modo como pensava a articulação entre o ensino universitário profissional e o papel das profissões no projeto que tinha em mente.

> O projeto exibe, para que se constitua a Universidade, a incorporação de pelo menos três institutos de ensino superior, entre os mesmos incluídos os de direito, de medicina e de engenharia, ou, ao invés de um deles, a Faculdade de Educação, Ciências e Letras. Assim dispôs, atendendo à maior importância prática das respectivas profissões e às vantagens culturais representadas pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras (Campos, 2000, p. 125].
> A Universidade constituirá, assim, ao menos como regra geral, e em estado de aspiração enquanto durar o regime transitório de institutos isolados, a unidade administrativa e didática que reúne, sob a mesma direção intelectual e técnica, todo o ensino superior, seja o de caráter utilitário e profissional, seja o puramente científico

[36] Ver Quadro 2.3 à frente.
[37] DECRETO Nº 20.158, DE 30 DE JUNHO DE 1931.
[38] O objetivo aqui não é de personificar as mudanças em curso na figura de Francisco Campos, mas somente destacar que ele foi figura central ao dar materialidade institucional às ideias corporativistas.

> e sem aplicação imediata, visando assim, a Universidade o duplo objetivo de equiparar tecnicamente as elites profissionais do país e de proporcionar ambiente propício às vocações especulativas e desinteressadas, cujo destino, imprescindível à formação da cultura nacional, é o da investigação e da ciência pura. (Campos, 2000, p. 129)

A política de ensino superior tinha clara intenção de criar uma elite moderna. Mas ela também guardava um caráter fortemente excludente e um viés europeizante, expressos na crença em que o país se civilizaria por meio da educação. Ao excluir a possibilidade da prática profissional às ocupações concorrentes e ao pressupor o vínculo direto com o diploma, deixava claro que tipo de profissional e que tipo de elite buscava-se construir. Restringindo o exercício profissional aos diplomados, e sendo os diplomados e os futuros ingressantes nas Universidades oriundos do restrito estrato social superior, esmagadoramente branco, excluía-se todo o resto da população da possibilidade de ingressar na elite que iria liderar e conceber os rumos da política nacional[39].

Além disso, o projeto corporativista colocava as associações profissionais no centro do sistema econômico e do sistema político. Delegando às profissões a responsabilidade por organizarem seus mercados e se autorregularem, finalmente consolidava-se uma autonomia referente ao estabelecimento de regras que viriam reger sua forma organizacional. O mercado, desta forma, regula-se por meio das profissões e através delas. De outro lado, o caráter político que assumiam, por conta da sua localização no sistema representativo, conferia às profissões o posto de grupos políticos institucionalizados na acomodação dos interesses conflitantes de classe, e deixavam de ser apenas grupos de *status*. Melhor dizendo, embora os profissionais atuassem desde sempre na política e na estrutura burocrática, agora tornavam-se um grupo cujos interesses se encontravam formalmente vocalizados nos canais legítimos de representação.

A dinâmica que precedeu e perpassou a Assembleia Constituinte de 1933-1934 permite avançar neste ponto. No Decreto 22.653 de 22 de abril de 1933, que organizava as regras de sua operação, o artigo terceiro versava que teriam direito a voto na Assembleia Constituinte os sindicatos e as associações de profissionais liberais e funcionários públicos. No caso dos profissionais liberais, eles deveriam apresentar "delegados-eleitores" para processo eleitoral que escolheria três representantes ao quadro de deputados constituintes. Mas em nenhum momento o governo esclareceu o que exatamente seriam os "profissionais liberais" e não há nenhum documento oficial nesse sentido (Barreto, 2016). O significado do termo dependia unicamente da interpretação corrente que, segundo um jurista da época, tratava-se de "toda

[39] Vale lembrar, ainda, que as ideias eugênicas gozavam de prestígio considerável à época e não é de se estranhar que a formação de nível superior deveria se direcionar àqueles que "naturalmente" estavam mais aptos a recebê-la e dela fazer bom uso para a civilização nacional (Stepan, 2005).

profissão que não é cargo público, nem interior a alguma organização particular" (Pontes de Miranda, 1936, t.1, p. 269; *apud* Barreto, 2016, p. 232).

À primeira vista pode parecer, a olhos incautos, que qualquer associação *de qualquer categoria* que se enquadrasse nesses termos gerais poderia apresentar candidato. Entretanto, regras impostas pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) se traduziram em verdadeiras barreiras à participação[40]: i) as associações profissionais deveriam ter sido reconhecidas até maio de 1933; ii) a associação deveria realizar uma assembleia para indicar um dos seus filiados, informar ao Ministério o indicado por telegrama e, posteriormente, apresentar cópia autenticada da ata; iii) os delegados-eleitores deveriam chegar à Capital Federal com antecedência de no mínimo 8 dias; iv) deveriam apresentar documento que atestasse exercerem a profissão há pelo menos 2 anos e estarem filiados à entidade que representavam.

Em suma, a participação dos profissionais liberais no processo exigia-lhes uma enorme capacidade de coordenação viabilizada pela existência de uma prévia estrutura organizacional formal. Não é de se surpreender, portanto, que somente 58 associações conseguiram atender aos requisitos formais impostos pelo MTIC e que somente as profissões previamente regulamentadas tenham apresentado candidatos, *embora isso não fosse uma restrição legal*. Assim, dos 58 delegados-eleitores indicados pelas Profissões Liberais – 21 eram da Medicina, 14 da Advocacia, 7 da engenharia, 7 da Odontologia, 5 da Agronomia, 4 da Farmácia, 2 da classe Docente, e um representante da Arquitetura[41]. Surpreende menos ainda que os três eleitos tenham sido um médico, um engenheiro e um advogado.

Outra pista desse contexto que permite compreender como o significado do grupo dos Profissionais Liberais foi se formando em consonância com a delimitação das suas fronteiras sociais é o embate suscitado nessa constituinte no que se refere à autorização do exercício das profissões liberais aos estrangeiros. O artigo 146, letra *e*, do Projeto de Constituição discutido na Casa no início de 1934, sugeria que "Somente aos brasileiros se asseguram os direitos de exercerem as profissões *ditas* liberais" (*grifo meu*). Num longo embate travado em 16 de abril deste mesmo ano, as "profissões liberais" são tratadas sem nenhuma exceção como ofício de saber institucionalizado, cujo diploma superior se afigura como pré-requisito. Todavia, o tom

[40] Para mais detalhes ver: Barreto, 2001.
[41] Fonte: DIARIO OFICIAL. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 25 jul. 1933, p. 14765-6. Agradeço ao Prof. Álvaro Barreto pela disponibilização da lista e pela indicação do dado, além de comentários substantivos sobre o processo.

do debate sugere que a má formação do profissional brasileiro lhe coloca em desvantagem em relação aos estrangeiros.

O médico e deputado por São Paulo, Sr. Almeida Camargo, endossa a proposta com o argumento de que "Nossa situação é muito curiosa; limitamos a entrada de estudantes brasileiros nas escolas superiores e, entretanto, abrimos as portas do País aos estrangeiros..." (Annaes da Constituinte 1933-1934, v. 15, p. 14). No que é prontamente rebatido pelo advogado e representante do Rio Grande do Sul, Sr. Adroaldo Costa: "E se a-pesar-de tudo o nacional preferir o profissional estrangeiro, investiguemos, então, a causa dessa preferência e corrijamos senões que ela revelar, jamais, porém, vedando o exercício da profissão, a quem, no grande teatro do mundo, em condições de perfeita igualdade, na luta pela vida, houver demonstrado possuir ótimas qualidades, para a ambicionada vitória" (*ibid*). Logo a seguir, quando questionado se "nossos patrícios" formados em universidades estrangeiras poderiam exercer a profissão no Brasil, coloca que "Permite-se-lhes o exercício da profissão *desde que revalidem o diploma*" (*ibid*, grifo meu), como de fato sugeria o texto da reforma de 1931.

Ao final, a restrição foi ratificada pelo texto final da Constituição de 1934[42], que viria também distinguir os profissionais liberais (ao lado dos funcionários públicos) como categoria de representação política[43]. Ainda nesta carta, o artigo 5º estabelecia que competia exclusivamente à União legislar sobre as "condições de capacidade para o exercício de profissões liberais e técnico-científicas assim como do jornalismo". A Constituição de 1937 excluiu o modelo representativo por categoria, mas manteve praticamente o mesmo texto com relação à prerrogativa de legislação sobre as profissões liberais e a reserva de mercado aos nacionais[44]. Além disso, o artigo 138 estipulou pela primeira vez que as Associações Profissionais pudessem exercer funções delegadas de poder público[45]. O primeiro Conselho

[42] Art 133 - Excetuados quantos exerçam legitimamente profissões liberais na data da Constituição, e os casos de reciprocidade internacional admitidos em lei, somente poderão exercê-las os brasileiros natos e os naturalizados que tenham prestado serviço militar ao Brasil; não sendo permitido, exceto, aos brasileiros natos, a revalidação de diplomas profissionais expedidos por institutos estrangeiros de ensino.

[43] § 3º - Os Deputados das profissões serão eleitos na forma da lei ordinária por sufrágio indireto das associações profissionais compreendidas para esse efeito, e com os grupos afins respectivos, nas quatro divisões seguintes: lavoura e pecuária; indústria; comércio e transportes; profissões liberais e funcionários públicos (Consituição de 1934).

[44] Art 150 - Só poderão exercer profissões liberais os brasileiros natos e os naturalizados que tenham prestado serviço militar no Brasil, excetuados os casos de exercício legítimo na data da Constituição e os de reciprocidade internacional admitidos em lei. Somente aos brasileiros natos será permitida a revalidação, de diplomas profissionais expedidos por institutos estrangeiros de ensino (Constituição de 1937).

[45] Art 138 - A associação profissional ou sindical é livre. Somente, porém, o sindicato regularmente reconhecido pelo Estado tem o direito de representação legal dos que participarem da categoria de produção para que foi constituído, e de defender-lhes os direitos perante o Estado e as outras associações profissionais, estipular contratos coletivos de trabalho obrigatórios para todos os seus associados, impor-lhes contribuições e exercer em relação a eles funções delegadas de Poder Público.

Federal foi o de medicina, criado em 1945, assumindo forma de autarquia, dotado de personalidade jurídica de direito público, gozando de autonomia administrativa e financeira. Todos os demais Conselhos posteriormente se organizaram desta forma. As Cartas Constitucionais posteriores manteriam a essência do texto, algo que só seria modificado pela Constituição de 1988.

De fato, num intervalo de pouco mais de dez anos da Reforma Universitária e passando pela Constituinte, o "Quadro de Atividades e Profissões" a que faz referência o artigo 577 da CLT estabelece aquelas que são as *Profissões Liberais* reconhecidas, cujas formas de regulamentação e enquadramento sindical obedeceriam a critérios específicos em relação às demais ocupações. A bem da verdade, a regulamentação da atividade profissional estava, pelo menos em primeira instância, circunscrita aos mesmos moldes normativos de todas as ocupações da CLT[46], embora as leis *específicas* de regulamentação profissional lhe antecedam em quase uma década. Para toda e qualquer ocupação, o reconhecimento oficial da atividade constituía o pré-requisito mínimo para a organização do interesse coletivo e da representação sindical. O principal objetivo do reconhecimento ocupacional/profissional era fixar os limites da atividade sindical e estabelecer as prerrogativas de acesso à cesta de benefícios atreladas à política de proteção social (Santos, 1979).

Na CLT, são ao todo 32 profissões liberais que se encaixam sob este rótulo e a lista é muito mais condizente com a conotação moderna do termo do que aquela do Censo de 1920. Para ilustrar esse ponto, apresento abaixo dois quadros. O primeiro, retirado diretamente da CLT, apresenta as ocupações tal como elas aparecem no "Quadro de Atividades e Profissões" desta carta. O segundo, por sua vez, apresenta o ano de regulamentação das Profissões Liberais, somente aquelas que estavam reconhecidas no quadro da CLT.

[46] Esta unificação já estava presente na Carta Constitucional de 1934: "Artigo 123: São equiparados aos trabalhadores, para todos os efeitos das garantias e dos benefícios da legislação social, os que exerçam profissões liberais."

QUADRO 2-2 - PROFISSÕES LIBERAIS DO QUADRO DE ATIVIDADES E PROFISSÕES A QUE FAZ REFERÊNCIA O ARTIGO 577 DA CLT

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS PROFISSÕES LIBERAIS	
Grupos:	
1º Advogados.	17º Jornalistas.
2º Médicos.	18º Protéticos dentários.
3º Odontologistas.	19º Bibliotecários.
4º Médicos veterinários.	20º Estatísticos.
5º Farmacêuticos.	21º Enfermeiros.
6º Engenheiros (civis, de minas, mecânicas, eletricistas, industriais e agrônomos).	22º Técnicos de Administração.
7º Químicos (químicos industriais, químicos industriais agrícolas e engenheiros químicos).	23º Arquitetos.
8º Parteiros.	24º Nutricionistas.
9º Economistas.	25º Psicólogos.
10º Atuários.	26º Geólogos.
11º Contabilistas.	27º Fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, auxiliares de fisioterapia e auxiliares de terapia ocupacional.
12º Professores (privados).	28º Zootecnistas.
13º Escritores.	29º Profissionais liberais de relações públicas.
14º Autores teatrais.	30º Fonoaudiólogos.
15º Compositores artísticos, musicais e plásticos.	31º Sociólogos.
16º Assistentes sociais.	32º Biomédicos.

Fonte: Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); Decreto-Lei nº 5452 de 1º de maio de 1943

QUADRO 2-3 - ANO DE REGULAMENTAÇÃO DAS PROFISSÕES LIBERAIS RECONHECIDAS NO "QUADRO DE ATIVIDADES E PROFISSÕES" DA CLT

Profissão	*Ano*	*Profissão*	*Ano*
Advogados	1930	Economistas	1951
Farmacêuticos	1931	Assistentes sociais	1957
Atuários	1931	Bibliotecários	1962
Contabilistas	1931	Psicólogos	1962
Técnicos de Administração	1931	Geólogos	1962
Médicos	1932	Estatísticos	1965
Odontologistas	1932	Professores (privados)	1967
Médicos veterinários	1932	Nutricionistas	1967
Parteiros	1932	Relações públicas	1967
Enfermeiros	1932	Zootecnistas	1968
Engenheiros e Agrônomos	1933	Fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais	1969
Arquitetos	1933	Autores teatrais	1978
Químicos	1934	Compositores artísticos, musicais e plásticos	1978
Jornalistas	1938	Protéticos dentários	1979
CLT	***1943***	Sociólogos	1980
		Fonoaudiólogos	1981
		Biomédicos	1983
		Escritores	-

Fonte: Banco de dados sobre regulamentação profissional. Elaborado pelo autor.

Também chama atenção o fato de que boa parte das ocupações designadas como *profissões liberais* em 1920 que não estavam associadas ao ensino universitário, ou são "realocadas" a outras categorias no Quadro da CLT (como é o caso por exemplo, de bailarinas, dançarinas, desenhistas) ou então simplesmente desaparecem (herboristas, solicitadores, calculistas, calígrafos, etc.). Nesse último caso, mais do que perder o *status* superior que o adjetivo "liberal" começava a carregar, perdia-se também o reconhecimento da existência ocupacional e, por conseguinte, a possibilidade de ingresso no mundo dos direitos sociais cuja carteira e o reconhecimento profissional constituíam requisitos mínimos (Santos, 1979).

Parece ficar claro, com isso, que se o modelo corporativo da legislação trabalhista institucionalizou de vez o significado de "profissão" no sentido durkheimiano de *agrupamento profissional/ocupacional* através de um sistema de representação de interesses, foi também ali que o termo *profissão liberal* passou a ser definitivamente designado como *profissão de ensino superior.* Indo mais além, é plausível sugerir que tal significado se institucionaliza como o resultado de disputas em torno dos privilégios legais que o grupo passa a usufruir não apenas enquanto grupo de *status* (Collins, 1979), mas também enquanto categoria política. Era importante não apenas fechar o mercado de serviços profissionais; *era preciso que ficasse claro*

quem eram os profissionais liberais para que o sistema de profissões se estabilizasse minimamente.

Não estou advogando que a estabilização do sistema de profissões fosse uma necessidade a priori do sistema social em tal ou qual tempo histórico. Diferentemente disso, sugiro que a estabilização do sistema depende de um mínimo de regras sobre o seu funcionamento e que a definição dessas regras se constituiu entre meados dos anos 1920 e início dos anos 1940. Mas nota-se que é exatamente no momento em que cresce o tamanho do grupo de profissionais e ele transcende o seu critério fundante (a origem social) que a regulamentação se efetiva. A própria instabilidade precedente do sistema, diga-se de passagem, é sintoma de que uma ordem social fundada no *ascription* perdia força enquanto sustentação normativa da posição social de destino. Se no momento de formação e instabilidade do sistema era a origem social que conferia o passaporte de pertencimento e garantia do fechamento, agora há que se racionalizá-lo com justificativas universalistas, sejam elas funcionais ao processo de modernização que se vislumbrava, como em Parsons, ou à uma nova forma de dominação de classe, como em Larson. Acredito que possa ter sido tanto uma coisa quanto a outra, ou pelo menos um pouco de cada uma. *Mas o que importa é que a partir dali os diplomados passaram a ser finalmente profissionais, e não mais bacharéis.*

Vale a pena uma segunda ressalva. Estou longe de sugerir que os "profissionais de ensino superior" atuaram em conjunto e coordenadamente para que assumissem o rótulo ou para que fossem reconhecidos oficialmente como "profissionais liberais". Basta notar, por exemplo, que mesmo entre os três deputados que representavam as profissões liberais na Constituinte de 1933-1934 a divergência de posições era mais a regra do que a exceção, indicando que não havia nenhum consenso ideológico e/ou de posicionamento frente aos inúmeros pontos discutidos ao longo do processo (Barreto, 2016).

Justamente por isso, sugiro que a unificação semântica e legal em torno da categoria "profissionais liberais" foi um produto não intencionado de tomadas de posições ao longo do período. Assim, ao mesmo tempo em que estava em movimento a implementação de um sistema de representação corporativista, iam se firmando as bases (também corporativistas) da legislação trabalhista e de regulação do mercado de trabalho (Vianna, 1978).

O chamado "Estado Novo" colocou fim à representação das associações profissionais, experiência que jamais se repetiria no país. Todavia, se esse modelo é lembrado, do ponto de vista do sistema representativo, como um "curto e inusitado arranjo institucional dos anos 1930" (Barreto, 2016), ele marcaria de vez não apenas o sistema de estratificação através do estreito vínculo entre o credencialismo profissional e o ensino superior, mas, e sobretudo,

institucionalizaria a figura do profissional liberal graduado (e associado a ele a ideia de mobilidade social ascendente) na consciência coletiva nacional.

A Carta Constitucional de 1934, como *todas as outras subsequentes*, suprimiu de vez a liberdade profissional. Ao Conselho Nacional de Educação, criado em 1931 pela Reforma Francisco Campos, coube credenciar e fiscalizar os cursos superiores[47], atestando sua legalidade e institucionalizando o encadeamento entre o fechamento ocupacional e o ensino superior. Ao fim e ao cabo, aprovada a lei de regulamentação, era o Ministério da Educação quem chancelava o fechamento. Desta forma, os três principais mecanismos de fechamento profissional – controle da oferta a partir do sistema educacional, atuação das organizações profissionais (os Conselhos) e modelo de regulação – fundiram-se, no Brasil, no interior do aparelho do Estado, sob a proeminência do credencialismo educacional. Como as instituições que lhe dão suporte são todas de natureza pública, o fechamento ocupacional no Brasil reverbera em sua plenitude o braço privado do corporativismo bifronte das relações entre Estado e Sociedade inaugurado em 1930 (O'Donnel, 1976).

Os Conselhos Profissionais, especialmente, teriam um papel determinante sobre a política de ensino superior a partir dali, principalmente através da criação de barreiras de entrada a novos entes educacionais no mercado, mas também por meio do estabelecimento dos currículos e da extensão e delimitação da base cognitiva das profissões. Nunes (2007) chega a apontar, inclusive, que este legado é o principal entrave à formulação de uma política de ensino superior aderente às transformações do mercado de trabalho e responsável pelo que chama de uma *profissionalização precoce* dos jovens (Nunes, 2007, p. 191). A atuação dos Conselhos seria ainda mais importante no momento de expansão e diferenciação do sistema na esteira da Reforma de 1968 e do crescimento da responsabilidade regulatória do Conselho Federal de Educação, tema que trato no Capítulo Seguinte.

Por enquanto, do ponto de vista sistêmico, é importante destacar que a insegurança jurídica dos tempos da Monarquia e da Primeira República dava lugar a uma institucionalização que não deixava dúvidas quanto à questão do exercício profissional e, mais do que isso, de quem poderia requerer o rótulo oficial de *profissões liberais*. As regras do jogo finalmente tinham sido estabelecidas de forma clara, ponto de partida para o funcionamento e desenvolvimento do sistema de profissões.

---

[47] Parágrafo 3, Art. 4º, do Decreto nº 19850, de 11 de abril de 1931, que cria o Conselho Nacional de Educação: "O Conselho Nacional de Educação não terá atribuições de ordem administrativa, mas opinará em última instância sobre assumptos técnicos e didáticos e emitirá parecer sobre as questões administrativas correlatas atendidos os dispositivos dos estatutos das universidades e dos regulamentos institutos singulares de ensino superior".

2.3 A construção do Estado de Bem-Estar Desenvolvimentista e a legitimidade das profissões

Parte da estabilização do sistema de profissões se deu a partir do vínculo que se estabeleceu entre a credencial de ensino superior e a regulamentação, dois dos sistemas institucionais que lhe dão suporte. De outro lado, a divisão social do trabalho, terceiro sistema fundante, despontava como princípio de diferenciação do sistema social exatamente no momento em que o Estado começava a construir um aparelho burocrático-administrativo que pretendia fornecer uma nova justificação legítima para a dominação política sob os símbolos do racionalismo e do nacionalismo (Gomes, 1994). Mas não apenas. O papel do Estado na estabilização do sistema de profissões deriva também de dois outros mecanismos: sua centralidade na reconfiguração da divisão do trabalho e como empregador dos profissionais.

Do ponto de vista ideológico, o discurso era o da necessidade de superar o "atraso" que figurava na sociedade brasileira, e a superação do "velho" passava pela racionalização do Estado que visava, ao menos em parte, substituir a dinâmica clientelista e localista do modelo anterior (Nunes, 1997). Mesmo que descoordenado e fruto de ações muitas vezes pouco claras quanto aos objetivos e até mesmo contraditórias, esse projeto só se tornou factível porque o Estado brasileiro, no pós 1930, se estruturou burocraticamente a partir de três núcleos principais de aparato organizacional. São esses três aparatos que, de certa forma, estarão na base da criação de posições profissionais, seja no mercado, seja no interior do aparelho do Estado mesmo.

O primeiro, de caráter repressivo/coercitivo, buscou resolver os problemas da unificação e racionalização do poder judiciário ao mesmo tempo em que garantia o monopólio legítimo da força ao exército nacional. As Cartas Constitucionais de 1934, 1937 e 1946 evidenciam o gradual processo de expansão e autonomia do poder judiciário e o seu crescente papel na regulação das relações sociais (Draibe, 1985). A Justiça do Trabalho e a Justiça Eleitoral são os principais marcos de referência desse movimento, seja para a consolidação da cidadania social e a sua centralidade na regulação das relações entre o capital e trabalho, no caso da primeira; seja na consolidação da cidadania política através da institucionalização da competição eleitoral regulada por órgão independente. A unificação se consolida, sobretudo, a partir da universalização das normas de direito processual que passam a se sobrepor às instâncias estaduais, retirando do plano regional e transferindo para o poder central as principais decisões relativas ao ordenamento jurídico.

O segundo foi o "aparato social", estruturado para colocar em marcha a política educacional, previdenciária e de saúde. No plano da política educacional, destacam-se a necessidade de se estabelecer uma política unificada de socialização e legitimação ideológica

no seio do sistema escolar; a demanda por acesso à educação pela emergente classe média urbana; e a reprodução e a formação técnico-profissional da força de trabalho. Foi sobre esses três pilares, e simultaneamente, que se edificou a política educacional no pós-30 (Draibe, 1985), primeiramente a partir da criação do Ministério da Educação e Saúde Pública já em 1930 e, logo depois, com a "Reforma Francisco Campos" de 1931, e as reformas promovidas por Gustavo Capanema ao longo do chamado "Estado Novo".

A política previdenciária e de saúde se estruturou principalmente em torno dos Institutos da Aposentadorias e Pensões (IAPs), que trouxe para dentro do aparelho do Estado as questões relativas ao seguro social que, até então, se resolviam na esfera privada entre trabalhadores e empregadores através das Caixas de Aposentadorias e Pensões. Ao mesmo tempo, a criação do Ministério do Trabalho garantia que o modelo de relação entre o Estado e as classes trabalhadores fosse assegurado por meio de uma lógica de reciprocidade material e simbólica (Gomes, 1988), internalizando, na burocracia pública, o conflito entre empregados e empregadores. Paralelamente, o Departamento Nacional de Saúde tornava-se a principal organização em torno da qual se elaboravam e implementavam as políticas de saúde, como os serviços sanitários e o combate às endemias. Entretanto, a despeito da tendência centralizadora do sistema, a política pública de saúde só viria assumir verdadeiramente seu caráter nacional a partir da década de 1970.

As intenções (ou justificativas) oficiais relativas à política educacional não se traduziram, na prática, em uma considerável transformação e expansão do sistema e do acesso aos serviços (Schwartman, Bomeny e Costa, 1984). Certamente há trajetórias específicas a cada órgão, a cada política e a cada programa em subperíodos específicos, e não cabe aqui aprofundá-los. Mas, *de um modo geral*, pode-se dizer que a ampliação do controle do estado sobre estas áreas, pelo menos no período 1930-1945, deu-se mais no sentido da expansão burocrática do que propriamente dos serviços. Ou, dito de outra forma, a taxa do crescimento do aparelho do Estado nessas áreas foi superior à taxa de crescimento dos serviços ofertados (Santos, 1979).

Como notam Schwartzman, Bomeny e Costa (1984) para as reformas educacionais ao longo do Estado Novo, por exemplo, seu sentido era menos de ampliação do que de controle e regulamentação. Ao mesmo tempo, sugerem que

> ao final do Estado Novo, o projeto educacional do Ministério da Educação havia exaurido seu conteúdo ético e mobilizador, deixando em seu lugar a parafernália de leis, instituições e rotinas que haviam sido montadas nos anos anteriores. Ficou, por assim dizer, sem alma (Schwartzman, Bomeny e Costa 1984, p. 263).

No caso da saúde, Hochman (2001) descreve um cenário de continuidades e inovações com relação ao período da primeira república. Se, por um lado, o regime de 1937-1945 atualizou a "herança sanitarista" das primeiras décadas do século, por outro introduziu inovações que se refletiram na centralização das políticas, especialmente a partir do Departamento Nacional de Saúde. A institucionalização das políticas de prevenção aprofundaria a diferenciação da profissão médica já existente – higienistas/sanitaristas x médicos clínicos – mas que agora ganhava contornos organizacionais mais definidos, uma vez que atrelados à burocracia pública.

> A estruturação e a consolidação da carreira de sanitarista ocorreram junto com as reformas que procuraram definir e expandir a atuação do Estado na área de saúde pública por todo o país. À medida que foram sendo definidas as prioridades para a saúde pública, foram também reafirmando-se os requisitos para a conformação de uma especialidade médica regulamentar. Ao mesmo tempo, era essa mesma geração que intervinha, contribuindo para a construção desse aparato institucional, definindo prioridades e acumulando experiências no trabalho cotidiano pelo interior do país, atuando não só como formuladores de propostas políticas para o setor, mas também como implementadores de políticas (Hochman, 2001, p. 143).

Mas certamente o mais abrangente núcleo de construção do aparelho organizacional do Estado foi o econômico (Draibe, 1985; Bielchovsky; 1988). Ao longo dos anos 1930, foram criados inúmeros instrumentos e organizações que tinham por objetivo financiar, subsidiar, controlar e coordenar a atividade econômica. Nunes (1997) destaca as três principais formas de intervenção nessa área: i) criação de agências regulatórias e adoção de políticas regulatórias; ii) criação de institutos e agências estatais para a "defesa econômica" de determinados produtos e indústrias; iii) criação de empresas estatais e autarquias.

Nenhuma dessas ações teria sido viável sem que se efetivasse uma política de corte transversal de reforma da administração pública (Wahrlich, 198; Graham, 1968). Afinal, para se buscar expandir os serviços, havia que se alterar a sua lógica processual e o seu caráter estamental e patrimonialista. Algumas medidas para aumentar a eficiência da máquina pública foram tomadas ainda no início do governo provisório, mas é sem dúvida a Reforma da Administração Pública, de 1936, que deu origem à criação do Departamento de Administração e Serviço de Pessoal (DASP) em 1938 que marca a guinada burocratizante do Estado brasileiro. Seu principal objetivo *manifesto* era a implementação de três diretrizes básicas para a organização da administração pública[48]: critérios profissionais para ingresso na carreira pública, plano de carreiras e meritocracia como fundamento da promoção. Em suma, a justificativa era

[48] Até o final da década de 1930, apenas o Itamaraty e o Banco do Brasil seguiam os padrões de uma organização pública de caráter burocrático e impessoal (Martins, 1997).

a de despersonalizar o estado e universalizar os procedimentos de modo a legitimar o caráter racional do governo, não por acaso autoproclamado "Estado-Novo"[49].

Esse processo acabou por culminar naquilo que Nunes (1997) chamou de "insulamento burocrático" que, longe de substituir o clientelismo, passou a conviver com ele, produzindo duas "gramáticas" que organizaram a lógica da relação entre Estado e Sociedade no Brasil[50]. Por um lado, os altos escalões se transformariam no mais qualificado aparato burocrático da América Latina, enquanto que os escalões inferiores continuaram a reproduzir a lógica clientelista de recrutamento (Martins, 1997; Nunes, 1997)[51]. Além disso, a racionalização foi absorvida de formas distintas, a depender do setor de atuação do órgão. Nas unidades de produção (como nas companhias de desenvolvimento e nas empresas estatais) o insulamento burocrático atingiu o seu máximo grau de capilaridade. Já em órgãos vitais para a manutenção do pacto corporativo, como os de previdência social, o insulamento foi menos efetivo justamente porque a burocracia pública continuou a ser usada como moeda política e meio de cooptação.

Um traço distintivo da expansão do aparato burocrático e das mudanças na sua estrutura administrativa foi a valorização do funcionalismo público enquanto política de Estado, o que marcaria a acomodação do sistema de profissões principalmente através da absorção dos profissionais no interior da máquina pública. A nova legislação estabeleceu benefícios e privilégios que viriam garantir "a reprodução material e do *status* de praticamente todos os escalões do pessoal burocrático de carreira" (Miceli, 1988 p. 134)[52]. Este *upgrade* da carreira no funcionalismo público, além de servir como atrativo em si mesmo para os profissionais de ensino superior, foi também uma forma de angariar apoio político através de um "mercado de postos públicos" que legitimavam a crescente ingerência do Estado em setores econômicos que, até então, ficavam sob jurisdição das elites regionais (Miceli, 1988, p. 133).

---

[49] "O DASP sustentou um processo de centralização sem precedentes no país. As Comissões de Eficiência estavam instaladas em todos os ministérios, mas se reportavam diretamente ao DASP. Praticamente todas as medidas legais lançadas por decretos do Ditador eram analisadas pelo Departamento, seja como resposta à legislação originada nos ministérios ou como iniciativa do próprio DASP. [...]. O processo de centralização atingiu também os estados, compelidos pelo DASP a criar departamentos de administração, os "daspinhos", que se reportavam diretamente à sua matriz federal e desempenhavam funções de fiscalização das ações dos interventores". (Nunes, 1997, p. 54).

[50] Além do insulamento burocrático e clientelismo, "corporativismo" e "universalismo de procedimentos" fazem, segundo Nunes (1997), parte do quadro das quatro gramáticas que organizaram, historicamente e com intensidade diversa entre os períodos históricos, a relação entre estado e sociedade no Brasil.

[51] Não por acaso, Martins (1997) nota que a percepção das elites empresariais estrangeiras em relação à burocracia brasileira é fundamentalmente distinta da percepção que a população em geral tem sobre a burocracia do país. Não sem razão, já que os primeiros se relacionam basicamente com os funcionários do alto escalão, enquanto que os demais dependem dos serviços prestados pelos burocratas médios e inferiores.

[52] Este autor apresenta uma análise detalhada de como o Decreto 22.414 de 1933 consistiu num verdadeiro mar de privilégios para o funcionalismo público. Para mais detalhes ver Miceli (1988), especialmente p. 133-138.

Além de fundamental nas décadas seguintes para a alocação dos profissionais ao longo das estruturas do Estado, essa dinâmica foi crucial para consolidar o seu crescente poder de decisão no interior da máquina burocrática, muitas das vezes estando acima do tradicional conflito entre "gerentes x especialistas". Justamente por isso, é importante destacar como esse processo de expansão do Estado centralizado emergiu em consonância com a estabilização do sistema de profissões na sociedade brasileira. Seja na construção do aparato administrativo como meio para se alcançar a eficiência da máquina pública – mesmo que nem sempre essa eficiência ultrapassasse o plano do discurso; seja na construção das instituições de *welfare* que visavam acomodar o conflito entre capital e trabalho e dar início a um processo de expansão da cidadania social; seja na construção institucional do modelo de desenvolvido desenhado nos gabinetes dos inúmeros órgãos de planejamento, controle e coordenação da atividade econômica.

Estabelecidas as regras do exercício profissional, o segundo movimento estava em fincar o *papel do profissional* nos rumos do desenvolvimento. Esse papel pode ser visto como uma combinação de justificação ideológica da vocação auto atribuída – típica das "elites ilustradas" e "progressistas" – e dos interesses materiais e ideais contingentes às situações concretas desses atores. Destaca-se, assim, o esforço de legitimação do projeto modernizante a partir de uma divisão de trabalho entre a política educacional e a propaganda pública (Velloso, 1997). A bem da verdade, essa divisão era inerentemente conflituosa, especialmente no que diz respeito ao controle da ideologia oficial do Estado (ou *das ideologias*) e expressava, antes de tudo, as divergências internas e as contradições do regime varguista, especialmente a partir de 1937. Por um lado, o Ministério da Educação dirigido por Gustavo Capanema tinha como foco a formação de uma cultura erudita, de base formal[53]. Já a propaganda foi liderada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) que se encarregava de orientar as manifestações da cultura popular através do controle dos órgãos de comunicação (Velloso, 1997, p. 58).

Para documentar o elo entre a expansão do estado e o profissionalismo, o quadro a seguir apresenta as organizações criadas pelo governo federal entre 1930 e 1945[54]. São nada menos que 44 órgãos de regulação econômica, 14 da Área de Administração/Propaganda, 8 de Trabalho e Previdência e 4 de Educação/Saúde/Assistência. Embora a proeminência da área

[53] Schwartzman (1979, p. 114), por exemplo, afirma que "ciência e tecnologia não estavam entre as prioridades da administração de Vargas, mas Francisco Campos viu que elas poderiam ajudar não apenas a legitimar o regime entre os mais educados, mas também contribuir para o projeto de modernização que se tinha em mente".

[54] A informações do quadro abaixo foram retiradas de Nunes (1997). O autor organiza as informações anualmente e ainda inclui leis, decretos e planos econômicos, como por exemplo a CLT. Como o nosso objetivo é destacar as mudanças no aparelho do Estado, organizamos as informações segundo área de intervenção e reproduzimos apenas as organizações criadas.

econômica seja clara[55], as outras áreas foram contempladas com a criação de órgãos de extensa ramificação burocrática a nível nacional, como no caso dos ministérios. Não é de se assustar, portanto, que a taxa de crescimento do número de servidores públicos entre 1920 e 1940 tenha sido da ordem de 60,0%, enquanto que a população do país crescera 26,0%. No Distrito Federal (à época a cidade do Rio de Janeiro), onde se concentrava a máquina burocrática, o crescimento dos servidores superou o crescimento da população em quinze vezes (Cunha, 1963)[56].

QUADRO 2-4 - ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS/ADMINISTRATIVAS FEDERAIS CRIADAS ENTRE 1930 E 1945

Economia	Administração/Propaganda/Outros
Monopólio de Câmbio de Moedas pelo BB	Departamento de Imprensa e Propaganda
Conselho Nacional do Café	Comissão Legislativa
Comissão de Estudos de Economia e Finanças dos Estados e Municípios	Conselho Federal de Serviços Públicos
Comissão para a Centralização de Compras	Departamento Nacional de Estatística
Caixa de Mobilização Bancária	IBGE
Instituto de Proteção do Cacau	DASP
DNPM	Reforma da Imprensa Nacional
Departamento de Caça e Pesca	DIP (Reforma)
Instituto do Açucar e do Álcool	Departamento Nacional de Obras Públicas e Saneamento
Conselho Federal de Comércio Exterior	Instituto de Defesa dos Pinheiros
Conselho Técnico de Economia e finanças	Ministério da Aeronáutica
Comissão de Eficiência	Fundação Cristo Redentor
Conselho Nacional de Colonização e Imigração	
Conselho Nacional do Petróleo	**Trabalho e Previdência**
Comissão para a defesa da economia nacional	Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
Comissão Nacional do Gasogênio	Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Marítimos
Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica	Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Bancários
Instituto para a Defesa do Sal	Comissão dos Similares
Comissão de Siderurgia	Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciários
CEXIM	IPASE
CSN	IAPTEC
Comissão de Combustíveis e Óleos Lubrificantes	Instituo Brasileiro de Resseguro
Comissão de Marinha Mercante	
Companhia das Docas da Bahia	**Educação/Saúde/Assistência**
Departamento Nacional Ferroviário/Conselho Nacional Ferroviário	Ministério da Saúde e Educação
Banco da Amazônia	Instituto Nacional de Tecnologia
Banco de Crédito da Borracha	Fundação de Saúde Pública
Cia Vale do Rio Doce	Legião Brasileira de Assistência
Comissão Executiva para Indústria Fruticultura	

Continua

[55] Nunes (1997) destaca que que várias das comissões econômicas eram, a bem da verdade, criadas como moeda de troca para apoio político das elites locais e regionais.
[56] Cálculo realizado com base nos dados apresentados por Cunha (1963).

QUADRO 2-4 **Conclusão**

Economia	
Comissão Executiva para Indústria da Mandioca	
Comissão Executiva da Pesca	
Coordenação de Mobilização Econômica	
CAFVM	
Cia Nacional Álcalis	
Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial	
Fábrica Nacional de Motores	
Comissão de Financiamento da Produção	
Serviço de Navegação da bacia do Prata	
Cia Itabira de Produtores de Aço	
Comissão de Planejamento Econômico	
Conselho Nacional de Política Industrial	
Cia Hidroelétrica de São Francisco	
SUMOC	

Fonte: Nunes (1997)

Diante desses dados, não seria descabido afirmar que o crescimento do aparato burocrático no pós-1930 não necessariamente tenha significado a incorporação dos profissionais, e que tampouco tenha sido por ela estimulado. Mas há razões para apostar na conexão entre a expansão do aparelho do estado e a profissionalização. A começar pelo fato, já bastante conhecido, de que a carreira pública era, de há muito tempo, uma das poucas opções de inserção profissional dos graduados. Sobre esse ponto, Miceli (1988) afirma que

> A despeito da fachada 'científica' que ostentavam, as reformas administrativas resguardavam condições especiais de acesso em favor dos portadores de títulos superiores cujo contingente se havia ampliado nos últimos anos (Miceli, 1988, p. 139).

Nesse ínterim, uma das principais medidas que visavam facilitar o ingresso dos profissionais na carreira pública foi a Lei do Reajustamento de 1936, que criou o Conselho Federal do Serviço Público (ver quadro acima). Essa lei, que estabelecia o concurso público como pré-requisito para o ingresso na carreira, também instituía uma série de "cargos isolados" que eram preenchidos livremente pelo poder executivo. Ao referido Conselho, por sua vez, cabia

> determinar quaes os cargos publicos que, além de outras exigencias legaes ou regulamentares, sómente possam ser exercidos pelos portadores de certificado de conclusão de curso secundario e diplomas scientificos de bacharel, medico, engenheiro, perito-contador, actuario e outros, expedidos por institutos officiaes ou fiscalizados pelo Governo Federal. (Artigo 10 da Lei número 284 de 28 de outubro de 1936).

Cabia ao Estado, portanto, estabelecer o valor do diploma, distinguindo-os, ao mesmo tempo em que controlava a demanda dos possíveis titulados. Para Miceli,

> o Estado transforma-se, por esta via, na instância suprema de legitimação das competências ligadas ao trabalho cultural, técnico e científico, passando a atuar como agência de recrutamento, seleção, treinamento e promoção, do público portador de diplomas superiores. [...] Os portadores de títulos superiores continuarão tendo acesso a estes postos, em especial aos cargos isolados, independentemente de concurso público de provas, cristalizando a clivagem decisiva entre dois segmentos do corpo funcional de carreira e repercutindo nas demais dimensões da vida funcional cobertas pelo Estado (Miceli, 1988, p. 140).

Uma breve análise dos dados sobre a inserção dos profissionais na carreira pública corrobora esse argumento e mostra que 1/3 dos profissionais (homens)[57] eram servidores públicos na década de 1940.

A construção do novo aparato institucional criou as condições propícias para a emergência do "profissional" enquanto estrato social dotado de poder diferenciado no novo modelo de sociedade que se instaurava. Se o novo pacto de dominação política passava pelo autoritarismo – especialmente a partir de 1937 – e pela consequente supressão das liberdades individuais, o pretenso caráter nacional e racionalizado do modelo dependia da autoridade cultural fornecida pelo saber profissional. Como destaca Starr (1983), este tipo de autoridade é distinto da "autoridade social" (Weber, 1999), e se traduz na "probabilidade que certas definições particulares da realidade e juízos de significado e de valor prevaleçam como válidos e verdadeiros" (Star, 1983, p. 28). Afinal, num estado que se vendia como "racional", a elaboração da política econômica, ou de qualquer outra, não poderia ficar a cargo dos velhos políticos "carcomidos" (Nunes, 1997), mas deveria ser resultante de planos bem desenhados nos gabinetes técnicos, pelo menos como *norma de conduta*.

A autoridade dos "profissionais" do século XIX e início do século XX – se é que podemos chamá-los assim – passava antes de tudo pelos mecanismos não racionais da legitimidade (Parsons, 1971): relações de confiança, prestígio estamental, redes de sociabilidade, etc. A partir de 1930 (e, mais especificamente, de 1950, como mostro no capítulo seguinte) a fonte de seu poder vai ser o resultado da combinação de dois fatores. Por um lado, os privilégios de que gozariam enquanto aristocracia ocupacional, garantida pela estabilização e definição das regras que iriam organizar o sistema de profissões, vinculando o exercício

[57] Tive de me restringir aos homens nesse momento porque só é possível estimar esse dado a partir das informações dos pais dos indivíduos da Pnad de 1973. Infelizmente não há informações para as mães. No capítulo seguinte utilizo os dados do Censo e é possível observar algumas diferenças em relação aos dados da Pnad. O objetivo aqui, contudo, é destacar a *tendência temporal*, menos que oes percentuais efetivos em cada ano.

profissional ao diploma de ensino superior. Por outro, a simbologia positiva associada à imagem do profissional que atuaria no Estado como maquinista do desenvolvimento nacional, que passa a fazer parte de representações coletivas.

As duas passagens abaixo me parecem bons exemplos de um e outro.

> De fato, a regulação profissional do pós-30 moldou para as profissões de nível superior o estatuto de uma verdadeira aristocracia ocupacional com seus monopólios, privilégios e mecanismos de representação de interesses corporativos. (Coelho, 1999, p. 285).
> No Brasil, o momento original de formulação de um novo modelo de elite capaz de administrar e solucionar os "males" do país será marcado por propostas de estado forte e centralizado, levadas a cabo sob a utopia corporativista que se postulava como uma terceira via de desenvolvimento, corrigindo os equívocos e excessos tanto do liberalismo quanto do socialismo. [...] Cada vez mais a erudição dos bacharéis vai sendo considerada insuficiente e até perniciosa para atender às necessidades da nação. A "modernização" do país que, segundo os diagnósticos dos anos 20 e 30, já estava em curso e devia ser acelerada, exigia a presença de homens com formação distinta. O brasil não precisava de "profissionais da política", mas de profissionais com formação técnica específica ao desempenho das novas funções do Estado, cada vez mais intervencionista e autoritário (Gomes, 1994, p. 4).

O sistema de profissões, além de estabilizado, estava acomodado com a emergência do Estado de Bem-Estar Desenvolvimentista, que ia ganhando corpo (Draibe e Riesco, 2011). Embora ainda embrionária, seria em torno dessa estrutura, destinada manifestamente a promover o desenvolvimento e o bem-estar, que o sistema de profissões iria se expandir e se diferenciar a partir da década de 1950, que marca o início do segundo período.

Capítulo 3 - A expansão e a diversificação funcional do sistema

"Ah, mas como é triste, esta nossa vida de artista.
Depois de perder Vilma pra São Paulo,
Perder Maria Helena prum dentista" (Ednardo, 1979)

3.1 Introdução

Este capítulo mostra como o período que se situa entre a década de 1950 e meados da década de 1980 é marcado pelas seguintes transformações do sistema de profissões: diversificação funcional da atividade econômica; diversificação do processo de produção dos produtores; e extensão de privilégios às novas carreiras.

A principal marca desse processo é que ele foi acompanhado pela regulamentação das novas profissões e, tendo em vista o modelo analítico proposto, isso implica dizer que houve um relativo grau de convergência no modo como se transformaram conjuntamente os três principais sistemas institucionais que dão origem ao sistema de profissões. A intensificação da divisão do trabalho foi acompanhada pelo correspondente aumento da diversificação do Sistema de Ensino superior – especialmente quanto à diversificação de diplomas – e pela regulamentação dessas novas carreiras. Este movimento implicou, assim, num crescimento com diversificação e razoável grau de manutenção da estabilidade do sistema, apesar de uma clara discrepância entre os objetivos desenvolvimentistas e as carreiras que iam se constituindo. E, dando sequência ao movimento iniciado no período anterior, o Estado foi um agente central de transformação da atividade econômica e se expande do ponto de vista das estruturas desenvolvimentistas e de bem-estar, reservando um lugar especial aos profissionais em ambas as frentes.

Tendo vista a centralidade que a mudança estrutural assume ao longo do período, bem como seus efeitos para o aumento da divisão do trabalho, é dela que me ocupo ao longo da primeira parte do capítulo. A segunda parte trata diretamente dos outros dois sistemas institucionais, o Sistema de Ensino Superior e a regulamentação.

3.2 Mudança estrutural e realocação: o sistema de profissões no período 1950-1980

3.2.1 Industrialização e expansão do Estado Desenvolvimentista de Bem-Estar

O arranjo institucional que esteve por detrás do período de industrialização pesada iniciado no segundo Governo Vargas é marcado pela gestação daquilo que Luciano Martins

(1985) chamou de um "tipo sociológico novo": o "executivo de Estado". Embora uma marca dos governos militares, é a partir dos anos 1950 que se pode buscar as origens desse personagem que, enquanto tipo sociológico, pode ser considerado também o melhor exemplar do sistema de profissões do período. Aliás, não seria estranho se Martins tivesse chamado-o de *profissional* de Estado. Retomo brevemente algumas características do processo de industrialização de modo a destacar como a divisão do trabalho foi organizada e, paralelamente à diversificação do Sistema de Ensino Superior e da regulamentação profissional, contribuiu para conferir ao sistema de profissões a feição que adquiriu nesse período.

O primeiro ciclo de industrialização que perdurou até 1950 não foi capaz de alterar as bases técnicas e financeiras da acumulação e determinar, endogenamente, o processo de desenvolvimento industrial (Cardoso de Melo, 1983). Este cenário de "industrialização restringida" foi alterado apenas a partir da nova guinada industrializante do segundo governo Vargas e dos investimentos do Plano de Metas no governo JK. Posteriormente, uma nova inflexão, com características distintas especialmente no que se refere aos arranjos institucionais do Estado e na sua forma de intervenção econômica, ocorreria com os governos militares a partir de 1964.

Depois de um período de redução das pretensões industrializantes e da intervenção estatal na economia ao longo do governo Dutra, o segundo governo de Vargas voltaria a colocar a industrialização acelerada como pré-requisito para o desenvolvimento social e econômico. Já em 1951, o governo lançava o Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social que, se bem se tratasse mais de uma carta de intenções do que de um plano de ações sistematizado e bem definido, foi concebido a partir de um detalhado diagnóstico da economia e da sociedade brasileiras e orientou a maior parte das ações entre 1951-1954, além de fixar diretrizes e estruturas organizacionais que seriam mobilizadas para a execução do Plano de Metas no governo seguinte (Draibe, 1985, p. 169).

O arranjo ia sendo montado através de órgãos e agências estatais a nível nacional que visavam estabelecer os parâmetros de políticas globais a partir de um maior grau de racionalização técnica, administrativa e financeira. Trava-se, assim, de "dotar a máquina estatal de instrumentos capazes de elaborar e executar, com agilidade, eficiência e harmonia, *as políticas nacionais de desenvolvimento que o governo entendia ser tarefa do Estado promover*" (Draibe, 1985, p. 197)[58].

[58] Apontar a centralidade da máquina estatal nesta nova etapa do desenvolvimento não implica dizer que o Estado atuou sozinho numa espécie de estatização da economia. Muito pelo contrário, é justamente nesse período que o capital internacional adentra de vez o capitalismo brasileiro em virtude, também, da fragilidade do capital nacional

Diante do processo de ampliação da diversificação funcional tanto do Estado quanto da própria atividade econômica, surgiam novos desafios de coordenação dentro da máquina burocrática e começavam a se fazer evidentes os limites ao modelo corporativo de articulação de interesses entre esta e seus interlocutores (Schimitter, 1971). Esboçava-se, já no início do governo Vargas, formas de articulação alternativas ao corporativismo que viriam ser a marca registrada no período de JK, os "grupos de trabalho" e os "grupos executivos". Essas formas não oficiais de representação dos interesses institucionalizariam a relação direta entre os grupos especializados da burocracia e o setor privado, naquilo que posteriormente Fernando Henrique Cardoso (1975) chamaria de "anéis burocráticos" para caracterizar o modelo de representação de interesses no pós-1964 e Peter Evans (2004) de "autonomia inserida". Esta lógica de representação dos interesses privados esteve por detrás da convergência entre a diversificação do Sistema de Ensino Superior e a extensão da regulamentação às novas carreiras que emergiam da Reforma de 1968 e da ampliação do setor privado na provisão das credenciais, como mostro na última seção deste capítulo.

Nesse ínterim, as empresas públicas tiveram um papel decisivo para a capacidade adaptativa do Estado em atuar na esfera econômica. Menos sujeitas ao estrito controle burocrático da máquina administrativa, elas foram as principais locomotivas da transformação no que se constituiu o núcleo do segmento estatal na economia – siderurgia (Companhia Siderúrgica Nacional, 1941), energia elétrica (Eletrobrás, 1961) e petróleo (Petrobrás, 1953) (Abranches, 1977). Apesar disso, a expansão das empresas não foi realizada como parte de um plano nacional, mas ocorreu de forma setorial – não por acaso, o processo de criação da Eletrobrás, isolado de maiores pressões políticas, foi completamente distinto do observado na Petrobrás, fortemente politizado e com elevado grau de pressão popular que se traduziram na campanha "O Petróleo é nosso!" (Abranches, 1977, p. 21).

O *executivo de Estado* seria moldado e se institucionalizaria de vez a partir do novo modelo de intervenção estatal na economia que seria adotado no pós-64 através da descentralização da administração pública. Iniciada ainda em 1941 através da criação das autarquias como forma de "driblar" o controle excessivo do DASP, o ponto culminante foi a Reforma Administrativa de 1967 promovida através do Decreto-Lei 200, que instituiu um sistema diferenciado para administração indireta, especialmente a possibilidade de contratação de pessoal através do regime CLT. "Fundações de direito privado, sociedades de economia mista e empresas públicas foram as grandes beneficiadas dessa política que, sem sombra de

---

privado. Martins (1973, p. 13) chamou essa dinâmica de "internacionalização das relações de dependência", que consolidou o desenvolvimento associado a partir da aliança entre o Estado e o capital estrangeiro.

dúvidas, respondeu à necessidade de maior eficiência na gestão das políticas públicas" (Prates, 2007, p. 127).

Essa inovação na administração pública permitiu uma enorme concentração de capitais e descentralização das agências que, embora se constituíssem como empresas públicas, atuavam como típicas empresas capitalistas de grande porte. A empresa estatal se expande e se fortalece, tornando-se o único interlocutor capaz de associar-se ao capital estrangeiro sem que o benefício e o chamado *take over* fosse apropriado unicamente por este último. É através dela que o capitalismo brasileiro passaria, finalmente, a se integrar ao capitalismo mundial em fase de internacionalização e abertura do fluxo de capitais (Martins, 1985, p. 70).

O novo arranjo institucional gerou aquilo que este mesmo autor chamou de "Estado como universo em expansão":

> As partes que o integram passam a ter existência própria e se apresentam mais como confederadas em torno do conceito de Estado do que têm sua existência definida pela sua subordinação a órgãos que as organizem em sistema (Martins, 1985, p. 81).

Este modelo esteve por detrás dos planos de desenvolvimento (I e II PNDs, 1972-1974 e 1975-1979) e dos seus resultados estruturais, o principal dos quais foi alcançar o domínio do ciclo produtivo industrial através de uma profunda diversificação da atividade produtiva. Por outro lado, do ponto de vista estritamente institucional, foram duas as consequências indesejáveis e inesperadas (Bresser-Pereia, 2001). Em primeiro lugar, ao facilitar a contratação de funcionários públicos via CLT, buscava criar caminhos alternativos ao estrito controle daspiano e, de certa forma, permitia que a inserção nos quadros públicos se desse por meios personalistas. De outro, não instituiu mudanças na administração direta, que passou a ser vista como "burocrática" e "ineficiente".

> O núcleo estratégico do Estado foi, na verdade, enfraquecido indevidamente através de uma estratégia oportunista do regime militar, que, ao invés de se preocupar com a formação de administradores públicos de alto nível selecionados através de concursos públicos, preferiu contratar os escalões superiores da administração através das empresas estatais (Bresser-Pereira, 2001, p. 16).

Se os governos Vargas (1951-1954) e JK haviam avançado no sentido de retomar a produção e diversificação industrial como caminho para o desenvolvimento no mais fidedigno estilo da ideologia desenvolvimentista (Foseca, 2014), os governos militares levariam ao extremo este projeto. Mas apesar das diferenças que perpassam cada um dos subperíodos, existe uma tendência de que a diversificação da estrutura produtiva, embora com ampla participação

do capital internacional, foi liderada por uma burocracia pública que se diversificava nas suas funções e se especializava na sua capacidade técnica. É esta estrutura que iria incorporar gradativamente os novos quadros de profissionais à máquina estatal e que serviria como o ambiente institucional por excelência de cristalização do sistema de profissões e da sua posição superior no topo da estrutura ocupacional. A passagem abaixo sintetiza em grande medida este argumento:

> Configurava-se ainda a emergência de uma *intelligentsia* modernizante (fenômeno que nas primeiras décadas do século se traduziu no conflito entre "engenheiros" e "bacharéis"). Esses estratos emergentes, não encontrando inserção no incipiente capitalismo nacional de então, para elevarem sua posição social (secundária) ao nível de suas (altas) aspirações, vão fazer do Estado o veículo de sua ascensão. Não se tratava, e isso é fundamental, de estratos gestados pelo próprio Estado, mas de segmentados sociais gerados *na sociedade*, por uma dada estrutura de classes, a qual, por sua vez, era rígida demais para reabsorver segmentos que iam se diversificando (Martins, 1985, p. 59).

A expansão do Estado que vinha ocorrendo, contudo, não se restringia apenas à sua face desenvolvimentista, mas também à construção das estruturas de um Estado de Bem-Estar Social. Embora um debate ainda incipiente na América Latina[59], alguns autores vêm chamando atenção para a simbiose entre o Estado Desenvolvimentista e o Estado de Bem-Estar na região (Draibe e Riesco, 2011). Mas vale notar que mesmo o festejado conceito de "cidadania regulada" de Wanderley Guilherme dos Santos só faz sentido sob esta ótica: a regulação ocupacional foi uma estratégia deliberada para organizar o mundo da produção e tornar possível a implementação de políticas de proteção social, combinando acumulação e equidade, embora privilegiando o primeiro.

Nesse sentido, se os estratos foram gerados na sociedade, como bem deixa claro Luciano Martins, foi através do Estado que se solidificou um sistema de profissões moderno e diferenciado, seja através da sua face desenvolvimentista, seja dos serviços de bem-estar, como mostro a seguir.

---

[59] Por um bom tempo, a literatura sobre modernização e desenvolvimento nos países em desenvolvimento tendeu a desconsiderar a complementariedade entre o Estado desenvolvimentista e o Estado de Bem-Estar social. Vale notar que a ampla e variada tradição desencadeada pelo pensamento cepalino (Raúl Prebisch, Celso Furtado, Aníbal Pinto, Maria da Conceição Tavares, para citar apenas alguns mais centrais) nunca se preocupou com a interpretação da construção do Estado de Bem-Estar, estando sempre mais voltada para compreender a formação histórica das estruturas de subdesenvolvimento e suas eventuais possibilidades de superação. Do lado dos estudos do Estado de Bem-Estar na América Latina se deu praticamente o mesmo, mas em sentido contrário (Fleury, 1994, Filgueira, 1999; Martinez-Franzoni, 2008; Barrientos, 2009). Essa lacuna tem sido preenchida nos anos recentes, especialmente a partir da influência da literatura que se debruçou sobre os casos do leste asiático, para os quais despontaram conceitos como "Estado Produtivista de Bem-Estar" (Holliday, 2000) ou "Estado Desenvolvimentista do Leste Asiático" (Gough, 2004).

3.2.2 Industrialização e diferenciação funcional

O sistema de profissões não passaria a largo dessas transformações e a lógica explicativa para entender sua expansão é, de início, bastante simples. As mudanças na estrutura produtiva elevam a demanda por trabalhadores mais qualificados ao tempo em que a classe média pressiona pela expansão do sistema de ensino. Para se adaptarem à competição da economia moderna, as organizações adotam um formato racional-burocrático e os profissionais assumem os cargos de direção, liderando a eficiência dos processos. Como consequência, cresce a classe de profissionais, cuja autoridade é legitimada pela combinação entre a posição que assumem no interior das grandes organizações e a credencial de ensino superior fornecida pelo sistema escolar.

Essa narrativa, à primeira vista, de todo plausível, nos permitiria entender como se tece a relação entre industrialização e crescimento do estrato profissional. Entretanto, ela esconde diferenças que dizem respeito, sobretudo: ao tipo de profissional e suas áreas de atuação, que se refletem no grau de diferenciação do sistema; à dinâmica da expansão do Estado em cada período histórico específico.

Apesar de finalmente estabilizado quanto às regras formais que organizam jurisdições ocupacionais, o sistema de profissões estava ainda escassamente diferenciado até a década de 1950. Isto se deve basicamente à combinação de dois fatores paralelos, mas inter-relacionados: a reduzida diferenciação da estrutura produtiva e à reduzida diferenciação do sistema de ensino superior. Nesse período, aproximadamente 60,0% do total de trabalhadores encontravam-se no setor agropecuário. Por outro lado (Tabela 3.1), o número de egressos das instituições de ensino superior era reduzido e concentrado em poucas áreas: o número de concluintes em 1950 alcançou meras 7036 pessoas, com as carreiras tradicionais (Direito, Medicina, Engenharia, Odontologia e Filosofia, Ciências e Letras) responsabilizando-se por 80,0% desse total.

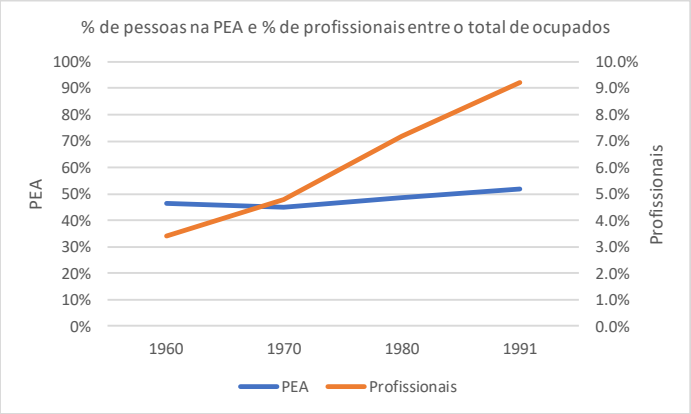
TABELA 3-1 - CONCLUSÕES DE CURSOS SUPERIORES NO BRASIL EM 1950

Curso	N	%
Filosofia, Ciências e Letras (bach + lic)	1496	21.3%
Direito	1321	18.8%
Medicina	1070	15.2%
Engenharia	961	13.7%
Odontologia	845	12.0%
Ciências Econômicas, contábeis e atuariais	503	7.1%
Farmácia	341	4.8%
Agronomia	171	2.4%
Arquitetura	150	2.1%
Química Industrial	117	1.7%
Veterinária	61	0.9%
Total	7036	100.0%

Fonte: IBGE, Síntese Retrospectiva da Educação no Brasil, 1871-1954. Elaboração própria.

Infelizmente não temos como precisar exatamente o tamanho do grupo de profissionais no total de ocupados antes de 1960. Mas, considerando-se que neste ano o percentual não ultrapassava 3,4%, é possível que esse número girasse entre 1,5 e 2,5% em 1950. Nas três décadas seguintes, o crescimento foi intenso, saltando para 4,8% em 1970, para 7,2% em 1980 e para 9,2% em 1991. Além de acelerado, o *ritmo do crescimento* é quase constante ao longo do período – com uma inflexão entre 1970 e 1980 – e sobretudo muito superior ao crescimento da PEA, que oscilou de 46,0% a 52,0% (Gráfico 4.1).

GRÁFICO 3-1 - PERCENTUAL DE PESSOAS NA PEA E PERCENTUAL DE PROFISSIONAIS DENTRE O TOTAL DE OCUPADOS



Fonte: IBGE, Censos Demográficos. Elaboração própria.

Todavia, não basta atestar o crescimento do estrato profissional. Há que observar as diferenças no seu tipo de inserção. A Tabela 3.2 avança nesse sentido ao apresentar a distribuição dos profissionais entre os setores de atividade econômica. A título de comparação, incluímos também a distribuição dos setores de um modo geral.

Em termos de mudanças estruturais, é desnecessário sublinhar a transição rural-urbano que salta aos olhos de imediato na Tabela 3.2. Mais importante, entretanto, é observar o padrão de crescimento dos setores, bem definido entre 1960-1980 e que, a partir daí, já evidencia o esgotamento do modelo de desenvolvimento centrado na construção civil e a na indústria.

TABELA 3-2 - DISTRIBUIÇÃO DOS PROFISSIONAIS E DO TOTAL DE OCUPADOS SEGUNDO SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA, 1960-1991

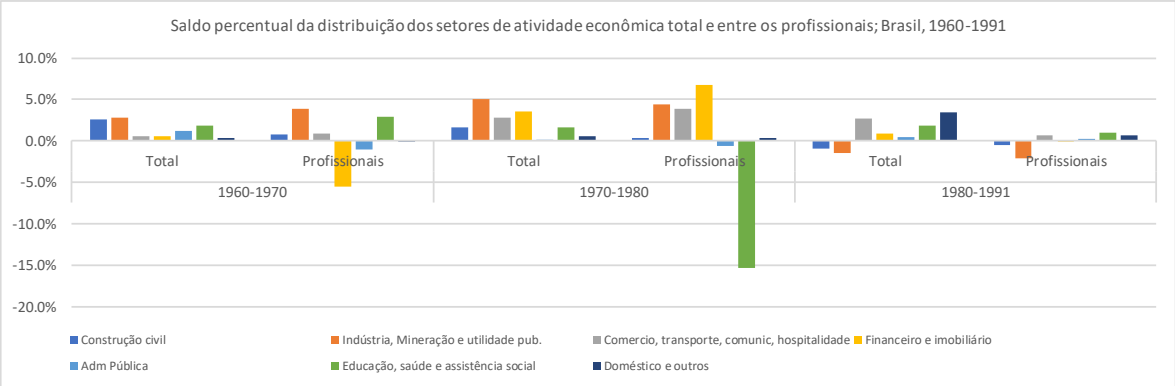
Setor de Atividade Econômica	1960		1970		1980		1991	
	Prof.	Total	Prof.	Total	Prof.	Total	Prof.	Total
Agricultura e pecuária	2.1%	55.2%	.2%	45.4%	.3%	30.0%	.3%	22.8%
Construção civil	1.1%	3.3%	1.9%	6.0%	2.2%	7.6%	1.7%	6.7%
Indústria, Mineração e utilidade pub.	7.3%	10.1%	11.2%	12.8%	15.6%	17.9%	13.5%	16.5%
Comercio, transporte, comunic, hospitalidade	6.0%	14.4%	6.9%	14.9%	10.9%	17.7%	11.6%	20.5%
Financeiro e imobiliário	12.2%	1.7%	6.7%	2.2%	13.5%	5.7%	13.5%	6.6%
Adm Pública	7.9%	3.1%	6.8%	4.3%	6.3%	4.4%	6.5%	4.9%
Educação, saúde e assistência social	58.0%	2.6%	60.9%	4.4%	45.6%	6.1%	46.7%	8.0%
Doméstico e outros	5.3%	9.7%	5.3%	10.0%	5.6%	10.6%	6.3%	14.0%
Total	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%

Fonte: IBGE, Censos Demográficos. Elaboração própria.

No início do período, quase 60,0% dos profissionais se concentrarem no setor de Educação, Saúde e Assistência Social, revelando a face dos serviços de bem-estar, que não representava 3,0% do total de ocupados; outros 12,2% se encontravam no setor financeiro. Nos demais setores, à exceção do doméstico, da construção civil e da agricultura, o restante de profissionais se encontra razoavelmente bem distribuídos, em torno de 7,0%.

Em duas décadas, entretanto, o percentual dos profissionais que se encontram nos serviços sociais cai em torno de 13,0%, embora essa ainda seja sua principal área de atuação. Cresce de maneira consistente, por outro lado, a participação dos mesmos entre os setores *produtivos* – indústria e construção civil entre 1960 e 1970 e, a partir daí, ganham proeminência os setores financeiro e imobiliário e, amplia-se a sua participação nos demais serviços urbanos (transporte, comunicação, comércio e hospitalidades). O Gráfico 3.2 permite uma melhor visualização das diferenças entre o padrão da mudança geral da estrutura produtiva e a alocação dos profissionais ao longo do tempo.

GRÁFICO 3-2 - SALDO PERCENTUAL DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROFISSIONAIS ENTRE OS SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA



Fonte: IBGE, Censos Demográficos. Elaboração própria.

Em suma, entre 1960 e 1980 observa-se um processo de transição de um sistema de profissões majoritariamente centrado nos serviços de bem-estar para um sistema em diversificação, com a crescente presença dos profissionais nas atividades produtivas, com destaque para o setor financeiro, que se consolida efetivamente na década de 1970.

Vale notar ainda que a década de 1980 representa uma estagnação nesse movimento de diversificação, refletindo o refluxo do crescimento econômico. Assim, depois de vinte anos aumentando sua participação na indústria, essa relação se inverte com uma queda de 2,0%, mas, o que chama mais atenção, é o cenário de estagnação entre 1980 e 1991; a variação é praticamente nula em todos os setores. O sistema de profissões se diferenciou, efetivamente, ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1970.

Mas esses dados mantêm na penumbra um dos traços mais importantes de inserção produtiva dos profissionais: a sua inserção no aparelho do Estado. Isso porque a categoria "Administração pública" dos setores de atividade econômica acima não inclui todos funcionários públicos, mas apenas aqueles vinculados à administração direta. Professores e médicos dos serviços públicos, por exemplo, são alocados nos setores de educação e saúde; engenheiros de empresas estatais (como da Companhia Vale do Rio Doce) em Indústria e Mineração. E assim por diante.

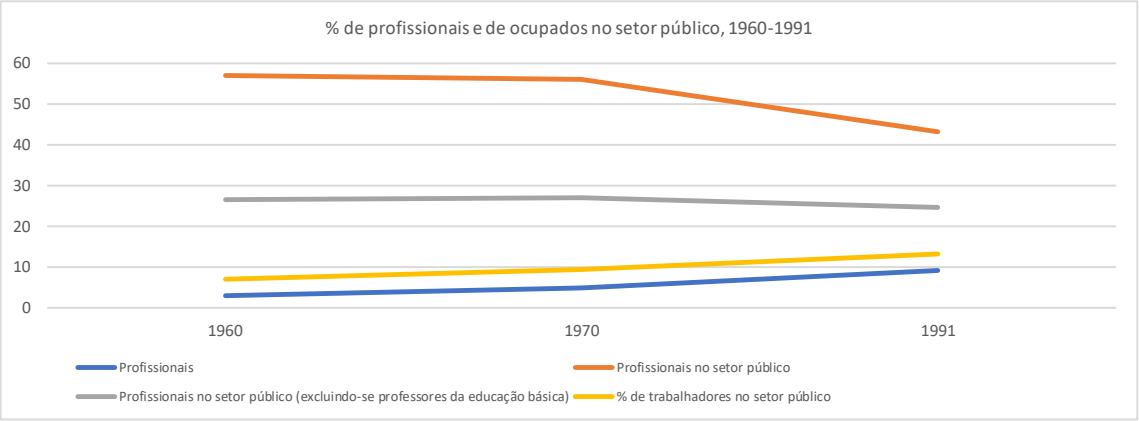
Felizmente os Censos Demográficos – à exceção apenas da edição de 1980 –provêm tal informação, revelando se o trabalhador é funcionário do Estado[60]. Como mostra o Gráfico 4.3, o Estado continuou a ser o principal destino dos profissionais – mesmo com a diversificação do

[60] Até o Censo de 1991 esta informação é captada como categoria da variável posição na ocupação.

seu tipo de inserção na atividade econômica. Veja-se que, em 1960, nada menos do que 57,0% dos profissionais eram funcionários do Estado. Esse número se mantém constante em 1970 (56,0%) e declina para 43,3% em 1991. Não há dados para o ano de 1980.

É certo que nesse montante se expressa o peso do grande número de professores de ensino médio e fundamental. Justamente por isso vale observar também a proporção de profissionais no setor público excluindo-se esta categoria. De fato, os percentuais declinam para menos da metade: 26,6% em 1960; 27,1% em 1970 e 24,6% em 1991. Apesar disso, ainda são muito superiores à proporção geral de trabalhadores no serviço público (6.9%, 9.1% e 13.1% em cada ano, respectivamente).

GRÁFICO 3-3 - PERCENTUAL DE PROFISSIONAIS OCUPADOS NO SETOR PÚBLICO



Fonte: IBGE, Censos Demográficos. Elaboração própria.

Convém atentar para dois aspectos. O primeiro é o de que, ao compararmos os dados relativos à proporção de profissionais no setor público com e sem a presença dos professores da educação básica, notamos que a queda acentuada dos primeiros está longe de uma "privatização generalizada" das profissões no país. Ela se deve à da ampliação do setor privado no sistema educacional, a partir da década de 1970. Entre 1960 e 1991, a proporção de matrículas do ensino privado sobre o total saltou de 41,0% para 62,5% (Durham e Sampaio, 1995).

O segundo aspecto diz respeito à diversificação da atividade produtiva. Ao longo do período analisado, essa diversificação ocorreu concomitantemente à manutenção da primazia do setor público como um forte empregador, pelo menos até meados da década de 1970. Daí porque a diversificação do sistema de profissões foi, pelo menos no seu início, fortemente tributária da diversificação das atividades produtivas e dos serviços de Bem-Estar do Estado, como destacamos na seção anterior, através das empresas públicas e da administração indireta,

no que Luciano Martins chamou de “universo em expansão”. Essa diversificação do Estado trouxe a reboque a diversificação do mercado de serviços profissionais, que começou a atuar como campo gravitacional de transição do sistema, como mostrarei no próximo capítulo.

Até aqui, entretanto, os profissionais foram tratados como um grande grupo homogêneo. Diante desse movimento de diversificação, convém ir adiante apresentando como o sistema de profissões se diferencia internamente, que tipo de profissional se insere em cada setor e como isto se combina com sua inserção no aparelho do Estado.

3.2.3 A diferenciação interna do sistema

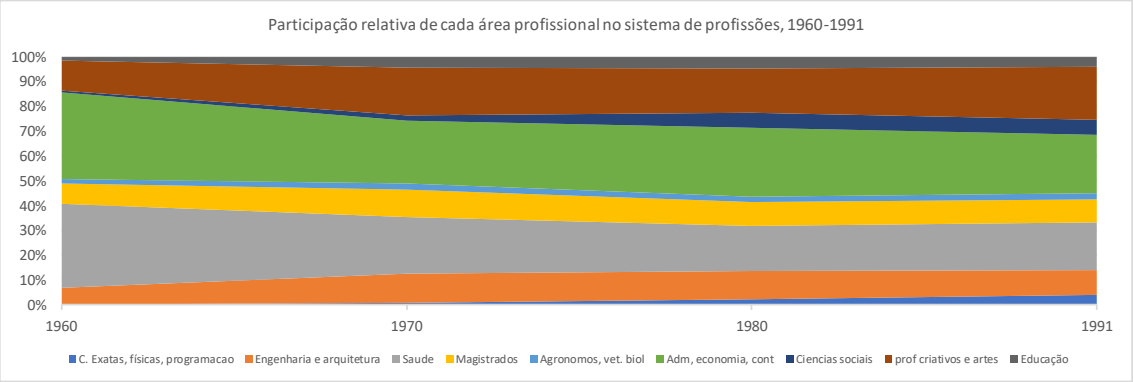
O aumento da divisão do trabalho em qualquer sociedade implica, por definição, numa diferenciação das funções da atividade produtiva. Sabemos que, no Brasil, isto ocorreu principalmente a partir da década de 1950 com a intensificação do processo de industrialização. De um país predominantemente agrícola em 1960, o mercado de trabalho já contava com uma ampliada gama de atividades produtivas e serviços urbanos em 1991. Apenas a título de ilustração, vale a pena retomar as classificações censitárias que mostram que, de um total de 205 ocupações listadas em 1950, passam para 379 em 1991. Vimos também que, ao longo desse período, o estrato profissional se expandiu de maneira acentuada, saltando de 3,4% do total de ocupados para 9,2% em 1991.

Esse crescimento veio associado a uma mudança no padrão interno do sistema de profissões. A bem da verdade, como deixo mais claro na última seção deste capítulo, as fronteiras das grandes áreas de atuação já se encontravam razoavelmente institucionalizadas desde 1950. O que vai mudar é o tamanho relativo das áreas e a sua organização interna, como mostram os dois Gráficos 3.4 e 3.5 a seguir.

O primeiro apresenta o tamanho relativo das áreas de atuação dentro do estrato profissional. No início do período, o sistema era dominado pelas áreas de Saúde e Administração, Economia e Contabilidade (muito em virtude da enorme quantidade de contadores e administradores; os economistas só cresceriam em quantidade a partir da década de 1970, embora já a partir de meados da década de 1960 fossem parte da elite burocrática (Gomes, 1994)). As principais mudanças ocorreram especialmente entre 1970 e 1980, quando essas duas áreas perderam parte da fatia que lhes cabia, ao mesmo tempo em que cresceram as áreas associadas às profissões criativas e, em alguma medida, um pouco das ciências sociais.

As demais áreas, como do Direito, Educação[61] e Engenharia e Arquitetura mantiveram-se quase do mesmo tamanho.

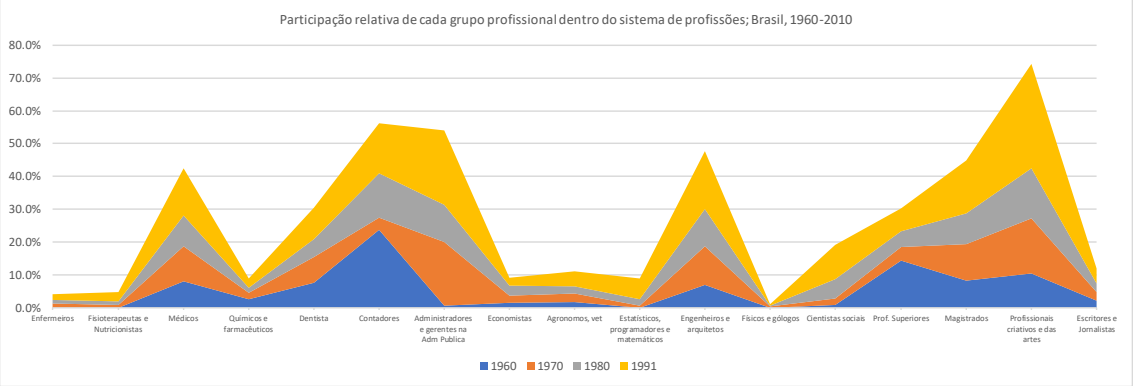
GRÁFICO 3-4 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DE CADA ÁREA NO SISTEMA DE PROFISSÕES



Fonte: IBGE, Censos Demográficos. Elaboração própria.

A mudança é mais evidente quando observamos as profissões a nível desagregado, como no Gráfico 3.5. Nota-se que, com o passar do tempo, o padrão de distribuição dos "espaços profissionais" transita de um modelo fortemente concentrado em poucas profissões como médicos, contadores, engenheiros e magistrados (área azul, 1960) para um modelo mais diversificado (área amarela, 1991).

GRÁFICO 3-5 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DE CADA GRUPO PROFISSIONAL NO SISTEMA DE PROFISSÕES



Fonte: IBGE, Censos Demográficos. Elaboração própria.

Mais diferenciado internamente e mais difuso do ponto de vista de inserção dos profissionais nas atividades econômicas. O setor de serviços sociais, como já salientado, era o

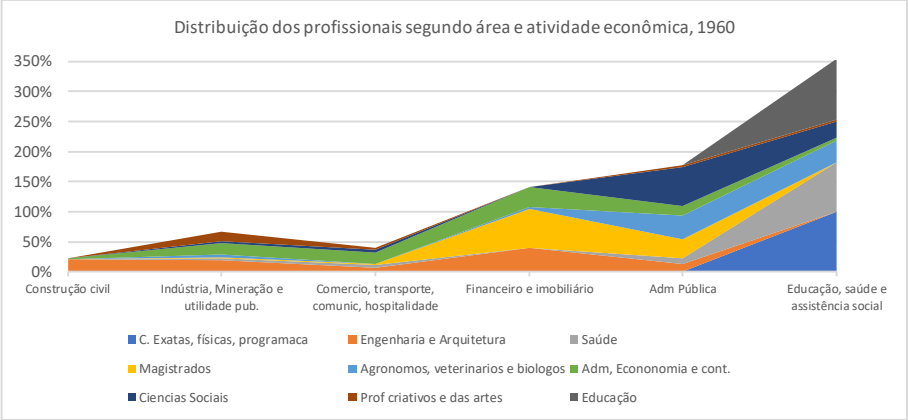
[61] Doravante excluem-se os professores secundários e primários que, como vistos antes, ampliavam demasiadamente o setor de educação, ofuscando a diferença entre as demais áreas.

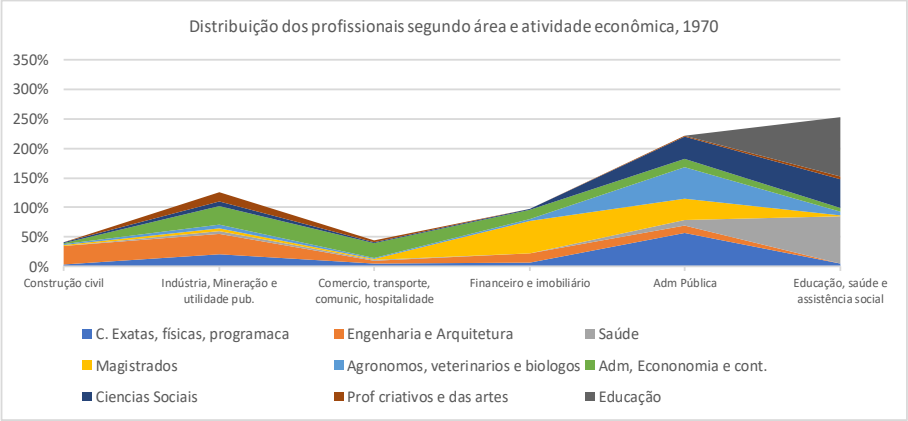
grande empregador dos profissionais na década de 1960 e continuava a sê-lo ainda em 1991, embora em declínio. Os Gráficos 3.6 a 3.9 documentam esse argumento ao mostrar como cada área de atuação profissional se inseria, em cada ponto do período, em cada setor de atividade econômica. Não é de se estranhar que as áreas de educação e saúde se destinem, quase que por definição, aos serviços sociais – afinal, como estamos trabalhando com a informação ocupacional e não com o diploma, há uma elevada correlação entre ocupação e setor nessas áreas.

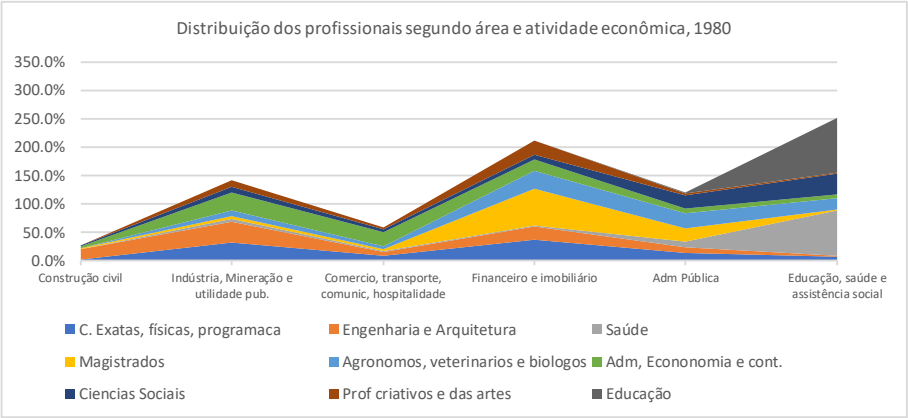
Entretanto, o painel de gráficos evidencia não apenas o processo de diferenciação profissional mas, e sobretudo, *o processo de diferenciação funcional interno a cada setor*. Basta ver que, à exceção dos serviços sociais, todas as áreas incorporam, ao longo do tempo, diferentes tipos de profissionais (as áreas se tornam "mais coloridas" entre 1960 e 1991). O setor de indústria e mineração por exemplo, que era praticamente dominado por administradores, engenheiros e profissionais criativos, passa a receber cientistas sociais e magistrados. O mesmo ocorre com o setor de transportes, comunicação e hospitalidades e, ainda em maior intensidade, no setor financeiro.

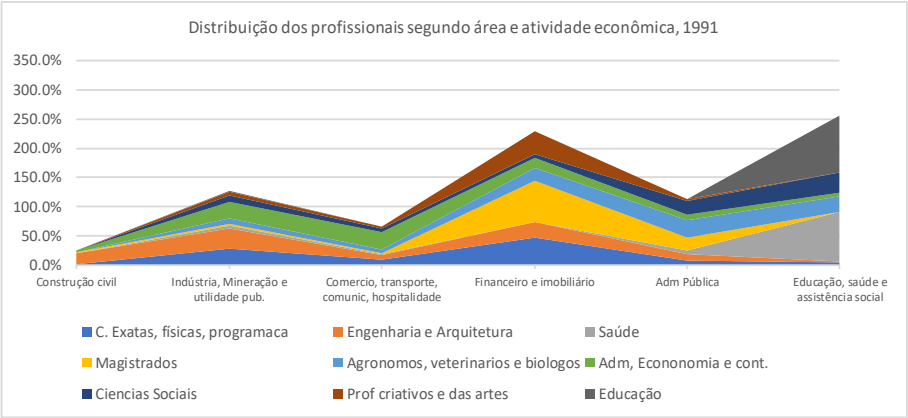
Além disso, os Gráficos 3.6 a 3.9 confirmam o argumento de que no âmbito do Estado, esse universo em expansão, nota-se um movimento de realocação dos profissionais, que passam da administração direta para as organizações estatais diretamente vinculadas à produção. Veja-se que, mesmo com uma relativa estabilidade de profissionais ocupados no setor público (Gráfico 3.3 acima), diminui o percentual de profissionais na Administração Direta (Setor Adm. Pública nos gráficos abaixo), que passam a ser crescentemente absorvidos nos setores produtivos.

GRÁFICOS 3-6 - DISTRIBUIÇÃO DOS PROFISSIONAIS, SEGUNDO ÁREA DE ATUAÇÃO, ENTRE OS SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA – 1960, 1970, 1980, 1991









Fonte: IBGE, Censos Demográficos. Elaboração própria.

Além disso, os gráficos revelam também o crescimento da grande organização burocrática que acompanha o processo de desenvolvimento do capitalismo industrial, seja no seu estilo "clássico", seja em situação de "dependência" – ou qualquer que seja o termo que se queira utilizar para nos diferenciar da trajetória ocidental típica. Diferentemente do que viria ocorrer a partir dos anos 1990, cada organização, independentemente do setor – embora mais em uns do que em outros – tendia a um elevado grau de diversificação funcional e níveis hierárquicos. Esse processo acabaria por abrir um leque de promissora atividade profissional em praticamente *todos os setores econômicos* através de mercados internos bem estruturados em oposição ao restante do mercado de trabalho (Guimarães, 2004).

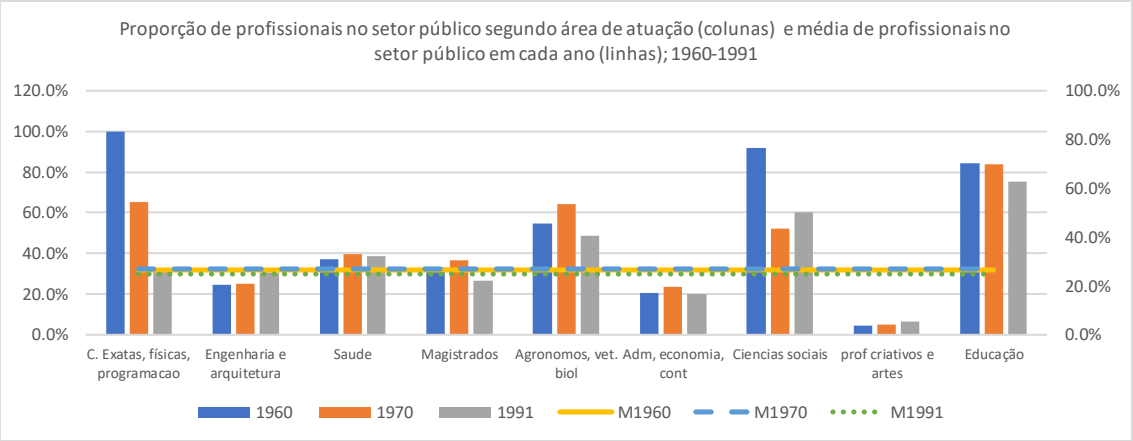
Se a sociologia brasileira, de há muito tempo e sob diferentes argumentos, tem resistido a dualismos, o principal dos quais aquele que separaria os mercados de trabalho "formal x informal" (Cardoso, 2013), o mesmo não se pode dizer do mercado para profissionais. Pelo menos até 1991, a dualidade parece se imperar: em bom português, era o mercado profissional de um lado e o resto do outro, até porque a regulamentação profissional atuava como mecanismo de fechamento e restringia o exercício dessas profissões. Não por acaso alguns autores buscaram, no desenvolvimento das hierarquias organizacionais, o determinante institucional por detrás do aumento da desigualdade de renda entre a partir da década de 1960 (Bacha, 1975).

Vimos que essa forma de inserção era fortemente condicionada pela presença do Estado, o grande empregador. Mas o Gráfico 3.10 abaixo mostra que, ao tempo em que há uma relativa variação entre as áreas na intensidade com que o Estado absorve os profissionais, há uma relativa *estabilidade interior* às áreas mais institucionalizadas. Nesse gráfico as colunas refletem o percentual de profissionais de cada área no setor público, enquanto que as linhas representam a média de profissionais (independente da área) no setor público em cada ano, excluindo-se os professores da educação básica[62]. O caso das ciências exatas é muito específico porque o crescimento acelerado de profissionais da informação (programadores, cientistas da computação, etc.) a partir da década de 1970 contribui significativamente para reduzir a média de profissionais no setor público com o passar dos anos. Já os cientistas sociais também têm um comportamento particular dada a diferenciação de carreiras, internas à área, também a partir da década de 1970.

[62] Para efeitos de visualização, incluí os professores de ensino básico na proporção dos profissionais de educação (coluna), mas optei por excluí-los ao apresentar a média de cada ano para destacar que a sobre representação desses profissionais no serviço público não implica que as demais áreas estejam sub-representadas, como fica evidente no gráfico. Mesmo excluindo-se os professores da média geral dos anos, a maioria das áreas de atuação profissional se situa acima da média.

Para todas as outras áreas, a variação é mínima. Em primeira instância, isto sugere que, no momento de maior crescimento e diversificação da atividade produtiva já ocorrida na história do país, os profissionais foram suficientemente competentes para manterem seus nichos ocupacionais no interior do aparelho do Estado. Desta forma, ao tempo em que regulamentava as profissões e lhes garantia os monopólios de atuação em virtude da posse do diploma, o Estado também se edificou enquanto um valioso provedor de oportunidades de inserção ocupacional para profissionais das mais diferentes áreas.

GRÁFICO 3-7 - PROPORÇÃO DE PROFISSIONAIS NO SETOR PÚBLICO SEGUNDO ÁREA DE ATUAÇÃO



Fonte: IBGE, Censos Demográficos. Elaboração própria.

Apesar de algumas profissões apresentarem tendências específicas, há um padrão que emerge desse movimento[63]. À exceção das profissões que "nasceram públicas" (educação, ciências sociais e agronomia) e do direito, *todas as profissões têm, em 1991, uma inserção mais acentuada no Estado do que tinham em 1960*. Desta forma, é possível concluir que o Estado foi o principal motor de expansão do sistema de profissões e do seu processo de diferenciação, especialmente se se atentar para o fato de que esse movimento não foi geral – o percentual de trabalhadores no setor público cai ao longo do período. Ao se especializar e ampliar seu leque de atividades, o Estado foi criando espaços de atuação que foram sendo cobiçados pelas diferentes profissões, que certamente se empenharam também nesta empreitada. Nesse caso, vale relembrar os exemplos típicos de engenheiros e economistas que, embora com trajetórias distintas, despontaram como as duas principais profissões que iriam compor os quadros da elite burocrática e atuar na formulação dos planos econômicos e de desenvolvimento do período.

[63] No Anexo A, apresento os mesmos dados diferenciando por profissão, e não por grandes áreas. Como os resultados não apresentam discrepâncias que merecem ser tratadas em detalhes, optei por não os incluir no corpo do texto.

Mas o caso da medicina é especialmente emblemático. Em 1960, 51,0% dos médicos eram autônomos, percentual que cai a menos da metade em 1980 (23,6%). Este processo teve início em meados dos anos 1950, década de criação do Ministério da Saúde (1953), da expansão da assistência hospitalar e da criação dos primeiros planos de saúde. Posteriormente, iria se intensificar a partir dos governos militares. Em 1966, os IAPS seriam unificados no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e o setor de saúde sofreria um forte processo de capitalização como estratégia dominante da prestação de serviços. Já na década de 1970, novas mudanças seriam introduzidas, especialmente a partir da criação do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social, que instituiu o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS)[64]. Em suma, houve um intenso crescimento dos serviços médicos tanto pela via do mercado como pela via do Estado, absorvendo boa parte dos profissionais da medicina outrora autônomos.

Especificidades à parte, os dados apresentados nesta seção vão de encontro ao que boa parte da literatura internacional já destacou na relação entre as profissões, o Estado e o crescimento da grande organização burocrática. Como notou Johnson (1982), a construção de aparatos institucionais racionalizados depende diretamente da atuação dos profissionais e, nesse caso, a observação de Gusfield (1989) é mais do que pertinente. O próprio Estado de Bem-Estar (que aqui pode ser entendido como Estado de Bem-Estar Desenvolvimentista) depende de profissionais que legitimem a reivindicação da perícia e da solução, transformando "questões políticas" em "problemas sociais". O discurso de Getúlio Vargas ao Congresso, em 1951, é um bom exemplo de como esses "problemas" foram colocados como questões que demandavam soluções que não passavam nem pela articulação política, tampouco pela lógica orçamentária e/ou de restrição de recursos. Tratava-se somente de *saber como fazer*.

> Ressentem-se os órgãos técnicos de carência de pessoal especializado. O rendimento do trabalho de muitas repartições está prejudicado por este fato. O sistema educacional brasileiro não atende às necessidades de mão-de-obra especializada do País. Carece o nosso ensino superior de institutos e de ensino e pesquisas no setor da economia e das ciências administrativas, em número suficiente aos reclamos do meio e com equipamento adequado. [...] É mister promover o reequipamento das bibliotecas oficiais, reunir em conferências e conclaves frequentes os estudiosos de problemas nacionais, de todo o País, a fim de que se difundam, com proveito de todos, os novos conhecimentos e as experiência bem sucedidas. (Getúlio Vargas, Mensagem ao Congresso Nacional, 1951).

[64] Para mais detalhes sobre a história crítica da previdência e do sistema de saúde no Brasil, ver: Oliveira e Teixeira (1986), *(Im) previdência social: 60 anos de história da Previdência no Brasil.*

Longe de afirmar que a *intencionalidade*, seja de Getúlio Vargas ou dos profissionais, estava orientada exclusivamente pelo senso de coletividade, como sugeria Parsons. Afinal, qualquer justificativa racionalizada e *profissional* pode ser utilizada para legitimar políticas diversas – o campo das ciências econômicas é talvez o melhor exemplo atual dessas disputas. O crescimento do aparelho do Estado, por si só, não é suficiente para explicar o crescimento e a diversificação do estrato profissional. Mas ele mostra como a convergência de um modelo de desenvolvimento centrado na participação do Estado contribuiu para colocar as profissões no centro do processo ao tempo em que a grande organização burocrática se instalava no país. Foi nesse período que tecnologia, conhecimento e organização ditaram, com especial força, a diferenciação do sistema de profissões no Brasil. Como o Estado era um ator central desse processo, ele acabou absorvendo e sendo absorvido pelos profissionais.

Mas isso não era específico ao cenário brasileiro. Por um lado, o pós-guerra foi marcado por uma intensa reordenação das funções econômicas e sociais do Estado no capitalismo e, não por acaso, o período que vai de 1945 a 1972 é chamado de "os trinta anos gloriosos" do Estado de Bem-Estar – "organizado profissionalmente", acrescentaria Perkin (1989). De outro lado, é marcado por ser o maior período de expansão da pesquisa e da pós-graduação nas universidades dos países desenvolvidos, donde a articulação entre Universidade, pesquisa e profissões se torna o centro de políticas estratégicas.

Envolto nesse ambiente internacional e em ebulição por conta das mudanças estruturais domésticas, os outros dois sistemas institucionais que organizam o sistema de profissões também se modificariam, como mostro a seguir.

3.3 A Reforma de 1968 e o Conselho Federal de Educação: diversificação com extensão de privilégios

A convergência entre a diversificação do sistema de ensino superior e a extensão da regulamentação profissional deu-se através da combinação de três fatores: a Reforma Universitária de 1968; a abertura para o setor privado; e a absorção dos interesses desse setor pela burocracia pública (através do Conselho Federal de Educação) e pelo sistema político (legislação). O argumento é de que os dois primeiros tiveram um enorme efeito sobre a diversificação dos diplomas e a ampliação do acesso para a emergente classe média urbana; já o CFE credenciava os novos cursos porque capturado pelos interesses do setor educacional privado (Cunha, 1988; Martins, 2009); e o sistema político regulamentava as novas carreiras, estendendo o fechamento. Vejamos como isso se deu.

A expansão do sistema universitário, em curso desde a década 1940, havia se dado sem nenhuma inovação no modelo institucional enrijecido pelo sistema de cátedras e faculdades isoladas, que obstruía o recrutamento de novos professores e pesquisadores e dificultava o desenvolvimento da pesquisa científica. Tampouco havia redundado em uma democratização significativa do acesso, sendo somente a partir da década de 1950 que pulsariam de maneira mais intensa as pressões pelas mudanças no Sistema de Ensino Superior, também como resultado da intensificação da urbanização e do crescimento de uma sociedade de massas que passava a demandar mais e melhores serviços urbanos (Schwartzman, 1979, p. 285).

A pressão vinha de diversos setores da sociedade[65]. Por um lado, o grupos politizados constituídos por professores, pesquisadores e estudantes, a despeito de divergências com relação ao papel central que deveria ser exercido pela universidade – se mais vinculada às necessidades do modelo econômico, se mais aberta e democrática – compartilhavam ao menos o diagnóstico de que a modernização passava necessariamente pela extinção da cátedra, por uma maior ênfase na pesquisa e na pós-graduação e pela criação da carreira de magistério (Prates, 2005, p. 59). De outro lado, a educação superior se concretizava cada vez mais como a principal estratégia de mobilidade ascendente das classes médias urbanas em virtude do processo de concentração da propriedade e da renda em curso desde a década de 1950 (Cunha, 1988). Ao mesmo tempo, tanto o ambiente internacional quanto o nacional favoreciam e estimulavam a ênfase em um sistema universitário voltado à pesquisa e ao desenvolvimento (Prates, 2005).

Em 1961, a Universidade de Brasília (UnB), idealizada por Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira, continha inovações que seriam tidas como o "common ground" do projeto da Reforma de 1968[66]. Criada a partir de um projeto unificado, foi a primeira universidade que não se originou da aglutinação de escolas profissionais isoladas já existentes. Sua estrutura flexível priorizava a convergência da cultura nacional com o modelo nacional desenvolvimentista em voga no período (Bomeny, 1994) e sua experiência seria repetida, com adaptações, em outras instituições como a Universidade Federal de Minas Gerais e a Universidade de Campinas. Entretanto, a experiência seria abortada logo no início do Regime Militar e, segundo Cunha

[65] Não vou retomar aqui todo o debate ideológico e os principais atores, individuais e coletivos, que estiveram presentes no contexto que antecedeu a Reforma Universitária de 1968. Para análises desse contexto, seus condicionantes e resultados práticos, ver: Schwartzman (1979); Sampaio (1991); Coelho (1988); Martins (2009); Prates e Collares (2015).

[66] Também não vou me deter sobre as inovações representadas pelo caso da UnB e seus desdobramentos. Basta notar que vários pontos da Reforma de 1968 não surgiram da ilustração dos militares. Estrutura departamental, vestibular unificado, regimes docentes de dedicação exclusiva, integração ensino-pesquisa-extensão, presença crescente da pós-graduação certamente eram pontos em comum, mas muito distintos no modo como cabiam nos dois diferentes enquadramentos (da UnB e da Reforma dos Militares).

(1988), a legislação universitária que antecede a Reforma de 1968 (Decretos 53/66 e 252/67), ao pretender padronizar todas as Universidades Federais no modelo da UnB, transformava uma inovação modernizadora em uma adaptação conservadora. De acordo com Bomeny (1994):

> A ditadura imposta pelo golpe de 64 voltaria à nossa velha tradição padronizadora como norte das experiências de reforma que se implantariam no país. A UnB, nessa medida, não era exatamente o bom exemplo a ser seguido. A busca, por cada universidade, da estrutura que melhor lhe conviesse, contrariava o espírito burocrático que prevaleceu nos conselhos de educação é que se manteve coerente com a decisão militar de generalizar e tornar compulsórias algumas soluções previamente definidas. (Bomeny, 1994, s/p.)

A Reforma se efetivou através do Decreto-Lei 5540/1968. Para a organização do Sistema de Profissões, a expansão quantitativa e qualitativa do sistema de Ensino Superior teria um efeito sobre a diferenciação dos diplomas. A nova ordem, simbolizada pela Reforma universitária, não apenas expandiu as vagas; ela alterou o espectro *potencial* das profissões. Uma das razões por detrás desse processo foi a lógica institucional da expansão. Segundo Castro (2000, p. 19), a diferenciação institucional do ensino superior no Brasil não seguiu os mesmos moldes de países como a França (*Grandes Écoles* x Institutos) e os Estados Unidos (Universidades, *colleges* e *community colleges*), mas deu-se por meio da dependência administrativa (público x privado). Desta forma, as universidades públicas transitaram de um modelo humboldtiano para algo próximo de um modelo departamental típico das universidades norte-americanas[67], dedicando-se à articulação entre a pesquisa e a formação de profissionais; o setor privado se limitou, principalmente, ao papel de formação profissional e técnica segundo a sensibilidade do mercado (Prates e Collares, 2015).

As inovações organizacionais implementadas no seio da universidade pública – e, mais especificamente, da rede federal – e o aumento da oferta de vagas, contudo, não foram suficientes para ampliar significativamente o elenco de cursos e de atender na mesma velocidade à pressão da demanda dos setores médios. Desta forma, o "grosso da expansão" se deu por meio do setor privado que, ao se estruturar segundo uma lógica gerencial de atendimento da demanda, colocou a mercantilização da credencial no centro das metas organizacionais.

[67] "De um modelo mais próximo ao napoleônico, fortemente controlado pelo Estado e pulverizado com faculdades voltadas para o ensino profissional e com institutos especializados de pesquisa, o sistema de ensino superior brasileiro passou pelo modelo clássico da universidade humboldtiana de Berlim do início do século XIX, com forte ênfase na "cátedra" e autonomia do seu titular para recrutar seus assistentes e formular sua própria política de expansão e crescimento, e chegou, já no final da década de 1960, ao modelo departamental típico das universidades de ensino e pesquisa dos Estados Unidos" (Prates e Collares, 2015, p. 40).

Esse processo não foi ocasional. Através de um discurso oficial que preconizava a escassez de recursos, o regime evocava a importância do setor privado na complementaridade do sistema ao tempo em que a Constituição de 1967 proporcionava recursos financeiros e ajuda técnica o ensino particular (Martins, 2009, p. 20). Nesse contexto, é de suma importância o processo de aproximação dos empresários do setor privado de ensino com os governos militares através principalmente da representação de interesses junto ao Conselho Federal de Educação (CFE). Através da LDB de 1961, o CFE havia deixado de ser órgão acessório para se transformar na principal arena decisória sobre questões educacionais, resolvendo sobre abertura e funcionamento de cursos e instituições de ensino superior. Qualquer mudança na lógica de produção dos produtores passava necessariamente pelo CFE.

O CFE era composto por pessoas majoritariamente ligadas ao ensino privado que eram nomeadas diretamente pelo Presidente da República (Martins, 2009, p. 22). Desta forma, acolheu de bom grado à maioria das solicitações do setor no momento posterior à Reforma, especialmente o credenciamento de novos cursos e instituições. Somente entre 1968 e 1972, 759 dos 938 (80,0%) pedidos de abertura de novos cursos foram acolhidos (*ibid*).

Mas o apetite do setor privado foi contrabalanceado pela representação dos Conselhos Profissionais, cuja representação se fazia através das elites profissionais nos chamados Grupos de Especialistas, que tinham o papel de assessorar o CFE (Coelho, 1999, p. 31). Nesse caso, é emblemático como as duas fontes de poder – econômica, representada pelos empresários do setor privado; e cultural, representada pelos Grupos de Especialistas e Conselhos Profissionais – se entrelaçavam numa relação que ora tendia para a convergência, ora para o conflito. Se entre 1968 e 1972 a ampliação dos cursos foi patrocinada pelo CFE, já em 1974 as autorizações começaram a ser negadas. Entre 1978 e 1980, apenas 10,0% dos pedidos foram autorizados com a justificativa de se prezar pela qualidade do ensino (Diniz, 2001).

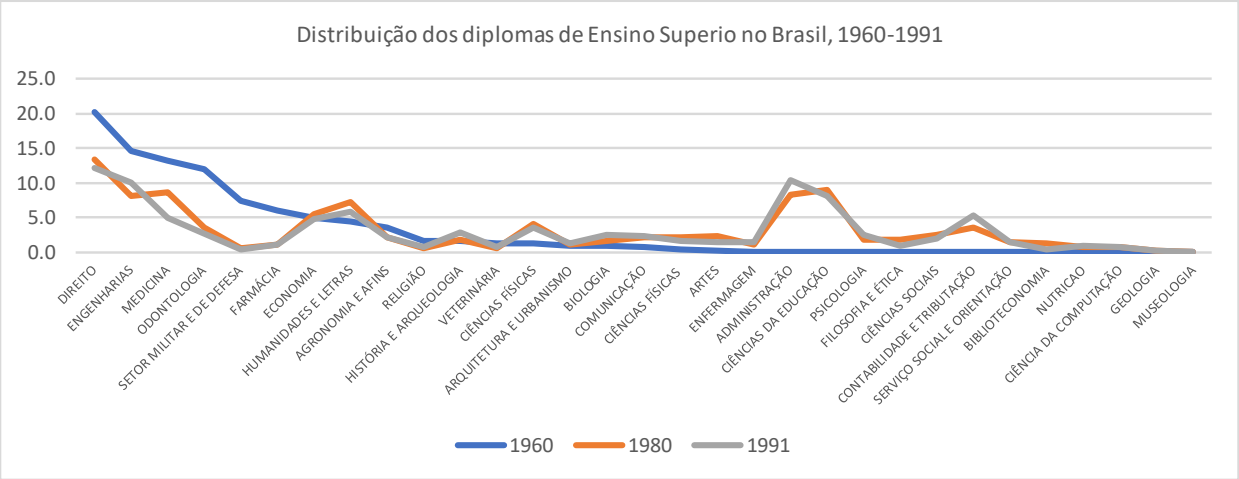
O papel da elite médica no CFE é mostrado com bastante clareza por Diniz (2001) e anuncia a restrição da política de expansão adotada no final da década. Já em 1972, o Grupo de Especialistas instalado em 1971 apresentava o documento de trabalho que se mostrava preocupado com a qualidade da formação profissional dos médicos como forma de controle da oferta. Soa mais atual do que nunca a justificativa apresentada pela Comissão: “na presente fase do desenvolvimento social e econômico do Brasil, a solução desejada para os problemas da saúde que nos afligem não advirá do continuado aumento do número de médicos, nem mesmo de sua melhor distribuição" (MEC, 1989, p. 36, *apud* Diniz, 2001, p. 88).

Mas, as atribuições do CFE não paravam por aí. Embora não lhe coubesse *regulamentar* as profissões, era ele quem fixava os currículos e a duração dos cursos, bem como as exigências

de credenciamento e exercício das profissões finda a formação universitária. Como deixa claro Coelho (1999, p.31) “era sua [do CFE] a competência de regular o diâmetro do funil pelo qual necessariamente deveriam passar, ao final dos cursos acadêmicos regulares, os candidatos ao exercício das profissões regulamentadas”.

Expansão de vagas liderada pelo setor privado, credenciamento de novos cursos, restrições impostas pelos Conselhos Profissionais. O setor privado, que era responsável por 44,0% das matrículas em 1961, abocanharia 63,3% em 1980, com uma expansão liderada principalmente a partir da criação de novas carreiras. O gráfico abaixo apresenta a distribuição dos diplomas entre 1960 e 1991 e evidencia a mudança ao longo do período. As carreiras de direito (20,3%), Engenharias (14,7%), Medicina (13,2%) e Odontologia (12,0%) que juntas respondiam por 60,0% do total de diplomas em 1960, reduzem sua participação a pouco mais de 30,0% em 1980. Carreiras como Administração e Contabilidade, que finalmente subiam ao posto de profissões de ensino superior, já somavam mais de 10,0% do total de diplomados em 1980. As ciências humanas que juntas não somavam 8,0% em 1960 chegam a mais de 30,0% em 1980.

GRÁFICO 3-8 - DISTRIBUIÇÃO DOS DIPLOMAS DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL



Fonte: Censos Demográficos. Elaboração própria.

Em consonância com o gráfico acima, Schwartzman (1990) distingue os cursos – segundo o momento histórico em que foram criados – em carreiras “tradicionais” (até 1970), “modernas” (1970-1975) e “recentes” (1975-1990). Enquanto as carreiras tradicionais representavam 60,0% dos cursos nas instituições públicas em 1988, esse percentual era de 43,0% nas privadas. Por outro lado, o crescimento geral no número das matrículas entre 1980 e 1991 seria de apenas 13,6%, marcando a interrupção da expansão acelerada do sistema, como

havia sugerido o CFE. Muito em função disso, não há quase nenhuma diferença na composição dos diplomas entre o início e o final da década de 1980, como não há praticamente nenhuma diferença na composição setorial dos profissionais como vimos no gráfico 3.2 da seção anterior (saldo de profissionais nos setores de atividade).

Mas se o CFE havia credenciado os novos cursos, eles deveriam ser regulamentados para gozar dos mesmos privilégios que as demais profissões. O quadro abaixo apresenta o número de ocupações (Ocup) [68], cursos de ensino superior (Diploma) e ocupações regulamentadas por lei (Reg) em cada ano. As duas primeiras informações são dos Censos Demográficos e a terceira provém de um banco de dados sobre a legislação da regulamentação profissional no país[69].

[68] Foram excluídas as chamadas "ocupações auxiliares", como "práticos de farmácia", "laboratoristas", "topógrafos", dentre outras.
[69] Este banco foi elaborado pelo autor e contém todas as leis e projetos de lei sobre regulamentação ocupacional no Brasil entre os anos de 1883 e 2017.

TABELA 3-3 - OCUPAÇÕES, DIPLOMAS E REGULAMENTAÇÃO, 1960-1991

Áreas de atuação profissional, Ensino superior e regulamentação	1960			1970			1980			1991		
	Ocup	Diploma	Reg	Ocup	Diploma	Reg	Ocup	Diploma	Reg	Ocup	Diploma	Reg
Engenheiros, Arquitetos e especialistas	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Químicos, Farmacêuticos, físicos e outros especialistas	2	2	2	4	3	3	4	4	3	4	4	3
Agrônomos, biologistas, veterinários e assemelhados	3	3	2	3	3	2	3	3	3	3	4	3
Médicos e dentistas	2	2	2	4	4	4	4	4	4	4	7	6
Matemáticos, estatísticos e analistas de sistema	1	1	0	1	2	1	3	3	3	3	4	3
Economistas, contadores e técnicos em administração	1	1	1	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Cientistas sociais	2	1	1	2	5	2	7	9	4	7	9	6
Professores*	4	0	0	4	2	0	4	2	0	4	2	0
Magistratura, Advocacia, Ministério Público e atividades auxiliares	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Religiosos	1	1	0	1	1	0	1	1	0	1	1	0
Escritores e jornalistas	1	0	1	1	0	2	1	1	2	1	1	2
Artes	4	0	1	8	1	2	13	1	3	13	1	3
Total	24	14	13	34	27	22	46	34	28	46	39	32

Fonte: IBGE, Censos Demográficos. Banco de dados sobre regulamentação profissional. Elaboração própria.

Veja-se que, salvo algumas exceções, havia uma correspondência quase que inequívoca entre a regulamentação e diploma de ensino superior em 1960[70] como resultado do processo de estabilização do sistema de profissões. Nas quatro primeiras áreas, que eram responsáveis por 8 das 13 profissões regulamentadas, apenas a ocupação de "Biólogo" – que à época correspondia ao curso de "História Natural" – ainda não havia sido regulada por lei específica. Somente para as profissões artísticas e do jornalismo havia regulamentação sem o vínculo com o diploma.

Em 1970, o quadro começa a se alterar para a feição que iria adquirir futuramente, o de uma associação menos determinada entre o Ensino Superior e a regulamentação profissional. O número de diplomas sobre para 27 em 1970, 35 em 1980 e 40 em 1991, ao passo que as profissões regulamentadas saltam para, 22, 28 e 32, respectivamente. Mas, como é possível notar, esse descolamento é puxado principalmente pela expansão dos cursos de ciências sociais e das áreas de educação. Diferentemente dos cursos de Economia, Administração e Contabilidade[71] – que sempre estiveram sujeitos a alguma forma de regulamentação desde a reforma do Ensino Comercial em 1931 até a regulamentação da profissão de Economista em 1951 e de Administrador em 1965 – algumas das ciências sociais e suas carreiras específicas careciam, e ainda carecem, de sustentação legal e normativa. Além disso, é possível observar que a área de Engenharia e Arquitetura é a mais estável, seguida pelas áreas de "Química..." e "Agronomia". A área de saúde foi a segunda que mais se diferenciou ao longo do tempo, mas, diferentemente das ciências sociais, todas as suas profissões foram regulamentadas.

Não tenho como averiguar as causas por detrás do sucesso de regulamentação de algumas carreiras em detrimento de outras. Mas, a se considerar o que sabemos sobre a história das profissões ao redor do mundo e sobre a representação de interesses no período autoritário (especialmente do setor educacional privado, como já destacado) é possível avançar no entendimento da questão.

Quanto ao primeiro, dois aspectos se destacam. O primeiro deles é o efeito que a diferenciação da atividade econômica expressa em maior divisão do trabalho especializado teve sobre a diversificação de diplomas. Ressalto que industrialização não gera automaticamente

[70] De fato, a LDB de 1961 havia dado mais um passo em direção à normatização do vínculo entre o diploma de ensino superior e o exercício das profissões liberais. O Parágrafo Único do artigo 68 talvez contenha a formulação mais explícita em toda a história da legislação sobre o tema: "*Os diplomas que conferem privilégio para o exercício de profissões liberais* ou para a admissão a cargos públicos, ficam sujeitos a registro no Ministério da Educação e Cultura, podendo a lei exigir a prestação de exames e provas de estágio perante os órgãos de fiscalização e disciplina das profissões respectivas" (*grifo meu*). Entretanto, este dispositivo seria revogado pelo Decreto Lei nº 464 de 1969, mas sem que outra norma nesse quesito tenha sido incluída.

[71] O primeiro curso de graduação em economia independente do direito e integrado ao sistema universitário só foi criado em 1949.

novas carreiras universitárias em todo e qualquer tempo histórico e contexto. Mas seria absolutamente equivocado não perceber a associação entre ambos nas décadas de 1950, 1960 e 1970 no Brasil. Não é necessário ser um adepto da tal "teoria da modernização" (seja lá o que se entende por isso, dado que pode significar de marxismos extremos a liberalismos conservadores) para perceber que a mudança estrutural e o processo de modernização colocam sobre a mesa novos problemas que demandam soluções mais eficientes que são "capturadas" pelo sistema de ensino, inclusive para conferir mais legitimidade aos *experts* (Abbott, 1988; Gusfield, 1984). Mas, por outro lado, como notaram Larson e Freidson, é necessário que ao menos alguns segmentos da sociedade localizados em posições estratégicas de poder (algo que poderíamos chamar de "elite" desobedecendo o rigor que os estudiosos da área sugerem para o termo) patrocinem a legitimidade da reivindicação da autoridade cultural e institucional sobre aquele domínio do saber. Desta forma, é razoável supor que a regulamentação das carreiras ao longo do período se deve em parte à combinação do seu grau de funcionalidade com a divisão do trabalho que se especializava sob o patrocínio das elites que se empenhavam em garantir-lhes o monopólio no mercado.

Mas não somente. Também é bastante plausível supor que a regulamentação se deve à viabilidade da representação desses interesses. Seja sob o nome de "anéis burocráticos" (Cardoso, 1975) ou "cooptação" (Schwartzman, 1982), a canalização dos interesses pelas elites profissionais dessas novas carreiras, pelos empresários do setor privado educacional, ou por ambos conjuntamente, era fundamental inclusive para atrair a demanda por novos cursos. O modelo instituído até aquele momento associava diploma e regulamentação, e os novos diplomas seriam por definição mais atrativos se reproduzissem esta lógica.

As condições políticas e ideológicas que instituíram esse modelo ao longo da década de 1930 e início da de 1940 haviam se extinguido, mas o próprio modelo político ainda guardava sensível abertura à canalização dos interesses tipicamente corporativos das Associações Profissionais. O vínculo com o Ministério do Trabalho passou a ser apenas nominal, mas as Associações Profissionais investiram na manutenção do modelo corporativo da qual se originaram e serviram de modelo organizacional para as novas que surgiam.

Foi sob essa dinâmica que o sistema de profissões se diferenciou entre 1950 e 1980. Novos e diferentes produtores; novas e diferentes funções na atividade econômica. Mas ambos sob a mesma lógica política de representação de interesse que garantiu o vínculo entre Diploma e monopólios no seu período formativo. Mas, como o Sistema de Profissões é o resultado da combinação todos esses fatores, o padrão de desigualdade que surgiu da sua formação não foi o mesmo do período anterior, e tampouco seria o mesmo do período seguinte.

3.4 Uma volta a "Quem são as profissões liberais?": o papel do Estado na classificação e institucionalização dos grupos ocupacionais

Se as *profissões liberais* assumiram entre as décadas de 1930 e 1940 o sentido de profissão de ensino superior, poderíamos esperar que as classificações oficiais reverberassem esse significado. Como destacado no capítulo anterior, a CLT tem uma inegável importância para a regulamentação do mercado de trabalho no Brasil e o Quadro de Atividades e Profissões que acompanha a legislação sindical nos serve como um bom parâmetro de referência. Ele não apenas define *quais* são, semanticamente, as profissões liberais. Ele também define as regras, as prerrogativas e o tipo de enquadramento sindical – e consequentemente de acesso a direitos – de cada uma delas. Por outro lado, é imperativo também reconhecer que a classificação que acompanha a CLT guarda um caráter eminentemente político, porque inserido dentro de um projeto de modernização permeado por conflitos de toda sorte e que acabou por privilegiar o desenvolvimento urbano-industrial em detrimento dos trabalhadores agrícolas, deliberadamente excluídos da política de proteção social (Santos, 1979). E, mais do que isso, na medida em que continuou a ser o parâmetro de referência para o acesso aos direitos e à organização sindical, é bastante plausível supor que as mudanças na classificação – como a introdução de novas ocupações – fossem o resultado de disputas e de pressões políticas.

Uma outra forma de seguir investigando tal alteração na conotação do termo é voltar aos inquéritos populacionais[72]. Infelizmente, o Censo de 1940 não ajuda nessa questão dado o modo como a informação ocupacional foi ali sistematizada e divulgada. De modo que nos restam os Censos de 1950, que adota uma lógica classificatória que foi aperfeiçoada em 1960 e permaneceria praticamente a mesma até 1991, sendo alterada substancialmente somente no Censo de 2000.

A grande novidade inaugurada pelo Censo de 1950 foi se adequar-se a alguns princípios da Organização Internacional do Trabalho (OIT)[73], sobrepondo os critérios do tipo de trabalho realizado ao do ramo de atividade econômica ou do *status* empregatício[74]. Do ponto de vista

[72] Toda classificação é, em última instância, "política". Todavia, acredito que o no censo isso é menos pronunciado do que na legislação trabalhista, por motivos óbvios.

[73] Segundo documento oficial sobre o Censo de 1950, "as ocupações são apresentadas em 202 títulos, dispostos em grupos genéricos que correspondem, de um modo geral, à classificação organizada pela Repartição Internacional do Trabalho" (IBGE, 1956, p. XXIII).

[74] Segundo informações encontradas no site da OIT, "The first concrete step towards its establishment was the adoption, by the Seventh ICLS in 1949 of nine major groups termed the International Standard Classification of Occupations. The seventh ICLS proposed further development of this classification to more detailed level and identified basic principles to be followed in the collection and tabulation of occupational data, including that: i) the basis of any classification of occupations should be the trade, profession or type of work performed by an individual, irrespective of the branch of economic activity to which he or she is attached or of his or her status in

meramente classificatório, duas consequências se destacam. A primeira foi a introdução de categorias administrativas nomeadas como "Ocupações de direção, administração e as relativas ao funcionamento de escritório", que parecem buscar dar conta, seja no Brasil ou alhures, do crescimento da empresa burocrática evidente em meados do século XX. Até o Censo de 1940, por exemplo, dada a primazia do setor sobre a função, enquanto critério de classificação, as chamadas "atividades de escritório" só poderiam ser encontradas no setor privado, enquanto que os funcionários públicos se dividiam entre as mais diversas categorias, de deputados a lixeiros.

Além desta categoria de "Direção, administração e escritório", a classificação se divide em outros oito grandes grupos, segundo a recomendação da OIT: i) Ocupações técnicas, científicas, artísticas e semelhantes; ii) produção agrícola e extrativa; iii) produção manufatureira e construção civil; iv) comércio e atividades auxiliares; v) Transporte e comunicações; vi) prestação de serviços; e vii) justiça, segurança pública e forças armadas; viii) outras ocupações.

Do ponto de vista mais geral, não é de se surpreender que haja um certo grau de correspondência entre o Quadro da CLT (de 1943) e a classificação adotada no Censo de 1950. Entretanto, há duas diferenças significativas. A primeira é que, no Censo, os Profissionais do Direito, à exceção dos advogados, são classificados na categoria separada à "Justiça, Segurança Pública e Forças Armadas", operando-se, dentro do campo jurídico, uma divisão a partir do tipo de inserção ocupacional segundo atividade pública ou privada.

Também chama atenção a ausência, na classificação censitária, de onze profissões liberais reconhecidas pela CLT (vide quadro 2.3 do capítulo anterior), como economistas, sociólogos, geólogos, estatísticos, psicólogos, entre outras. Mais do que isso, *constam na classificação censitária apenas as profissões de ensino superior que, até aquela data, haviam sido regulamentadas*. Não é possível saber exatamente a razão disso, mas uma explicação possível é a de que, por não estarem regulamentadas, foram simplesmente excluídas deliberadamente.

Uma outra explicação menos maniqueísta pode sugerir que se tratavam de cursos ainda bastante recentes no Sistema de Ensino Superior (vários deles ainda nem existiam, a bem da verdade) e seus egressos eram ainda muito poucos e por isso não foram "achados" pelo Censo. O número total de formados nos cursos de bacharelado em Filosofia, Ciências e Letras – a área

---

employment; ii) proprietors or owners who mainly perform the same work as that performed by employees in their own or in a similar enterprise should be allocated to the same group to which the employees are allocated" (*retirado do site da OIT: http://www.ilo.org/public/english/bureau/stat/isco/intro2.htm*).

que mais formou alunos depois das carreiras mais antigas e regulamentadas (Medicina, Engenharia, Direito, Farmácia, Odontologia) – era de 6.586 pessoas em 1950 (IBGE, 1956). Some-se a isso o fato de que, mesmo se "achados", é possível que essas pessoas tenham se declarado "Professores", visto que raramente outro era seu destino que não o magistério. De todo modo, o que se verifica é um baixíssimo grau de diferenciação do campo profissional.

As demais ocupações que se enquadram no agrupamento "Técnicas, Científicas e Artísticas" são as chamadas ocupações auxiliares ou técnicas (como protéticos dentários, laboratoristas, desenhistas), além das profissões criativas e dos jornalistas. Apesar disso, o que se revela é uma redução drástica do espectro de profissões que, de 77 em 1920 (vide quadro 2.1 capítulo 2), contabilizam 27 no total em 1950, incluindo aí as chamadas funções técnicas e auxiliares. E, tal como ocorrera no Quadro da CLT, várias delas simplesmente desaparecem. Um caso interessante talvez seja o das ocupações como "Herboristas", "Botânicos" e "Zoólogos" que provavelmente tenham se fundido numa categoria geral de "Naturalistas"[75] para, posteriormente, ser substituída pela categoria dos "Biólogos" em 1980, quando a profissão estava próxima de ser regulamentada.

Embora incipiente em 1950, seria somente a partir do Censo de 1960 que efetivamente começariam a se institucionalizar os campos de conhecimento como determinantes das profissões liberais, pelo menos no que diz respeito à classificação oficial. As ocupações "Técnicas, Científicas e Artísticas" passam a se organizar em 9 grupos: i) Engenheiros e Atividades Auxiliares; ii) Químicos e Atividades Auxiliares; iii) Agrônomos, Veterinários e Naturalistas; iv) Médicos e Dentistas; v) Cientistas, Professores e Atividades Auxiliares; vi) Magistratura, Advocacia e funções auxiliares; vii) Religiosos; viii) Escritores e Jornalistas; ix) Outros profissionais técnicos (Artistas e funções afins).

Como mostra o Quadro 3.2 abaixo, as únicas mudanças entre 1960 e 1991 ocorrem no grupo "v", inicialmente denominado "Cientistas, professores e atividades auxiliares". Em 1970, ele mantém a categoria de professores e se divide entre "Matemáticos, Sociólogos e outros especialistas" que, por sua vez, se divide em 1980 em três grupos independentes: "Matemáticos, estatísticos e analistas de sistema"; "Economistas, contadores e técnicos em administração" e "Cientistas sociais".

[75] A ocupação de naturalista se refere, muito provavelmente, aos profissionais estudiosos de História Natural. O primeiro curso superior de História Natural foi criado em 1934 na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras na USP. Posteriormente, se dividiria em dois cursos distintos, Biologia e Geologia.

QUADRO 3-1 - CAMPOS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL DAS OCUPAÇÕES "TÉCNICAS, CIENTÍFICAS E ARTÍSTICAS" DOS CENSOS DE 1960 A 1991

Campos de atuação profissional das ocupações "Técnicas, Científicas e Artísticas"

1960	1970	1980-1991
Engenheiros e atividades auxiliares	Engenheiros e atividades auxiliares	Engenheiros, Arquitetos e especialistas
Químicos e atividades auxiliares	Químicos, Farmacêuticos, físicos e outros especialistas	Químicos, Farmacêuticos, físicos e outros especialistas
Agrônomos, veterinários e naturalistas	Agrônomos, veterinários e naturalistas	Agrônomos, biologistas, veterinários e assemelhados
Médicos e dentistas	Médicos e dentistas	Médicos e dentistas
Cientistas, professores e atividades auxiliares	Matemáticos, sociólogos e outros especialistas	Matemáticos, estatísticos e analistas de sistema
		Economistas, contadores e técnicos em administração
		Cientistas sociais
	Professores e funções auxiliares	Professores
Magistratura, Advocacia, Ministério Público e atividades auxiliares	Magistratura, Advocacia, Ministério Público e atividades auxiliares	Magistratura, Advocacia, Ministério Público e atividades auxiliares
Religiosos	Religiosos	Religiosos
Escritores e jornalistas	Escritores e jornalistas	Escritores e jornalistas
Artistas e outros	Artistas funções afins e aux.	Artistas funções afins e aux.

Fonte: Elaboração própria a partir das Classificações Ocupacionais dos Censos Demográficos, IBGE

Este movimento de estabilidade na maioria dos campos de atuação profissional revela que, desde meados do século XX, *a maioria deles já havia adquirido um razoável grau de institucionalização das fronteiras que delimitam suas grandes áreas de atuação, mesmo que fosse um sistema pouco diferenciado do ponto de vista quantitativo*. A única exceção é, justamente, o campo profissional que se encontra mais diretamente vinculado às atividades acadêmicas ou, melhor dizendo, as áreas de atuação profissional que não se definem pelo seu caráter prático e aplicado. É a área que se definia pelo binômio "humanidades-ciência", cujo ensino e pesquisa deveria ter lugar nas Faculdades de Educação, Ciências e Letras segundo a proposta da reforma universitária de 1931.

Acontece que a reforma previra uma importância apenas secundária à pesquisa científica e a maior parte das suas intenções ficaram apenas no papel (Schwartzman, 1979, p. 201-204).

> A pesquisa científica como ideal, teve o mesmo destino da "autonomia universitária". A aparente simpatia de Francisco Campos pela ciência não passava de uma ilusão. Para ele, a pesquisa era como a arte - um adorno aparentemente indispensável, mas deixado para o futuro. O projeto previa uma Faculdade de Educação, Ciências e Letras que cuidaria das humanidades e da ciência, "permitindo que a vida universitária transcenda os limites do interesse puramente profissional, abrangendo, em todos os aspectos, os altos e autênticos valores de cultura, que à universidade conferem o caráter e o atributo que a definem e a individuam". Nesse aparente tributo ao ideal da ciência como cultura, os benefícios econômicos e sociais da pesquisa científica, no curso e no longo prazo, são simplesmente ignorados, e a ideia de associar o ensino à pesquisa também não é reconhecida (Schwartzan, 1979, p. 203).

Tampouco as reformas e os projetos do período Capanema mudariam esse quadro, apesar do ambicioso projeto da Universidade do Distrito Federal. Mas, tendo-se em vista o processo de diferenciação do sistema tratado nas seções anteriores, fica mais fácil compreender porque é entre 1970 e 1980 que campos autônomos de atuação profissional se diferenciam

somente no interior do grupo de “Cientistas e Professores” da classificação censitária. Ao tempo em que o sistema se diferenciava e novas profissões iam sendo regulamentadas, cabia ao Estado garantir também a manutenção da associação simbólica e semântica entre “Profissão Liberal” e Diploma. Todas as classificações censitárias até 1991 reproduziram esta lógica, que só foi alterada justamente quando a associação foi rompida, característica central do terceiro período do sistema de profissões, que trato no Capítulo seguinte.

Capítulo 4 - O sistema em transição: mercantilização, racionalização e fragmentação

"Na Idade Média, isso era chamado de "Corporações de Ofício" ou "Guildas"" (Lorivaldo Moura)

Comentário na internet à reportagem "Veto à abertura de novos cursos de medicina por 5 anos é oficializado pelo Ministério da Educação". Portal G1, 05/04/2018.

4.1 Introdução

A partir dos anos 1990, a estreita associação entre diploma e regulamentação se enfraquece. Esta é a principal característica do Sistema de Profissões desde então: credencial de ensino superior deixa de significar, *para os novos diplomas*, fechamento de mercado, causando uma instabilidade que decorre da *negação do fechamento* às novas carreiras. Por isso o sistema está mais fragmentado.

De outro lado, a mudança estrutural deixa de se ser puxada pela dinâmica do trinômio industrialização, urbanização e crescimento dos serviços urbanos. Antes disso, é a nova configuração do setor de serviços, sua complementaridade ao setor industrial e o papel proeminente da tecnologia que dão o tom da diferenciação e da divisão do trabalho. Nesse sentido, as estruturas do Estado que fomentavam o modelo desenvolvimentista e serviam, em boa medida, de destino ocupacional às profissões, cedem mais espaço aos serviços de Bem-Estar Social e à Administração Direta, setores que vão liderar a absorção dos Profissionais pelo Estado.

Mas, e esta é uma característica fundamental, as estruturas do Estado se tornam mais meritocráticas e universalistas. Através de dois marcos institucionais não necessariamente convergentes em seu sentido subjetivo imediato – a Reforma da Administração Pública da Constituição de 1988 e a "Reforma Bresser" em meados dos anos 1990 – mas com efeitos complementares ao longo do tempo, o Estado se tornou gradativamente mais eficiente em seus processos, menos particularista e, por conseguinte, mais universalista na forma como recruta os estratos profissionais e promove a mobilidade social ao topo do sistema de estratificação. Posteriormente, a ampliação da máquina pública nos 2000 contribuiu para fomentar a demanda por profissionais e ampliou os canais de mobilidade.

Há que se destacar, entretanto, que apesar da tendência geral, há diferenças substanciais entre as décadas de 1990 e 2000. Se é verdade que sob determinado ponto de vista o período pode ser considerado como "parte da mesma história" (Sallum Jr. e Goulart, 2016), quando observamos os arranjos institucionais que delimitam o sistema de profissões, algumas

diferenças transparecem. Desta forma, embora tenha optado por unificar o período em uma espécie de "terceiro momento", algumas diferenças entre as décadas serão ressaltadas de modo a evitar uma homogeneização excessiva – e até ingênua – do período.

4.2 O sistema numa fase de ajustamento da atividade econômica

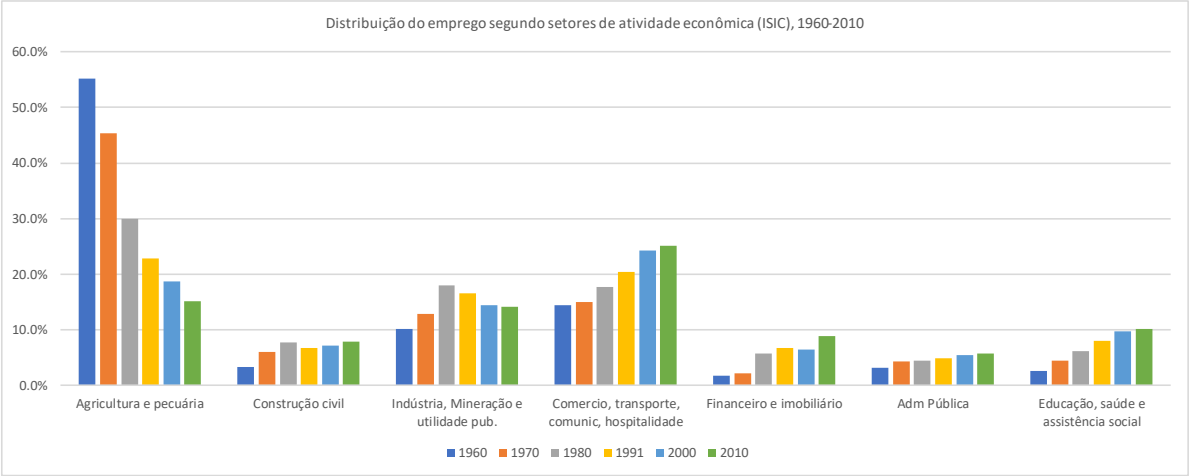
Se a diferenciação do sistema de profissões foi, em grande medida, fomentada pela mudança estrutural entre as décadas de 1950 e 1980, o mesmo não ocorreu a partir dali, e a intensificação da divisão do trabalho especializado, a partir de uma matriz que opõe os setores industriais e de serviços, se arrefece. Do ponto de vista da estrutura produtiva, os anos 1980 marcaram definitivamente o esgotamento do modelo de desenvolvimento urbano-industrial que caracterizou todo o período anterior desde 1930. Entre 1980 e 1991, reduz-se a participação do emprego na indústria e na construção civil, enquanto continuam crescendo todos os demais setores de atividade (à exceção da agricultura), com destaque para os serviços urbanos, financeiros e serviços sociais. Nesse aspecto, portanto, o que se mais se destaca na década é a inflexão negativa da industrialização.

Esse processo seria agravado no início dos anos 1990 ao longo do Governo Collor (1990-1992) com as políticas de abertura econômica e o esforço em reduzir as despesas do Estado. Mesmo as câmaras setoriais, que representaram experiências similares ao padrão de aliança entre o empresariado e o setor público que marcou as décadas anteriores, não foram capazes de reverter o ímpeto "desindustrializante" do período (Diniz, 1997, p. 139)[76], que seria freado somente a partir da segunda metade da década de 1990. Quando observamos a distribuição do emprego em setores de atividade econômica, contudo, fica nítido que as décadas de 1990 e 2000, apesar de algumas especificidades, representaram a consolidação do que se iniciara nos anos 1980 (Gráfico 4.1), pelo menos no que diz respeito aos grandes setores de atividade econômica[77].

[76] Segundo Diniz (1997, p. 139), "esse mecanismo representou a retomada das experiências – utilizadas em vários graus de êxito no passado – voltadas para a construção de espaços de elaboração de metas e diretrizes acordadas entre elites estatais e representantes da iniciativa privada". Entretanto, como sugere Bresser-Pereira, o fracasso da experiência se deu pelo fato de que o Estado já não tinha mais o poder financeiro e político para intervir na atividade econômica tal como nas décadas anteriores.

[77] Um ponto importante que não abordarei diz respeito à diferenciação interna do setor de serviços, especialmente no que diz respeito ao papel das atividades intensivas em conhecimento e tecnologia. Desta forma, a ideia de que a mudança estrutural se esgota e diminui sua influência sobre a configuração do sistema de profissões deve ser vista a partir desta ressalva. Para uma análise da classificação das atividade econômicas com ênfase na tecnologia e no conhecimento, ver Abdal, Torres-Freire e Callil (2016). Agradeço ao Professor Álvaro Comin por esta valiosa observação realizada na banca de defesa desta tese.

GRÁFICO 4-1 - DISTRIBUIÇÃO DO EMPREGO EM SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA, 1960-2010

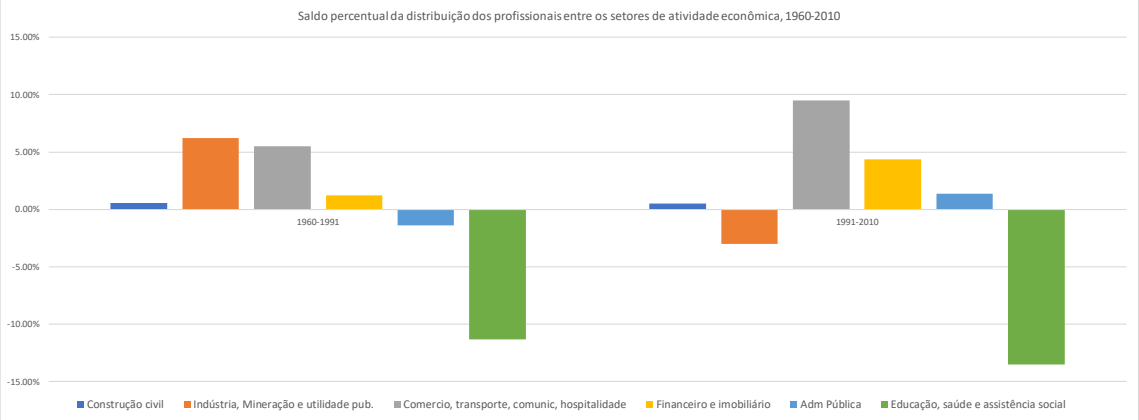


Fonte: IBGE, Censos Demográficos. Elaboração própria.

Para o sistema de profissões as mudanças da atividade econômica ao longo desse período tiveram um efeito distinto do que anteriormente. Se até ali seu crescimento e diferenciação muito se devem à diversificação da atividade produtiva puxada pelo processo de industrialização e dos serviços urbanos, nesse período a novidade ficará por conta de um crescimento ainda mais vertiginoso desses últimos, mas, desta vez, acompanhado do setor financeiro em tempos de retração da atividade industrial.

O Gráfico 4.2 é bastante claro com relação a este fato. Entre 1960 e 1991, o saldo do destino dos profissionais é positivo e expressivo na indústria (6,2%) e nos serviços urbanos (5,5%) e bastante negativo nos serviços sociais (-11,3%). Já no período 1991-2010, a tendência se modifica. O destino dos profissionais passa a ser ainda mais expressiva com um saldo de 9,5% nos serviços urbanos e de 4,4% no setor financeiro (contra 1,2% do período anterior), enquanto que a participação na Administração Pública direta volta a crescer, embora timidamente (1,36%); nos serviços sociais o declínio é ainda maior do que no período anterior (-13,5%).

GRÁFICO 4-2 - SALDO DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROFISSIONAIS NOS SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA, 1960-1991 E 1991-2010

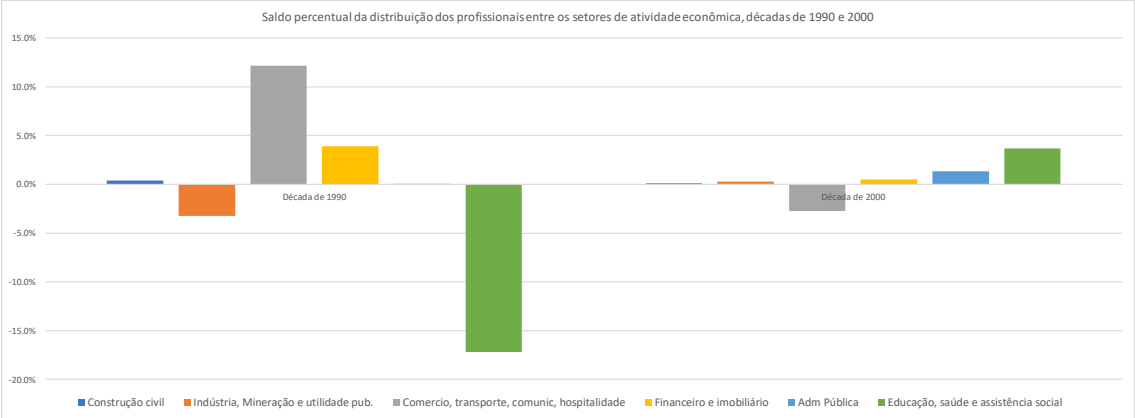


Fonte: IBGE, Censos Demográficos. Elaboração própria.

É bem verdade que foi ao longo da década de 1990 que estas mudanças se manifestaram de maneira mais intensa, e que, no frigir dos ovos, os dois subperíodos (1991-2000 e 2000-2010) são bastante distintos, como mostra o Gráfico 4.3. Entre 2000 e 2010, o setor de serviços sociais volta a crescer com a algum vigor entre os profissionais (3,7%), junto com uma suave retomada dos demais setores, à exceção dos serviços urbanos.

Do ponto de vista da diferença absoluta dos saldos, é possível dizer que ambas as décadas são substancialmente distintas. De outro lado, a variação ao longo da década de 2000 é substancialmente menor do que se observa ao longo dos 1990. Isso sugere que, se teve início nos anos 2000 um processo de inflexão que reverteria parte da tendência inaugurada nos 1980, ele é ainda embrionário. Desta forma, *no que se refere à distribuição setorial dos profissionais em torno dessas grandes categorias*, as décadas de 1990 e 2000 configuram um período razoavelmente homogêneo, especialmente a partir de meados dos anos 1990.

GRÁFICO 4-3 - SALDO DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROFISSIONAIS NOS SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA, DÉCADAS DE 1990 E 2000

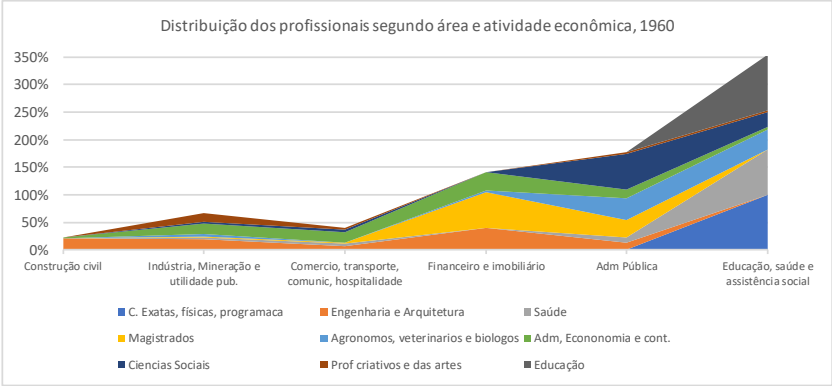


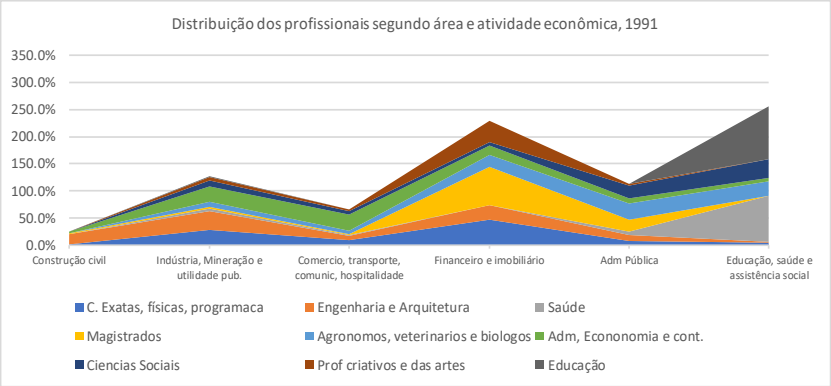
Fonte: IBGE, Censos Demográficos. Elaboração própria.

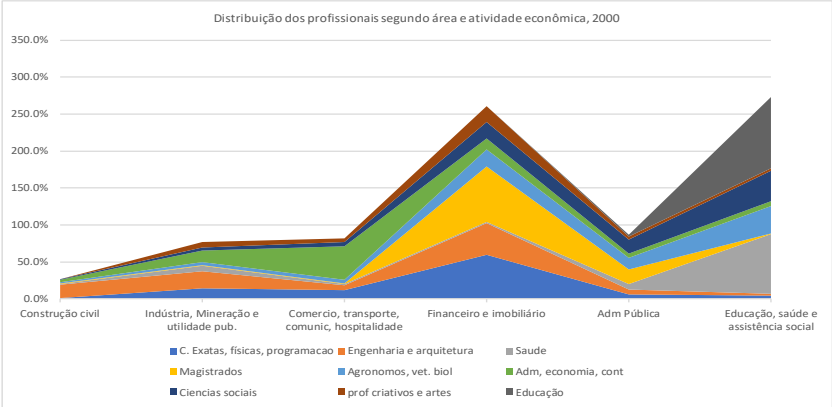
Este ponto se reforça quando analisamos estes dados conjuntamente com aqueles relativos à composição geral do emprego (Gráfico 4.1 acima). Nesse caso, pode-se dizer que as mudanças do destino profissional em termos de setores de atividade econômica *devem-se muito mais às transformações internas do estrato profissional do que da atividade produtiva*. Ora, como a tendência de transformação da atividade produtiva sob as lentes de um processo de modernização é praticamente a mesma entre as décadas de 1990 e 2000, tudo leva a crer que alterou-se principalmente a oferta de profissionais. *Isto nos faz reforçar o argumento de que o período 1990-2010 é muito mais homogêneo e diferente do anterior, quando as transformações da atividade produtiva foram as molas propulsoras de transformação do sistema de profissões*. Nessa nova fase, diferentemente, as transformações são muito mais decorrentes do tipo de profissional que está se formando do que do tipo de demanda que lhe é dirigida.

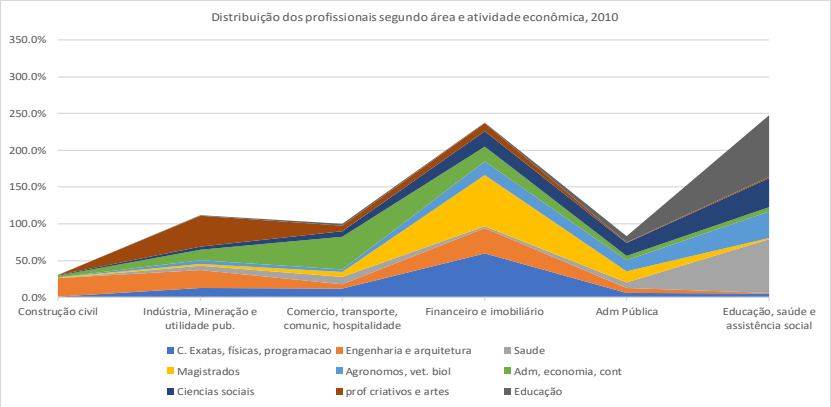
Os gráficos 4.4 a 4.7 abaixo reforçam este argumento. Não é possível observar grandes mudanças na inserção produtiva (área de atividade econômica) a depender da área de atuação profissional entre 1991 e 2010. A única mudança é a maior participação dos profissionais criativos na indústria, certamente em virtude do crescimento da indústria criativa e do entretenimento na década de 2000. Não obstante, a configuração geral é praticamente a mesma entre 1991 e 2010. Isso é muito diferente do que ocorreu entre 1960-1991, quando a transformação e a diferenciação da atividade profissional são indiscutíveis e se reitera nos gráficos abaixo.

GRÁFICOS 4-4 -DISTRIBUIÇÃO DOS PROFISSIONAIS, SEGUNDO ÁREA DE ATUAÇÃO, ENTRE OS SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA; 1960, 1991, 2000 E 2010





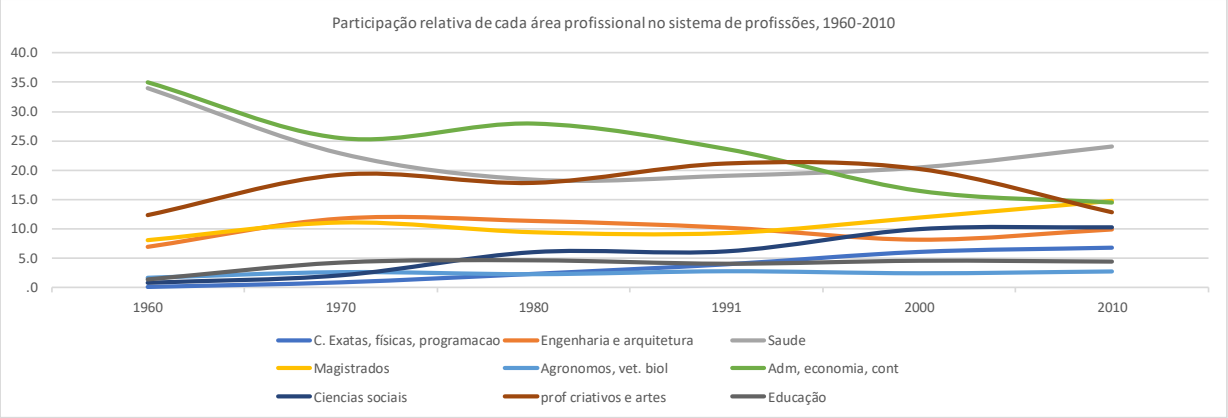




Fonte: IBGE, Censos Demográficos. Elaboração própria.

Isto não quer dizer, por outro lado, que não houve alterações na composição interna do sistema de profissões. Muito pelo contrário, ele continuou o seu processo de diferenciação interna, marcado pelo crescimento da participação dos profissionais das áreas menores em detrimento de outras mais expressivas no seu início. Para ilustrar este ponto, o gráfico a seguir apresenta a distribuição dos profissionais segundo área de atuação[78]. É possível observar que, a despeito da diferenciação interna que ocorrera entre 1960 e 1991, três áreas (Administração, economia e contabilidade, Saúde e Profissionais criativos) ainda eram responsáveis por quase 2/3 dos profissionais em 1991. Dali em diante intensifica-se o processo de diferenciação expresso no crescimento de *todas as demais áreas*, ao tempo em que a saúde desponta como dominante em termos de participação relativa.

GRÁFICO 4-5 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DE CADA ÁREA NO INTERIOR DO SISTEMA DE PROFISSÕES, 1960-2010



Fonte: IBGE, Censos Demográficos. Elaboração própria.

Com a perda do peso da mudança estrutural sobre a diferenciação do sistema de profissões, tal como havia ocorrido até então, os demais sistemas institucionais tiveram um peso ainda mais forte a partir da década de 1990. Além disso, a reorganização do papel do Estado, que se direciona para os serviços de bem-estar em detrimento da atividade produtiva, e as reformas da Administração Pública, que a tornaram mais racionalizada e universalista, foram cruciais.

[78] Tal como no capítulo anterior optei por, neste gráfico, excluir os professores de ensino básico e os administradores em geral, mas isto não altera em absolutamente nada o resultado apresentado. O objetivo é apenas o de permitir de uma forma mais clara a *visualização* do crescimento das demais áreas que ficaria obscurecido se professores básicos e administradores em geral fossem apresentados conjuntamente, uma vez que são categorias muito grandes em termos relativos.

Começo a seção seguinte por este último ponto porque as próprias transformações no sistema de Ensino Superior a partir de meados da década de 1990 não podem ser entendidas sem esse pano de fundo mais geral.

4.3 O novo papel do Estado após a Constituição de 1988: as reformas da Administração Pública e a expansão do Estado de Bem-Estar Social

A importância do novo papel do Estado após a Constituição de 1988 para o sistema de profissões pode ser dividido em três pontos principais: i) a redução do "tamanho do Estado" relativamente ao mercado de trabalho privado; ii) a gradual profissionalização dos serviços de bem-estar e da administração direta (Estado enquanto empregador dos profissionais) e a adoção de novos mecanismos de ingresso no serviço público consagrados pela Constituição de 1988 (racionalização do acesso ao emprego público); e ii) o marco regulatório sobre os quais repousam a política educacional, incluídos aí uma nova expansão liderada pelo setor privado, bem como a ampliação e democratização do acesso (a produção dos produtores, em termos qualitativos e quantitativos); Nesta seção abordo os dois primeiros primeiro e reservo a próxima seção ao terceiro.

O novo papel do Estado começa a ser debatido já ao longo da crise do regime militar e da derrocada do modelo nacional desenvolvimentista. Era preciso atacar os problemas históricos da burocracia, mas, diferentemente das duas grandes reformas do século XX (a de 1936 e a de 1967), a reforma agora teria de ser feita num cenário democrático (Gaetani, 2002). O reformismo da Nova República, entretanto, foi incapaz de apresentar uma alternativa viável aos problemas da burocracia e, mais do que isso, as estruturas do Estado, naquele momento, foram atacadas por se identificarem excessivamente com o clientelismo, o desordenamento financeiro e a ineficiência (Gaetani, 2002; Bresser-Pereira, 2007; Abrucio et al, 2010)[79].

> O retrocesso burocrático ocorrido no país entre 1985 e 1989 foi uma reação ao clientelismo que dominou o país naqueles anos, mas também foi uma afirmação de privilégios corporativistas e patrimonialistas incompatíveis com o ethos burocrático. Foi, além disso, a consequência de uma atitude defensiva da alta burocracia, que, sentindo-se acuada, e injustamente acusada, defendeu-se de forma irracional. O resultado foi o desprestígio da administração pública brasileira (Bresser-Pereira, 2007, p. 82).

[79] Abrucio et al (2010) destacam duas causas principais para o fracasso reformista da Administração Pública na Nova República: i) a ilegitimidade de Sarney para conduzir a reforma frente a uma burocracia com elevado poder político; e a heterogeneidade de interesses conflitantes daqueles que haviam participado do processo de transição para a democracia. Para uma análise mais detalhada desse processo, ver Gaetani (2002). O único ponto positivo no período, segundo esses autores, foi a criação da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).

Mudanças mais profundas só seriam implementadas com a Constituição de 1988 (CF/88) que, pela primeira vez, dedicou um capítulo inteiro à Administração Pública. Os efeitos da CF/88 sobre a burocracia brasileira são relativamente incontroversos e as avaliações mais (Gaetani, 2002; Abrucio et al, 2010) ou menos (Bresse-Pereira, 2007; Prates, 2007) positivas dependem do peso atribuído a cada um deles. O principal ponto positivo destacado é, inegavelmente, a profissionalização meritocrática do serviço civil através da exigência de concursos públicos universalizados, além de planos de carreira mais consolidados e o direito a greve aos funcionários públicos. E, embora não diretamente vinculados ao funcionamento da burocracia, destacam-se também a democratização do Estado e a sua descentralização – sendo o desenho do Sistema Único de Saúde o modelo mais bem acabado – como outros dois pontos positivos decorrentes da reforma (Abrucio et al, 2007). Por outro lado, boa parte das críticas se dirigem à retomada do caráter hierárquico e rígido da administração pública, numa espécie de "volta ao espírito daspiano" (Prates, 2007) com a supressão da distinção entre a administração direta e indireta (Bresser-Pereira, 2007), no que este autor chamou de "gigante democrático".

Foi o próprio Bresser quem liderou a Reforma do Estado no governo Fernando Henrique Cardoso. A proposta da Reforma se orientava por uma lógica de diferenciação dos papéis relacionados às funções que deveriam ser cumpridas pelo Estado, pelo mercado e pelo que chamou de um "setor público público não estatal". Os setores do Estado foram divididos em quatro áreas segundo a atividade que lhe era correspondente: i) núcleo estratégico; ii) Atividades exclusivas; iii) Serviços não exclusivos; iv) Produção de bens e serviços para o mercado.

A reforma começou a perder fôlego ainda em 1998 no final do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso e, apesar de incompleta, vale a pena destacar alguns de seus desdobramentos que são tidos como positivos. A continuidade da reorganização da administração federal, através de um aperfeiçoamento dos sistemas de informação e gestão voltados para a eficiência da máquina pública. O fortalecimento das carreiras de Estado (Abrucio et al, 2010; Gaetani, 2002), embora estas tenham ficado restritas à Diplomacia, Advocacia, Políticas Públicas, Polícia e Fiscalização. E alterações na rigidez do Regime Jurídico Único, além da introdução de princípios de eficiência no direito administrativo.

Foi também no texto da Reforma que buscou-se alterar a natureza jurídica dos Conselhos Profissionais. Depois de permanecer praticamente sob a mesma legislação desde a Carta de 1937, a Constituição de 1988 não havia renovado a possibilidade de que aos Conselhos fossem delegadas funções de poder público (Fernandes, 2012), embora não tenha alterado sua natureza jurídica. A Lei 9649/98, que dispunha sobre a reorganização dos poderes na esteira

das propostas de Bresser, buscou transformar os Conselhos Profissionais em organizações de direito privado, mas o Supremo Tribunal Federal, acolhendo uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), declarou inconstitucional a transformação. Segundo a ação, a delegação de atividade exclusiva de Estado, como poder de polícia, punição e tributação, não pode ser delegada. Pode-se ver que a intenção da nova legislação era justamente romper o histórico vínculo entre as Associações Profissionais, que na prática agem como entidades privadas, e o Estado. O tema é reiteradamente fonte de conflito jurídico – especialmente por causa da modalidade de contratação que os conselhos devam adotar – mas a natureza autárquica transformou-se em ponto pacífico na jurisprudência do STF (Oliveira, 2016). A única exceção é a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que, por prestar "serviço público independente, categoria ímpar no elenco das personalidades jurídicas existentes no direito brasileiro", segundo a relatoria do Ministro Eros Grau (ADI 3.026, de 2003), tem poder de polícia, a despeito de se tratar de entidade privada.

O que se destaca, contudo, é que os Conselhos Profissionais, apesar do seu caráter público, à exceção da OAB, não tiveram grandes alterações em relação à sua forma organizacional e às funções que exercem desde 1937, a despeito da tentativa da Reforma Bresser de dar-lhes, juridicamente, a condição que tem na prática. Também o tema da administração pública não voltou a ser objeto de nenhuma grande agenda reformista desde então. A despeito disso, os governos subsequentes de Lula e Dilma deram prosseguimento ao processo de profissionalização da administração pública, especialmente através de um movimento de fortalecimento da burocracia. Embora os concursos tenham sido reiniciados ainda em 1995 depois de proibidos durante o governo Collor[80], foi a partir de 2003 que se adotou uma política mais contundente de reconstrução e ampliação dos quadros (Souza, 2017). Entre 2003 e 2010, foi autorizado a abertura de concurso em nível federal para mais de 210 mil vagas, das quais mais 206 mil foram preenchidas (*ibid*).

Além da retomada quantitativa, uma outra característica desse período foi a reestruturação das carreiras para além daquelas circunscritas pela Reforma do Estado, especialmente daquelas ligadas aos órgãos de controle. Um dos efeitos dessas medidas foi a ampliação significativa do quadro de funcionários com ensino superior, hoje mais da metade dos servidores ativos da União. Apesar da burocracia pública ainda ser permeada por uma

[80] Gaetani e Heredia (2002) estimam que entre 1988 e 1994, o número de servidores federais declinou de 705.548 para 587.802. Isto se deu pelas demissões ao longo do governo Collor na sua "caça aos marajás" e também por conta da aposentadoria de servidores não concursados (Gaetani e Heredia, 2002, p.8).

elevada desigualdade no que se refere ao seu grau de profissionalização, Souza (2017) observa que:

> Em síntese, da literatura sobre a burocracia antes da redemocratização podem ser extraídas duas conclusões. A primeira é a da sua inserção como um dos fatores explicativos da relação entre o Estado e a sociedade, com o domínio do primeiro sobre a segunda e com forte conteúdo clientelista. Essa chave analítica tem hoje pouca capacidade explicativa pela predominância dos concursos, tornando a seleção da burocracia pouco permeável à representação de grupos de interesse, partidários ou a relações interpessoais, requerendo, portanto, o estudo da burocracia como objeto per se. No entanto, e a despeito de formas de recrutamento que incorporavam diferentes gramáticas políticas, na expressão de Nunes (1997), estratégias foram montadas para que as políticas preferenciais dos diferentes governos e dos diferentes regimes políticos fossem executadas. (Souza, 2017, p. 37).

Apesar das diferentes prioridades, o que se destaca no conjunto é a profissionalização da burocracia pública no Brasil ao longo do período democrático. E, talvez o que seja ainda mais relevante, de que esse movimento tenha se dado com a ampliação, embora inacabada, de um Estado de Bem-Estar Social que se ancora nos marcos regulatórios da Constituição de 1988, mas cujo desenvolvimento já vinha se dando gradativamente – também não sem percalços – desde a década de 1930 (Draibe e Riesco 2011; Kertenetzky, 2012).

Alguns autores (Filguera, 1999; Barrientos, 2009) argumentam que a que a década de 1990 inaugurou não apenas no Brasil, mas na América Latina, uma forma de proteção social de matriz neoliberal e menos desmercantilizada devido ao foco nas políticas de transferência de renda. Entretanto, visto pela ótica da evolução quantitativa do gasto social como percentual do gasto público (Kertenetzky, 2012) ou mesmo do desenho das políticas públicas (Arretche, 2015), percebe-se que elas se dirigem para a construção de um Estado de Bem-Estar Social mais universalista.

Dessa forma, se o estado desenvolvimentista ficou definitivamente para trás [81], rompendo seu vínculo histórico com a construção do Estado de Bem-Estar Social, este último tem se ampliado sistematicamente desde a restauração da condição democrática no Brasil – talvez os dois anos do governo Collor representem a única exceção. E, a despeito da permanência de problemas históricos ligados tanto à eficiência das políticas públicas quanto à racionalização do Estado, o período inaugurado pela Constituição de 1988 combina, sem sombra de dúvidas, um Estado menor do ponto de vista da sua intervenção na atividade

[81] Alguns autores (Boito Jr. e Berringer, 2013; Morais e Saad-Filho, 2011) sugerem que o intervalo entre meados dos anos 2000 e o impeachement da presidenta Dilma Roussef em 2016 representou um programa político-econômico "neodesenvolvimentista" ou "novo-desenvolvimentista", mas esta idéia está longe de consensual. Para uma crítica sintética ver Paulani (2017).

econômica (Sallum Jr. e Goular, 2016), mas mais universalista tanto do ponto de vista da sua estrutura burocrática quanto da provisão dos serviços através da inclusão dos *outsiders* (Arretche, 2015).

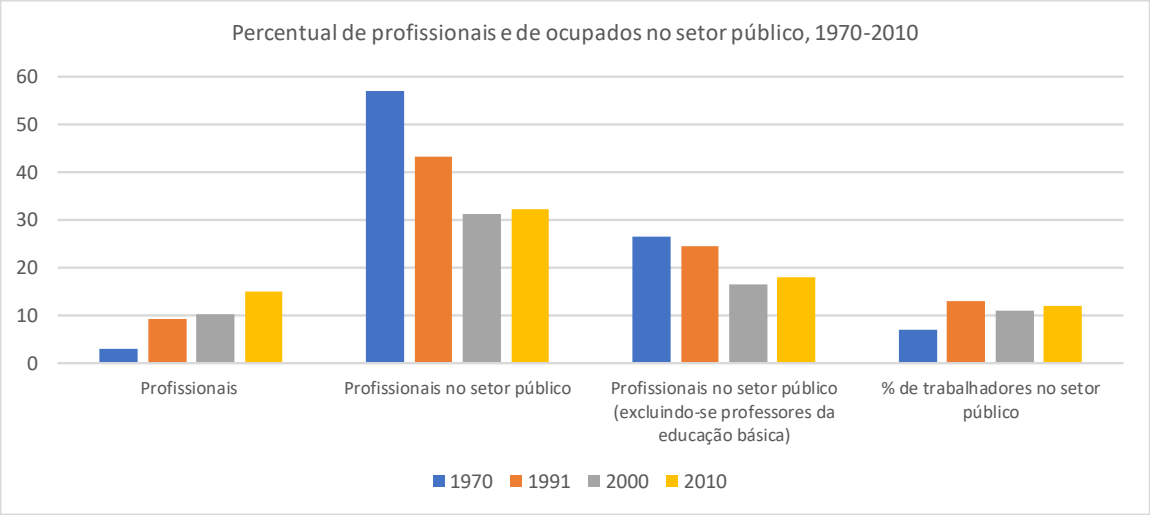
Qual o efeito dessas transformações sobre o sistema de profissões? Por um lado, ele se torna menos "público" (ou mais "privado") porque, embora o Estado não tenha reduzido seu tamanho em termos absolutos (Mattos, 2011), ele se reduz tanto de um modo geral como da sua face desenvolvimentista, quando comparados relativamente ao setor privado. Por outro, a face pública do sistema de profissões se torna mais vinculada à provisão dos serviços de bem-estar e à administração direta, enquanto que praticamente desvinculada da esfera produtiva que dava sustento ao Estado desenvolvimentista.

Os Gráficos 4.6, 4.7 e 4.8 a seguir são inquestionáveis a este respeito. No primeiro deles (4.6), é possível observar que o percentual de ocupados no setor público cresce entre 1970 e 1991, para declinar até os 2000 e esboçar uma tímida recuperação em 2010. De forma clara, o tamanho do Estado (medido aqui pelo % de empregados no setor público), cresce muito entre 1970 e 1991 e diminui pouco entre 1991 e 2010. Por outro lado, é possível perceber que a queda do percentual de profissionais ocupados no setor público é muito maior do que a queda dos ocupados em geral, o que nos leva a concluir que o movimento para o mercado do sistema de profissões foi muito mais acentuado do que aquele observado para o conjunto das ocupações.

Além disso, esse mesmo gráfico também permite observar uma diferença marcante entre o período de expansão e o atual. Como argumentei no capítulo anterior, a queda da participação do setor público entre os profissionais no período de expansão deveu-se quase que exclusivamente em função do processo de ampliação do setor privado educacional – a queda de profissionais no setor público entre 1970 e 1991 quase desaparece quando excluímos os professores da educação básica. Já entre 1991 e 2010, a queda se dá justamente a despeito dos professores, sugerindo um movimento geral do sistema que ocorreu nos anos 1990 e se estabilizou ao longo dos 2000.

Veja-se também que o estrato profissional de um modo geral cresce muito pouco entre 1991 e 2000, enquanto que se reduz muito sua face pública no mesmo período. Na década 2000-2010, de outro lado, o cenário é oposto a esse: o estrato profissional cresce muito e sua face pública também (embora em intensidade muito menor). Isto reforça novamente o argumento de que o estrato profissional se mercantilizou muito nos anos 1990 e se estabilizou nos 2000.

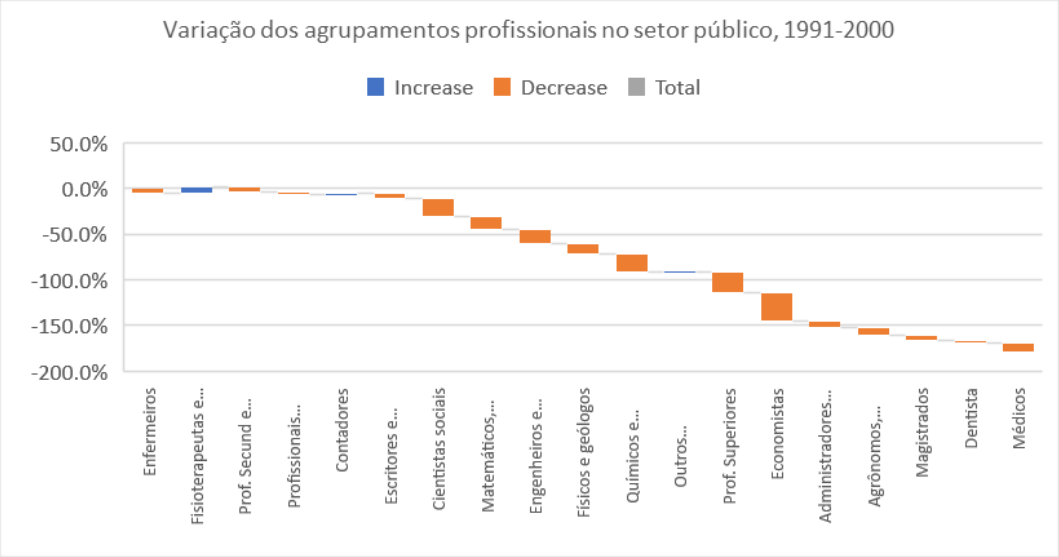
GRÁFICO 4-6 - PERCENTUAL DE OCUPADOS (GERAL) E PROFISSIONAIS OCUPADOS NO SETOR PÚBLICO, 1970-2010



Fonte: IBGE, Censos Demográficos e Pnads. Elaboração própria.

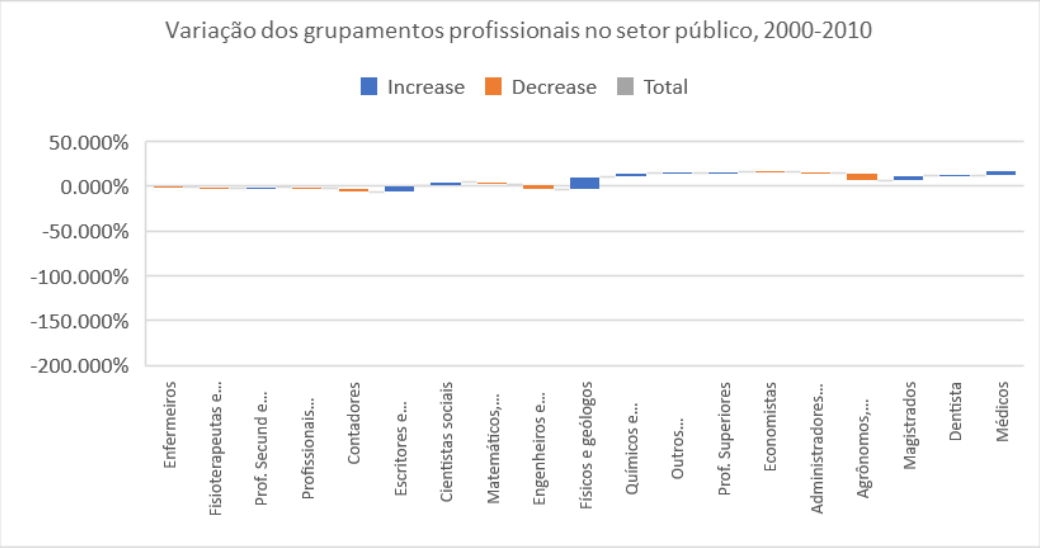
Apresento os dois gráficos abaixo com o intuito de deixar ainda mais claro este diagnóstico do *movimento geral do sistema de profissões* e não para destacar as nuances entre as duas décadas (1990 e 2000) que, apesar de existirem, não me parecem o ponto fundamental no momento. Como se pode perceber, dos 19 agrupamentos profissionais, apenas entre fisioterapeutas, contadores e administradores cresce (pouco) a inserção no setor público entre 1991 e 2000, enquanto que esta participação declina em *todas as demais profissões* (a amplitude da "cascata" é a soma das diferenças de cada agrupamento, ou seja, do sistema como um todo). Já entre 2000 e 2010, a tendência geral não é propriamente de mais ou menos inserção no setor público, mas de uma baixíssima variação, qualquer que for a direção.

GRÁFICO 4-7 - VARIAÇÃO DA INSERÇÃO DOS AGRUPAMENTOS PROFISSIONAIS NO SETOR PÚBLICO, DÉCADAS DE 1990 E 2000



Fonte: IBGE, Censos Demográficos e Pnads. Elaboração própria.

GRÁFICO 4-8 - VARIAÇÃO DA INSERÇÃO DOS AGRUPAMENTOS PROFISSIONAIS NO SETOR PÚBLICO, DÉCADAS DE 2000 E 2010



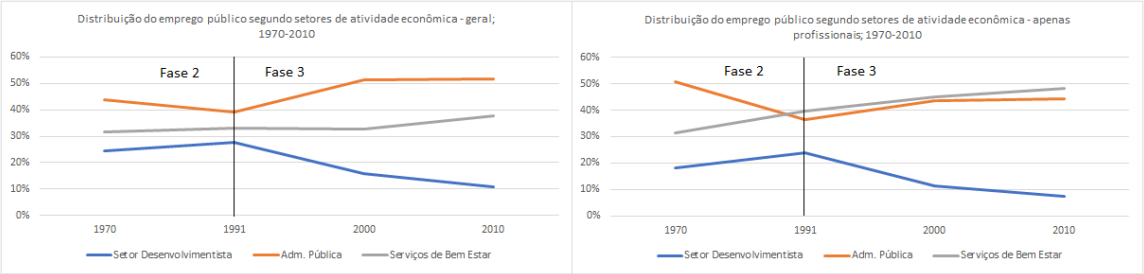
Fonte: IBGE, Censos Demográficos e Pnads. Elaboração própria.

Alteram-se, assim, não apenas o peso do setor público na constituição do sistema de profissões, como também a função dessas profissões no Estado. O período anterior combinou um processo de descentralização administrativa através da participação do Estado nas atividades produtivas (a sua face desenvolvimentista) em sintonia com o crescimento da provisão dos serviços de Bem-Estar. A partir da década de 1990, assiste-se o declínio do lado

desenvolvimentista, a retomada do fortalecimento da burocracia pública (especialmente através da administração direta) e a continuidade da construção do Estado de Bem-Estar.

Isso é especialmente evidente com relação à função dos profissionais dentro do Estado, como mostram os gráficos abaixo (4.9). Eles apresentam a distribuição do emprego no setor público segundo três tipos de atividade: i) Setor Desenvolvimentista (Indústria, Mineração, Comércio, Transporte, Comunicação, Utilidades Públicas e Financeiro); ii) Administração Pública Direta; iii) Serviços de Bem-Estar (Educação, Saúde e Assistência Social). A parte da esquerda se refere a todos os ocupados no setor público e a da direita se restringe aos profissionais ocupados nesse mesmo setor[82].

GRÁFICOS 4-9 - DISTRIBUIÇÃO DO EMPREGO SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA, 1970-2010; GERAL (ESQUERDA) E PROFISSIONAIS (DIREITA)



Fonte: IBGE, Censos Demográficos e Pnads. Elaboração própria.

Em ambos os casos, vê-se claramente a diferença de movimentos. Chama atenção o crescimento bastante acentuado da participação da Administração Pública entre 1991 e 2000, sugerindo um processo de re-centralização administrativo-burocrática do setor público. Entretanto, esse crescimento também se deve ao efeito combinado da municipalização de diversas funções sociais do Estado a partir da CF/88 – especialmente educação e saúde – que se soma ao crescimento do número de municípios no período. Entre 1988 e 2002 o número de municípios no Brasil saltou de 4184 para 5561, tendo estagnado desde então, quando apenas 9 foram criados, somando atualmente 5570 municípios.

Mas além disso, vale notar que a face pública do sistema de profissões deixa de ser predominantemente administrativo-burocrático já no final do período de expansão quando é superada pelos serviços de bem-estar. A partir dos anos 1990, ambas crescem praticamente na mesma proporção e juntas representam, em 2010, mais de 90,0% do total de profissionais no setor público.

[82] Novamente, excluí os professores do Ensino Básico, de modo a permitir uma melhor visualização das mudanças. Reafirmo que isso, entretanto, não muda absolutamente nada a interpretação corrente.

Esta é uma das principais marcas do sistema de Profissões desde então. Uma mudança menos orientada pelas transformações da atividade produtiva e mais pela combinação entre as transformações na estrutura ocupacional, a mercantilização das atividades e um novo modelo de Estado. Nesse quesito, a nova forma de produção de profissionais, iniciada em meados dos anos 1990, também foi determinante.

4.4 A mercantilização do ensino superior e a diversificação de carreiras

Uma das principais características para a configuração que o sistema de profissões assumiu ao longo da sua fase de expansão o fato de que a estrutura produtiva e o sistema de ensino superior se diferenciaram com algum grau de simultaneidade, embora a primeira tendo largado na frente. Nesse novo movimento, esta relação deu-se de forma distinta. Não apenas as mudanças da estrutura produtiva foram menos intensas e com direções alternadas da fase anterior, como o sistema de ensino superior passou a ser marcado por um novo processo de diferenciação, qualitativamente diverso do que ocorrera anteriormente.

O novo papel do Estado, nesse sentido, se manifesta também nos marcos regulatórios da política de educação superior a partir de meados dos anos 1990 (Nunes, 2002). O antigo Conselho Federal de Educação (CFE) foi extinto em 1994 após uma série de denúncias de corrupção e voltaria um ano depois sob a alcunha de Conselho Nacional de Educação (CNE). Tal como seu predecessor, a escolha dos conselheiros era feita pelo Presidente da República, mas agora sob consulta de listas indicadas por entidades da sociedade civil[83]. Após uma série de regulamentações, segundo Nunes (2002), o CNE acabou assumindo um duplo papel. Por um lado, órgão de representação de interesses conflitivos do campo educacional; por outro, um órgão técnico, cujo papel tem sido importante para a modernização do sistema de ensino superior.

Mas o principal marco legal é, sem dúvidas, a Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional (LDB) de 1996 e uma série de regulamentações que ocorreram ao longo do ano de 1997 (Sampaio, 1998), estruturando dois eixos principais sob a qual se deu a diversificação do sistema: a natureza administrativa da instituição (público ou privada); e o tipo de instituição segundo organização acadêmica (universitária e não universitária)[84].

---

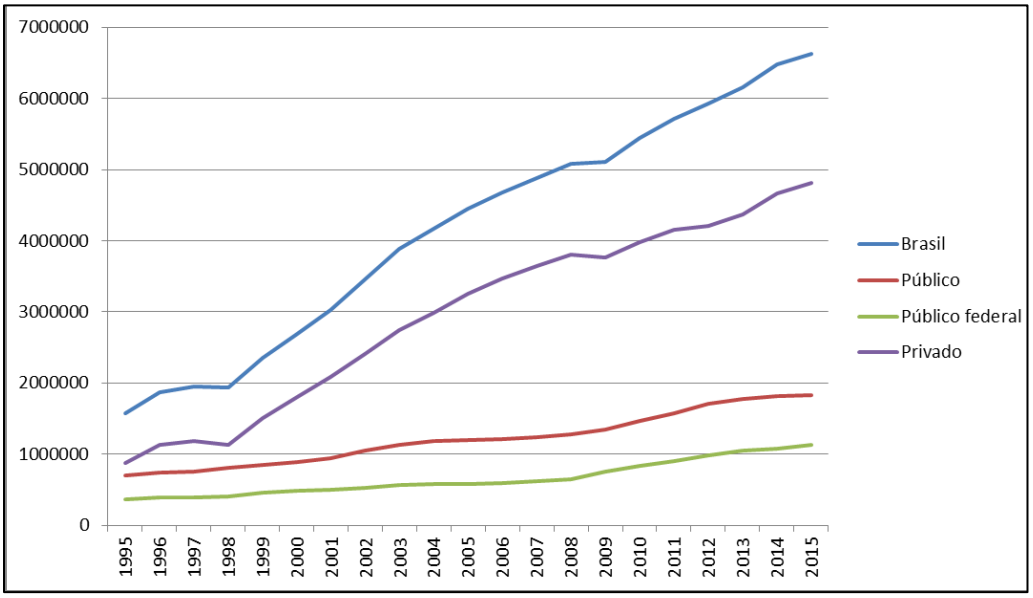
[83] Detalhes da regulamentação a qual o CNE foi submetido desde a sua criação podem ser encontrados em Nunes (2002).

[84] Mais especificamente, a natureza administrativa das IES não públicas se diferencia em 3 categorias: i) privadas (com fins lucrativos); ii) comunitárias; e iii) confessionais e filantrópicas. Já a organização acadêmica diferencia

Esse formato, ao se dar sob o guarda-chuva normativo que autorizou as entidades mantenedoras das IES a assumirem forma jurídica orientada para o lucro (*for profit*), foi um divisor de águas na trajetória do ensino superior no Brasil (Sampaio, 1998). Não por acaso, a expansão, desde meados da década de 1990, tem sido ainda mais fortemente liderada pelo setor privado[85]. E, embora no Brasil – diferentemente de outros países (como vimos no capítulo anterior) – haja uma primazia da natureza administrativa sobre a organização acadêmica, Prates (2005) sugere que a distinção é importante de modo a se compreender como o padrão organizacional resultante dessa combinação estruturou os incentivos para a diversificação institucional. As IES públicas no Brasil resistem à diferenciação não porque são públicas, mas porque são instituições de pesquisa cujo modelo organizacional resiste, em qualquer lugar do mundo, à massificação (Prates, 2005, p. 204).

O Gráfico 4.10 abaixo apresenta a distribuição do número de matrículas segundo organização administrativa entre 1995 e 2015 e no que se refere à primazia do setor privado como locomotiva do crescimento do ensino superior, o quadro não tem se alterado ao longo dos últimos vinte anos. O ponto de inflexão decisivo ocorre entre 1997 e 1998, justamente quando se organizam as bases normativas para a expansão do setor.

GRÁFICO 4-10 - NÚMERO DE VAGAS NO SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR, 1995-2015



Fonte: Censos do Ensino Superior. In: Lima, Prates e Silveira (2018)

as instituições em "Universidades", "Centros Universitários", "Faculdades Integradas", "Faculdades, Escolas e Institutos" e "Centros de Educação Tecnológica".

[85] Como argumentam alguns autores (Sguisardi, 2008; Pfeifer, 2013), este movimento é marcado por um crescente processo de oligopolização do mercado de Ensino Superior no Brasil. A despeito da relevância do diagnóstico, essas análises não vão muito além da "inovadora" constatação de que a educação, enquanto mercadoria, serve "cada vez mais" à reprodução do capital e à dominação de classe.

A partir da década de 2000, as principais mudanças têm ocorrido através de programas que privilegiam uma combinação de expansão do sistema com democratização do acesso. Nesse ponto, se destacam o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), de 2007, o Programa Universidade Para Todos (ProUni), o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) e a chamada "Lei de Cotas", de 2012, que versa sobre as ações afirmativas nas universidades federais.

O Reuni teve efeitos significativos sobre a expansão da rede federal, o que pode ser visto com clareza no gráfico acima, quando ocorre uma inflexão no número de matrículas a partir de 2008 (linha verde). O número de vagas nas Universidades Federais praticamente dobrou entre 2006 e 2012 (144.445 e 270.121, respectivamente). O outro resultado importante foi o da interiorização e desconcentração regional. Nesse mesmo período, a taxa de crescimento das matrículas nas Universidades Federais sediadas em capitais foi metade (24,2%) daquelas localizadas em cidades do interior (51,4%). Os demais programas, por sua vez, se caracterizam por terem como principal objetivo ampliar as possibilidades e, por conseguinte, diminuir as desigualdades de acesso às instituições de Ensino Superior. Alguns estudos têm mostrado que, no que se refere a este ponto em especial, eles têm sido bem-sucedidos (Neves, 2012; Lima, 2015).

A diferenciação institucional foi, ao longo de toda a expansão ocorrida desde meados da década de 1990, obscurecida pela clivagem público x privado. Mas há dois aspectos que merecem destaque e que terão um efeito significativo sobre a organização do sistema de profissões: a diversificação por modalidade de ensino, cuja principal característica é o crescimento dos Cursos Superiores de Tecnologia (CST); e a diversificação de carreiras.

Embora a chamada educação profissional seja um antigo ramo do sistema educacional brasileiro, é somente a partir de 1997[86] que passa a se articular plenamente a todos os níveis educacionais no país (Faleiros, 2018), dividindo-se em três: i) formação continuada/profissional sem necessidade de formação prévia, como nos cursos do SENAI; ii) educação profissional de nível médio, cujo pré-requisito é ter completado o Ensino Fundamental; e iii) Educação profissional tecnológica de graduação e pós graduação (*ibid*).

Desde o início dos anos 2000, vem crescendo consideravelmente o número de cursos, instituições e matrículas nesse nível específico de ensino. Apenas para se ter uma ideia, até 2002 eram 140 o total de escolas técnicas públicas no país, número que salta para 356 em 2010 e para 644 em 2016 – mas, tal como no geral, o setor privado é responsável por 85,0% do total

[86] Decreto nº. 2.208/97, reformado posteriormente Decreto nº. 5.154 de 2004, quando entrou em vigor.

das matrículas. O resultado desse crescimento é que, em 2015, 20,0% do total dos cursos superiores no Brasil eram cursos tecnológicos, sendo o percentual de concluintes exatamente o mesmo (20,0%). Isto quer dizer que 1 em cada 5 egressos de ensino superior atualmente é tecnólogo.

Essa nova tendência tem exercido um importante efeito de pressão sobre o sistema de profissões. Afinal, e a rigor, os graduados dos cursos tecnológicos não são candidatos legítimos a exercerem as ocupações que conformam o sistema de profissões tal como este se estruturou anteriormente. Se a formação tecnológica de grau superior é vista por alguns estudiosos como mais condizente com as necessidades do mercado devido à sua dinamicidade (Barbosa, 2009), esses cursos não carregam consigo o efeito simbólico e os privilégios de fechamento de que goza a maioria das profissões tradicionais. Talvez isso explique, em parte, porque os institutos tecnológicos de excelência no Brasil (como os CEFETs) passam a assimilar valores acadêmicos tradicionais e se distanciam da vocação profissionalizante (Schwartzman, 2005), no que Neave (1979) chamou de *academic drift*. Voltarei a esse ponto no capítulo seguinte, quando mostrarei que a capacidade de fechamento do sistema tem se reduzido parcialmente em virtude dessa diversificação dos diplomas por grau acadêmico sem a correspondente regulamentação, que garanta o monopólio do exercício ocupacional para os "novos cursos de ensino superior".

Outros dois processos complementares são o que Sampaio (1998; 2011) chamou de "fragmentação de carreiras" ao longo da década de 1990 e de "novíssimas carreiras" na década de 2000. Para esta autora, a fragmentação das carreiras consiste na transformação de uma habilitação e/ou disciplina em carreira independente, de modo a atrair a clientela em mercados mais competitivos[87]. Inicialmente, foi uma estratégia bem sucedida encontrada pelo setor privado para lidar com a estagnação da demanda por ensino superior entre fins da década de 1980 e início da década de 1990.

> Da perspectiva do estabelecimento particular, essas carreiras cumprem uma função compensatória: não requerem um alto investimento, como laboratórios, professores em tempo integral, podendo, assim, ser oferecidas contra anuidades de menor valor e por isso mais competitivas. São, portanto, menos seletivos do ponto de vista socioeconômico. Ao contrário das carreiras voltadas para a formação de profissões tradicionais e liberais, as carreiras derivadas não desfrutam da tradição de prestígio social, porém têm forte apelo de mercado. (Sampaio, 1998, p. 27).

[87] A autora argumenta que "Da perspectiva do estabelecimento particular, essas carreiras cumprem uma função compensatória: não requerem um alto investimento, como laboratórios, professores em tempo integral, podendo, assim, ser oferecidas contra anuidades de menor valor e por isso mais competitivas. São, portanto, menos seletivos do ponto de vista socioeconômico. Ao contrário das carreiras voltadas para a formação de profissões tradicionais e liberais, as carreiras derivadas não desfrutam da tradição de prestígio social, porém têm forte apelo de mercado". (Sampaio, 1998, p. 27).

Majoritariamente derivadas dos cursos de ciências sociais aplicadas (gerenciais e comunicação) e da saúde (paramédicos), esses cursos se mostravam um atrativo principalmente para os mais jovens, "pois parecem acenar para ocupações de futuro no mercado de trabalho do século XXI" (*ibid*).

A autora sugere que, a partir dos anos 2000, a diversificação das carreiras tem operado mais pela lógica das "novíssimas carreiras" do que pela fragmentação, que caracterizou a década anterior. Tratam-se, agora, de carreiras que nunca estiveram associadas à formação superior, na maior parte das vezes carreiras de ofício, caracterizadas pelo "saber fazer". São cursos como "gastronomia", "sommelier", "profissionais da moda", "designers", dentre outros.

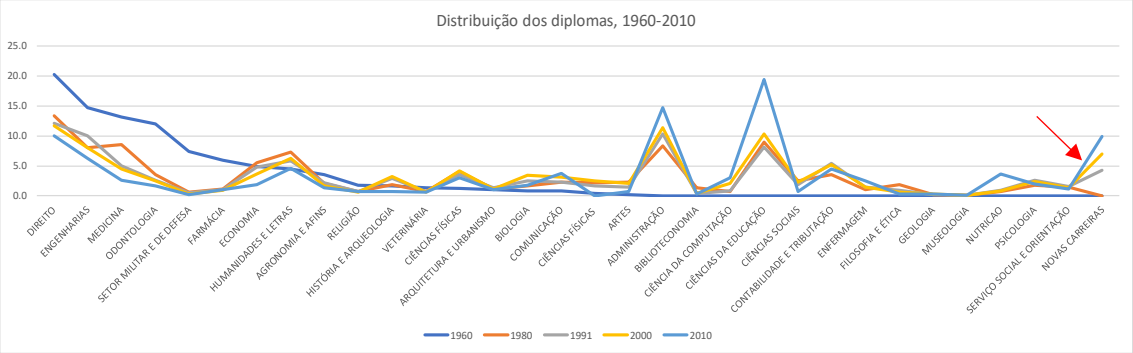
> Cursos e carreiras menos tradicionais, oferecidos de forma ainda tímida e experimental por algumas instituições nos anos 1990, hoje estão bastante disseminados. Diferentemente do fenômeno da fragmentação, em que os novos cursos derivam, em geral, de carreiras consolidadas e de prestígio ligadas às áreas tecnológicas, científicas ou de humanidades (Sampaio, H., 1998), as novíssimas carreiras oferecidas pelo setor privado neste início de século advêm da valorização de um saber fazer. Ligam-se a profissões de ofício para as quais tradicionalmente dispensou-se a formação superior. [...] Esses cursos, em geral, quando adquirem status de formação superior, passam por uma glamourização, ganhando nomes estrangeiros e associando-se ao consumo do luxo para construir seus campos de aplicação (Sampaio, 2011, p. 38)

Tanto em um caso como em outro, contudo, vale notar que o movimento em larga escala só é possível no setor privado dada a ausência das tensões e conflitos que marcam a comunidade e a organização acadêmica e universitária vinculadas à pesquisa (Prates, 2005). Não por acaso, a expansão das vagas no ensino público tem se dado majoritariamente através da expansão das carreiras já consolidadas, vinculadas às estruturas departamentais e de pesquisa pré-existentes. Embora, em termos quantitativos, a expansão do setor privado também decorra em grande medida dessas carreiras – especialmente daquelas com maior apelo de mercado e custos reduzidos, como Administração, Direito e Pedagogia – é nesse setor que encontramos, de forma mais presente, a fragmentação e as novíssimas carreiras.

O Gráfico 4.11 abaixo retoma a distribuição dos diplomas tal como havíamos apresentado no Capítulo 3 mas, além de incluir todo o período (1960-2010), incluímos também as "carreiras novas", ou seja, aquelas que não se vinculam diretamente às profissões consolidadas ao longo do período de expansão do sistema. Tal como pode ser percebido, o "grosso" da distribuição entre as carreiras já consolidadas não se altera significativamente ao

longo do período, salvo apenas o crescimento dos diplomados em administração e educação[88]. Entretanto, é notável como o percentual das "novas carreiras" (última categoria à direita do gráfico, seta vermelha) que era de 4,3% em 1991 – já indicando o início do fenômeno da fragmentação identificado por Sampaio – salta para 10,0% em 2010. Isto quer dizer que, de todos os graduados no ensino superior em 2010, 10% não haviam cursado uma graduação que lhes habilitava a exercer uma profissão liberal tradicional e potencialmente regulamentada. Como era de se esperar, esse percentual é ainda maior entre os mais jovens, sendo de 13,5% entre aqueles com até 35 anos.

GRÁFICO 4-11 - DISTRIBUIÇÃO DOS DIPLOMAS DE ENSINO SUPERIOR, 1960-2010



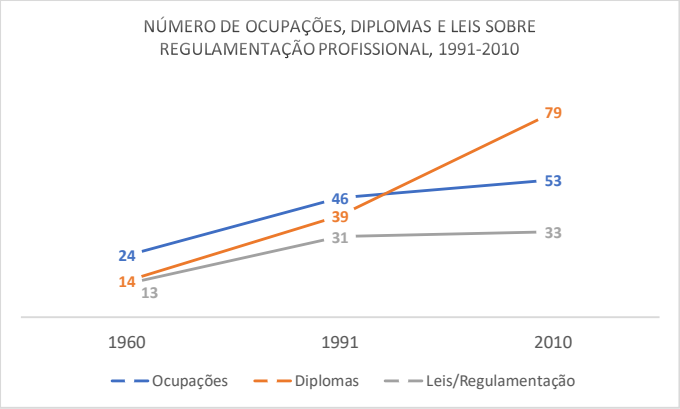
Fonte: IBGE, Censos Demográficos. Elaboração própria.

O Gráfico 4.12 abaixo retoma o argumento para mostrar como a relação entre a diversificação de diplomas, diferenciação ocupacional e regulamentação apresenta um padrão distinto antes e depois de 1990. Como destacado no capítulo anterior, o período de expansão é marcado pelo início do descolamento entre a existência do diploma e a regulamentação, embora a associação ainda seja bastante elevada.

Em 1960, o resquício do período formativo é claro: haviam 14 diplomas para 13 leis de regulamentação. Ao final do período de expansão, já eram 39 diplomas para 31 leis de regulamentação. Ou seja, apesar de algum grau de descolamento, a diferenciação ocupacional e de carreiras seguiu uma tendência razoavelmente semelhante, evidenciando que as novas carreiras foram eficazes em garantir o fechamento através da regulamentação. Já no período recente, vê-se que o número de diplomas simplesmente "explode" para mais do que o dobro do que existia em 1991 (79 contra 39), ao passo que a diferenciação ocupacional das profissões e a regulamentação crescem em grau muito mais reduzido, especialmente a última.

[88] Muito do crescimento dos diplomas de educação deve-se à lei que obrigou que os Professores de ensino básico deveriam ter curso superior. Nos anos 2000, esse processo foi viabilizado em larga medida pela modalidade de Educação à Distância (Pfeifer, 2013).

GRÁFICO 4-12 - NÚMERO DE CATEGORIAS OCUPACIONAIS PROFISSIONAIS, DIPLOMAS E LEIS SOBRE REGULAMENTAÇÃO, 1960-2010



Fonte: IBGE, Censos Demográficos. Banco de dados sobre regulamentação profissional. Elaboração própria.

O quadro abaixo ajuda a qualificar a tendência e corrobora o argumento de Sampaio (2011) abordado acima. É possível perceber que o aumento no número de diplomas entre 1991 e 2010 acontece tanto em virtude de uma diferenciação interna de áreas, mas também como um resultado de novos cursos que não se encaixam, a rigor, em nenhuma das áreas tradicionais.

O primeiro caso pode ser tomado, claramente, como uma *proxy* da fragmentação de carreiras. As áreas de ciências biológicas e de administração são certamente os melhores exemplos. A primeira ganhou nada menos do que 9 novas carreiras, enquanto que a segunda ganhou outras 6[89]. Já as "novíssimas carreiras" dos anos 2000 ficam patentes nos 10 diplomas que não podem ser classificados em nenhuma das áreas tradicionais. São cursos majoritariamente classificados em uma grande área de "serviços" e muito provavelmente na modalidade tecnológicos com grau superior[90]. A área de saúde também poderia ser tomada como exemplo dadas as novas carreiras como "Terapia Ayuverda", "Musicoterapia", "Podologia", entre outras; entretanto, esses diplomas parecem ter sido classificados no Censo como "Saúde – Cursos gerais", por isso o crescimento é menos pronunciado no quadro acima.

[89] Novas Carreiras da área de Ciências Biológicas, Veterinárias e Agronomia: "Produção Agrícola e pecuária", "Horticultura", "Engenharia Florestal-Silvicultura", "Recursos Pesqueiros", "Ciências Ambientais", "Ciências da Vida (cursos gerais)", "Tecnologia de Proteção Ambiental", "Ambientes Naturais e Vida Selvagem", "Serviços Comunitários e de Saneamento". Novas Carreiras da Administração: "Vendas em atacado e varejo", "Marketing e Publicidade", "Finanças, Bancos, Seguros", "Secretariado", "Vida Profissional". Vale destacar que esses são nomes razoavelmente genéricos dados pelo Censo. É bem provável que a diversidade fosse ainda maior se estivéssemos utilizando as bases de dados do INEP que contém os nomes exatos dos cursos. Entretanto, não poderíamos comparar com os anos anteriores aos Censos do INEP, que se iniciam somente em 1995.

[90] Esses novos cursos são: "Serviços a particulares (cursos gerais)", "Hotelaria, Restaurante e Serviços de Alimentação", "Viagens, Turismo e Lazer", "Esportes", "Ciências Domésticas", "Serviços de Beleza", "Serviços de Transportes (Cursos gerais)", "Serviços de segurança (cursos gerais)", "Proteção de pessoas e propriedades", "Saúde e segurança do trabalho".

TABELA 4-1 - OCUPAÇÕES, DIPLOMA E REGULAMENTAÇÃO, 1960-2010

Áreas de atuação profissional, Ensino superior e regulamentação	1960			1991			2010		
	Ocup	Diploma	Reg	Ocup	Diploma	Reg	Ocup	Diploma	Reg
Engenheiros, Arquitetos e especialistas	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Químicos, Farmacêuticos, físicos e outros especialistas	2	2	2	4	4	3	5	6	5
Agrônomos, biologistas, veterinários e assemelhados	3	3	2	3	4	3	3	13	4
Médicos e dentistas	2	2	2	4	7	7	7	6	6
Matemáticos, estatísticos e analistas de sistema	1	1	0	3	4	3	7	5	3
Economistas, contadores e técnicos em administração	1	1	1	3	3	3	7	9	3
Cientistas sociais	2	1	1	7	9	6	6	12	9
Professores*	4	0	0	4	2	0	9	6	0
Magistratura, Advocacia, Ministério Público e atividades auxiliares	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Religiosos	1	1	0	1	1	0	1	1	0
Escritores e jornalistas	1	0	1	1	1	2	1	1	0
Artes	4	0	1	13	1	1	6	6	0
Outros	-	-	-	-	-	-	-	10	-
Total	24	14	13	46	39	31	53	78	33

Fonte: IBGE, Censos Demográficos. Banco de dados sobre regulamentação profissional. Elaboração própria.

A importância do sistema de ensino superior para a configuração do sistema de profissões reside principalmente na forma como se dá a "produção dos produtores". Ao longo do período de expansão, essa produção diferenciou-se em sintonia com a diferenciação da atividade econômica; mais do que isso, as novas carreiras – ou mesmo aquelas poucas já existentes, mas ainda não regulamentadas – conseguiram a "proeza" de garantir a exclusividade da prestação de serviços através da regulamentação e da extensão do fechamento. Como argumentado no capítulo anterior, é tentador sugerir que a lógica de representação de interesses junto ao Estado tenha sido fundamental para que isso ocorresse – quando as Associações Profissionais e o empresariado educacional se faziam representar por canais externos à lógica democrática de vocalização das preferências.

No período recente, a diversificação de carreiras não esteve acompanhada da diversificação da atividade produtiva, nem tampouco de um aumento da regulamentação. A "funcionalidade das novas carreiras para a modernização do país" já não é tão clara – ou pelo menos não se consegue convencer atores-chave que assim seja. Os domínios de saber e os nichos de mercado já se encontram mais consolidados. E a representação de interesses, agora, precisa ser feita sob um regime democrático representativo que opera sob a lógica do presidencialismo de coalização. Isto quer dizer que está em curso uma mudança do tão demonizado "modelo corporativo" das profissões e, ao mesmo tempo, cria-se uma nova estratificação no ensino superior.

Essa conjunção pressiona a estabilidade do sistema desde então, afetando a sua capacidade de fechamento. A pressão é externa, pela extensão dos privilégios às novas carreiras; e interna, porque a não regulamentação cria incentivos para que o fechamento seja burlado. Disso trato no capítulo seguinte (Capítulo 5). No Capítulo 6 mostro como tais transformações afetam também os mecanismos pelos quais os profissionais se reproduzem intergeracionalmente no topo do sistema de estratificação, bem como tem se reconfigurado as possibilidades de mobilidade social ascendente.

Capítulo 5 - A política das profissões: regulamentação, credencialismo e fechamento

"Para lá vão os jornalistas,
Os escritores, os artistas;
Ali vão também os bancários,
As altas patentes dos comerciários,
Os lojistas, os boticários,
Os localizadores aeroviários
E os de profissões liberais,
Que não se liberaram jamais"
(Coveiro de "Morte e Vida Severina", sobre
a estratificação social do cemitério; João
Cabral de Melo Neto).

5.1 Introdução

Neste capítulo apresento a dinâmica da busca e efetividade do fechamento através da regulamentação ocupacional. Trata-se de observar em que medida as profissões, ao pleitearem o monopólio de mercado garantido por lei, são eficazes nessa tentativa; e, depois, em que medida conseguem evitar que pessoas não habilitadas legalmente exerçam a profissão. O principal objetivo em tratar do processo de regulamentação de forma detalhada em um único capítulo deve-se a dois fatores que perpassam o argumento aqui construído: i) diferentes momentos da história política se combinam com diferentes aberturas às demandas por regulamentação; ii) a regulamentação ocupacional pode ser dividida em dois tipos principais: credencialista e não credencialista. Desta forma, a visão de longo prazo também permite observar que tipo de regulamentação foi mais bem-sucedida em cada período histórico. Ao final, abordo a efetividade do fechamento exercido pelas profissões regulamentadas.

Em termos gerais, mostro que o período de expansão do sistema de profissões foi especialmente marcado por uma tendência de redução de desigualdade interna entre os profissionais de níveis alto e baixo, processo este decorrente do aumento da capacidade de fechamento – traduzidas tanto na regulamentação, quanto na efetividade da restrição ao exercício profissional – das profissões de nível baixo. Já o período recente se caracteriza pela redução da efetividade de fechamento das profissões, ao mesmo tempo em que uma menor abertura do sistema político às demandas por novas regulamentações, o que vem causando um aumento da pressão estrutural sobre o sistema.

O contexto, desde o final da fase de estabilização do sistema de profissões já não era mais o de uma sociedade quase estamental em que a estrutura ocupacional era antes consequência do que causa do sistema de estratificação, e que pouco de moderno era produzido ou vendido. Naqueles tempos, tratava-se principalmente de controlar a produção de produtores

que pouco produziam. Agora era preciso controlar a produção dos novos produtores e, junto disso, garantir o quinhão que lhes cabia no mercado de serviços profissionais.

Vimos no capítulo 2 que, a partir de 1930, generalizou-se a norma jurídica que vinculou de vez o exercício das profissões liberais ao diploma de Ensino Superior e que a regulamentação das profissões até o ano de 1945 pode ser vista como resultante da estrutura corporativa e da aliança que se formou entre os grupos profissionais e o Estado. A partir dali, e reestabelecida a condição democrática, o processo de regulamentação deveria passar pelos trâmites ordinários nas casas legislativas: a proposição de um projeto de lei, sua discussão nas comissões, a aprovação e, por fim, o sancionamento do/a presidente/a. Mesmo no período autoritário do regime militar essa sistemática se manteve, mas o grau de abertura do sistema político ao poder econômico se mostrou suficientemente alto para incorporar a extensão dos privilégios às novas carreiras.

É de se esperar, portanto, que na medida em que o diploma de ensino superior se torna um requisito potencial de fechamento e valorização ocupacional, as demais ocupações buscarão estabelecer vínculo semelhante, no que Collins (1990) chamou de emulação de *status* – a cópia do modelo organizacional das profissões clássicas que conseguem efetuar o fechamento. Este modelo envolve a adoção dos códigos de ética, a criação de associações profissionais, a busca por justificativas de uma base cognitiva racionalizada e "oculta" e, no caso brasileiro de forma inevitável, atrelar o diploma de ensino superior a uma lei específica que regulamente e restrinja o exercício.

É disso que trata este capítulo que se encontra dividido em quatro seções. A primeira apresenta duas breves notas, uma metodológica e outra conceitual, que facilitam o entendimento do processo de regulamentação ocupacional no Brasil e os dados utilizados para mensurá-lo. A segunda, apresenta as tendências de busca e efetividade da regulamentação não credencialista, levantando algumas hipóteses interpretativas. A terceira e a quarta se encarregam, respectivamente, da análise da busca e efetividade da regulamentação profissional de ensino superior, bem como da capacidade de fechamento das profissões ao longo dos períodos e seus efeitos mais gerais para o sistema de profissões.

5.2 Preliminar metodológica e conceitual: reconhecimento, regulamentação e fechamento

Reconhecimento ocupacional e *regulamentação ocupacional* são coisas distintas. O primeiro, como o próprio nome já diz, se refere ao fato de que o Estado *reconhece* a atividade legalmente e, a partir daí, a ocupação *pode vir* a gozar dos direitos garantidos na legislação

(especialmente na CLT), como formalização, sindicalização, e assim por diante. Esta é a estrutura institucional que levou Wanderley Guilherme dos Santos a cunhar o termo "cidadania regulada", mas a instituição perdeu estatuto jurídico definitivamente após a Constituição de 1988 e, justamente por isso, hoje faz muito mais sentido falar em "cidadania estratificada".

Atualmente, o *reconhecimento* da ocupação ocorre por meio da *Classificação Brasileira de Ocupações* (CBO). Entretanto, o reconhecimento de direitos, sejam individuais ou coletivos, não depende do prévio reconhecimento da ocupação[91], uma vez que a Constituição de 1988 consagrou, no campo do direito trabalhista, o chamado *princípio da primazia da realidade sobre a forma*[92]. Entretanto, o reconhecimento viabiliza a institucionalização da ocupação, tanto quanto as ações que por ventura venham beneficiar toda a categoria. É o que ocorreu, por exemplo, em julho de 2017 quando foi reconhecida a profissão de "baiana do acarajé", que permite a essas trabalhadoras realizar cadastros profissionais que, ao fim e ao cabo, diminuem os custos da busca e ampliação dos direitos[93].

A regulamentação, por outro lado, supõe a existência de uma legislação específica à ocupação, que trata de aspectos próprios ao seu exercício. Esses aspectos podem ser tanto o estabelecimento de condições mínimas para o exercício – como é o caso das profissões de ensino superior que exigem a posse do diploma – mas podem ser também a regulamentação de condições de trabalho, como piso salarial, hierarquia funcional dentro de uma mesma ocupação, jornada, etc. A regulamentação das condições, por sua vez, pode ser tanto uma regulamentação *adicional* – como por exemplo quando assegura um mínimo de 11 horas de descanso aos caminhoneiros[94] – como também uma regulamentação *básica*, quando assegura e regulamenta o exercício de direitos já previstos na CLT. Este último é o caso da Lei do Empregado Doméstico de 1972[95] e cuja nova regulamentação tanta polêmica gerou com a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº. 72 (chamada de "PEC das domésticas") em 2013.

---

[91] A CBO-2002 foi instituída pela Portaria nº 397, de 09 de outubro de 2002. O Artigo 4º aponta que: "Os efeitos de uniformização pretendida pela Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) são de ordem administrativa e não se estendem a relações de emprego, não havendo obrigações decorrentes da mudança da nomenclatura do cargo exercido pelo emprego".

[92] O princípio da primazia da realidade destaca justamente que o que vale é o que acontece realmente e não o que está escrito. Neste princípio a verdade dos fatos impera sobre qualquer contrato formal, ou seja, caso haja conflito entre o que está escrito e o que ocorre de fato, prevalece o que ocorre de fato. Por exemplo, se alguém exerce a ocupação de "malabarista de sinal" empregado informalmente, o fato de que a ocupação "malabarista de sinal" não seja reconhecida pelo Estado não impede que o trabalhador pleiteie os direitos previstos na CLT, desde que "provado" através de testemunhas, documentos, etc.

[93] Para mais detalhes, ver: "Profissão de baiana do acarajé é reconhecida oficialmente". Portal do Governo Federal. http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2017/07/profissao-de-baiana-do-acaraje-e-reconhecida-oficialmente

[94] Parágrafo terceiro do Artigo 235-C da LEI Nº 13.103, DE 2 DE MARÇO DE 2015, que "Dispõe sobre o exercício da profissão de motorista".

[95] Lei nº 5.859, de 11 de Dezembro de 1972.

Desta forma, a *regulamentação pode significar tanto o estabelecimento de privilégios – quando fecha o mercado, por exemplo – quanto a garantia básica de direitos ou a regulamentação das condições de trabalho que aumentem a cesta de benefícios da CLT*. Normalmente a primeira vem acompanhada da segunda ou da terceira, mas a recíproca não é verdadeira. Várias ocupações vislumbram tão somente melhorar as condições de trabalho e entender os direitos previstos na CLT, sem qualquer prerrogativa de fechamento de mercado.

A análise que aqui se fará do processo de regulamentação e do fechamento efetivo deu-se através da combinação de duas estratégias distintas. Para o primeiro, analisei os projetos de lei voltados com objetivos de regulamentação ocupacional/profissional apresentados no Congresso Nacional entre 1946 e 2017 e as leis propriamente existentes desde a década de 1930 até 2017. Encontrei ao todo 247 projetos cuja finalidade explícita era o de "regulamentar a profissão de...". Desconsiderei projetos relativos à regulação de mercado e assemelhados, que por ventura tivessem efeito sobre a prestação de serviços[96]. Quanto às leis, encontrei um total de 101 ocupações regulamentadas.

Um detalhe importante é que, para as profissões de Ensino Superior, considerei a primeira lei/decreto que atrelasse o exercício da profissão ao diploma e desconsiderei eventuais alterações posteriores, como é o caso da maioria das profissões que foram regulamentadas entre 1930 e 1960. Para todas elas, quase sempre a legislação foi substituída posteriormente, mas como o meu objetivo é mostrar o momento em que se deu o fechamento legal, não tratei das mudanças específicas à legislação de cada profissão. Vale ressaltar, ainda, que dentre todas as profissões regulamentadas, somente a de jornalista teve o privilégio revertido posteriormente[97].

[96] Este é o caso, por exemplo, da LEI Nº 6.496 - DE 7 DE DEZEMBRO DE 1977, que "Institui a "Anotação de Responsabilidade Técnica" na prestação de serviços de Engenharia, de Arquitetura e Agronomia; autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA, de uma Mútua de Assistência Profissional, e dá outras providências". Pelo teor, pode-se ver que ela atua para fechar o mercado a Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos (agradeço a Leonardo Lins pela indicação). É certo que incorporar esta dimensão enriqueceria a presente análise, mas por questões de facticidade, não foi possível. Esse tipo de dispositivo legal pode se encontrar em qualquer tipo de lei, em parágrafos isolados, de modo que eu teria de analisar *todos* os projetos de lei apresentados ao congresso nacional ao longo do período. Apesar de haver formas computacionais que permitem, de certa forma, agilizar esse tipo de busca e análise, não considero que os ganhos analíticos dessa empreitada fossem maiores que os custos – operacionais e de tempo – que implicariam. Além do mais, o objetivo aqui, como tenho deixado bem claro, é delimitar e apresentar o sistema de profissões e suas mudanças enquanto constitutivos do sistema de estratificação, e não as estratégias específicas a cada profissão para fechar mercado ao longo do tempo.

[97] A profissão de jornalista foi inicialmente regulamentada em 1938, mas sem exigência de diploma de Ensino Superior. A lei que estabeleceria esse vínculo seria o Decreto-Lei nº 972 de 1969. Mas em 17 de junho de 2009 o STF decidiu, por 8 votos a 1, que a exigência de diploma para o exercício do jornalismo era inconstitucional.

Devido a essa diferença, os projetos e as leis foram classificados segundo o tipo de credencial exigida – Superior, Técnica (não superior)[98] ou básica/nenhuma – e a área de conhecimento, quando da exigência de alguma credencial.

A regulamentação por si só, entretanto, não é garantia de efetividade do fechamento. Dito de outra maneira, a lei é condição fundamental, mas não suficiente, para o fechamento com base legal na exigência da credencial de Ensino Superior. A efetividade dependerá, sobretudo, da capacidade da profissão em restringir que pessoas sem a posse do diploma exerçam aquela profissão. No Brasil, quando uma profissão é regulamentada tendo como requerimento a posse do diploma de ensino superior, a responsabilidade de fiscalização cabe aos conselhos profissionais[99]. Desta forma, considero *fechamento formal* a existência da lei que vincula diploma e exercício ocupacional, e *fechamento efetivo* a capacidade da profissão em evitar que pessoas não habilitadas exerçam a atividade.

O poder de *fechamento efetivo* de uma profissão depende das capacidades organizacionais dos conselhos em fiscalizar e proibir o exercício da profissão por indivíduos sem o diploma que lhe é correspondente. Nada garante, *a priori*, que uma vez aprovada a lei, o exercício da profissão será realizado somente por aqueles legalmente habilitados. O percentual de pessoas que não têm o diploma correspondente e que exerce aquela profissão pode ser visto, assim, como uma *proxy* da ineficiência dos Conselhos em restringir o exercício – uma *proxy* de ineficiência de fechamento. Ou, o que dá no mesmo, o percentual de profissionais com o "adequado diploma correspondente" pode ser visto como uma *proxy* de efetividade do fechamento.

Assim, se o percentual de pessoas exercendo a profissão com o diploma "adequado" chegar a 100,0%, a efetividade do fechamento é total. Este percentual é o que podemos chamar, na falta de nome melhor, de uma "taxa absoluta de fechamento" (TAF).

Mas é também interessante comparar o quanto muda a capacidade das profissões em garantir o fechamento em relação às demais profissões. Para isso, observo a razão entre a TAF da profissão e a média geral em cada ponto no tempo (TAF média do sistema), sendo possível observar a diferença da evolução *entre* as profissões ao longo do tempo. Novamente, por falta de criatividade, chamarei esta de "Taxa de Fechamento em relação ao Sistema" (TFS).

---

[98] Sempre que me referir à formação "técnica", neste capítulo, estarei falando de educação técnica / profissionalizante de nível *não superior*.

[99] É interessante notar que não há uma lei específica sobre isso. Após a Reforma Administrativa de 1967 que estabeleceu a forma jurídica das autarquias, os Conselhos Profissionais foram sendo, sucessivamente, considerados autarquias a partir de jurisprudências específicas. Uma generalização legal foi tentada com a Lei 9649/98 mas, como mostrado no Capítulo anterior, os parágrafos que tratavam dos Conselhos Profissionais foram considerados inconstitucionais.

Um exemplo hipotético pode ser ilustrativo. Suponha-se que a TAF dos médicos seja de 0,9 e 0,8 para T1 e T2, respectivamente; e que a TAF média do sistema nesses mesmos anos seja 0,6 e 0,7. Logo, a TFS dos médicos será de 1,5 em T1 (0,9/0,6) e de 1,1 em T2 (0,8/0,7). Ou seja, os médicos *perderam capacidade de fechamento*, mas em ambos os períodos eles ainda se encontram acima da capacidade média de fechamento do sistema – ou seja, são mais eficientes para garantir o fechamento do que a média das profissões nos dois pontos do tempo, embora tenham diminuído sua efetividade no período.

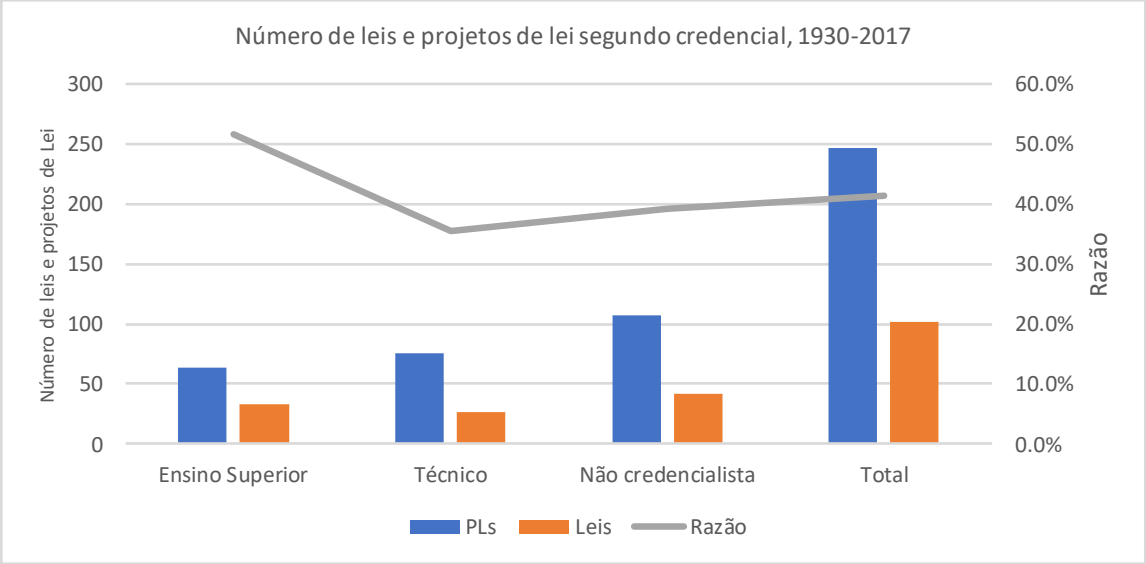
Os dados utilizados provêm dos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010, única base que nos permite compatibilizar diplomas e ocupações ao longo desse intervalo temporal. As categorias profissionais utilizadas são as mesmas dos capítulos anteriores, mas optei por excluir os Professores Universitários porque qualquer diploma deveria ser utilizado como indicador do fechamento e não haveria como contornar esse problema.

5.3 A regulamentação não credencialista

Nesta seção apresento os resultados da análise da regulamentação de tipo não credencialista. Como colocado acima, foram analisados um total de 247 projetos de lei entre 1946 e 2017 e 101 leis entre 1930 e 2017.

O primeiro resultado que chama atenção, logo de início, é o fato de que, de todos os 247 projetos apresentados ao longo do tempo, quase a metade (107, ou 43,3%) não se referia a qualquer forma de credencialismo educacional. 76 (30,8%) eram projetos que exigiam alguma formação técnica não superior ou profissionalizante e 64 (25,9%) pretendiam restringir o exercício da ocupação a diplomados de ensino superior. Com relação às leis propriamente ditas, o cenário não muda muito. De um total de 102, 42 (41,2%) são de caráter não credencial, 27 (26,5%) são para ocupações técnicas e 33 (32,4%) são para profissões de ensino superior. A "taxa de sucesso", contudo, é maior para estas últimas, como seria de se esperar, em torno de 50,0%, enquanto que é de 35,0% e 39,0% para as ocupações técnicas e não credencialistas, respectivamente.

GRÁFICO 5-1 - NÚMERO DE LEIS E PROJETOS DE LEI SEGUNDO CREDENCIAL EXIGIDA E RAZÃO DE SUCESSO, 1930-2017



Fonte: Banco de dados sobre regulamentação profissional. Elaboração própria.

De início, portanto, o dado sugere que a *intensão da regulamentação ocupacional não se restringe ao credencialismo educacional e, menos ainda, ao credencialismo de ensino superior*. E, mesmo observando-se que a taxa de sucesso é maior para estas últimas, a diferença não é tão elevada como se poderia imaginar, especialmente quando comparadas com as profissões não credencialistas (50,0% contra 40,0%). O que nos leva a concluir que *a regulamentação ocupacional no Brasil, historicamente, está longe de ser um fenômeno restrito às profissões de Ensino Superior*.

Por outro lado, não se pode dizer que o *objetivo* da regulamentação seja o mesmo em todos os casos, como já destaquei. Para as ocupações não credencialistas, em nenhum momento observamos a *intenção de fechamento de mercado que vinculasse o exercício à credencial*. Mas há uma outra característica que todas elas guardam em comum. Nenhuma pertence ao grupo das "Indústrias" no Quadro de Atividades e Profissões da CLT; a grande maioria se encontra nos setores do comércio e da prestação de serviços, sendo algumas delas definidas como autônomas. Tratam-se, portanto, de setores de atividade econômica onde os sindicatos são menos estruturados e a negociação trabalhista menos sujeita, na prática, às formas institucionalizadas pela CLT[100]. Em suma, são ocupações cujo poder de barganha coletivo é

[100] Há notáveis exceções, evidentemente, de sindicatos fortes em setores fora da Indústria, como é o caso dos Transportes e dos Bancários, para citar apenas dois.

reduzido, pelas diversas razões que a literatura já apontou – empresas de menor porte, elevado grau de informalidade, alta rotatividade, sindicatos menos institucionalizados.

Dessa forma, a regulamentação surge como uma alternativa à lógica do conflito e da negociação que é normatizada pela CLT. Veja-se que a cesta de benefícios e os demais direitos previstos na CLT só podem ser ampliados para *toda uma categoria ocupacional* através de duas possibilidades: convenções coletivas ou regulamentação por lei específica. Mesmo os acordos coletivos, o principal instrumento de negociação coletiva no país, embora sejam realizados ao nível da empresa e abrangendo todas as categorias ali incluídas, acabam por cobrir em maior proporção também os trabalhadores dos setores mais organizados. Ou seja, para as categorias em que a atuação do sindicato é suficiente para ampliar a cesta de benefícios e direitos da CLT, a regulamentação ocupacional não se apresenta como o curso de ação mais interessante. Isto vale tanto para a categoria, enquanto eventual soma de interesses individuais, mas vale também para o sindicato, enquanto organização com objetivos e interesses organizacionais próprios e independentes de quem representa.

De outro lado, a regulamentação interessa justamente às ocupações pouco organizadas coletivamente. Isso porque ela garante, através de lei específica, um conjunto de direitos e prerrogativas que são mais difíceis de serem atingidos por meio da negociação coletiva. Além disso, é uma legislação que não precisava ser atualizada periodicamente[101] e independe, *a priori*, da longevidade e do grau de coesão sindical.

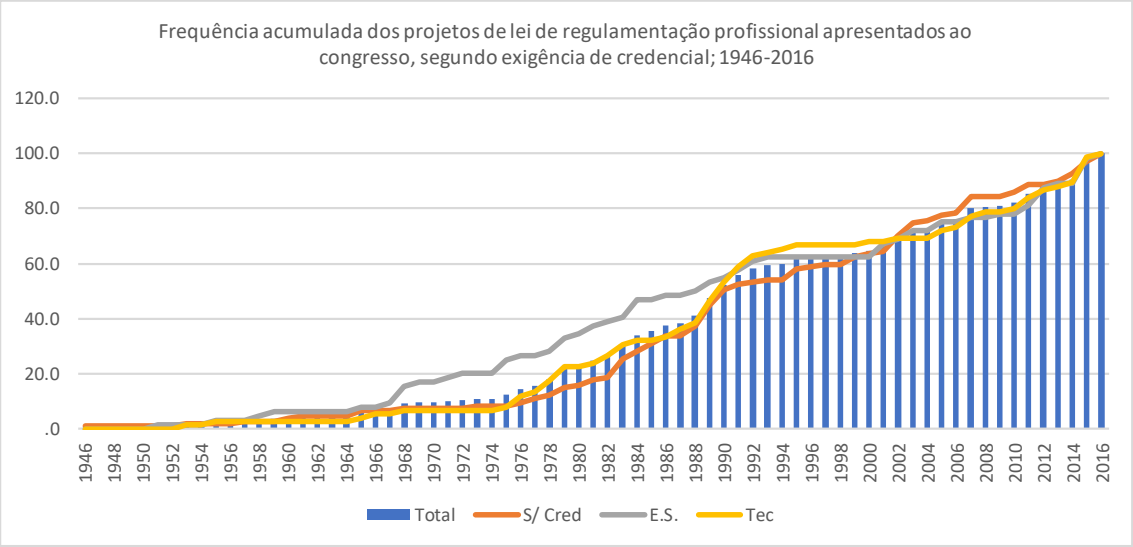
Tal determinante institucional torna a dinâmica da regulamentação ocupacional no Brasil substancialmente distinta do modelo norte americano, por exemplo. Nos Estados Unidos, o licenciamento ocupacional foi interpretado por cientistas sociais e economistas como uma tentativa de *fechamento mercado*, justamente porque a interferência do Estado nas relações entre capital e trabalho é menos pronunciada (Weeden, 2002; Bol e Weeden, 2012). Não é de surpreender, portanto, que a regulamentação ocupacional nos Estados Unidos signifique, na grande maioria dos caso, *licenciamento ocupacional* e, além disso, se confunda com a fragilização dos sindicatos e o processo de flexibilização do trabalho, que ali se estabeleceu a partir da década de 1980 (Redbird, 2017) – a proporção de ocupações licenciadas salta de 17,0% para 26,0% entre 1983 e 2012. Mas, ao mesmo tempo, também não surpreende que seja justamente no setor mais estruturado (*Production and Transportation*, segundo a classificação

[101] Esta regra mudou com a PEC 6787/2016, a chamada PEC da Reforma Trabalhista. A partir de agora, os acordos/convenções precisam ser atualizados periodicamente. Isto quer dizer que, no dia seguinte à data final do acordo/convenção, a cobertura deixa de valer judicialmente se não for renovada. Anteriormente, a cobertura ficava valendo até o estabelecimento de um novo acordo/convenção.

ocupacional norteamericana) que o licenciamento atinge o menor, e quase desprezível, percentual de ocupações (menos de 1,0%).

No Brasil, por seu turno, a regulamentação das ocupações inferiores tem sido principalmente uma busca de ampliação de direitos, e não de fechamento de mercado ou de licenciamento. Tenta-se, por meio de regulamentação específica, conseguir algo semelhante ao que as categorias mais fortes do ponto de vista sindical obtêm por meio de negociação coletiva. O Gráfico 5.2 abaixo mostra que, *de um modo geral*, o processo da busca pela regulamentação pode ser dividido, segundo sua intensidade, em três períodos históricos. O primeiro, de 1946 a meados da década de 1970, pode ser chamado de "busca limitada". O segundo, que vai de meados dos anos 1970 a início dos anos 1990, de "busca acelerada". E o terceiro, de meados dos anos 1990 aos dias atuais, de "busca moderada". Mas essa intensidade e seu período correspondente variam sensivelmente segundo o tipo de regulamentação pretendido.

GRÁFICO 5-2 - FREQUÊNCIA ACUMULADA DOS PROJETOS DE LEI DE REGULAMENTAÇÃO PROFISSIONAL APRESENTADOS AO CONGRESSO, SEGUNDO EXIGÊNCIA DE CREDENCIAL, 1946-2017



Fonte: Banco de dados sobre regulamentação profissional. Elaboração própria.

A Tabela 5.1 abaixo permite olhar essas tendências em maior detalhe, pois também traz a informação referente às leis que foram aprovadas. Assim fazendo, nos dá uma ideia da "taxa de sucesso" da busca pela regulamentação ao longo dos períodos de formação, expansão e fragmentação do sistema de profissões e em cada um dos subperíodos da história política do Brasil.

TABELA 5-1 - LEIS E PROJETOS DE LEI SOBRE REGULAMENTAÇÃO OCUPACIONAL NO BRASIL, SEGUNDO CREDENCIAL E PERÍODO HISTÓRICO

Leis e Projetos de Lei			Leis				Projetos de Lei			
		Anos	Superior	Técnico	Não cred.	Total	Superior	Técnico	Não cred.	Total
Era Vargas	Governo Provisório	1930-1934	**9**	**2**	**2**	**13**	0	0	0	0
	Governo Constitucional	1934-1937	0	1	0	1	0	0	0	0
	Estado Novo	1937-1945	0	0	1	1	0	0	0	0
Democracia 1946-1964	Dutra	1946-1950	1	1	0	2	0	0	1	1
	Vargas	1951-1954	1	0	1	2	1	1	1	3
	Juscelino Kubistchek	1955-1960	1	0	3	4	3	1	2	6
	Jânio/Jango	1961-1964	**3**	**2**	**6**	**11**	**0**	0	1	1
Regime Militar	Regime Militar - Início	1964-1968	**6**	**2**	**3**	**11**	**2**	2	2	6
	Anos de Chumbo	1968-1974	3	1	3	7	7	1	2	10
	Regime Militar - Abertura e Declínio	1975-1984	**7**	**4**	**2**	**13**	**17**	**19**	**21**	**57**
Transição e "Nova República"	Sarney	1984-1989	0	5	0	5	4	11	18	33
	Collor/Itamar	1990-1994	0	0	1	1	6	14	10	30
	Fernando Henrique Cardoso	1995-2002	1	1	3	5	4	3	17	24
	Lula/Dilma	2003-2016	**1**	**7**	**15**	**23**	**20**	**24**	**32**	**76**
	Michel Temer	2016-2018	0	1	1	2	0	0	0	0
Total			33	27	41	101	64	76	107	247

Fonte: Banco de dados sobre regulamentação profissional. Elaboração própria.

O principal ponto a se destacar é que existem cinco "ondas" muito claras de aprovação de leis sobre regulamentação ocupacional: o governo provisório de Vargas (1931-1934); os governos Jânio/Jango (1961-1964); o período inicial da ditadura militar (1964-1968); o período final da ditadura militar (1975-1984); e os governos Lula/Dilma (2003-2016). Isso fica evidente não apenas nos números absolutos de leis aprovadas, mas também na média de leis aprovadas por ano em cada um desses períodos.

GRÁFICO 5-3 - MÉDIA ANUAL DO NÚMERO DE LEIS SOBRE REGULAMENTAÇÃO PROFISSIONAL APROVADAS EM CADA GOVERNO/PERÍODO, 1930-2017

Fonte: Banco de dados sobre regulamentação profissional. Elaboração própria.

Em maior detalhe, contudo, é possível perceber que o tipo de regulamentação é substancialmente distinto entre esses governos. Nos três períodos não democráticos (Vargas provisório, início e final da ditadura militar) a maioria esmagadora das ocupações

regulamentadas são ocupações de ensino superior (que trato na seção seguinte). Nos governos democráticos de Jânio/Jango e Lula/Dilma, por outro lado, a relação se inverte, de modo que a regulamentação é claramente voltada para as ocupações não credencialistas – nos governos Lula/Dilma essa relação é ainda mais pronunciada, com 2/3 das ocupações regulamentas sendo não credencialistas).

É importante notar dois pontos. O primeiro é que a busca pela regulamentação não credencialista cresce vertiginosamente a partir do final da ditadura, muito em função, acredito, da abertura política. Mas, como também pode-se perceber, essa busca "explode" ao longo dos governos Lula/Dilma. Isso aponta para a natureza da base de sustentação desses governos na esfera da sociedade civil. É bem provável que essas ocupações tenham se disposto a pleitear maior regulamentação ocupacional nesse período em virtude da trajetória histórica e da identificação do Partido dos Trabalhadores com a classe trabalhadora. O "cálculo" da busca pela regulamentação parece indicar que as chances de serem contemplados seria maior nesses governos do que nos anteriores.

Mas o aumento da busca pode significar, também, que o mercado de trabalho no setor de serviços estava se tornando mais competitivo em virtude do pujante crescimento desse setor no período 2004-2014. Não é possível saber exatamente o eventual "efeito" de uma e outra dimensão (política e econômica) mas considero que reconhecê-los seja pertinente. Quando analisamos a busca concomitantemente à quantidade de leis aprovadas, contudo, fortalece-se o argumento político. Vemos que a "taxa de sucesso" da regulamentação não credencialista é bastante elevada entre 2002 e 2016: 47,0%. Dos 32 projetos de lei apresentados nesse sentido, 15 foram aprovados. Apenas a título de comparação, veja-se que essa taxa é muito superior à das outras formas de regulamentação nesses mesmos governos (5% para as profissões de ensino superior e 30,0% para as técnicas); mas também é muito superior a esse mesmo tipo de regulamentação nos governos democráticos anteriores (29,0% no governo FHC, 3,0% no governo Collor/Itamar e 15,0% no governo Sarney).

Esse dado expressa que os governos Lula/Dilma abriram, para essas ocupações menos institucionalizadas do ponto de vista sindical, um canal alternativo de vocalização de interesses, distintos ao tradicional corporativismo sindical. Talvez possa-se dizer que se trata de uma cooptação via regulamentação isolada, à diferença da cooptação institucionalizada na burocracia governamental das grandes categorias ocupacionais e dos sindicatos historicamente vinculados ao Partido dos Trabalhadores. O dado expressaria, portanto, nada além do velho modelo de cooptação contemplando agora um setor menos estruturado do mercado de trabalho.

Uma outra leitura seria a de que esse movimento de maior "abertura" às demandas das ocupações inferiores nada mais seria que aquilo legalmente expresso: um movimento de ampliação de direitos, justamente por se tratar de ocupações que, como destaquei acima, estão em posição estruturalmente desfavorável para lograr aumentar a cesta de benefícios atrelada à CLT usando os recursos da ação sindical. Vendo a lista dessas ocupações que foram regulamentadas, essa ideia se sustenta:

QUADRO 5-1 - OCUPAÇÕES NÃO CREDENCIALISTAS REGULAMENTADAS ENTRE 2003 E 2015

Aprendiz	2005	DECRETO Nº 5.598, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2005
Agente Comunitário de Saúde	2006	LEI Nº 11.350, DE 5 DE OUTUBRO DE 2006
Garimpeiro	2008	LEI nº. 11.685, DE 02 DE JUNHO 2008
Sommelier	2011	LEI nº 12.467, DE 26 DE AGOSTO de 2011
Cabelereiro, Barbeiro, Esteticista, Manicure, Pedicure, Depilador, Maquiador	2012	LEI Nº 12.592, DE 18 DE JANEIRO DE 2012
Motorista/Caminhoneiro	2012	Lei nº 12.619, DE 30 DE ABRIL 2012
Turismólogo	2012	Lei nº 12.591, DE 18 DE JANEIRO 2012
Vaqueiro	2013	LEI Nº 12.870, DE 15 DE OUTUBRO DE 2013
Árbitro de futebol	2013	Lei nº 12.867, DE 10 DE OUTUBRO 2013
Comerciário	2013	Lei nº 12.790, DE 14 DE MARÇO 2013
Guarda Municipal	2014	LEI Nº 13.022, DE 08 DE AGOSTO DE 2014
Guia de turismo	2014	PORTARIA Nº 27, DE 30 DE JANEIRO DE 2014
Artesão	2015	Lei nº 13.180, DE 22 DE OUTUBRO 2015
Empregado doméstico	2015	LEI COMPLEMENTAR Nº 150, DE 1º DE JUNHO DE 2015
Motorista/Caminhoneiro	2015	LEI Nº 13.103, DE 2 DE MARÇO DE 2015.

Fonte: Banco de dados sobre regulamentação profissional. Elaboração própria.

O processo de ampliação ou restrição de direitos, seja via legislação geral – como modificações na reforma trabalhista – seja via regulamentação por lei específica, expressa sobretudo a abertura do sistema político ao tipo de demanda em questão ou, na famosa expressão de Esping-Andersen (1985), o grau de eficiência da *politics against markets*. No caso em questão, embora esse tipo de regulamentação se converta em capital político para o governo, o fato não nega a ampliação de direitos às categorias com menor poder para barganharem através das regras regidas pela CLT.

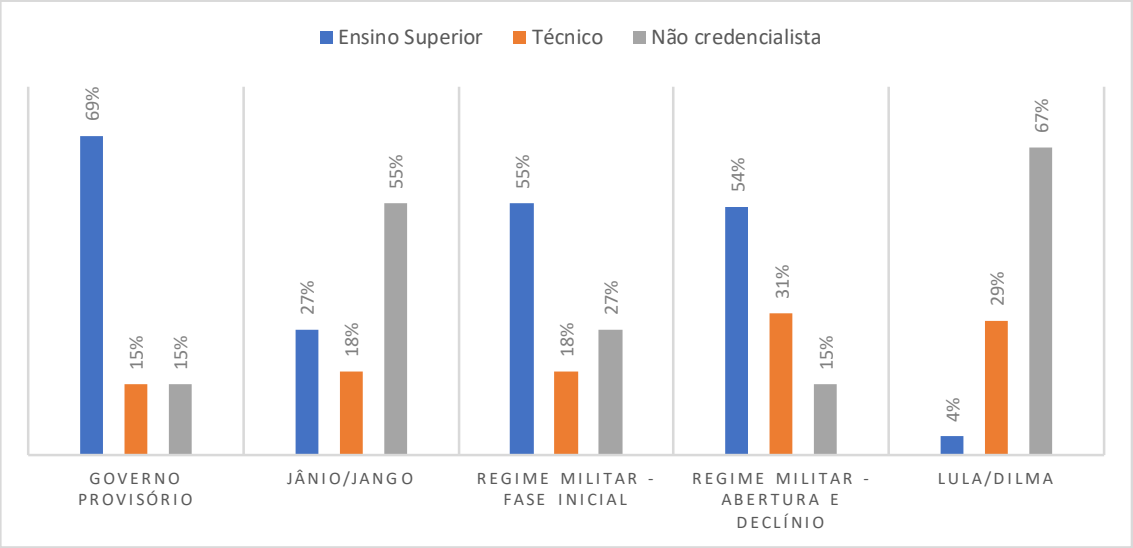
Lido historicamente, o processo de regulamentação ocupacional têm sido o método alternativo encontrado por essas ocupações. Afinal, a promessa da modernização do mercado de trabalho nacional, que se formalizaria na sua plenitude e colocaria todos sob o guarda-chuva

normativo da CLT e representados por sindicatos fortes, não se concretizou. Restou a regulamentação pontual, cuja abertura tem variado a depender do governo em questão.

5.4 A regulamentação credencialista de Ensino Superior

Volto agora à regulamentação das profissões de Ensino Superior. Na seção anterior, observamos que, das cinco "ondas de regulamentação", as de ensino superior se deram ao longo dos governos provisório de Vargas e no início e final do regime militar. De modo a retomar o argumento, o Gráfico 5.4 abaixo apresenta o tipo de regulamentação em cada um desses períodos.

GRÁFICO 5-4 - LEIS DE REGULAMENTAÇÃO PROFISSIONAL SEGUNDO CREDENCIAL EXIGIDA, PERÍODOS SELECIONADOS



Fonte: Banco de dados sobre regulamentação profissional. Elaboração própria.

De início, rejeitamos qualquer explicação meramente centrada no "poder das profissões de ensino superior", típicas explicações bourdieusianas daqueles que costumam associar o diploma de ensino superior a uma casta atemporal e indiferenciada estrutural e historicamente. Se dessa forma fosse, não haveria razão para o maior "sucesso" das ocupações não credencialistas em períodos específicos.

Poder-se-ia argumentar que as ondas em que prevaleceram a regulamentação de ensino superior sejam aquelas onde houve uma expansão maciça do sistema. Isso não é verdade. Em primeiro lugar, porque mesmo que se admita que tenha havido uma expansão considerável nos

anos 1940 e 1950, esta não explicaria porque a regulamentação ocorreu somente no início da ditadura militar, e não já durante a chamada "democracia populista". Em segundo, porque tampouco explica porque a regulamentação não foi elevada justamente no momento que se seguiu à Reforma de 1968, entre este ano e o de 1975. Ao contrário, a forte expansão do Ensino Superior e a diversificação de diplomas (desde meados dos anos 1990 e passando pelos 2000), mostram um pífio resultado de apenas duas profissões regulamentadas. O que nos leva a concluir que não se pode atribuir à expansão e diversificação de diplomas *um efeito causal necessário da extensão da regulamentação*, embora seja prudente admitir que elas inevitavelmente criem uma *pressão estrutural pela regulamentação*.

Uma outra possibilidade seria associar a regulamentação à funcionalidade das profissões e à eficiência econômica em períodos desenvolvimentistas. Isto também não faz muito sentido. Veja-se que, logo quando foram regulamentadas as primeiras profissões no governo provisório de Vargas, era impossível antever o tipo de modelo de desenvolvimento que iria ser implementado (Fonseca, 2014). Se não bastasse, nem no segundo governo Vargas e nem no governo J.K., ambos fortemente marcados pela chamada "ideologia desenvolvimentista" (Bielschowsky, 1988), percebemos a tendência à regulamentação. E, mesmo que ficássemos apenas em regimes não democráticos, percebemos que há um claro hiato ao longo dos chamados "anos de chumbo" do regime militar, justamente quando foi implementado o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND).

Assim sendo, resta uma via de entendimento, já esboçada nos capítulos anteriores. A incorporação das demandas privadas no seio do sistema político dos governos não democráticos; estes sim podendo ser entendidos como mecanismos de cooptação de segmentos da sociedade que não buscavam nada além de reproduzir um modelo organizacional que estendesse os privilégios através do fechamento de mercado.

No Governo Provisório de Vargas, a regulamentação foi facilitada pela convergência das ideias corporativistas com o modelo preconizado pelas profissões. Na ditadura militar, é possível que o processo de modernização em curso e a ideia de que os diplomados de Ensino Superior eram atores centrais para o desenvolvimento nacional tenha contribuído para legitimar o discurso. Mas a patronagem de um empresariado educacional imerso no sistema político em conjunto com as associações profissionais foi, muito provavelmente, decisiva. Já nos governos recentes, as demandas têm tido que enfrentar a dinâmica do jogo político democrático que parece ter se constituído num entrave ao atendimento dos interesses das novas carreiras.

Se é verdade que não se rompeu a lógica corporativa para as profissões que se beneficiaram da lógica de representação de interesses vigente quando pleitearam o fechamento,

também é verdade que, após a redemocratização, tais privilégios não foram estendidos. Em sentido contrário, apesar da busca *não credencialista* já vir crescendo nos governos democráticos anteriores (ver Tabela 5.1), foi principalmente nos governos Lula/Dilma que essas demandas encontraram acolhimento.

Nos capítulos anteriores notamos a importância da diferenciação funcional da atividade produtiva e da expansão e diversificação programática do Estado, peças importantes para a configuração que o sistema de profissões assumiu no Brasil. Nesta seção, penso ter ficado claro como o estabelecimento dos privilégios legais às profissões de Ensino Superior deu-se em momentos específicos e bem definidos.

Na seção seguinte avalio em que medida esses privilégios legais foram traduzidos, efetivamente, em fechamento.

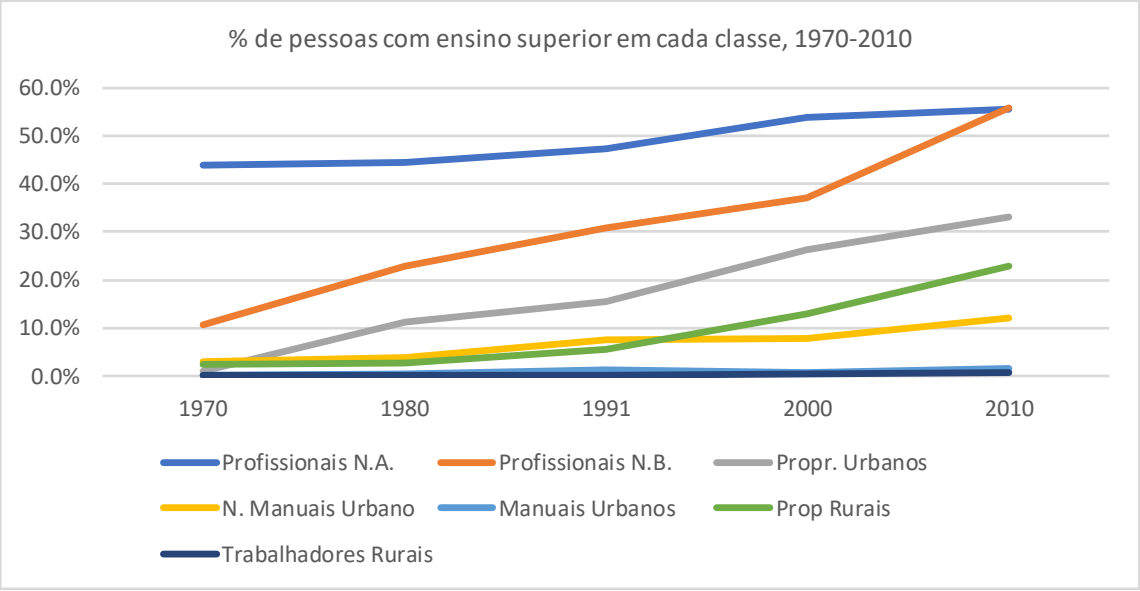
5.5 Regulamentação, credencialismo e fechamento

Uma das características que distingue o grupo profissional, seja sob a ótica das *profissões* enquanto classe (Grusky, 2005), seja enquanto uma grande classe de *profissionais* (Gouldner, 1985), é a centralidade da credencial de Ensino Superior. Sem retomar o debate da "verdadeira" função que o ensino superior cumpre para unificar e distinguir o grupo, o fato é que existe um elevado grau de associação entre este nível de ensino, o fechamento ocupacional e os retornos materiais e simbólicos que decorrem da posição estruturalmente diferenciada das profissões (Parkin, 1979; Murphy, 1988).

O Gráfico 5.5 abaixo mostra a evolução do percentual de pessoas com ensino superior em cada classe no Brasil, entre 1970 e 2010. É possível notar que, à exceção de trabalhadores manuais urbanos e trabalhadores rurais, o crescimento de pessoas com ensino superior é expressivo em todas elas. Se, em 1970, a posse do diploma era um privilégio quase que exclusivo dos profissionais de nível alto, o cenário muda bastante ao longo do tempo, embora ainda seja notório que o percentual ainda é irrisório para as duas classes mais baixas.

A despeito disso, o dado que mais merece ser destacados é a tendência observada para os dois grupos de profissionais. No início do período, o percentual de profissionais de nível alto, com ensino superior, era de quase 44,0%; para os inferiores esse número não chegava a 11,0% – uma diferença absoluta de 33 p.p. Já ao final, em 2010, o percentual de pessoas com ensino superior em ambos os grupos é praticamente o mesmo, 55,0%. Claramente, isso está a apontar que a expansão educacional afetou de forma mais significativa os profissionais de nível baixo.

GRÁFICO 5-5 - PERCENTUAL DE PESSOAS COM ENSINO SUPERIOR EM CADA CLASSE, 1970-2010



Fonte: IBGE, Censos Demográficos. Elaboração própria.

Tal fato pode ser melhor compreendido tendo-se em mente o que foi argumentado nos capítulos anteriores e os diferentes períodos do sistema de profissões. O primeiro deles é marcada pela consolidação das regras através de uma estrutura produtiva e de ensino superior pouco diferenciados, quando a grande maioria das profissões regulamentadas são as chamadas "profissões clássicas" de nível alto: medicina, direito, engenharia, farmácia, odontologia, agronomia, química. As profissões de nível baixo regulamentadas à época (mais precisamente até o ano de 1943, quando é instituída a CLT) – contadores, administradores (técnicos) e enfermeiros – não o foram atrelando o diploma de ensino superior ao ensino da profissão.

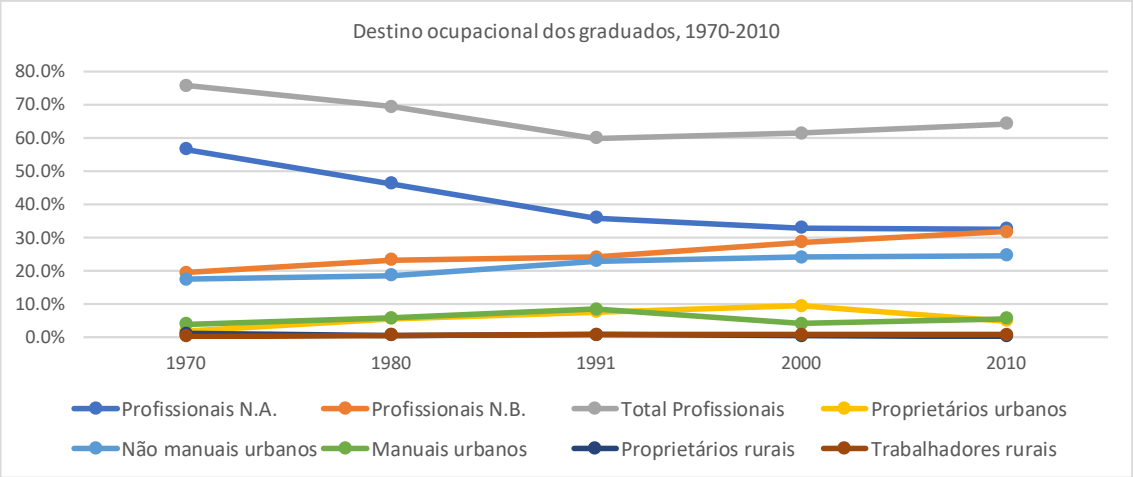
Isto só iria ocorrer posteriormente, quando a diversificação da estrutura produtiva se combina com a diversificação de diplomas. Não por acaso, a busca pela regulamentação "explode" e, de um total de 30 projetos apresentados, nada menos do que 22 leis são efetivadas ao longo desse período (ver Tabela 5.1 acima). Vale destacar, ademais, que *todas as profissões de nível baixo foram regulamentadas nesses anos*, à exceção somente dos profissionais criativos. Mais do que isso, a LDB de 1971[102] passou a exigir a formação de nível superior para o exercício do magistério, excetuando-se apenas os professores de 1ª a 4ª série do primeiro grau.

[102] LEI Nº 5.692, DE 11 DE AGOSTO DE 1971: "Artigo 30. Exigir-se-á como formação mínima para o exercício do magistério:
a) no ensino de 1º grau, da 1ª à 4ª séries, habilitação específica de 2º grau;
b) no ensino de 1º grau, da 1ª à 8ª séries, habilitação específica de grau superior, ao nível de graduação, representada por licenciatura de 1º grau obtida em curso de curta duração;

Em suma, esse dado mostra o quanto a clivagem interna do sistema de profissões – entre um nível alto credencialista e um nível baixo não credencialista – diminuiu ao longo do período, pelo menos no que diz respeito à posse do diploma. Ou, visto sob outro ângulo, mostra a eficiência dos profissionais de nível baixo em efetivar o seu projeto profissional (Larson, 1977), emulando o *status* das profissões já estabelecidas, como sugere Collins (1990), ou mesmo profissionalizando-se em função de uma política pública específica, como no caso da política educacional traduzida legalmente na LDB. Como observado antes, essa extensão do fechamento parece estar fortemente associada viabilidade da representação de interesses de determinados segmentos sociais.

O Gráfico 5.6, por seu turno, mostra o efeito contrário da expansão educacional sobre o sistema de profissões. Ele pode ser lido como a capacidade do sistema de profissões em absorver os novos graduados, e pode-se ver claramente como essa relação têm se alterado ao longo tempo. Em 1970, aproximadamente 60,0% dos graduados se dirigiam para postos profissionais de alto nível, dado que a maioria esmagadora dos diplomas se restringiam a essas profissões. Esse mesmo percentual é de 20,0% para os profissionais de nível baixo.

GRÁFICO 5-6 - DESTINO OCUPACIONAL DOS GRADUADOS, 1970-2010



Fonte: IBGE, Censos Demográficos. Elaboração própria.

Ao final do período, os valores são exatamente os mesmos para ambos os grupos. Em primeiro lugar, isto mostra como o sistema de profissões, antes dominado em termos quantitativos pelas profissões de nível alto, se equaliza ao longo do tempo. Dito de outra forma,

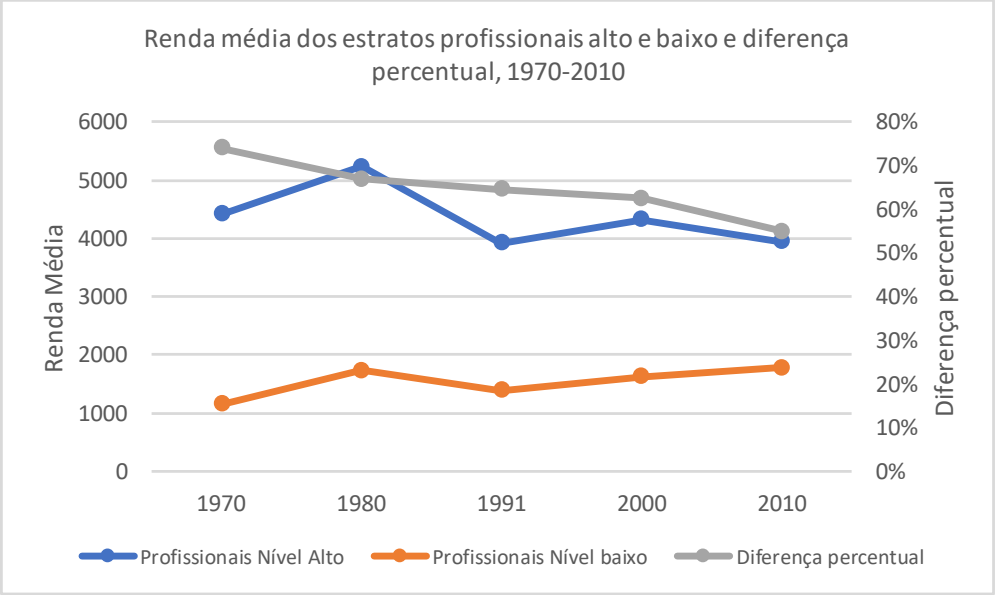
c) em todo o ensino de 1º e 2º graus, habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente a licenciatura plena.”.

o sistema de profissões está menos desigual, pelo menos em termos de participação relativa dos dois subgrupos que o compõem.

Uma análise mais detalhada, entretanto, revela mais uma vez a diferença das tendências entre o período de expansão e o de fragmentação. Em primeiro lugar, pode-se ver que o estrato profissional que absorvia 75,8% dos graduados em 1970, passa a absorver menos de 60,0% em 1991. Esta queda é puxada principalmente pela redução da absorção dos profissionais de nível alto, compensada apenas timidamente pelo aumento da capacidade de absorção dos profissionais de nível baixo. Trocando em miúdos, o crescimento do número de graduados não foi acompanhado pelo crescimento, em mesmo ritmo, da sua inserção no estrato profissional, de modo que boa parte dos formados passou a exercer outras ocupações urbanas. O percentual total de graduados entre trabalhadores urbanos não proprietários (manuais e não manuais) cresce de 21,3% para 31,2% no período.

Em princípio esse dado sugere que o crescimento do estrato profissional superior foi menor que o crescimento da oferta de pessoas com ensino superior correspondente entre 1970 e 1991. Com efeito, o rendimento médio da ocupação dos profissionais de nível alto apresentou uma variação negativa de 11,0% no período, enquanto que para os profissionais de nível baixo houve um acréscimo de 20,0%. Disso decorre que a distância salarial entre os dois grupos também declinou, reforçando a ideia de uma aproximação entre eles, e sugerindo que o estrato profissional está menos desigual – embora a distância salarial ainda seja grande, como mostra o Gráfico 5.7.

GRÁFICO 5-7 - RENDA MÉDIA DOS ESTRATOS PROFISSIONAIS ALTO E BAIXO E DIFERENÇA PERCENTUAL, 1970-2010



Fonte: IBGE, Censos Demográficos. Elaboração própria.

Entre 1991 e 2010, por outro lado, o cenário é bastante distinto. Se levarmos em conta o que ocorreu no período anterior, pode-se observar uma dose de estabilidade no que se refere à relação entre graduados, destino ocupacional e rendimentos. De fato, como já argumentei no capítulo anterior, embora as décadas de 1990 e de 2000 sejam muito diferentes em vários aspectos, para a dinâmica do sistema de profissões elas são mais parecidas entre si e o contraste está mais entre elas, enquanto unidade, e as fases anteriores.

Isto fica ainda mais claro quando observamos a dinâmica do ponto nodal de qualquer sistema de profissões: a efetividade do fechamento. Na seção anterior mostrei que o período de expansão do sistema de profissões foi marcado, dentre outros aspectos, por uma intensa busca pelo fechamento – traduzida nos projetos de lei – e, mais do que isso, que essa busca foi fortemente contemplada – o que pôde ser observado na elevada "taxa de sucesso" da busca pela regulamentação do ensino superior até fins da década de 1980.

No período recente, uma nova onda de busca por este tipo de regulamentação emerge a partir de meados dos anos 2000, o que pode ser lido como uma pressão estrutural causada pelo novo movimento de expansão e diferenciação do sistema de ensino superior, mostrado no capítulo anterior. São ao todo 32 projetos de lei, dos quais somente 2 foram aprovados (os que regulamentam as profissões de Arquiteto e de Oceanógrafo). Diferentemente da fase 2, portanto, foi uma diferenciação institucional do sistema de ensino superior que não trouxe a reboque um processo de credencialismo e garantia de privilégios às novas carreiras.

Como já destacado, nada assegura, contudo, que a regulamentação será traduzida em fechamento efetivo. De modo a avaliar esse passo seguinte, os Gráficos 5.8 e 5.9 abaixo apresentam a "Taxa de Absoluta de Fechamento das Profissões" (TAF) e a "Taxa de Fechamento em Relação ao Sistema" (TFS) [103] para os grupos profissionais entre 1970 e 2010. Observa-se, ao longo do período, uma variedade considerável na capacidade de fechamento das profissões, que diminui para algumas delas enquanto aumenta para outras. Esse é o caso, por exemplo, de enfermeiros em contraposição a fisioterapeutas e nutricionistas; e, apesar de variações importantes, é notório que das 19 profissões, apenas 7 têm uma taxa de fechamento superior a 80,0% em todos os anos. Com efeito, o grau de fechamento do sistema em 1970 é de 0,55, valor que é puxado para baixo, muito em virtude das profissões menos fechadas.

Também vale ressaltar a queda na capacidade de fechamento de boa parte das profissões mais consolidadas historicamente. Químicos e Farmacêuticos, Engenheiros e Arquitetos, Agrônomos, Profissionais do Direito e até os Médicos experimentaram uma queda não desprezível da capacidade de fechamento, especialmente a partir da década de 2000[104].

A TFS, por outro lado, mostra como, ao longo do tempo, as profissões foram se aproximando na sua capacidade de fechamento. Veja-se que a distância de algumas delas que, em 1970, em muito superava a média geral (razão muito superior a 1), em 2010 já se aproxima deste valor. Na contramão, aquelas que em muito se distanciavam da média, chegam em 2010 com valores muito próximos a 1, como é o caso de Contadores, Estatísticos e Programadores.

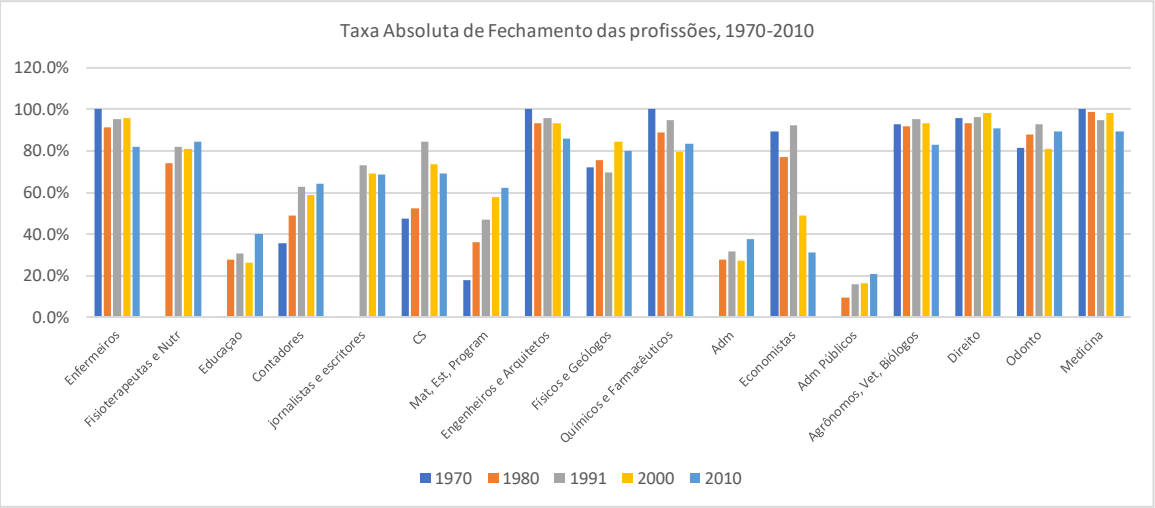
O caso dos Administradores é certamente uma exceção por conta da dificuldade desses profissionais em fecharem o mercado de maneira efetiva, uma vez que a classificação enquanto "Administrador" é muito mais dependente da posição na hierarquia organizacional do que da formação universitária propriamente dita. Não obstante, não é desprezível o aumento da capacidade de fechamento dos Administradores Públicos ao longo do período.

---

[103] O caso dos economistas parece estar influenciado pela mudança na classificação entre o Censo de 1991 e o de 2000/2010. Nesta última, onde foi adotado a CBO-Dom, a ocupação "economista" foi substituída pela ocupação cuja nomenclatura é "Profissionais em Pesquisa e Análise Econômica – Código 2512". É bastante provável que a enorme redução da quantidade de economistas que portam diplomas em de Ciências Econômicas entre 1991 e 2000 se dê pelo fato de que outros profissionais, como administradores, analistas financeiros, sociólogos, etc., possam ter sido classificados nesta categoria que, como pode-se observar, é bastante distinta, do ponto de vista semântico, da categoria "Economista". Infelizmente não há como contornar este fato.

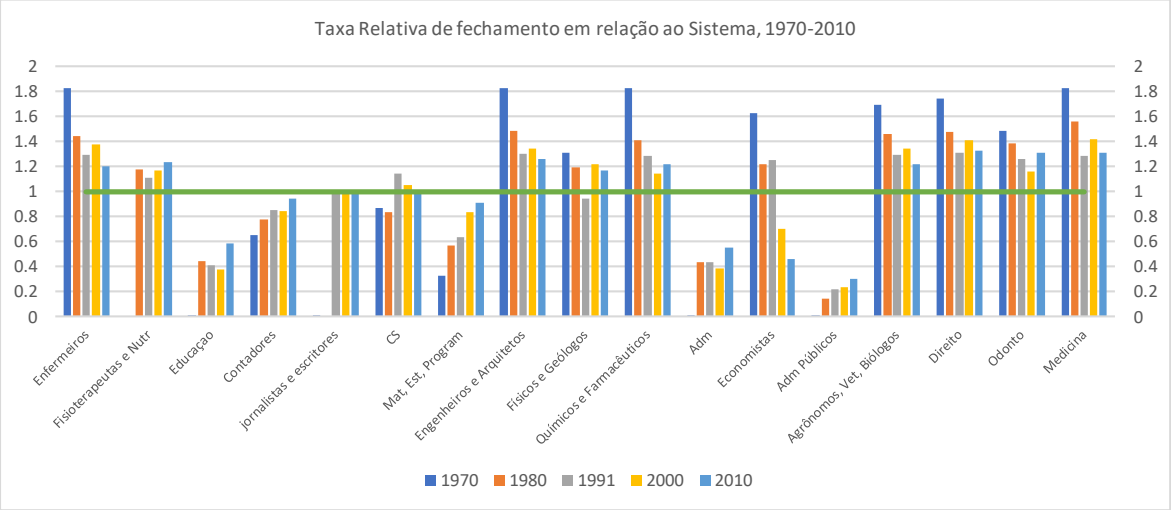
[104] O leitor atento poderia argumentar que esta diferença é fruto das mudanças na classificação ocupacional entre os Censos de 1991 e 2000. Mas, se desta forma fosse, a diferença deveria ser observada exatamente entre esses dois anos, e não entre 2000 e 2010, quando foi utilizada a mesma classificação (CBO-Dom, Censo 2000).

GRÁFICO 5-8 - TAXA ABSOLUTA DE FECHAMENTO DAS PROFISSÕES, 1970-2010



Fonte: IBGE, Censos Demográficos. Elaboração própria.

GRÁFICO 5-9 - TAXA DE FECHAMENTO EM RELAÇÃO AO SISTEMA, 1970-2010



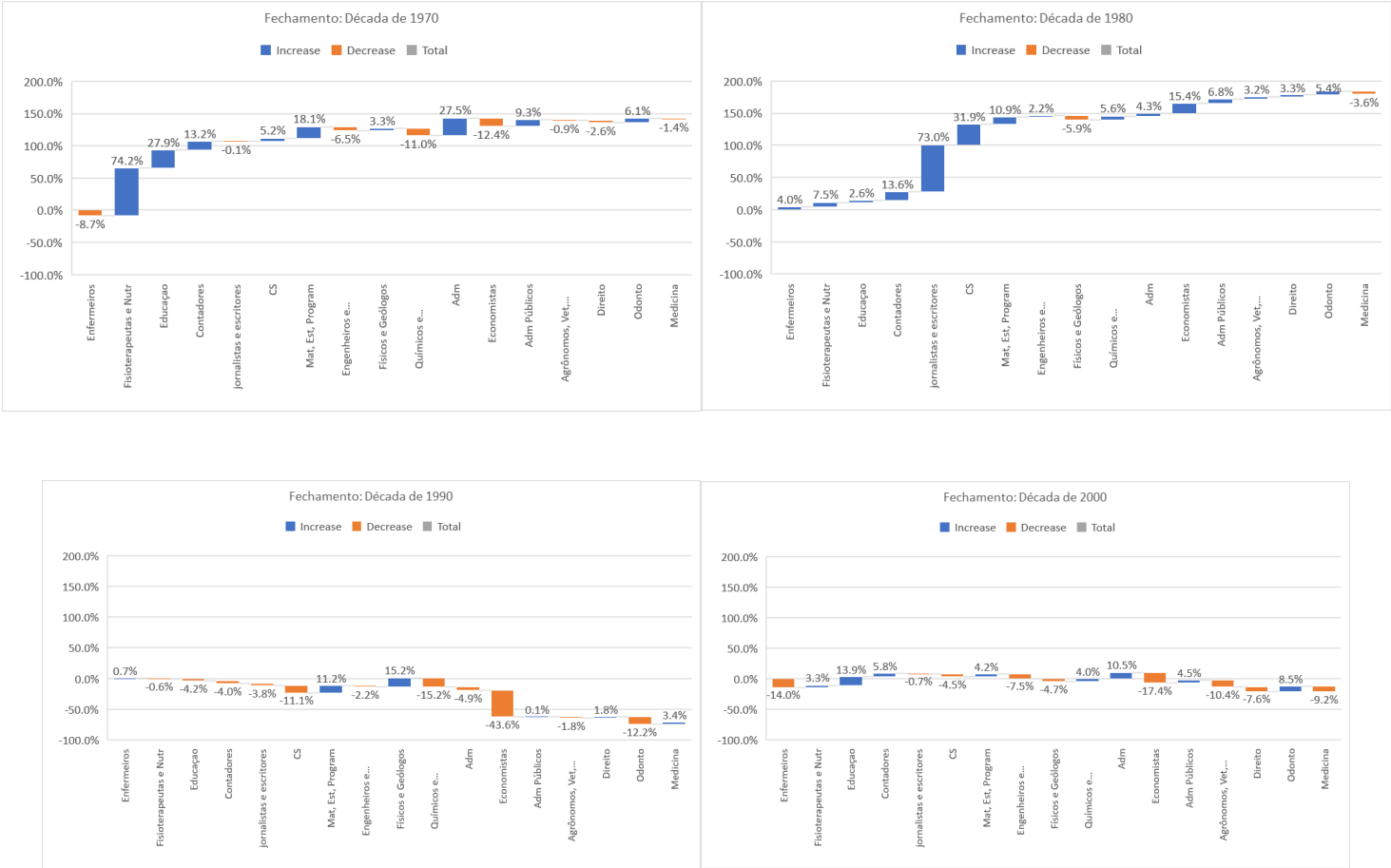
Fonte: IBGE, Censos Demográficos. Elaboração própria.

De um modo geral, esses Gráficos 5.8 e 5.9 deixam entrever, mais uma vez, que o sistema de profissões tem se tornado mais homogêneo internamente como resultado da diferenciação do sistema de ensino superior combinado à onda de credencialismo que lhe seguiu nas décadas de 1970 e 1980. Basta notar que, para as profissões já estabelecidas, a queda da TFS se dá em grande medida ao longo dessas duas décadas. De outro lado, para aquelas profissões que têm aumentado a sua capacidade de fechamento, o crescimento é razoavelmente constante ao longo do tempo. E isto faz todo o sentido, na medida em que, partindo-se de um cenário inicial "adverso" em 1970 (sem lei que vinculasse o diploma ao exercício da profissão, ou ao menos com uma lei ainda recente), inicia-se o processo de busca ininterrupta pelo

fechamento através da construção de capacidades organizacionais que permitam alcançar esse objetivo.

Como a partir de 1990 a busca pela regulamentação, apesar de elevada, não foi contemplada, o período recente do sistema de profissões *não* foi marcado por um processo de regulamentação das novas carreiras que surgiram com a expansão e diversificação do Sistema de Ensino Superior – tal como ocorrera ao longo do seu período formativo e de expansão. Mas, além disso, a própria capacidade de fechamento das profissões já regulamentadas é substancialmente distinta entre os últimos dois períodos. Os gráficos 5.10 a 5.13 abaixo não deixam a menor dúvida quanto a isto. Enquanto o período de expansão foi marcado por um *aumento* de capacidade de fechamento, o período de fragmentação marcado pela *redução* desta mesma capacidade. Nesses gráficos, a tendência visual de crescimento ou queda, ou se eventualmente assumissem forma de "U", não tem nenhum significado em si mesmo e depende da ordenação das profissões. O que importa é a *amplitude* da "cascata" que se forma, refletindo a variação global do sistema.

GRÁFICOS 5-10 - VARIAÇÃO DO FECHAMENTO AO LONGO DAS DÉCADAS DE 1970, 1980, 1990 E 2000



Fonte: IBGE, Censos Demográficos. Elaboração própria.

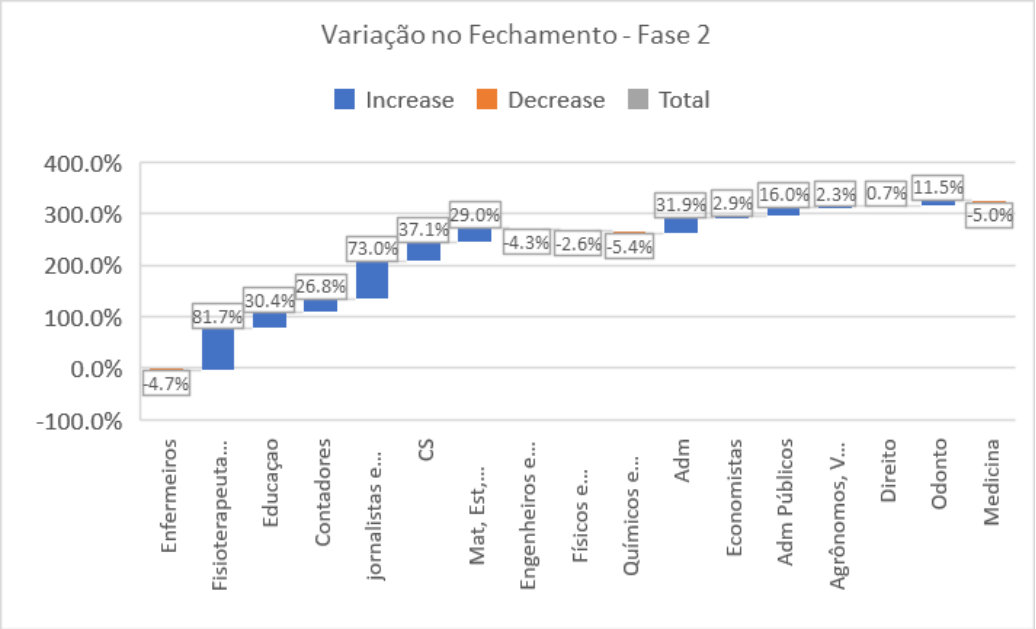
Esses gráficos apresentam a variação do grau de fechamento (TAF) entre as profissões em cada uma das décadas (Gráficos 5.10 a 5.13) e a variação global do período que abarca as duas fases (Gráficos 5.14 e 5.15, 1970-1991 e 1991-2010). As barras azuis significam saldo positivo e as barras laranjas, negativo, para cada uma das profissões.

Os gráficos referentes às décadas já mostram que, apesar de algumas especificidades, as décadas de 1970 e 1980 são marcadas pelo crescimento do fechamento em praticamente todas as profissões, ao passo que as décadas de 1990 e 2000 são marcadas pelo declínio, embora mais na primeira do que na segunda.

Veja-se que, na década de 1970, o crescimento é especialmente elevado entre Fisioterapeutas e Nutricionistas, Educadores, Contadores, Estatísticos e Programadores e Administradores. Ora, não poderia ser diferente, uma vez que foi justamente nesse intervalo em que tais profissões foram de fato regulamentadas. Todavia, veja-se também que há um aumento do fechamento dessas mesmas profissões ao longo da década de 1980, muito provavelmente em função da ampliação da capacidade de fiscalização e restrição do exercício da profissão. O caso dos jornalistas é especialmente emblemático porque foi na década de 1980 que a profissão se consolidou como profissão de ensino superior.

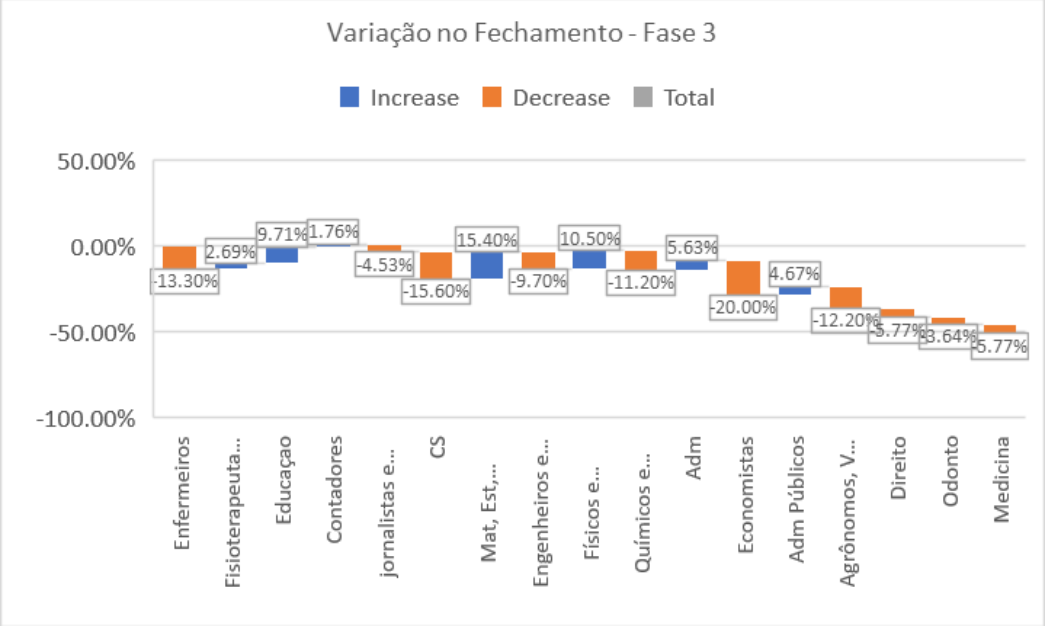
Já nas décadas de 1990 e 2000 há uma clara redução da capacidade de fechamento que, se bem seja verdade não implicou em uma “volta” ao passado, permite sugerir que o sistema atingira sua capacidade máxima, fazendo inclusive com que tenha havido uma redução em profissões mais estabelecidas.

GRÁFICO 5-11 - VARIAÇÃO DO FECHAMENTO AO LONGO DAS FASES 2 DO SISTEMA DE PROFISSÕES



Fonte: IBGE, Censos Demográficos. Elaboração própria.

GRÁFICO 5-12 - VARIAÇÃO DO FECHAMENTO AO LONGO DAS FASES 3 DO SISTEMA DE PROFISSÕES



Fonte: IBGE, Censos Demográficos. Elaboração própria.

O aumento da capacidade de fechamento ao período de expansão se deu pelo fato de que ainda havia espaço para a acomodação da diferenciação funcional do sistema, pelo menos dado a estrutura de incorporação de interesses no sistema político. O fato de que a busca pela

regulamentação tenha sido contemplada evitou a concorrência "ilegal" dos graduados das novas carreiras que emergiram da expansão que se seguiu da Reforma de 1968. Fisioterapeutas e Nutricionistas não precisaram se passar por médicos e cuidaram de fechar seu mercado. Na fase seguinte, por outro lado, a não regulamentação das carreiras que emergiram da fragmentação e das novíssimas carreiras, nos anos 1990 e 2000 (como abordado no capítulo 4) colocou no mercado "graduados sem reconhecimento". Esses novos graduados em "Quiropraxia", "Podologia", "Osteopatia", "Terapia" Ayuverda" e "Arteterapia[105] – para citar apenas alguns dos projetos de lei sobre regulamentação de profissões de saúde que foram apresentados a partir dos anos 2000 – passaram a representar uma ameaça à capacidade de fechamento de médicos, enfermeiros e outros profissionais da área. É emblemático, nesse caso, que as profissões de saúde já estabelecidas têm estado "de olho" no mercado dessas chamadas medicinas alternativas, cuja a prática da acupuntura é o principal filão de disputa[106].

O padrão que emerge é o de que, quando a competição é acomodada no sistema político e incorporada à estrutura de regulamentação que garante o nicho de mercado a cada uma das ocupações (que se pretendem) de ensino superior, o fechamento é mais efetivo e o sistema se estabiliza, inclusive no plano do sistema cultural. Foi isso que ocorreu, de uma maneira geral, ao longo da fase de expansão e diferenciação do sistema, porque havia uma elevada correlação entre os significados de "profissão liberal", "diploma de ensino superior" e "posição superior no sistema de estratificação" em virtude dos privilégios no mercado. De outro lado, quando as novas carreiras não ultrapassam a barreira da regulamentação, há maior pressão externa para burlar o fechamento, tal como tem ocorrido nas duas décadas recentes.

Em bom português: se o projeto de lei dos podólogos tivesse sido aprovado após ser apresentada ao Congresso em 2001, eles não precisariam se passar por médicos (inclusive para os agentes censitários de 2010). Um dado interessante é que de todos os "médicos" sem diploma de medicina no Censo de 2010, 16,0% tem diploma de "Saúde (Cursos Gerais)", ou "Tecnologia de Diagnóstico e Tratamento" ou "Terapia e Reabilitação". Já os Fisioterapeutas não precisam mais se passar por médicos pelo menos desde 1970, porque sua profissão foi regulamentada pelo Decreto-Lei nº 938, de 13 de outubro de 1969.

---

[105] Podólogo (PL 5283/2001), Terapeuta Ayuverda (PL 4884/2016), Terapeuta Naturalista (PL 4087/2015), Quiropraxista (PL 114/2015), Osteopata (PL 2778/2015), Arteterapeuta (PL 2579/2015).

[106] Uma rápida pesquisa na internet é suficiente para perceber que se trata de uma jurisdição ainda em disputa. A busca "prática da acupuntura" no *Google* retornou diversos artigos de opinião em blogs, jornais e sítios de "especialistas" e associações profissionais diversas, com diferentes versões sobre o que é de fato "legal" e que tipo de formação é necessária para exercer a prática.

Se o sistema se tornou mais homogêneo internamente, ele também vem sofrendo pressões do seu entorno. Isto tende a criar, inevitavelmente, uma clivagem entre os graduados, que não se restringe à dependência administrativa da IES frequentada – público x privado –, à gestão organizacional ou ao grau de estratificação horizontal, mas também aos retornos, materiais e simbólicos, que sempre estiveram associados ao diploma de Ensino Superior. O período de expansão, por consolidar um arranjo institucional em que o ensino superior e a regulamentação profissional eram praticamente um binômio, institucionalizou também a ideia de que os retornos materiais e simbólicos são indissociáveis do diploma. O que tem ocorrido, com a negação do privilégio às novas carreiras, sugere que esta associação está diminuindo. Resta saber se as novas carreiras terão força política suficiente para subirem ao Olimpo das profissões regulamentadas ou se o mercado se encarregará de liquidá-las.

Até o momento, ou pelo menos até o ano de 2014, o Estado parecia estar compensando parte da desilusão dos "profissionais sem reconhecimento" ao promover, de forma não intencional, a mobilidade social ao topo da pirâmide. É o que mostro no Capítulo 6 a seguir.

Mas antes apresento o quadro a que sintetiza a história do sistema de profissões a partir dos três sistemas institucionais que lhe dão forma, bem como sua relação com o Estado. Sugiro que os padrões de desigualdade que se passam na parte de cima do sistema de estratificação podem ser melhor compreendidos, embora não totalmente, a partir desse modelo. No capítulo seguinte abordo essa questão analisando a mobilidade social do e para o estrato profissional.

QUADRO 5-2 - O SISTEMA DE PROFISSÕES NO BRASIL: FORMAÇÃO, EXPANSÃO E FRAGMENTAÇÃO

O Sistema de Profissões		Formação e estabilização (até 1940)	Expansão e diferenciação (1950-1980)	Fragmentação (1990-...)
Sistema de Profissões	Divisão do trabalho	Baixa DT - industrialização incipiente	Industrialização e diferenciação	Desindustrialização/ Financeirização
	Sistema de Ensino Superior	Reduzido não diferenciado	Expandido com diversificação	Expandido com fragmentação
	Regulamentação	De nenhuma (no início) a total correlação com o Sistema de Ensino Superior (ao final)	Elevada correlação com Sistema de Ensino Superior	Reduzida correlação com Sistema de Ensino Superior
O Papel do Estado em Relação ao Sistema de Profissões	Capacidade de Absorção	Acomodação no Estado devido à reduzida DT	Absorção ampliada através do Estado de Bem Estar Desenvolvimentista	Absorção reduzida através do Estado de Bem Estar não desenvolvimentista
	Mecanismo de acesso	Patrimonialismo	Burocrático/patrimonialista	Burocrático-gerencial

Fonte: Elaboração própria.

Capítulo 6 - O sistema de profissões, o estrato profissional e a mobilidade social

6.1 Introdução

Nos capítulos anteriores sustentei a tese de que o topo do sistema de estratificação social no Brasil é constituído por um sistema de profissões cuja história pode ser dividida em três grandes períodos. Um de formação e estabilização; um de expansão e diferenciação; e um mais recente de fragmentação. Enquanto os dois primeiros se assemelham do ponto de vista da estabilidade garantida pelo fechamento das carreiras de ensino superior – ou seja, a posse do diploma quase que necessariamente incorria no pertencimento ao estrato profissional e à parte mais alta do sistema de estratificação – o período recente tem se caracterizado pela dissociação desta relação.

Esta mudança também se faz sentir nos padrões de mobilidade no topo do sistema de estratificação. Afinal, ao argumentar que o estrato profissional é o resultado da dinâmica de profissões, estou também sugerindo que os padrões de desigualdade mais diretamente localizados no topo do sistema são condicionados, pelo menos em parte, pela configuração desse sistema. Isto em princípio deve valer para *todos os padrões de desigualdade que são diretamente afetados pelo sistema de profissões*, embora seja importante assinalar que nem de longe se pretende que o modelo explicativo aqui seja suficiente para explicar esses padrões em sua totalidade. Trata-se somente de mais um ponto a se considerar.

Neste capítulo testo esta ideia a partir da análise da mobilidade social do e para o estrato profissional e sugiro que essa mobilidade pode ser lida, pelo menos em parte, à luz das características dos três períodos do sistema de profissões.

O enfoque sobre a mobilidade social não é mero acaso. As transformações recentes do sistema afetam não apenas os padrões de circulação dos indivíduos ali localizados (seja pela origem e/ou pelo destino), mas têm alterado também o próprio significado da mobilidade social ascendente no Brasil. Até meados da década de 1980 e início da década de 1990, a mobilidade social ascendente para a "classe média" que, a bem da verdade, sempre pertenceu aos 10,0% ou 15,0% mais ricos da distribuição de renda no país dependia, primordialmente, da posse do diploma (Salata, 2016). O valor posicional do diploma do qual fala Schwartzman (2012) é também um pouco disso: havia uma percepção generalizada de que o diploma *garantia uma posição superior no sistema de estratificação*. Isso não era para menos, uma vez que o sistema de profissões se organizava em torno da estreita relação entre diploma e ocupacional profissional com privilégios de mercado.

Essa ideia foi moldada ainda no século XIX através da figura dos bacharéis e se manteve ao longo de boa parte do século XX, inclusive durante a expansão do sistema de profissões, embora não na mesma intensidade de antes. Basta notar que, considerando as pessoas com diploma de ensino superior com origem nas classes não proprietárias e não profissionais, 75,0% tiveram o estrato profissional como destino em 1973. Em 1996 esse valor cai para 64,0% e, em 2014, para 55,0%. Em outros termos, de posse do diploma, a mobilidade ascendente era alcançada para 3 em cada quatro pessoas em 1973 e hoje está quase na razão de 1 em cada 2.

O que pretendo, portanto, é fornecer uma explicação complementar às explicações sobre mobilidade social, especialmente aquelas que vigoram no Brasil. Com efeito, como notou Goldthorpe (2000), a área de mobilidade social talvez seja uma das que mais carece de formulações teóricas de fôlego, embora não lhe falte sustentação empírica. A razão para isso talvez resida no fato de que, como notou Breen (2004), são tantos os fatores a condicionar a mobilidade social que talvez seja difícil sistematizá-los em torno de uma teoria unificada.

As grandes explicações para os padrões gerais de mobilidade social no Brasil, como de resto no mundo inteiro, se organizaram predominantemente em torno de dois grandes processos históricos: mudança estrutural e expansão educacional. Por um lado, a mudança estrutural foi o grande mote das explicações da "primeira fase", cujos principais trabalhos são o Hutchinson, Nelson do Valle Silva, José Pastore, Archibald O. Haller e seus colaboradores. Fortemente influenciados pela teoria da modernização, esses autores chegaram a conclusões semelhantes. O padrão de mobilidade social do Brasil ao longo do século XX foi determinado pela transição de uma sociedade rural para uma sociedade urbano-industrial. Mas, ao mesmo tempo, o elevado padrão de desigualdade inicial, combinado a uma industrialização restringida e clivada por setores modernos e tradicionais, resultou numa mobilidade social de curta distância assentada em duas características (predominantemente do setor agrícola para os setores urbanos inferiores e dentro desses); e uma elevada imobilidade social dos estratos superiores.

Posteriormente, os estudos de Scalon (1999) e Ribeiro (2007; 2016; 2017) forneceram novos aportes analíticos e trataram de qualificar as visões anteriores. As grandes novidades desses estudos, fortemente influenciados pelos trabalhos de John Goldthorpe e seus colaboradores, foram, por um lado, o recurso à categoria das classes sociais como parâmetro de estratificação e hierarquização social e, também, a sua maior capacidade de apreensão dos efeitos da educação (e também da expansão educacional) sobre os destinos individuais e sobre o padrão de fluidez social. Além disso, fizeram uso de metodologias mais recentes, garantindo maior robustez aos achados.

O estudo de Ribeiro (2007), certamente o de maior fôlego já produzido sobre o tema, mostrou que o aumento da fluidez ao longo do século XX muito se deve à expansão educacional, especialmente nos níveis mais básicos. Esta tem afetado negativamente a influência da origem social sobre a educação, principal recurso que condiciona o destino social. Em artigo recente (Ribeiro, 2017), o autor confirma a mesma tendência para o intervalo 1996-2014, mostrando que têm diminuído tanto a desigualdade de oportunidades educacionais, de um modo geral, quanto a associação líquida entre origem e destino. Ou seja, a fluidez tem aumentado sistematicamente.

Apesar de tendências específicas a subperíodos, os principais resultados nos levam a uma espécie de diagnóstico razoavelmente linear que se inicia com a modernização da sociedade brasileira. O efeito da mudança estrutural sobre a mobilidade perde força ao longo do tempo e a expansão do sistema educacional passa a ter um papel preponderante. Isto ocorre porque a mudança estrutural foi muito pronunciada no período 1930-1980, quando a desigualdade educacional era muito elevada. Na medida em que a mudança estrutural se esgota e a desigualdade de oportunidades educacionais diminui, é esta última que passa a guiar de forma mais direta os padrões de mobilidade.

Vale ressaltar que isso não implica em uma linearidade da redução das desigualdades de um modo geral – e da fluidez mais especificamente – como resultado de um processo de modernização linear. Antes disso, o diagnóstico ainda é de elevadas desigualdades e um sistema de estratificação marcado por diferentes barreiras à mobilidade, que se organizam em especial em torno das classes, da raça, da origem rural-urbano e dentre outras características que se relacionam à origem social e às características individuais.

Todos esses fatores poderiam ser investigados aqui de maneira mais sistemática, mas existe um que se revela de especial importância para a análise da mobilidade social como um processo de longo prazo: a diferença dos padrões da mobilidade social feminina e masculina (Erzsébet, Goldthorpe e Kuha, 2016; Sorensen, 1994; Scalon, 1999; Ribeiro, 2017; Beller, 2009). Isto se dá pela combinação de dois processos independentes, mas relacionados: o aumento da participação feminina no mercado de trabalho ao longo do período e a segregação ocupacional[107].

No caso do primeiro, o que se tem observado é um aumento sistemático da entrada das mulheres no mercado de trabalho ao longo de todo o século XX e XXI. Se em 1960 menos de

[107] Um terceiro fator que infelizmente não é possível abordar diz respeito à variável de ocupação do pai, em detrimento da ocupação da mãe, como preditora da ocupação da filha. No Brasil, a ocupação da mãe só foi introduzida na Pnad 2014, de modo que não é possível estabelecer qualquer comparação com os períodos anteriores.

20,0% das mulheres buscavam no mercado de trabalho os meios de sua subsistência, em 2010 já eram mais de 50,0% (Guimarães, Barone e Brito, 2015). Esta continuada mudança levou alguns autores (Oliveira, 2001) a sugerir que a maior participação feminina levaria e uma distribuição mais equânime entre homens e mulheres entre as ocupações, embora recentemente tenha se sugerido que a redução da segregação por sexo se deve mais às mudanças na estrutura interna das ocupações (Salardi, 2016). O que se observa, contudo, é que ambos os fatores têm caminhado conjuntamente ao longo das últimas décadas, a despeito de uma ainda elevada segregação ocupacional por sexo bem como uma forte desigualdade que é interna às ocupações, especialmente entre os profissionais (Prates e Silveira, 2018).

Dessa forma, as análises apresentadas cuidarão de observar em que medida os padrões de mobilidade também estão, eles mesmos, sujeitos ao modo pelo qual o sistema absorve homens e mulheres de maneira distinta, o que se mostra mais uma peça decisiva para entendermos os padrões de mobilidade que emergem a partir da institucionalização do sistema de profissões. O principal argumento é o de que, se é certo que o padrão geral de mobilidade tem características próprias, também terão os espaços específicos do sistema de estratificação.

Se a relação entre diploma e estrato profissional se alterou, sugiro que também irá se alterar o acesso às posições no estrato profissional. Inúmeros estudos têm tratado de mostrar que a expansão do sistema de Ensino Superior, embora democratize o acesso do ponto de vista das origens sociais sobre o ingresso e a conclusão da universidade, também cria novas clivagens. Como o processo de massificação de qualquer sistema de ensino superior é realizado através da diferenciação institucional, a estratificação horizontal é a marca do ensino superior das sociedades contemporâneas. Para a mobilidade social, mais especificamente, esse fenômeno é abordado a partir da teoria da "Desigualdade efetivamente mantida" (EMI) (Breen e Johnsson, 2000; Lucas, 2001). O principal argumento é o de que, dado algum grau de diferenciação das oportunidades num mesmo nível, as melhores opções serão apropriadas, em maior proporção, pelas classes com mais recursos.

Embora longe de atingir a universalidade do Ensino Superior, há razoável quantidade de evidências indicando que a expansão que vem ocorrendo no sistema de ensino superior desde a década de 1990 tem implicado em maiores graus de estratificação horizontal em que os diplomas de maior prestígio – aqueles outorgados pelas melhores universidades – são apropriados em maior escala pelos estudantes das classes mais altas.

Infelizmente, os dados de que dispomos sobre mobilidade social no Brasil não permitem observar diferentes diplomas, tampouco diferentes tipos de instituições de ensino. Mas é possível levar em conta um ponto que se mostrou central para as transformações do sistema de

profissões ao longo do período e que pode ser utilizado como uma forma de entender como tais transformações se combinam com a mobilidade social do e para o estrato profissional: o Estado enquanto empregador, seja pelo volume de oportunidades, seja pelas transformações pelos quais tem passado do ponto de vista dos mecanismos de acesso às posições na carreira pública.

Desta forma, os setores público e privado são tomados aqui como uma *proxy* das transformações da *possibilidade de acesso* ao sistema de profissões e a origem social como uma *proxy* de diplomas de prestígio distinto (no momento em que forem considerados somente as pessoas com ensino superior). Como destaquei ao longo dos capítulos anteriores, o modo como o Estado efetiva o recrutamento dos profissionais se alterou consideravelmente ao longo do tempo e, especialmente após a Constituição de 1988 e a profissionalização da máquina pública que vem ocorrendo desde então, as condições de acesso se tornaram mais universalistas. Sob as mesmas condições, esperamos que o acesso aos postos profissionais no Estado a partir da década de 1990 seja mais meritocrático do que nas fases anteriores, como também esperamos que será menos determinado pela origem social do que no mercado.

O capítulo está organizado de forma a mostrar, passo a passo, os padrões de mobilidade específicos aos profissionais e a testar se esses padrões podem ser melhores entendidos à luz das transformações no sistema de profissões. Na primeira seção, apresento dados descritivos sobre as taxas de mobilidade, destacando as importantes diferenças entre os setores público e privado e entre homens e mulheres. Na segunda seção realizo um primeiro teste empírico sobre o modo como o padrão de mobilidade é condicionado pelas transformações do sistema de profissões e elaboro uma primeira interpretação sistematizada do argumento. Na terceira seção, me debruço especificamente sobre a imobilidade dos profissionais. Por fim, na quarta seção, apresento se e em que medida essa imobilidade depende da reprodução ao nível de cada profissão específica, apontando os principais limites da análise sistêmica e discutindo a pertinência da ideia de profissão enquanto (micro) classe.

6.2 Tendências da mobilidade social dos profissionais

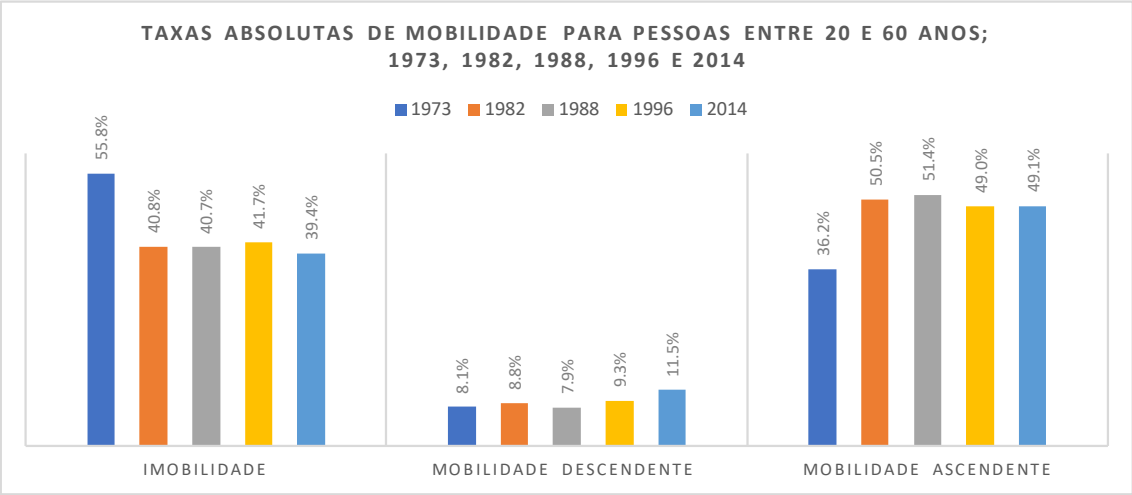
A análise da mobilidade social foi realizada a partir das mesmas categorias que venho utilizando desde os primeiros capítulos. Trata-se de uma estrutura de classes simplificada, que não tem por objetivo diferenciar as classes manuais entre qualificadas e não qualificadas, nem tampouco as classes não manuais urbanas não profissionais (os chamados não manuais de rotina, níveis alto e baixo). Apenas tratei de destacar as clivagens fundamentais que não podem

passar desapercebidas em qualquer estudo de estratificação social: proprietários x não proprietários; rural x urbano; manual x não manual; profissionais x não profissionais.

Desta forma, utilizei uma classificação com 7 classes: i) Profissionais de nível alto; ii) Profissionais de nível baixo; iii) Proprietários; iv) Trabalhadores Urbanos não manuais; v) Trabalhadores urbanos manuais; vi) Proprietários rurais; vii) Trabalhadores rurais. Para testar a hipótese referente à importância do setor público como mecanismo de acesso ao topo do sistema de estratificação diferenciei quando oportuno os Profissionais (alto e baixo) entre público e privado.

O Gráfico 6.1 abaixo apresenta as tendências das taxas absolutas de mobilidade social no Brasil segundo a classificação proposta. Os resultados até o ano de 1996 não trazem nenhuma novidade e, embora os dados de 2014 sejam relativamente inéditos, percebe-se que a tendência é muito parecida ao que vinha ocorrendo nas décadas anteriores. De um modo geral, a taxa de imobilidade é razoavelmente constante a partir de 1982, após declinar muito ao longo da década de 1970; a mobilidade ascendente começa a declinar a partir de 1988 e a mobilidade descendente aumenta no mesmo período.

GRÁFICO 6-1 - TAXAS ABSOLUTAS DE MOBILIDADE PARA PESSOAS ENTRE 20 E 60 ANOS; 1973, 1982, 1988, 1996 E 2014



Fonte: IBGE, Pnads, 1973, 1982, 1988, 1996 e 2014. Elaboração própria.

Esses resultados convergem para o que já se constatou sobre mobilidade social no Brasil e, mesmo que possam haver algumas diferenças, elas decorrem principalmente de classificações mais ou menos desagregadas. Ribeiro (2017), por exemplo, encontra um pequeno aumento da mobilidade ascendente entre 1996 e 2014 (2 p.p.), mas esse resultado é fruto da maior desagregação no meio da estrutura de classes e é guiado, principalmente, pelo aumento da

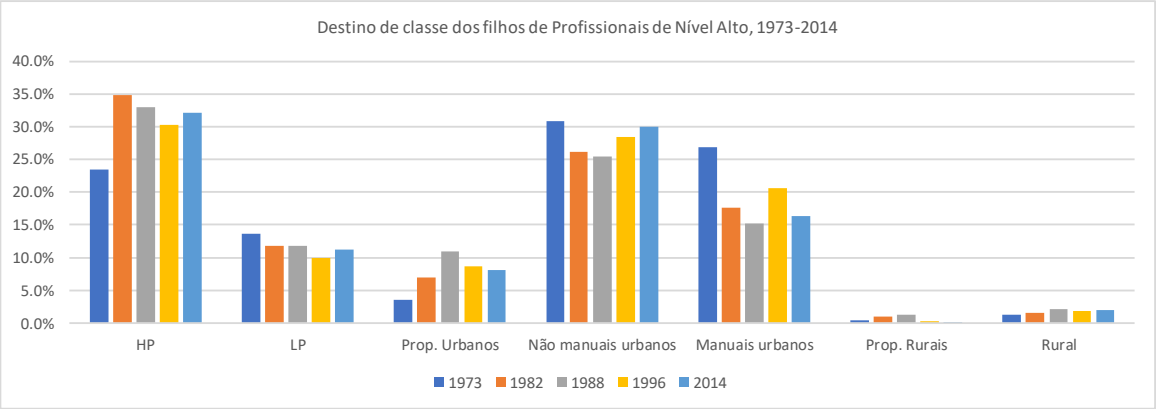
mobilidade dos manuais não qualificados urbanos para ocupações manuais qualificadas e dos não manuais de rotina de nível baixo para o nível mais alto. Aliás, e este é um ponto já destacado pela literatura nacional há um bom tempo, a maior parte da mobilidade ocorre no meio da estrutura e, se esses estratos intermediários são condensados em um número reduzido de categorias, o resultado descritivo observado será o de uma maior imobilidade.

Mudanças mais expressivas, contudo, são observadas quando analisamos as taxas de entrada e saída dos profissionais. As primeiras dizem respeito ao percentual de profissionais que são filhos de profissionais, revelando em que medida a classe está aberta ou fechada a pessoas com origem em outras classes. Já a segunda trata do percentual de filhos de profissionais que se tornam profissionais, e pode ser lida como um indicador da capacidade dos pais em transmitirem suas posições aos filhos. Em termos simples, as taxas de entrada revelam a origem social dos profissionais, enquanto que as taxas de saída revelam o destino social dos filhos de profissionais.

Os gráficos abaixo apresentam o destino social dos profissionais de níveis alto e baixo. Nesse caso, interessa primordialmente observar em que medida os filhos(as) assumiram a mesma posição que seus pais, ou seja, qual o percentual que se manteve na classe de origem. Como pode-se notar, o valor de 1973 é o menor observado ao longo de todo o período (menos que 25,0%) e cresce de modo significativo até 1982 (35,0%), quando começa a declinar para voltar a subir exatamente no intervalo 1996-2014 (de 30,2% para 32,2%). É bastante provável que o baixo valor de 1973 (e o elevado percentual de filhos(as) de profissionais entre os não manuais e manuais urbanos) se deva ao fato de que o sistema de profissões ainda estava em fase de crescimento e diferenciação, com poucas opções de carreiras, como apresentamos no capítulo 4.

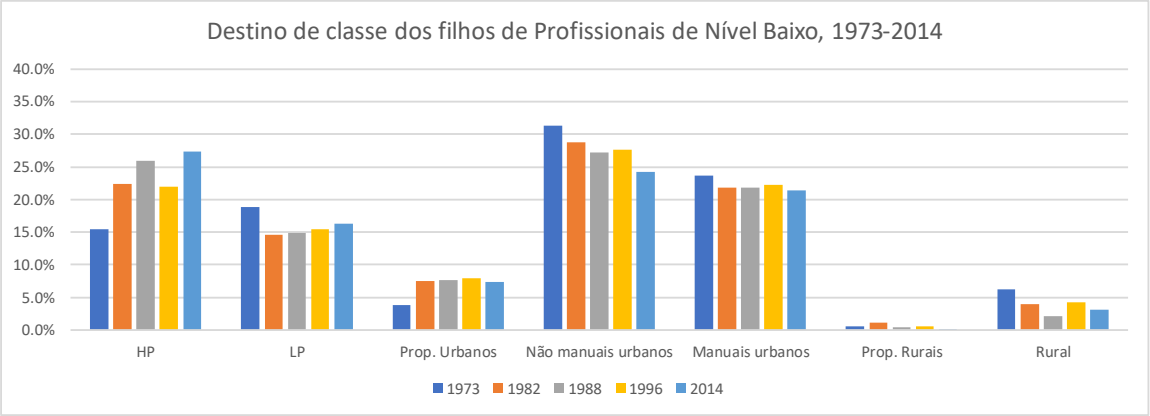
Veja-se, ademais, que o crescimento entre 1973 e 1982 coincide com o momento em que se fazem sentir os efeitos da expansão que se seguiu à Reforma Universitária de 1968, ou seja, justamente quando o sistema cresce, se diversifica e se consolida. Em 1996, por outro lado, vivia-se uma relativa estagnação do sistema de ensino superior a qual se iniciara no final da década de 1980, mas que convivia com uma grande expansão dos níveis mais elementares de ensino (Britto, 2014; Ribeiro, Ceneviva e Brito, 2015). Ou seja, aumentara a competição através do número de possíveis pleiteantes a uma vaga no sistema de ensino superior, enquanto este crescera em proporção bem mais reduzida. Não é de se surpreender, assim, que entre 1982 e 1996 tenha se reduzido o percentual de filhos de profissionais que se mantiveram como profissionais.

GRÁFICO 6-2 - DESTINO DE CLASSE DOS FILHOS DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL ALTO, 1973-2014



Fonte: IBGE, Pnads, 1973, 1982, 1988, 1996 e 2014. Elaboração própria.

GRÁFICO 6-3 - DESTINO DE CLASSE DOS FILHOS DE PROFISSIONAIS NÍVEL BAIXO, 1973-2014



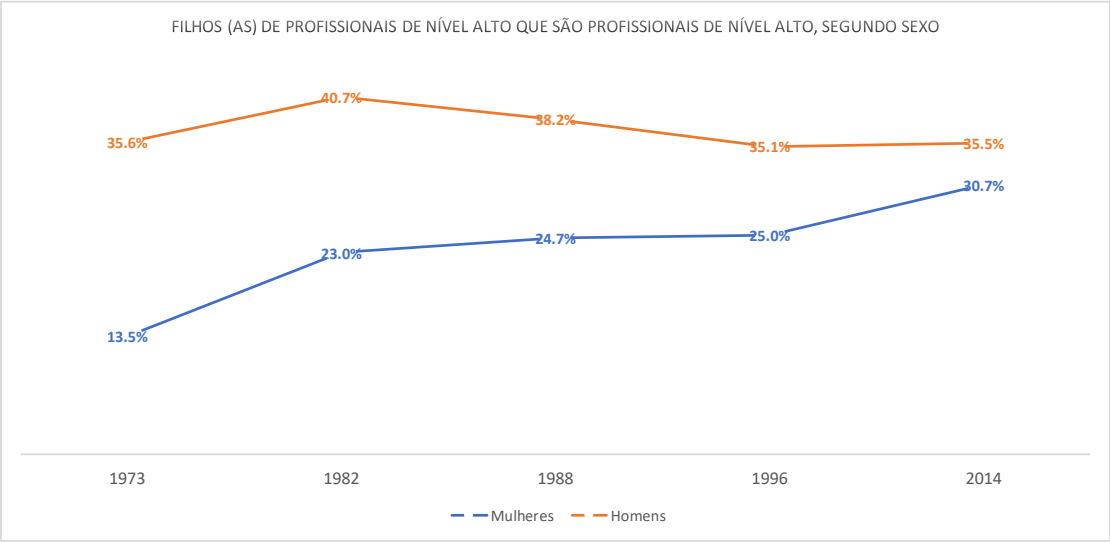
Fonte: IBGE, Pnads, 1973, 1982, 1988, 1996 e 2014. Elaboração própria.

Já entre 1996 e 2014 a tendência se inverte. Por um lado, cresceu consideravelmente tanto o estrato profissional na estrutura ocupacional, como também as vagas que se abriam no sistema de ensino superior. De outro lado, a expansão do ensino superior foi apropriada de forma distinta pelas diferentes classes e há indícios suficientes de que os estudantes "graduados sem reconhecimento" – aqueles que frequentam os cursos tecnológicos, os de carreiras fragmentadas e os de "novas carreiras" – sejam, em maior proporção, oriundos de classes inferiores. Agregue-se a isso que o fato de que os cursos de mais baixa qualidade e prestígio, majoritariamente localizados nas Instituições de Ensino Superior Privadas (Prates e Barbosa, 2015; Pfeifer, 2013), e que são justamente aqueles em que a transição para a ocupação típica se dá em menor proporção, também são preenchido na sua maioria por estudantes de classes mais baixas (vide a importância do FIES e do ProUni para o setor privado).

De modo que a inflexão observada nas taxas de saída dos profissionais resulta da combinação do modelo de expansão do ensino superior, no período, com o aumento do estrato profissional como um todo, fazendo com que os filhos de profissionais se beneficiassem mais, em termos relativos, dessa combinação no último período analisado.

Mas as formas diferenciadas pelas quais o sistema absorve homens e mulheres permite um olhar qualificado para esse argumento. A partir de 1982, homens e mulheres passam a apresentar tendências diversas. Entre 1982 e 1996, enquanto a transmissão declina para os homens, ela sobre para as mulheres, embora o saldo geral ainda seja de declínio. Já entre 1996 e 2014, a taxa para os homens se mantém praticamente constante, enquanto cresce em grau bastante elevado para as mulheres, indicando que a elevação geral da capacidade de transmissão da posição de profissional de nível alto foi levada a cabo quase que exclusivamente através das mulheres.

GRÁFICO 6-4 - FILHOS (AS) DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL ALTO QUE SÃO PROFISSIONAIS DE NÍVEL ALTO, SEGUNDO SEXO



Fonte: IBGE, Pnads, 1973, 1982, 1988, 1996 e 2014. Elaboração própria.

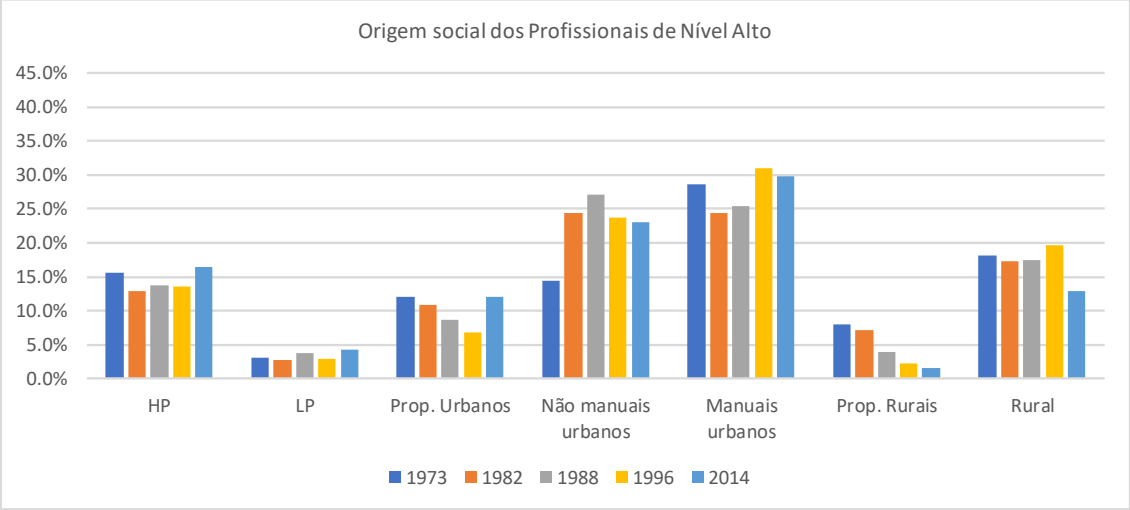
De fato, como mostram Ribeiro e Schelegel (2015), o declínio da força da associação entre o sexo e as principais carreiras universitárias se deu exatamente nos dois períodos em que o gráfico acima aponta para o aumento incisivo da taxa para as mulheres – até 1980 e ao longo do último período [108]. Também nesta linha, Salardi (2016) mostra como a segregação

[108] Embora os autores estejam trabalhando com os Censos Demográficos, pode-se dizer que os períodos são quase os mesmos dos que estamos trabalhando. Eles notam a diminuição da associação no período 1960-1980 e no período 2000-2010, sendo que entre 1980 e 2000 a associação permaneceu praticamente constante.

ocupacional por sexo diminuiu acentuadamente a partir do início dos anos 2000. Esses dados corroboram fortemente o argumento empregado até aqui, especialmente se notarmos que há uma diferença substancial entre os dois períodos. No primeiro, que vai da década de 1960 até 1980, a transmissão de posições também aumenta para os homens, de modo que o crescimento geral é muito mais pronunciado. Já no último período, ele se deve quase que exclusivamente às mulheres. Isto sugere que, ao longo da do último período, as filhas de profissionais se apropriaram mais dos diplomas das profissões tradicionais e regulamentadas, que outrora eram resguardados, pelo menos em alguma medida, aos homens que não eram filhos de profissionais e tinham nessas credenciais seu passaporte para a classe profissional.

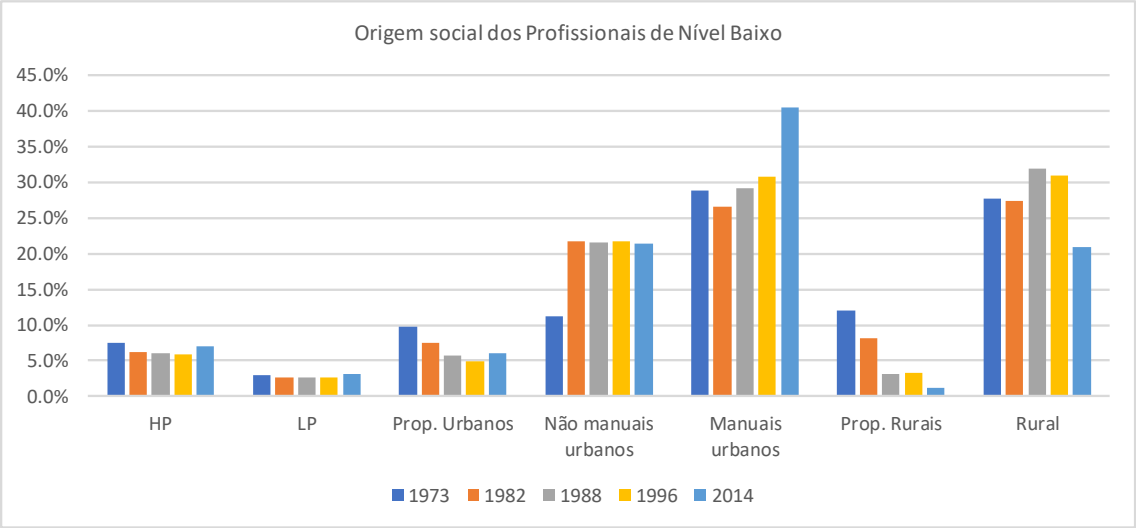
As taxas de entrada dos profissionais corroboram esta ideia. Embora a distribuição da origem social dos profissionais entre homens e mulheres ao longo do tempo seja muito semelhante, o último período marcou uma tendência de distanciamento. Os gráficos abaixo mostram que depois de um declínio entre 1973 e 1988, o percentual de profissionais com origem na mesma classe se mantém razoavelmente constante até 1996, quando finalmente sobe em 2014. Aliás, pode-se notar que para nenhuma outra classe que não a dos profissionais ou a dos proprietários urbanos, esse percentual aumentou no último período. O dado é ainda mais impactante se se observar que o valor de 2014 é mais elevado, inclusive, que o de 1973. Dito de outra forma, o chamado "auto-recurtamento" entre os profissionais nunca foi tão elevado.

GRÁFICO 6-5 - ORIGEM SOCIAL DOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL ALTO



Fonte: IBGE, Pnads, 1973, 1982, 1988, 1996 e 2014. Elaboração própria.

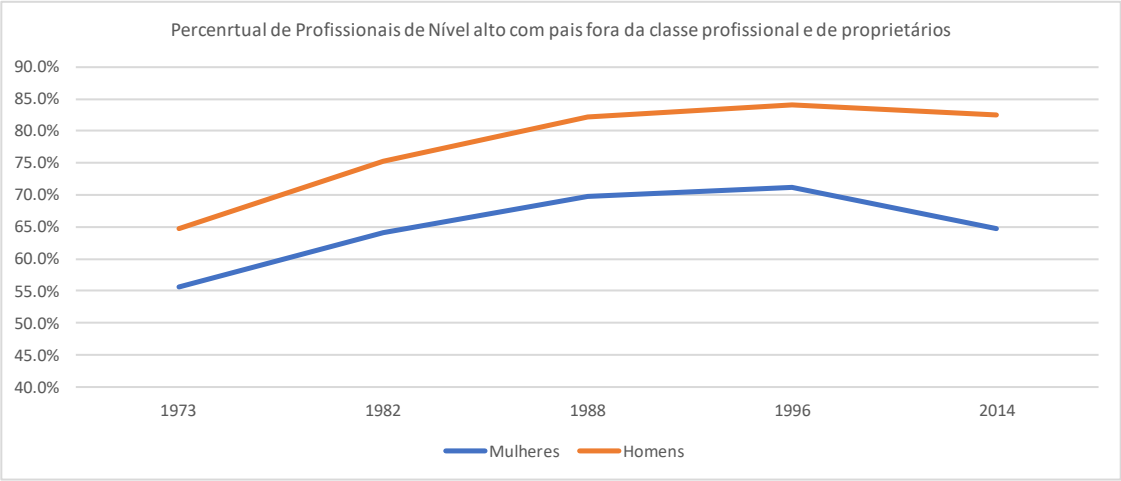
GRÁFICO 6-6 - ORIGEM SOCIAL DOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL BAIXO



Fonte: IBGE, Pnads, 1973, 1982, 1988, 1996 e 2014. Elaboração própria.

Mais uma vez, contudo, a tendência no período 1996-2014 parece estar sendo puxada pela dinâmica da mobilidade social das mulheres. Como mostra o gráfico abaixo, o percentual de profissionais com origem *fora do estrato profissional ou proprietário* declina pouco para os homens (em torno de 1.5 p.p.) e muito para as mulheres (6.4 p.p.).

GRÁFICO 6-7 - PERCENTUAL DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL ALTO COM PAIS FORA DA CLASSE PROFISSIONAL E DE PROPRIETÁRIOS



Fonte: IBGE, Pnads, 1973, 1982, 1988, 1996 e 2014. Elaboração própria.

Do ponto de vista da *composição* do estrato profissional, portanto, há três períodos bem definidos que se encontram em plena sintonia com a dinâmica observada das transformações do sistema de profissões e que, pelo menos em parte, podem ser interpretados à sua luz e os

mecanismos que engendram. Na fase de formação, não apenas a reprodução dos profissionais enquanto origem e destino de classe, como também os canais de mobilidade ascendente, eram mais restritos devido ao reduzido tamanho do estrato profissional e ao seu baixo grau de diferenciação. Ao longo do período de expansão abrem-se mais canais de mobilidade ascendente que, por seu turno, acabam por reduzir em alguma medida a capacidade de reprodução. No período recente, o padrão de expansão fragmentado da produção dos produtores, na medida em que ocorria, concomitantemente ao crescimento da fatia do estrato profissional e uma diminuição da segregação (de diplomas e ocupacionais, por sexo), acabou por favorecer, do ponto de vista da distribuição quantitativa dos postos, a reprodução dos profissionais antes que a mobilidade ascendente.

Nesse sentido, é importante notar também que as tendências da mobilidade social dos e para os profissionais é diferente das tendências gerais de mobilidade social quando observamos a estrutura de classes em seu conjunto. Nesse caso, as tendências permanecem mais ou menos as mesmas desde 1982 e não há nenhuma grande inflexão desde então. E provavelmente também seriam diferentes os padrões se analisássemos cada uma das classes separadamente, uma vez que os condicionantes institucionais dos padrões de mobilidade são específicos, também, a grupos localizados em espaços específicos na estrutura de classes.

6.2.1 O papel do setor público e a mobilidade ao longo das transformações do sistema de profissões

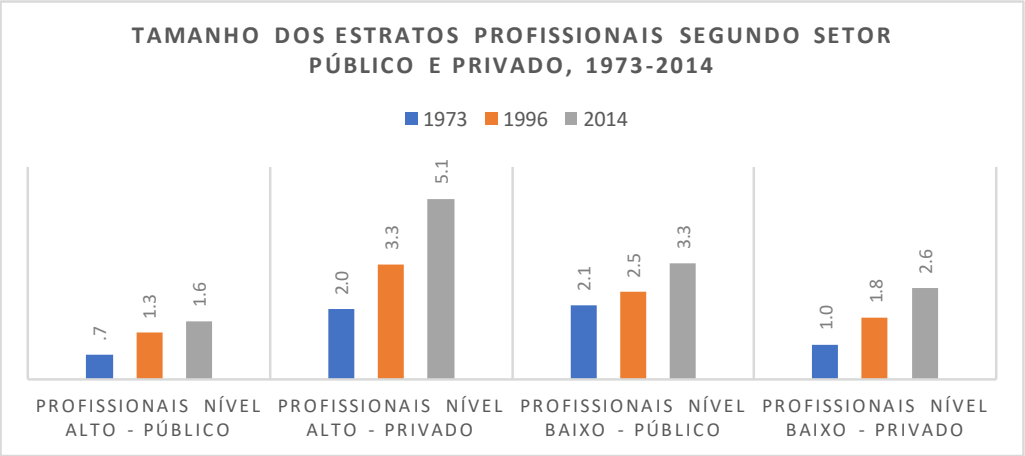
Um dos principais condicionantes institucionais de formação e desenvolvimento do sistema de profissões foi, como vimos até aqui, a dinâmica da expansão e contração do aparelho do Estado e as formas de acesso aos postos profissionais que se nele se abriam. É o que exploro nesta seção, com os dados de 1973, 1996 e 2014, visto que as Pnads da década de 1980 não contém informação sobre o setor do emprego (se público ou privado)[109]. Basicamente, esta seção se encarrega de observar se o padrão de mobilidade social dos profissionais também reflete as transformações do papel do Estado sobre a conformação do sistema de profissões.

Os Gráficos 5.8 e 5.9 a seguir mostram o tamanho dos grupos profissionais, segundo setor público ou privado no interior da estrutura de classes. Seguindo o que já havia sido observado nos capítulos anteriores, nota-se que o crescimento relativo dos profissionais de nível alto no setor público é maior ao longo da fase de expansão (1973-1996) do que no período

[109] Em princípio isto não é um problema posto que esses anos permitem recobrir, com algum grau de aproximação, as duas últimas fases do sistema de profissões.

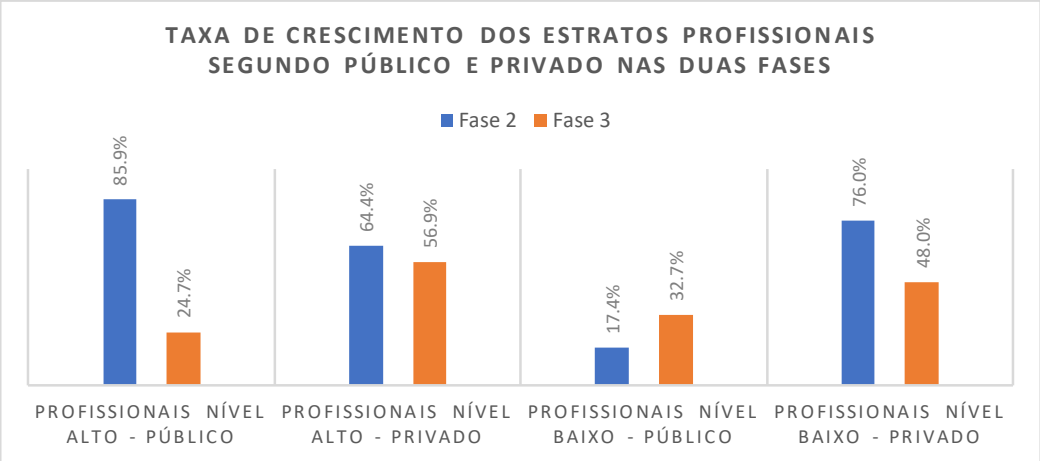
recente (1996-2014). O contrário ocorre com os profissionais do setor privado, cujo crescimento é mais pronunciado na última fase, apesar do crescimento constante. Outro dado importante é que o peso dos setores público e privado é inverso entre os profissionais de nível alto e baixo. Para os primeiros, o setor privado sempre foi a maior parcela, ocorrendo o contrário para os segundos.

GRÁFICO 6-8 - TAMANHO DOS ESTRATOS PROFISSIONAIS SEGUNDO SETOR PÚBLICO E PROVADO, 1973-2014



Fonte: IBGE, Pnads, 1973, 1996 e 2014. Elaboração própria.

GRÁFICO 6-9 - TAXA DE CRESCIMENTO DOS ESTRATOS PROFISSIONAIS SEGUNDO PÚBLICO E PRIVADO NAS DUAS FASES



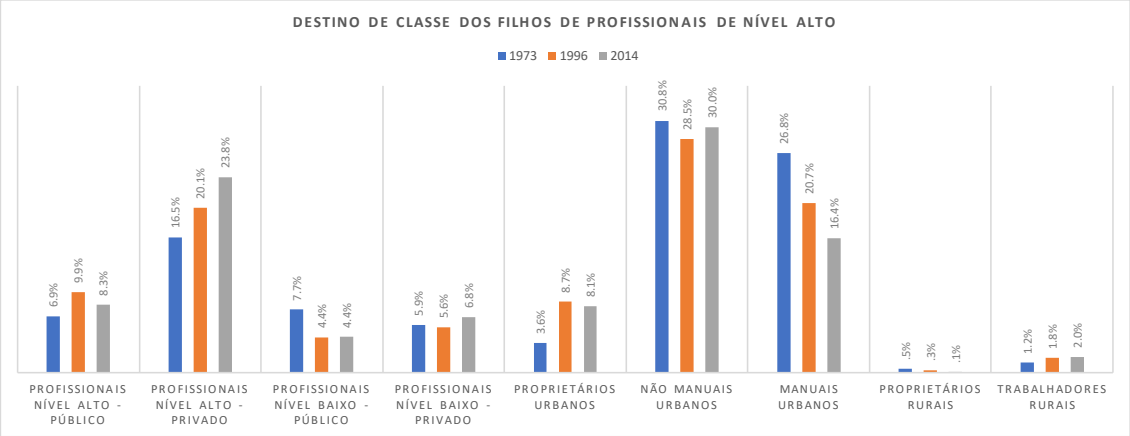
Fonte: IBGE, Pnads, 1973, 1996 e 2014. Elaboração própria.

As tendências de mobilidade observadas na seção anterior podem ser melhor compreendidas quando diferenciamos o estrato profissional entre setor público e privado? Se

sim, elas se alinham ao padrão observado até então? Os resultados apresentados a seguir sugerem que sim.

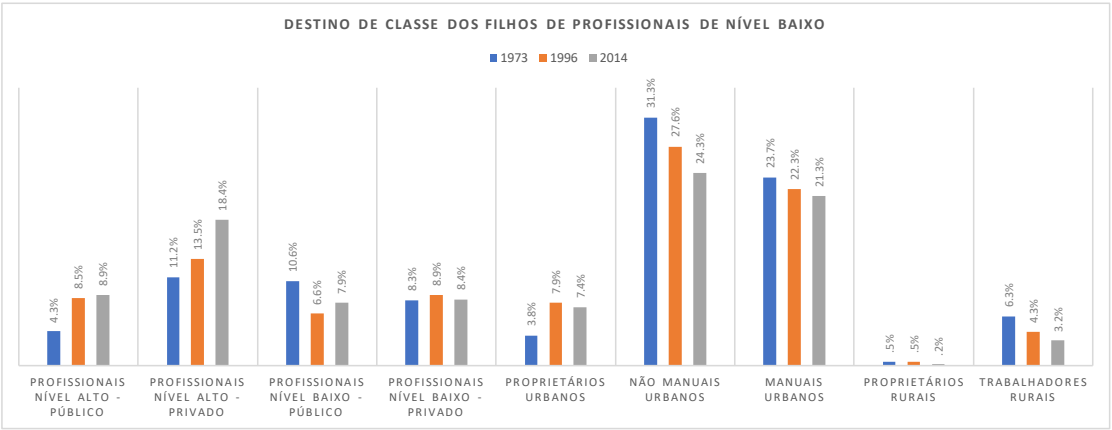
O destino de classe dos filhos de profissionais segue uma tendência semelhante à participação dos setores público e privado na composição do estrato profissional. Entre 1973 e 1996 o destino profissional cresce em ambos os setores, continua a crescer para o privado em 2014 mas declina no setor público nesse mesmo ano. Do ponto de vista meramente composicional, portanto, o setor privado onde predominam profissionais de nível alto ganha espaço na reprodução dos profissionais.

GRÁFICO 6-10 - DESTINO DE CLASSE DOS FILHOS DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL ALTO



Fonte: IBGE, Pnads, 1973, 1996 e 2014. Elaboração própria.

GRÁFICO 6-11- DESTINO DE CLASSE DOS FILHOS DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL BAIXO

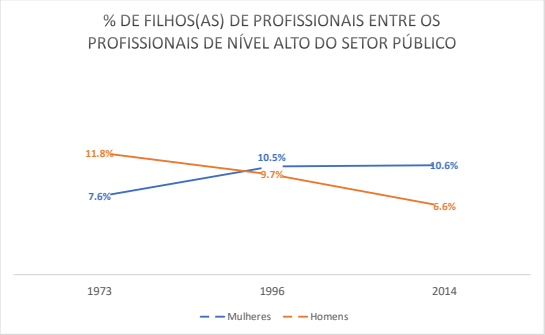


Fonte: IBGE, Pnads, 1973, 1996 e 2014. Elaboração própria.

Mas é possível perceber nos Gráficos 5.12 e 5.13 abaixo que o declínio no setor público ao longo do período recente se dá somente para os homens, enquanto a taxa se mantém constante para as mulheres. De outro lado, é bastante significativo o fato de que o crescimento

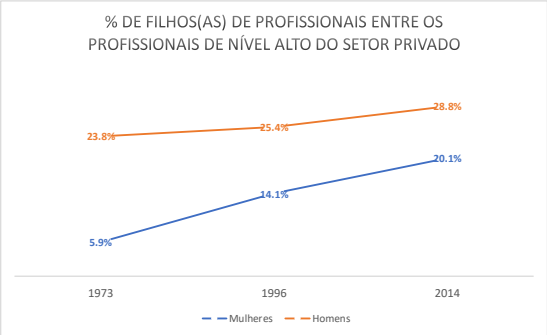
das mulheres no privado é muito mais elevado, tanto em comparação aos homens quanto em comparação com as próprias mulheres no setor público. Isto reforça a ideia aventada anteriormente de que a reprodução via setor privado tem passado pela combinação de uma diminuição da segregação do sistema exatamente no momento em que ele se mercantiliza.

GRÁFICO 6-12 - % DE FILHOS (AS) DE PROFISSIONAIS ENTRE OS PROFISSIONAIS DE NÍVEL ALTO DO SETOR PÚBLICO



Fonte: IBGE, Pnads, 1973, 1996 e 2014. Elaboração própria.

GRÁFICO 6-13 - % DE FILHOS (AS) DE PROFISSIONAIS ENTRE OS PROFISSIONAIS DE NÍVEL ALTO DO SETOR PRIVADO



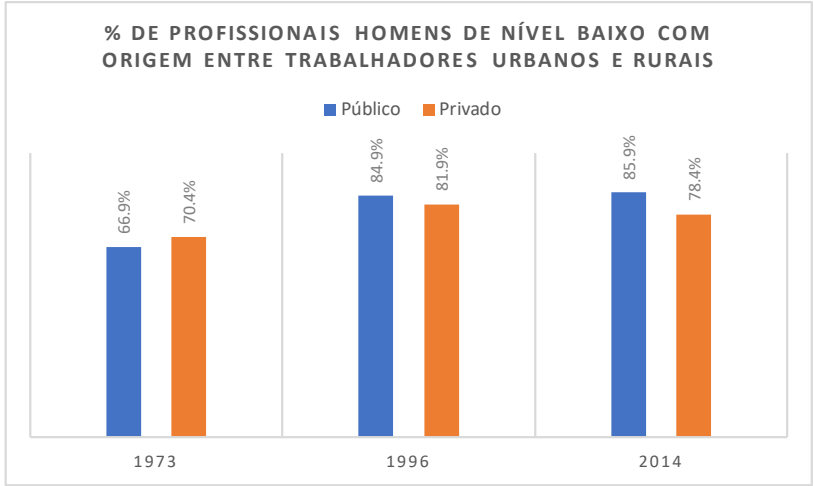
Fonte: IBGE, Pnads, 1973, 1996 e 2014. Elaboração própria.

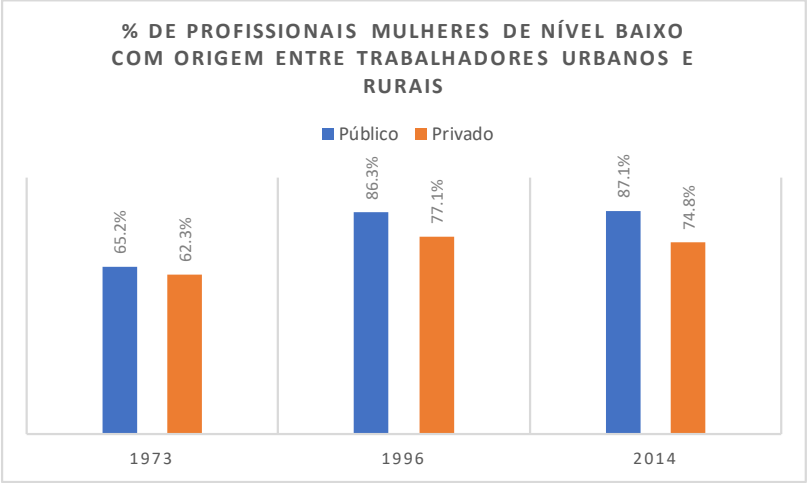
O mais revelador, contudo, é quando se observa em que medida os setores público e privado do estrato profissional estão abertos a receber indivíduos com origem nas classes mais baixas. Ou seja, isto responde a três questões distintas (i) há diferenças entre os setores público e privado enquanto aos canais de mobilidade ascendente? (ii) como esses canais são distintos para homens e mulheres? (iii) esta relação tem se alterado ao longo do período estudado?

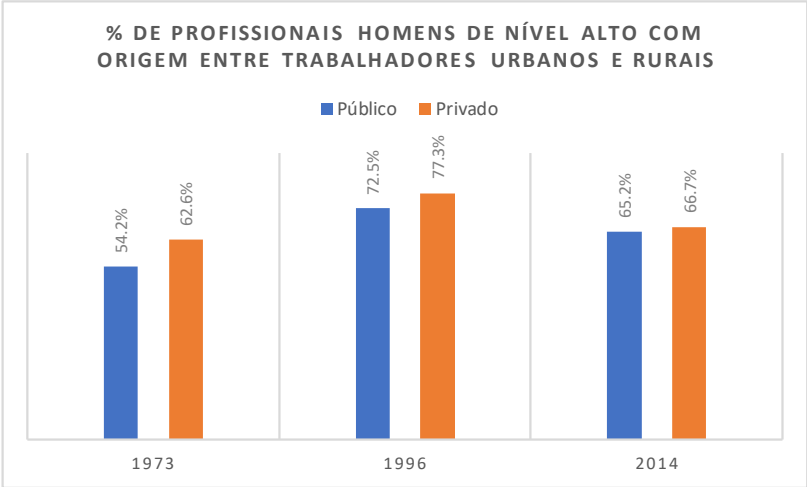
Os gráficos abaixo mostram que as respostas para as três perguntas são afirmativas tanto para profissionais de nível baixo quanto de nível alto bem como para homens e mulheres, *embora o padrão geral que se sustenta nas transformações do sistema de profissões seja transversal às diferenças entre os sexos.*

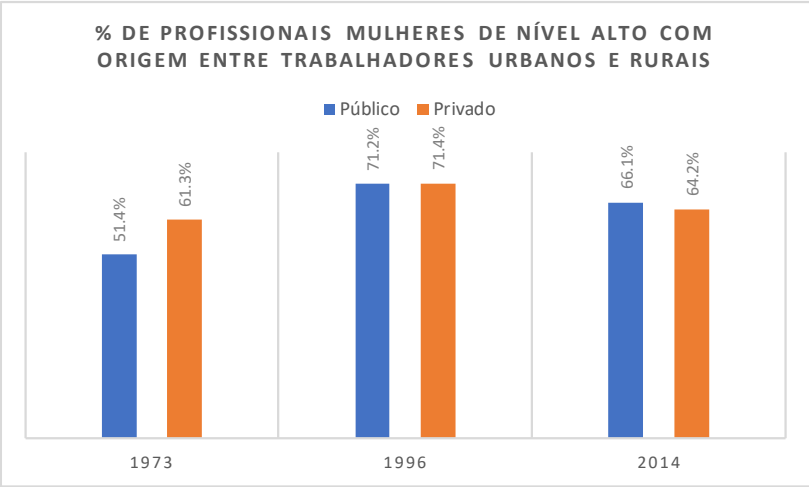
No início do período, o setor privado era mais aberto do que o setor público e, ao longo do tempo, essa relação se inverte. Para os profissionais de nível baixo isto se faz sentir já em 1996, enquanto que para os de nível alto só em 2014. O caso desses últimos é especialmente emblemático visto ter sido justamente no momento em que o sistema de profissões se tornou "menos público", em termos quantitativos, que o setor público se tornou mais aberto, se comparado, ao setor privado.

GRÁFICOS 6-14 - % DE PROFISSIONAIS HOMENS / MULHERES DE NÍVEL ALTO / BAIXO COM ORIGEM ENTRE TRABALHADORES URBANOS E RURAIS









Fonte: IBGE, Pnads, 1973, 1996 e 2014. Elaboração própria.

Para os profissionais de nível baixo, o setor público que sempre fora, relativamente ao privado, mais importante para as mulheres, passa a sê-lo para os homens já em 1996. Isto resulta da combinação de dois fatores: por uma parte, a maioria dos profissionais de nível baixo advém de profissões fortemente dominadas por mulheres; por outra, são profissões com elevada presença no setor de bem-estar e que, dessa forma, acompanharam o crescimento do Estado de Bem-Estar no Brasil, tais como professores da educação básica e profissionais da saúde de nível baixo (enfermeiros, fisioterapeutas e fonoaudiólogos).

De outro lado, embora ao longo do último período seja menor o percentual de pessoas com origem externa aos profissionais de nível alto, é somente nesse momento que o setor público passa a ser constituído, relativamente ao privado, por mais pessoas em processo de mobilidade ascendente, no caso das mulheres, e quase na mesma intensidade para os homens. Dessa forma, o setor público vai se constituindo gradativamente como canal de mobilidade ascendente ao topo do sistema de estratificação *tanto para homens como para mulheres*; *mas a consolidação desse processo se se dá especialmente no período recente do sistema de profissões.*

Em suma, *o setor público do sistema de profissões se tornou, ao longo do tempo, o lócus da mobilidade ascendente estrutural.* As duas seções seguintes apresentam testes mais rigorosos desta ideia.

6.3 A mobilidade social ao topo do sistema de estratificação à luz do sistema de profissões

Levando-se em consideração as principais características do sistema de profissões ao longo dos períodos analisados, bem como os dados preliminares apresentados até aqui, é possível sugerir que o modo como os setores públicos e privado estiveram abertos a receber indivíduos de classes inferiores tem sido distinto, da mesma forma como tem sido diversas as chances dos filhos de profissionais permanecerem na classe de profissionais.

Retomo brevemente as principais características. Ao final do período de formação, tínhamos no Brasil um sistema de profissões ainda reduzido e pouco diferenciado, no qual a credencial de ensino superior era, salvo algumas exceções, sinônimo de pertencimento ao estrato profissional. O Estado, apesar de ter passado por um processo de racionalização, ainda guardava traços fortemente clientelistas, de modo que o acesso ao emprego público passava, em grande medida, pelas relações pessoais. Ao longo do momento de expansão e diferenciação, o sistema se expande e se diferencia e o acesso ao ensino superior, embora ainda bastante restrito, também se amplia. O sistema de profissões em muito se beneficia da ampliação e

diversificação programática do Estado através das suas faces desenvolvimentista e de bem-estar; o acesso aos postos profissionais no setor público é, em boa medida, viabilizado pela expansão da administração indireta. Já o período recente – de fragmentação – se caracteriza por uma nova expansão e diferenciação, mas, agora, com a redução do papel do Estado na composição geral do sistema. Por outro lado, o acesso aos postos profissionais no setor público se racionaliza significativamente e a inserção nestes postos passa a fazer-se em ritmo crescente, por critérios universalistas (como os concursos) em oposição a mecanismos particularistas.

6.3.1 Dados e metodologia

Para observar em que medida há diferenças entre os períodos no que se refere às chances de mobilidade de acesso à classe de profissionais, a primeira estratégia foi estimar modelos de regressão logística multinomial, que apresento nesta seção; e a segunda foi a estimação de modelos log-lineares aplicados sobre as tabelas de mobilidade, apresentados na seção seguinte. Os primeiros modelos tiveram como variável dependente a classe de destino dividida em 5 categorias: i) Profissionais de Nível Alto (Público); ii) Profissionais de Nível Alto (Privado); iii) Profissionais de Nível Baixo (Público); iv) Profissionais de Nível Baixo (Privado); v) Não profissional (categoria de referência). Os modelos foram estimados para indivíduos entre 25 e 60 anos e para homens e mulheres separadamente, assumindo que todas as variáveis incluídas no modelo interagem com a variável "sexo", ou seja, que os mecanismos são necessariamente distintos entre homens e mulheres. Os dados apresentados até aqui nesse capítulo mais do que corroboram esta opção.

Os modelos assumem a seguinte função genérica:

$$Log\left[\frac{p(y=j|x=i)}{\mathrm{p(y=1|x=i)}}\right] = \beta 0 + \beta 1(Isei\ do\ Pai) + \beta 2(Idade) + \beta 3(Idade^2) + \beta 4(Sexo) + \beta 5(Raça) + \beta 5(Escolaridade\ do\ Pai) + \beta 6(Escolaridade\ da\ mãe) + \beta 7(Diploma\ ES) + \epsilon\,.$$

As duas principais variáveis de interesse são aquelas que remetem à origem social a partir da ocupação e da escolaridade do pai: Índice de *Status* Socioeconômico da ocupação (Isei) do pai e se o pai tem ou não diploma de ensino superior. Considero que existe de antemão uma desigualdade de oportunidades educacionais que se manifesta nas chances de ingresso e conclusão no sistema de ensino superior. Mas, passada essa barreira, cabe também indagar: *a origem socioeconômica se faz sentir de forma distinta para ingresso no estrato profissional público e privado? Isso muda ao longo do período?*

Além de permitir uma comparação entre as possibilidades de inserção no estrato profissional nos setores público e privado, é possível dar um passo interpretativo adiante. Veja-se que não há como mensurar diretamente a estratificação de diplomas (prestígio segundo instituição, modalidade do curso, etc.). Mas há razões suficientes para indicar que esse prestígio seja correlacionado à origem social. Desta forma, os efeitos do Isei do pai e do diploma do pai para indivíduos com diploma de ensino superior permitem captar, mesmo que indiretamente, como estado e mercado estão abertos a acolher indivíduos com diplomas de prestígio variado. É verdade que se trata uma imputação indireta e menos rigorosa do que mandam os cânones da metodologia quantitativa. Mas, na falta de dados, há que se buscar alternativas para a interpretação. Além disso, o mais importante é observar as tendências temporais e interpretar os resultados à luz das estatísticas descritivas apresentadas até aqui, além, é claro, do que já foi apresentado sobre a história do sistema de profissões.

6.3.2 Resultados e interpretações

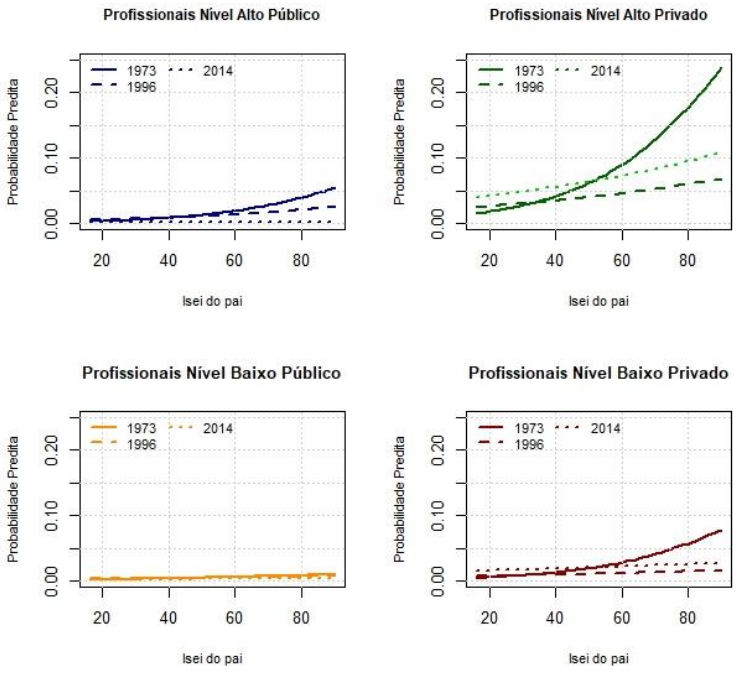
Detalhes de ajuste dos modelos e os coeficientes podem ser encontrados no Anexo 5. Apresento nesta seção os resultados em termos das probabilidades preditas para ingresso nas quatro classes de profissionais segundo o Isei da Ocupação do Pai. A interpretação é a seguinte: mantendo as características individuais constantes na média e variando apenas a origem social (mensurada pelo Isei da Ocupação do Pai), qual a probabilidade do indivíduo se encontrar em alguma das quatro classes de profissionais?

O Gráfico 6.15 abaixo apresenta os resultados para os homens. Há dois resultados que apresentam uma tendência mais geral em todo o período e independente do setor (público ou privado). O primeiro deles é que, tal como esperado, o efeito da origem social é muito mais pronunciado em 1973 do que nos demais anos analisados, à exceção dos profissionais de nível baixo no setor público, onde todos os efeitos são bastante reduzidos em qualquer um dos anos. O segundo é que a origem social sempre se mostra mais importante no setor privado do que no setor público, seja entre os profissionais de nível alto ou de nível baixo.

O resultado mais importante, contudo, é o que diz respeito às tendências dos profissionais de nível alto segundo setor público ou privado. Por um lado, é certo que a origem social sempre se mostrou mais importante para ingresso no setor privado do que no público e que há uma queda para ambos entre 1973 e 1996. Por outro, o período 1996 a 2014 é marcado por uma continuidade da redução do efeito da origem no setor público ao passo que há uma inflexão no setor privado. Não apenas a inclinação da reta é maior no setor privado em 2014 do

que 1996 (indicando maior vantagem daqueles com origem social mais elevada), mas também os próprios valores preditos são também mais altos. No setor público a reta se aproxima de zero (indicando quase nenhuma variação dependente do isei) e não tem quase nenhuma inclinação, ou seja, indicando que não existe praticamente nenhuma vantagem relativa para ingresso na classe de profissionais de nível alto no setor público a depender da origem social. Substantivamente, o resultado é bastante claro: *o topo da estrutura ocupacional no setor público foi, ao longo do tempo, se tornando mais insulado aos mecanismos relativos à origem social, ao passo que o contrário aconteceu no setor privado entre 1996 e 2014. No caso deste último, o período 1996 a 2014 é marcado por um aumento da reprodução social*.

GRÁFICO 6-15 - PROBABILIDADES PREDITAS PARA INGRESSO NAS QUATRO CLASSES DE PROFISSIONAIS SEGUNDO O ISEI DA OCUPAÇÃO DO PAI - HOMENS. 1973, 1996 E 2014.



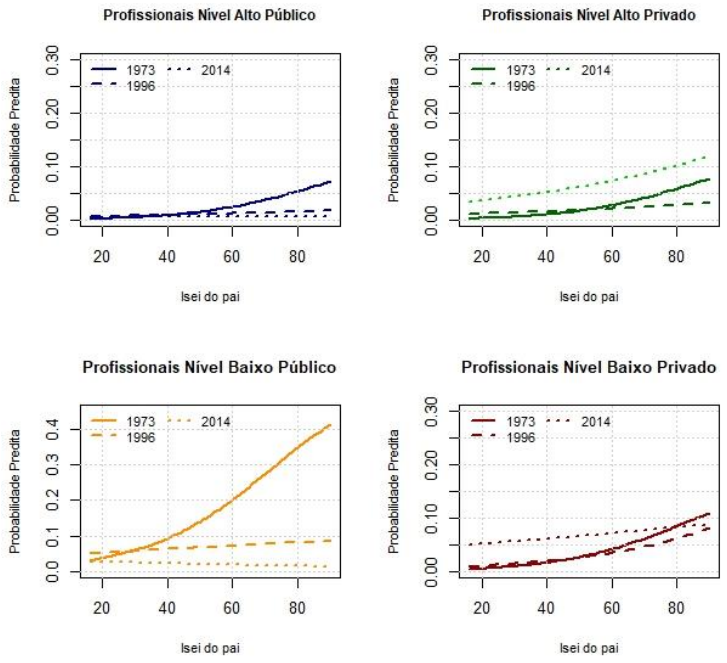
Fonte: Pnads 1973, 1996 e 2014. Elaboração própria.

Para as mulheres o resultado é ainda mais impactante e, apesar de guardar semelhanças com o observado para os homens no que diz respeito ao período 1996 e 2014, há especificidades que estão relacionadas diretamente ao processo de mercantilização da força de trabalho feminina. Em primeiro lugar, veja-se que o efeito da origem social é sobretudo muito elevado no início do período para o ingresso na classe de profissionais de nível baixo no setor público, exatamente onde se concentram ocupações como Professoras do Ensino Fundamental e

Enfermeiras. Este era, de forma muito clara, o nicho de mercado das mulheres de classe mais elevada.

Entre 1973 e 1996 ocorreu um processo semelhante ao dos homens no que diz respeito aos efeitos da origem social sobre os destinos ocupacionais, a saber, uma queda sistemática da sua influência sobre qualquer que seja a classe de destino. E também à semelhança dos homens, mas com ainda mais intensidade, o período 1996-2014 é marcado pelo aumento do peso da origem social no setor privado, tanto entre os profissionais de nível alto quanto de nível baixo. No caso dos profissionais de nível alto o resultado é ainda mais impactante porque o peso da origem social chega a ser superior do que em 1973, e isso por um motivo claro: o aumento dos níveis educacionais das mulheres, combinado com a entrada no mercado de trabalho especializado e a redução da segregação ocupacional, contribuiu para que a origem social atuasse como fator de diferenciação nas chances de ingresso na classe de profissionais no setor privado, processo que foi contrabalanceado pela redução da reprodução no setor público.

GRÁFICO 6-16 - PROBABILIDADE PREDITA PARA INGRESSO NAS QUATRO CLASSES DE PROFISSIONAIS SEGUNDO O ISEI DA OCUPAÇÃO DO PAI - MULHERES. 1973, 1996 E 2014.



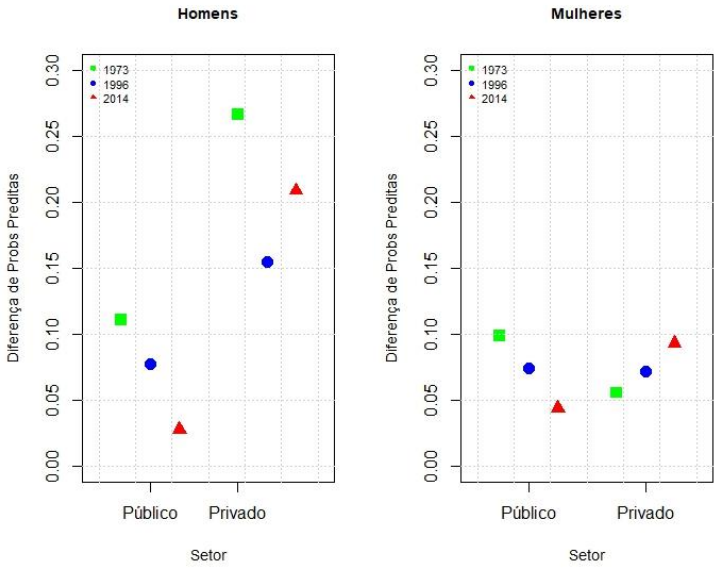
Fonte: Pnads 1973, 1996 e 2014. Elaboração própria.

Os resultados dos efeitos do diploma qualificam esses achados. Tal como seria de se esperar, o efeito do diploma de ensino superior é muito elevado devido à alta correlação que o sistema de ensino superior guarda com as posições do sistema de profissões. Mas há diferenças

substanciais a se destacar. Começo com as tendências para o setor público porque, nesse caso, os resultados são praticamente os mesmos para homens e mulheres, qual seja, o efeito da posse do diploma de ensino superior cai ao longo do tempo, e de maneira constante. Isto sugere que, ao mesmo tempo em que o Estado se expandiu, parece ter criado mecanismos de mercados internos que diminuem o peso do diploma de ensino superior para que os funcionários públicos assumam postos profissionais de nível alto, sejam eles homens ou mulheres. Se por um lado é certo que os mecanismos de ingresso à carreira pública se universalizaram através dos concursos, por outro cresceu a flexibilidade na associação entre o posto ocupado como profissional de nível alto e a posse do diploma.

Já no setor privado, a tendência é distinta entre homens e mulheres para o primeiro subperíodo (quando cai para os homens e cresce para as mulheres), ao passo que tem a mesma direção entre 1996 e 2014, quando a posse do diploma passa a ser mais importante para ambos os sexos. Esse resultado aponta indubitavelmente para o aumento da competitividade no mercado ao longo do último período e ajuda a entender também porque cresceu o peso da origem social no mercado, como observado nos gráficos anteriores.

GRÁFICO 6-17 - DIFERENÇA NAS PROBABILIDADES DE PREDITAS DE PESSOAS COM E SEM ENSINO SUPERIOR PARA INGRESSO NAS CLASSES PROFISSIONAIS DE NÍVEL ALTO, SEGUNDO SETOR (PÚBLICO X PRIVADO) E SEXO. 1973,1996 E 2014.



Fonte: Pnads 1973, 1996 e 2014. Elaboração própria.

Nesse sentido, quando combinada a análise do efeito do diploma de ensino superior com o de origem socioeconômica mensurada pelo Isei do pai, poder-se-ia sugerir que o acesso aos

postos profissionais do Estado se tornou mais universalista. Nos termos clássicos da sociologia da estratificação, para se tornar um profissional de nível alto no setor público, o *achievement* estaria valendo mais do que o *ascription*.

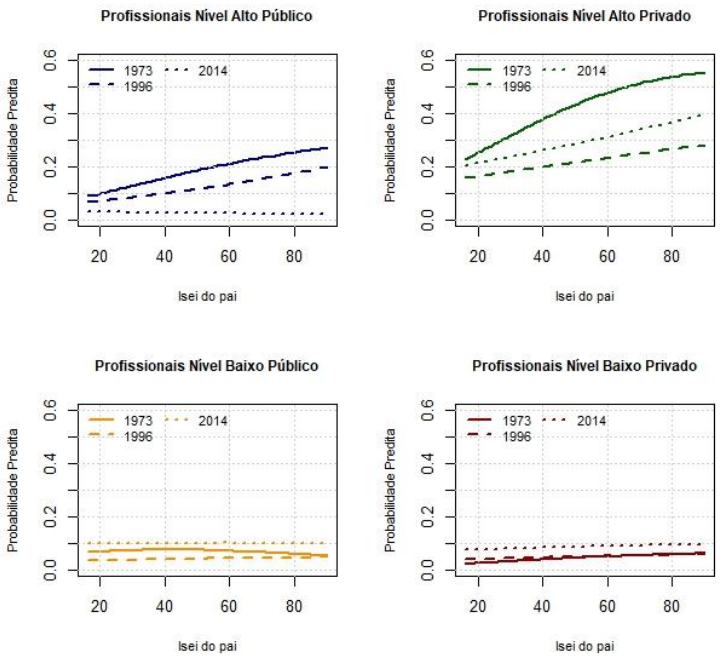
Mas ainda restam duas questões complementares. A primeira é se, nesse mesmo período, tem se reduzido também a desigualdade de acesso ao Ensino Superior, uma vez que a transmissão do privilégio também pode estar se dando mais através da realização educacional do que diretamente via origem e destino de classe. Os resultados mais recentes sugerem que tem havido uma redução das desigualdades de oportunidades educacionais tanto para ingresso quanto para a conclusão do ensino universitário, embora esta redução tenha ocorrido devido uma piora das chances das pessoas de classes mais altas, e não a uma melhora das chances das pessoas de classes mais baixas (Ribeiro, 2017, p. 61). O mais importante, contudo, é que se reduziram as distâncias.

A segunda questão é se os estratos profissionais público e privado são mais ou menos abertos para graduados com origem socioeconômica distinta. Os gráficos abaixo apresentam novamente as probabilidades preditas do efeito do Isei do pai para as quatro classes distintas de profissionais, mas agora considerando apenas aqueles que tem ensino superior completo.

Os resultados novamente são bastante expressivos, especialmente no que diz respeito às diferenças entre os setores público e privado. Para os homens, há um declínio sistemático do peso da origem social no setor público, que se aproxima de zero em 2014 e indicando que, uma vez completado o ensino superior, graduados de classes distintas competem em pé de igualdade por uma vaga na classe de profissionais nesse setor. Mais do que isso, vale notar que esta queda é maior entre 1996 e 2014 do que entre 1973 e 1996.

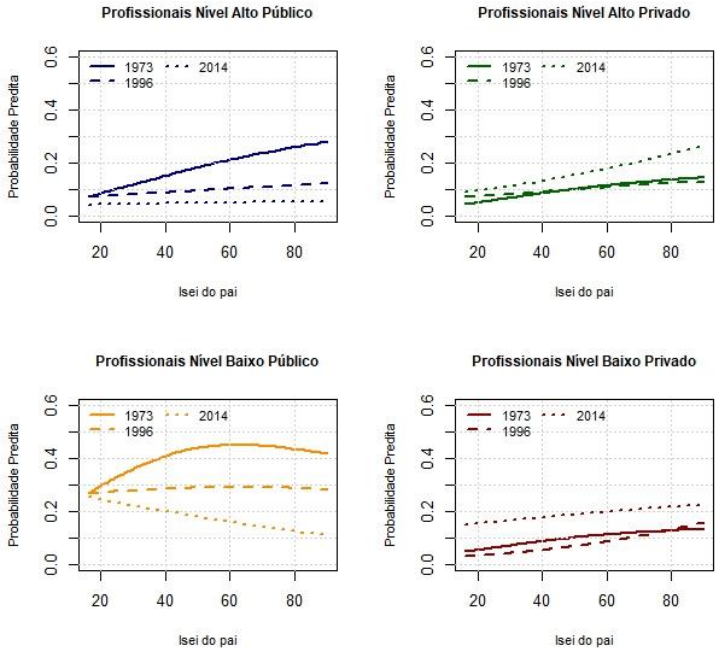
De outro lado, o movimento é exatamente o contrário no setor privado. A queda entre 1973 e 1996 é seguida de um movimento de inflexão entre 1996 e 2014. Ou seja, o aumento da reprodução social através dos mecanismos do mercado privado de trabalho parece estar compensando a redução que é puxada pelo setor público. Enquanto este se tornou mais aberto, aquele se tornou mais fechado.

GRÁFICO 6-18 - PROBABILIDADES PREDITAS PARA INGRESSO NAS QUATRO CLASSES DE PROFISSIONAIS SEGUNDO O ISEI DA OCUPAÇÃO DO PAI, APENAS PESSOAS COM E.S. COMPLETO - HOMENS. 1973, 1996 E 2014.



Fonte: Pnads 1973, 1996 e 2014. Elaboração própria.

GRÁFICO 6-19 - PROBABILIDADE PREDITAS PARA INGRESSO NAS QUATRO CLASSES DE PROFISSIONAIS SEGUNDO O ISEI DA OCUPAÇÃO DO PAI, APENAS PESSOAS COM E.S. COMPLETO - MULHERES. 1973, 1996 E 2014.

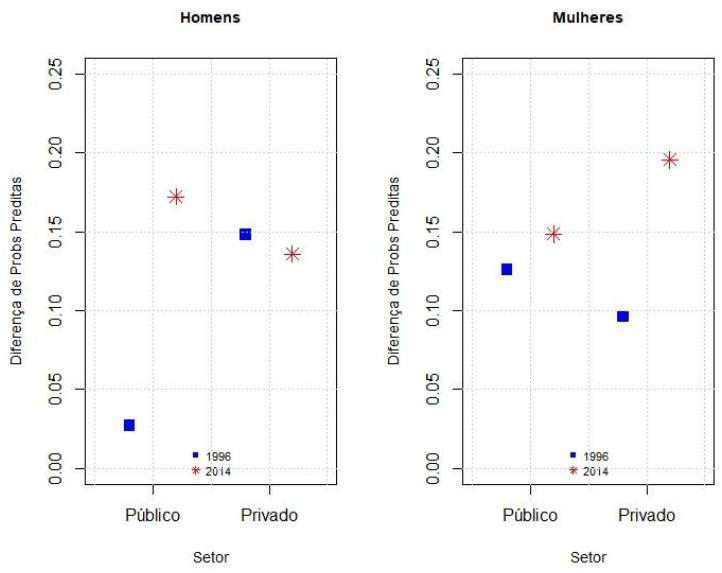


Fonte: Pnads 1973, 1996 e 2014. Elaboração própria.

Para as mulheres o movimento é muito semelhante, mas com um aspecto adicional: no início do período, seu principal destino era para a classe de profissionais de nível baixo no setor público, como já observamos. Além disso, o efeito do Isei do Pai se fazia sentir somente até certo nível, quando se tornava constante. Já no período recente, as mulheres filhas das classes superiores têm se aproveitado mais da origem social para garantir seu espaço na classe profissional (seja de nível alto ou baixo), mas agora principalmente através do mercado. Tal como ocorrera com os homens, a classe profissional no setor público se tornou resistente à origem social.

Mas, paralelamente, há uma outra forma de estratificação que tem desigualado as pessoas com ensino superior e que não passa necessariamente pela ocupação do pai (embora esteja relacionada, evidentemente). Trata-se da educação do pai, mensurada aqui pela posse de diploma de ensino superior. Como pode-se ver no gráfico abaixo, a vantagem representada pelo diploma de ensino superior do pai cresce consideravelmente no setor público, tanto para homens quanto para mulheres, embora em intensidade muito mais forte para os primeiros. Para essas, o efeito do diploma de ensino superior do pai, que era mais importante para o setor público em 1996, passa a ser muito mais importante para o setor privado em 2014, embora tenha crescido em ambos.

GRÁFICO 6-20 - DIFERENÇAS NAS PROBABILIDADES DE PREDITAS, PESSOAS COM PAIS COM E SEM ENSINO SUPERIOR, PARA INGRESSO NAS CLASSES PROFISSIONAIS DE NÍVEL ALTO, SEGUNDO SETOR PÚBLICO X PRIVADO, E SEXO. 1996 E 2014.



Fonte: Pnads 1973, 1996 e 2014. Elaboração própria.

Em conjunto, esses resultados indicam para um ponto fundamental. Um menor grau de associação entre o diploma e profissão de um modo geral. Considerando as pessoas que estavam no mercado de trabalho em 1996, os pais que tinham diploma eram em proporção muito mais elevada profissionais de nível alto do que os pais com diploma daqueles que estavam no mercado em 2014. Com efeito, a sintonia entre a transmissão de recursos que passava pelo diploma e pela ocupação era muito mais forte em 1996 do que atualmente.

Na medida em que o Estado se racionaliza e acirra a competição pelos postos profissionais de nível alto, isso fica ainda mais visível. O aumento do efeito da educação do pai para o setor público representa uma forma de reprodução social que passa mais pela credencial de origem – algo que pode ser visto como transmissão de capital cultural – do que pela reprodução ocupacional. Ou, melhor dizendo, a credencial familiar se torna consideravelmente mais importante num ambiente mais competitivo quando a reprodução ocupacional declina.

Para os profissionais de nível alto, a reprodução ocupacional tem tido um efeito menor para acesso aos postos no setor público e aumentado no setor privado para homens e para as mulheres. Por outro lado, os resultados encontrados para a posse de diploma de Ensino Superior do pai indicam que as vantagens relativas na parte de cima do sistema de estratificação que dependem do capital cultural familiar aumentaram muito considerando aqueles que se tornam profissionais, seja no setor público ou privado.

O padrão identificado acima pode ser interpretado preliminarmente da seguinte maneira: embora na média o setor público tenha se tornado *um importante canal de mobilidade ascendente tanto para homens quanto para mulheres*, a fragmentação do sistema de profissões num momento de profissionalização do Estado tem culminado no crescimento de outra forma de reprodução social que não passa necessariamente pela reprodução entre ocupação do pai e ocupação do filho(a), mas sim pela credencial do pai e ocupação do filho(a). Mas veja-se que isso ocorre justamente porque a credencial de ensino superior deixa de significar, ao longo do tempo, inserção profissional de nível alto. Tendo em vista o elevado grau de desigualdade de origem manifesto pelo diploma do pai, esse tem sido um mecanismo de aumento da desigualdade de acesso ao estrato profissional através do setor público, de modo que filhos de diplomados têm uma vantagem muito mais elevada para se tornar profissionais de nível alto no setor público em 1996 do que em 2014.

De outro lado, o estrato profissional de nível baixo tem se tornado importante canal de mobilidade para os homens – algo que se evidencia pela queda dos efeitos das duas variáveis de origem social – ao passo que ainda é uma importante via de acesso ao estrato profissional

para as mulheres com origem privilegiada. A bem da verdade, a reprodução social das mulheres, seja nos setores público ou privado, de nível alto ou baixo, tem sido um importante vetor inibidor do aumento da mobilidade social entre 1996 e 2014.

O que se tem, portanto, é que o acesso ao topo do sistema de estratificação através do emprego público de nível alto tem se tornado mais desigual a se considerar o efeito da educação do pai. Novamente pode-se dizer que o processo de profissionalização do Estado, embora tenha se caracterizado por adotar critérios mais universalistas de recrutamento, parece ter tornado a competição sensivelmente mais acirrada. Por um lado, e especialmente para os homens, a tendência é de maior mobilidade ocupacional, embora a educação de nível superior do pai venha contrabalanceando este movimento. Para as mulheres, por outro lado, tem havido uma maior reprodução, seja via ocupação ou diploma do pai.

No setor privado é onde se sente o maior efeito da origem social. Se levarmos a fundo a interpretação de que o diploma e a ocupação do pai refletem de alguma maneira o diferencial de prestígio das credenciais, vê-se que esse diferencial opera de forma mais notável no período mais recente a favor daqueles com origem social mais alta. De outro lado, o estrato profissional de nível baixo tem sido especialmente importante para os homens e mulheres graduadas.

A competição aos postos profissionais de nível superior tanto no setor público quanto no privado tem aumentado. Homens e mulheres em posição desprivilegiada no processo de estratificação horizontal estão utilizando o setor público como canal de mobilidade ascendente.

Os resultados indicam, portanto, que ao se profissionalizar num cenário de ainda forte desigualdade de origem e com ampliação do acesso diferenciado do ensino superior, o emprego público se torna especialmente atrativo quando o sistema de profissões se torna mais fragmentado. Afinal, ao prezar pela universalidade formal ele acena para a ilegitimidade da desigualdade de origem. Mas, ao mesmo tempo, acirra-se a competição pelos postos de nível alto, fazendo valer a origem social através de outros mecanismos que não a reprodução direta da ocupação, e sim da educação do pai.

6.4 A imobilidade social dos profissionais

Os resultados apresentados na seção anterior apontam para um padrão de mobilidade que responde às mudanças na estrutura ocupacional. Eles mostram uma tendência que é geral, mas que não permite dizer se tem havido mudanças nas taxas relativas de mobilidade e na associação líquida entre origem e destino ao longo da estrutura de classes. O objetivo desta seção é observar se, mesmo com as mudanças na estrutura de classes, houve mudanças na

imobilidade dos profissionais de nível alto e se há diferenças entre homens e mulheres. Nessa seção, vou me restringir a mobilidade ocupacional, mas é importante ter em mente, tal como destacado na seção anterior, que a educação do pai tem tido um efeito cada vez maior para o acesso aos postos profissionais de nível alto.

Foram utilizados modelos log-lineares aplicados às tabelas de mobilidade para homens e mulheres separadamente. Elaborei uma versão adaptada do modelo de Fluidez Social brasileiro utilizado por Ribeiro (2007) que, por sua vez, já é uma adaptação do modelo de fluidez social básico proposto por Erikson e Goldthorpe (1987; 1992). Segundo esses autores, o "modelo de fluidez básico" se aplicaria à todas as sociedades industriais porque estas apresentariam um padrão semelhante de mobilidade social de modo que pequenas variações nacionais não limitariam sua capacidade de generalização.

Esse modelo foi elaborado a partir da postulação de quatro conjuntos de efeitos independentes que determinariam os padrões de mobilidade social. Os efeitos *hierárquicos*, relativos às barreiras à mobilidade no interior da estrutura de classes; os efeitos de *herança*, que aponta para as heranças específicas de classe; *efeitos setoriais*, que divide os setores agrários, não agrários e pequenos empreendedores; e *efeitos de afinidade*, que ajustam o modelo para melhor identificar (des) continuidades de mobilidade entre classe específicas[110] - por exemplo, uma afinidade positiva entre a mobilidade ascendente dos trabalhadores rurais e manuais urbanos e, de outro lado, afinidades negativas de mobilidade ascendente dos trabalhadores rurais para profissionais de nível alto.

A adaptação face ao modelo proposto por Ribeiro (2007) se deve principalmente ao fato de que não estão sendo utilizadas exatamente as mesmas categorias de classe e, desta forma, as tabelas são inerentemente distintas. Desta forma, o modelo de Ribeiro (2007) serviu como uma espécie de "guia inicial" a partir do qual os dados foram ajustados, embora a lógica básica que guia a maioria dos efeitos se mantém. Estimei modelos Unidiff (Xie, 1992) que testam a força da associação entre origem e destino a partir de um multiplicador logarítmico para cada ano – indicador de fluidez – e modelos de associação heterogênea (Erzsébet, Goldthorpe e Kuha, 2016) que estimam um parâmetro para cada ano para cada um dos efeitos topológicos, mas que não inclui um multiplicador único para a força da associação geral entre origem e destino.

[110] A introdução deste último efeito é fortemente criticada por Ganzeboom et al (1991) que apontam que sua introdução é apenas um artifício metodológico *ad hoc* para que os dados se ajustem de maneira mais adequada ao modelo de fluidez básico. O argumento de Erickson e Goldthorpe (1992), por sua vez, é de que o ajuste é (e deve ser) realizado a partir do conhecimento relativo às trajetórias de cada uma das sociedades nacionais analisadas e que tem suporte teórico e empírico.

Após uma análise dos resíduos do modelo básico adaptado, o modelo foi ajustado de forma distinta para homens e mulheres. Para os homens, o modelo que reportou um melhor ajuste foi o Modelo de Fluidez Social Adaptado reduzido, ou seja, um modelo mais parcimonioso e com menos efeitos de topologia. Já para as mulheres o ajuste do modelo de deu com a introdução de três novos efeitos de afinidade que são específicos ao padrão de mobilidade das mulheres[111].

A tabela abaixo apresenta as estatísticas de ajuste dos modelos para homens e mulheres separadamente. Valores menores da estatística BIC significam melhores ajustes (Powers & Xie, 1992; Raftery, 1995) e, como pode-se notar, os melhores modelos para homens e mulheres, respectivamente, são os Modelos 2 e 5. Ou seja, é um modelo que estimou uma redução homogênea da associação entre origem e destino para todos os espaços da estrutura de classes.

TABELA 6-1 ESTATÍSTICAS DE AJUSTE DOS MODELOS

Estatísticas de ajuste dos modelos

Homens - *N* =114000				
Modelos	BIC	L2	GL	Δ
Modelo Nulo	36370.2	38047.0	144	20.8
Modelo de Fluidez Adaptado - Unidiff (1)	-406.8	746.0	99	1.4
Modelo de Fluidez Adaptado Reduzido Unidiff (2)	-828.7	522.0	116	1.9
Modelo de Fluidez Adaptado Reduzido (Associação Heterogênea - ano) (3)	-483.8	669.0	99	1.4
Mulheres - *N* =67858				
Modelos	BIC	L2	GL	Δ
Modelo Nulo	19721.2	21323.2	144	19.3
Modelo de Fluidez Adaptado - Unidiff (4)	-304.8	796.6	99	2.2
Modelo de Fluidez Adaptado Ajustado - Unidiff (5)	-765.0	492.0	113	2.6
Modelo de Fluidez Adaptado Ajustado - (Associação Heterogênea - ano) (6)	-677.6	357.0	93	3.3

Fonte: Pnads 1973, 1996 e 2014 - Elaborado pelo autor

A tabela abaixo apresenta os coeficientes dos termos que afetam a imobilidade social dos profissionais para homens e mulheres, bem como o coeficiente Unidiff estimado para cada ano. Os coeficientes de imobilidade são lidos como o aumento da propensão à imobilidade em relação a se os efeitos não existissem (Erzsébet, Goldthorpe e Kuha, 2016). Por exemplo, o valor de 3,31 para os homens no setor privado em 1973 indica que a chance de permanecer na classe de origem é de 3,31 vezes maior do que num regime de mobilidade onde esse grupo não dispusesse dos mecanismos de reprodução específicos dos quais dispõem. O valor do efeito específico da imobilidade é dado pela da soma de todos os efeitos de imobilidade que afetam o grupo em questão, no caso o efeito "geral" da propensão à imobilidade que afeta todas as classes (a diagonal principal da tabela) com o efeito específico de imobilidade dos profissionais. Como

[111] A especificação dos modelos, bem como as matrizes de efeitos topológicos utilizadas se encontram no Anexo 5.

o coeficiente está em escala logarítmica, chega-se ao valor a partir da seguinte transformação em cada ano: $e^{IN1+IN3}$, em que IN1 é o coeficiente relativo à diagonal principal e IN3a e IN3b são os da imobilidade profissional nos setores público e privado, respectivamente.

TABELA 6-2 - PARÂMETROS DE IMOBILIDADE DOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL ALTO ESTIMADOS PELOS MODELOS 2 E 5

Parâmetros de Imobilidade dos Profissionais de Nível Alto estimados pelos Modelos 2 e 5

Efeitos de imobilidade - Profissionais de nível alto		1973	1996	2014
Homens	Herança 1 - Diagonal Principal - *IN1*	0.63	0.54	0.51
	Imobilidade específica ao Setor Público - *IN3a*	0.37	0.32	0.30
	Imobilidade específica ao Setor Privado - *IN3b*	0.57	0.49	0.46
	Total da Imobilidade no Setor Público	*2.73*	*2.37*	*2.26*
	Total da Imobilidade no Setor Privado	*3.31*	*2.79*	*2.64*
	Coeficiente Unidiff	1.00	0.86	0.81
Mulheres	Herança 1 - Diagonal Principal - *IN1*	-0.22	-0.09	-0.12
	Imobilidade específica ao Setor Público - *IN3a*	0.45	0.18	0.24
	Imobilidade específica ao Setor Privado - IN3b	0.85	0.33	0.45
	Total da Imobilidade no Setor Público	*1.26*	*1.10*	*1.13*
	Total da Imobilidade no Setor Privado	*1.88*	*1.28*	*1.40*
	Coeficiente Unidiff	1.00	0.39	0.53

Fonte: Pnads 1973, 1996 e 2014. Elaboração própria.

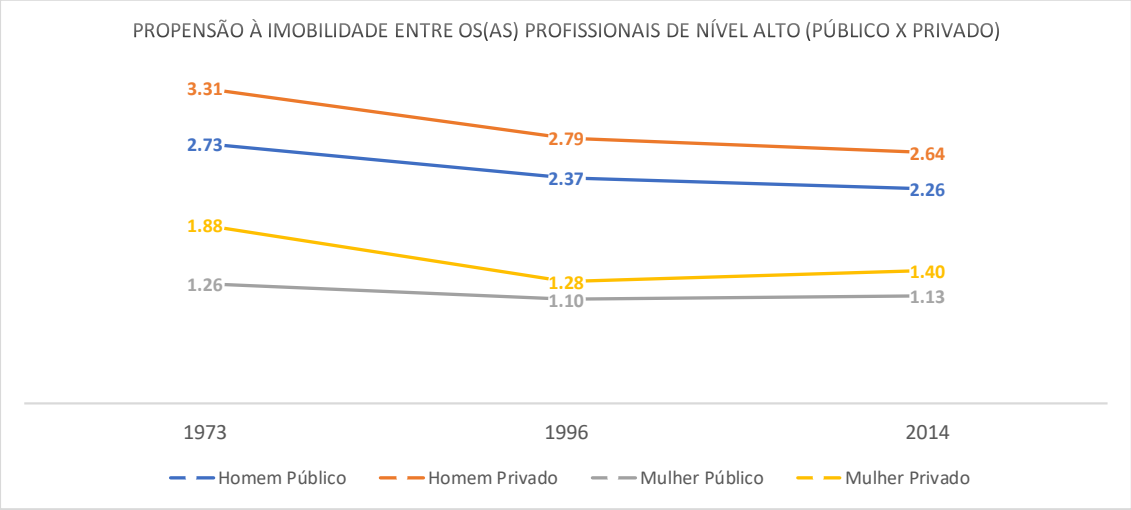
O primeiro ponto a se destacar é que o modelo para os homens estima uma forte queda na associação entre origem e destino entre 1976 e 1996 – em torno de 14,0% – e uma queda menos intensa entre 1996 e 2014, de 5% (como o coeficiente Unidiff é logaritimizado, ele pode ser lido diretamente como variação percentual). Este resultado pode estar a indicar que a menor redução da fluidez entre 1996 e 2014 – diferente de uma redução da ordem de 11,0% encontrada em Ribeiro (2017) – deve-se ao fato de que boa parte da mobilidade no período está ocorrendo entre as classes intermediárias urbanas.

O mais expressivo, contudo, talvez seja a diminuição da fluidez entre as mulheres no período 1996-2014. Ou seja, o dado indica de forma ainda mais contundente que a mobilidade social feminina foi levada à cabo pela mudança estrutural entre 1973 e 1996, algo que não ocorreu de forma tão expressiva no período seguinte. O dado para 2014 indica que a fluidez é bastante mais elevada do que em 1973, mas que, desde 1996, a mobilidade social das mulheres passa ainda mais pelo meio da estrutura do que a mobilidade social dos homens.

Com efeito, os resultados para a imobilidade social das mulheres profissionais, tanto no setor público quanto no privado, reforçam esta ideia. Depois de uma queda entre 1973 e 1996, *a imobilidade das profissionais mulheres aumentou em 2014*, tal como já havíamos documentado na seção anterior. *As mulheres filhas de profissionais aumentaram sua vantagem*

relativa para se tornarem profissionais, comparativamente às demais mulheres, ao longo do período 1996-2014.

GRÁFICO 6-21 - PROPENSÃO À IMOBILIDADE ENTRE OS (AS) PROFISSIONAIS DE NÍVEL ALTO (PÚBLICO X PRIVADO)



Fonte: Pnads 1973, 1996 e 2014. Elaboração própria.

Veja-se que a imobilidade das mulheres já era superior no setor privado do que no público em 1973, declina em ambos e cresce de forma mais acentuada para o privado do que para o público entre 1996 e 2014, convergindo com os resultados apresentados na seção anterior. A imobilidade das mulheres no topo do sistema de estratificação aumentou e isso tem se dado em grande medida por conta da reprodução através do mercado privado de trabalho, embora no setor público também seja possível observar um sensível aumento.

Para os homens, por sua vez, o que se observa é uma tendência de queda sistemática ao longo do período, embora a redução da imobilidade tenha sido maior ao longo da expansão do sistema de profissões. Além disso, pode-se observar que a imobilidade sempre foi maior no setor privado do que no público, convergindo com os resultados da seção anterior.

Vale lembrar, contido, que não é possível ver esse resultado sem ter em mente que a educação do pai tem tido um efeito crescente para o ingresso na classe profissional de nível alto, especialmente para o setor público. Dito de outra forma, se é verdade que a imobilidade dos profissionais homens tem declinado, também é verdade que estão se tornando profissionais, cada vez mais, aqueles cujos pais têm diploma de ensino superior. Desta forma, o setor público se constitui gradativamente como um canal de mobilidade ascendente, mas a competição tem aumentado e os canais de reprodução social que passam pela educação do pai tem se descolado daqueles que passam pela sua profissão. As transformações ocorridas no sistema de profissões

ao longo do tempo são uma forma de qualificar esta explicação e permite, inclusive, compreender melhor porque homens e mulheres tem apresentado tendências distintas de mobilidade social no último período do sistema de profissões.

Por fim, na seção seguinte, mostro como a imobilidade que foi observada para os homens depende da transmissão da posição ao nível da profissão e não em termos de uma grande classe de profissionais, no que discuto alguns limites da análise sistêmica empregada até aqui.

6.5 Os caminhos da reprodução e os limites da análise sistêmica: profissões enquanto (micro) classes?

6.5.1 Origem e destino de classe das profissões

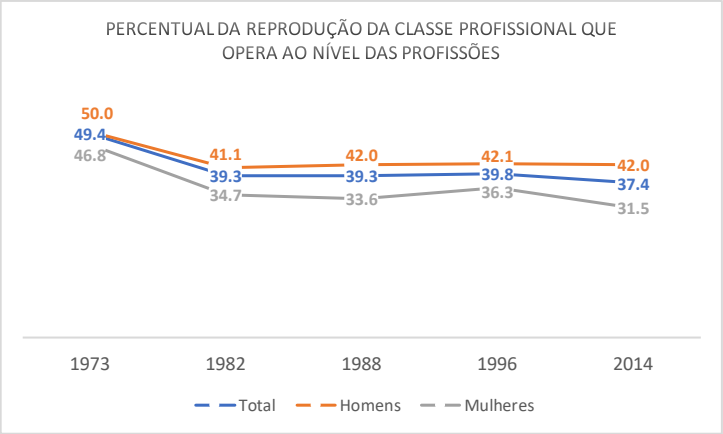
Na primeira seção deste capítulo, observei os movimentos em torno da capacidade dos profissionais em transmitirem as posições a seus filhos e, no sentido contrário, da origem social dos profissionais. Foi constatado que o destino social dos filhos de profissionais para a mesma classe, depois de um forte aumento entre 1973 e 1982, declina até 1996 para voltar a subir em 2014. Já em relação ao segundo, observamos que o percentual de profissionais que são filhos de profissionais, depois de declinar entre 1973 e 1982, se mantém constante até 1996 e também sobe em 2014.

Em que medida este padrão depende de uma reprodução da profissão, *strictu sensu*, e não da classe de profissionais? Ou, em outros termos, em que medida o percentual de pessoas que se mantém na classe de origem profissional o faz porque, na verdade, se mantém na mesma profissão do pai?

O Gráfico 6.25 a seguir mostra que este percentual pode ser considerado elevado ao longo de todo o período, mas que tem dois momentos de inflexão importantes: depois de 1973 e de 1996. Veja-se que, no início, quase a metade da reprodução dos profissionais se dava ao nível da profissão mesma. Ora, isso não é difícil de entender se lembrarmos que o grau de diferenciação do sistema era ainda reduzido em 1973: as profissões de medicina, direito, odontologia e engenharia respondiam por quase 60,0% do total dos diplomas (Gráfico 3.14) e não é de se surpreender que um(a) filho(a) que seguisse o destino de classe profissional do pai tinha poucas possibilidades que não essas carreiras. E, mais do que isso, veja-se que a tendência é muito semelhante entre homens e mulheres.

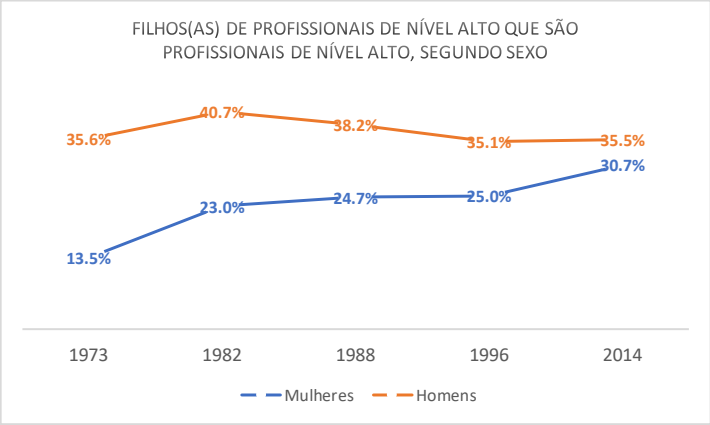
A segunda inflexão, de outro lado, já apresenta um padrão distinto. A queda de mais de 2 pontos percentuais da média geral (39.8% para 37.4%) se dá quase que exclusivamente em virtude de uma menor reprodução profissional *das mulheres* (de 36.3% para 31.5%), ao passo que se mantém praticamente constante para os homens. O que mudou para esta nova relação entre a reprodução entre o nível micro e macro do estrato profissional foi que *as mulheres do topo da hierarquia estão seguindo menos os passos dos seus pais enquanto profissão, embora estejam seguindo mais seu destino profissional enquanto classe*.

GRÁFICO 6-22 - PERCENTUAL DA CLASSE PROFISSIONAL AO NÍVEL DAS PROFISSÕES



Fonte: IBGE, Pnads 1973, 1996 e 2014. Elaboração própria.

GRÁFICO 6-23 - FILHOS (AS) DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL ALTO QUE SÃO PROFISSIONAIS DE NÍVEL ALTO, SEGUNDO SEXO



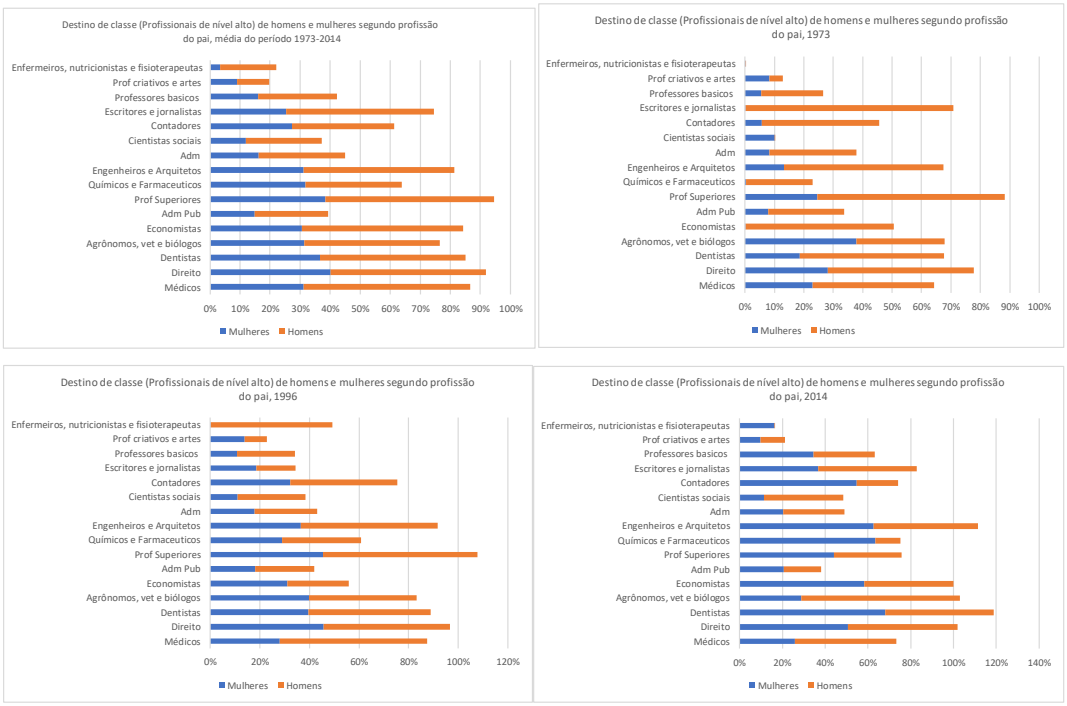
Fonte: IBGE, Pnads 1973, 1996 e 2014. Elaboração própria.

Se tomarmos a média de todo o período, é possível distinguir um padrão geral de *destino dos filhos de profissionais para profissionais de nível alto segundo a profissão do pai* que é de certa forma esperado e se organiza hierarquicamente segundo o status socioeconômico das

profissões. Há notáveis exceções, por exemplo, como os Professores de Ensino Superior, Escritores e Jornalistas e Contadores, os dois primeiros, provavelmente, em virtude do elevado capital cultural que lhes caracteriza.

A principal mudança que perpassa esse padrão é o crescimento das mulheres em todas as profissões ao longo do tempo, de modo que, ao final do período, várias profissões são marcadas por uma inversão na capacidade de transmissão da posição de classe superior, sendo mais eficiente para as filhas do que para os filhos – isto ocorreu, por exemplo, entre dentistas, economistas e contadores, para citar apenas alguns. Buscar uma explicação para o motivo pelo qual homens e mulheres cujos pais têm a mesma profissão se diferenciam com relação às chances do seu destino de classe, bem como porque eventualmente há uma inversão nessas chances ao longo do período, envolveria uma análise mais detalhada de cada profissão, de suas nuances com relação à inserção laboral e às visões de mundo que engendram. Isto claramente foge em larga medida aos propósitos desta tese, mas cabe assinalar que já se trata de um primeiro ponto que descortina os limites da abordagem adotada até aqui.

GRÁFICO 6-24 - DESTINOS DE CLASSE (PROFISSIONAIS DE NÍVEL ALTO) DE HOMENS E MULHERES SEGUNDO PROFISSÕES DO PAI, 1973-2014.



Fonte: IBGE, Pnads 1973, 1996 e 2014. Elaboração própria.

A despeito disso, quando tomadas em conjunto, vê-se que apesar de variações para cada uma das profissões ao longo do tempo e entre homens e mulheres, a tendência é de um aumento

na capacidade de transmissão da posição para quase todas elas. Os Professores Universitários são um caso à parte e a redução está provavelmente relacionada à diferenciação interna da categoria em virtude do modelo de expansão do Ensino Superior a partir da década de 1990. O Professor Universitário médio, a partir desta década, está longe de carregar o prestígio das décadas anteriores, quando sua figura era mais associada ao pesquisador das grandes universidades públicas[112].

GRÁFICO 6-25 - VARIAÇÃO NO DESTINO DE CLASSE PARA PROFISSIONAIS DE NÍVEL ALTO, SEGUNDO PROFISSÕES DO PAI, 1973-1996 E 1996-2014

Fonte: IBGE, Pnads 1973, 1996 e 2014. Elaboração própria.

Se a maioria das profissões tem aumentado sua capacidade de transmissão de posição de classe, pode-se perguntar também se o contrário é verdadeiro, ou seja, se a origem social dos profissionais tem se tornado mais elitizada. Vimos que isso acontece para o estrato profissional como um todo ao longo da terceira fase especialmente por conta das transformações do sistema em combinação com uma maior imobilidade feminina, mas agora observo se existem variações importantes entre as profissões.

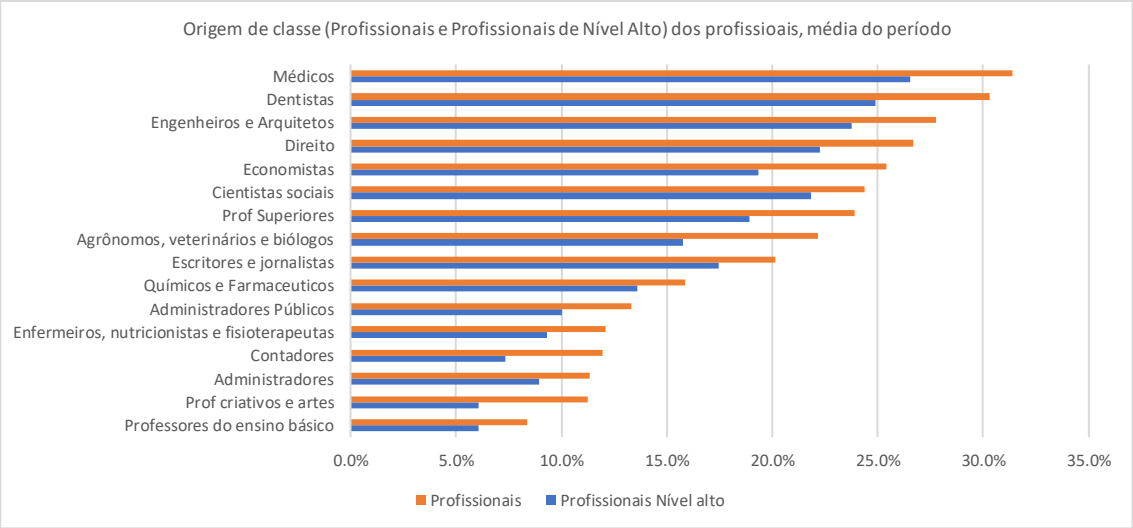
Em primeiro lugar, pode-se identificar um padrão semelhante ao anterior, embora em escala menor. Talvez os cientistas sociais sejam a principal exceção, ocupando a posição de sexta profissão mais elitizada em termos de origem, embora os filhos de cientistas sociais não tenham, na sua maioria, o destino como profissionais de nível alto – é a terceira que menos consegue reproduzir sua posição de classe. A despeito disso, vê-se claramente um padrão historicamente conhecido de que as posições de maior prestígio e mais institucionalizadas –

[112] Prates, Faleiros e de Paula (2012, p. 32) notam, no período recente, uma característica peculiar dos professores das IES privadas voltadas para o lucro: "A insegurança do emprego, a instabilidade de suas atividades (cada semestre pode estar com diferentes cursos, com disciplinas, ou sem elas) faz com que os professores se sintam num mercado altamente competitivo e "selvagem", a qualquer momento um "colega" pode "abocanhar" seu espaço, ou sua disciplina pode ser extinta por razões de mercado ou mesmo por medidas de contenção financeira".

como medicina, direito, engenharia, odontologia e economia são as que mais "recebem" filhos de profissionais, enquanto que na base estão todas as profissões de nível baixo.

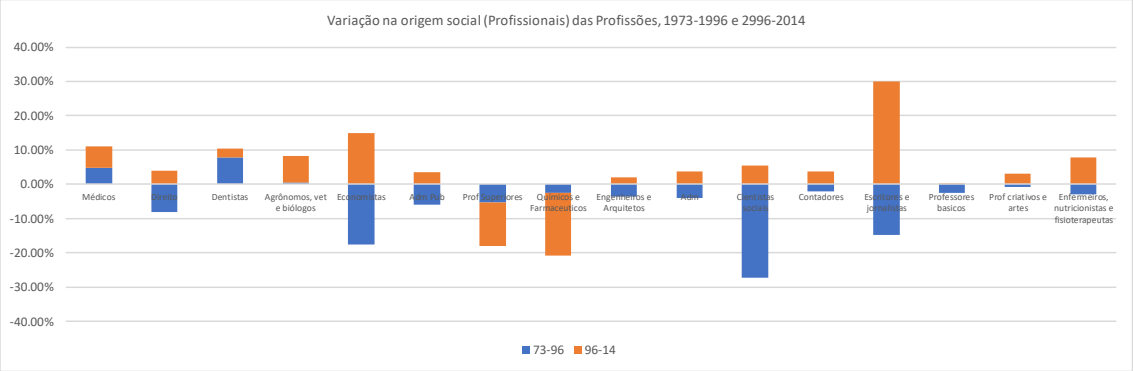
Apesar disso, também pode-se perceber como os períodos de expansão e fragmentação do sistema de profissões repercutem no grau de elitização de cada uma das profissões. Ao longo da expansão, salvo Médicos e Dentistas, todas as profissões se tornaram mais abertas do ponto de vista da origem social dos seus membros. No período recente, por outro lado, todas elas, à exceção de Professores de Ensino Superior e dos Químicos e Farmacêuticos, se tornaram mais elitizadas.

GRÁFICO 6-26 - ORIGEM DE CLASSE DOS PROFISSIONAIS (PROFISSIONAIS E PROFISSIONAIS DE NÍVEL ALTO), MÉDIA DO PERÍODO



Fonte: IBGE, Pnads 1973, 1996 e 2014. Elaboração própria.

GRÁFICO 6-27 - VARIAÇÃO NA ORIGEM SOCIAL DAS PROFISSÕES (PROFISSIONAIS), 1973-1996 E 1996-2014



Fonte: IBGE, Pnads 1973, 1996 e 2014. Elaboração própria.

Mesmo com nuances, pelo menos no que diz respeito à origem social elitista dos profissionais e suas tendências, o padrão sistêmico se sobrepõe às especificidades de cada profissão e às diferenças entre homens e mulheres. É certo que, se analisarmos a trajetória específica de cada uma separadamente, poderemos compreender melhor as variações na intensidade e nas exceções – como por exemplo o fato de somente médicos e dentistas terem se tornado mais elitistas ao longo do período de expansão – ou mesmo as diferentes origens sociais de cada uma delas.

Uma forma de avançar um pouco mais diz respeito à análise da reprodução mesma das profissões. É o que faço a seguir.

6.5.2 Classe de origem ou profissão de origem na reprodução dos profissionais?

Finalmente, pretendo responder à seguinte pergunta: a elevada reprodução dos profissionais se deve ao fato de que os filhos de profissionais se tornam profissionais ou porque exercem a *mesma profissão de seus pais*? Isto implica perguntar: vale mais a classe ou a profissão para reprodução no topo do sistema de estratificação? Se vale mais a profissão, há diferenças importantes entre elas e ao longo do período que reverberam as fases do sistema de profissões?

Os resultados apresentados a seguir, portanto, tratam *apenas daqueles que eram filhos de profissionais e se mantiveram na classe de profissionais*. Nesse sentido, estão sendo desconsiderados aqueles com origem nos profissionais que tiveram mobilidade descendente, bem como aqueles com origem fora dos profissionais que tiveram mobilidade ascendente para este grupo[113]. Infelizmente, por questões de disponibilidade de dados, tive de me restringir aos homens.

Desta forma, estimei novos modelos com a tabela de mobilidade reduzida aos profissionais e desagregada entre profissões, tanto na origem como no destino. Foram estimados ao todo 5 modelos. Um modelo independente e quatro modelos com efeitos de herança. Dois deles com herança uniforme, assumindo que o grau de reprodução é o mesmo para todas as profissões, e outros dois com herança não uniforme, assumindo que a herança é

[113] Esta restrição ocorreu por conta de razões estritamente metodológicas e de disponibilidade de dados. A análise muito desagregada da estrutura de classes encontra uma dificuldade que se deve aos poucos casos das amostras nos estratos superiores. Além disso, como o número de casos para as classes inferiores em nível agregado (por exemplo "trabalhadores rurais") sempre foi muito superior aos profissionais desagregados, isto gerou uma enorme distorção na tabela de mobilidade, de modo que nenhum modelo se ajustou razoavelmente às tabelas de mobilidade que incluíssem as classes em nível agregado e os profissionais em nível desagregado.

distinta para cada uma das profissões. Esses modelos são uma adaptação simplificada dos modelos utilizados por Jonsson et al (2009) e por Erikson et al (2012).

O principal objetivo foi observar se, ao introduzir o efeito de imobilidade ao nível da profissão, o ajuste seria melhor. Se sim, isto implica que existe um padrão de imobilidade *devido às profissões enquanto microclasse*. Caso contrário, seria um modelo de mobilidade perfeita, ou seja, a origem profissional do pai para aqueles que permanecem no estrato profissional seria irrelevante. Além disso, observei também se é há um padrão específico de reprodução para cada profissão ou se esse padrão é constante a todas elas. O modelo com associação constante, por sua vez, assume que não há variação ao longo do tempo, enquanto que o modelo com associação heterogênea estima um coeficiente para cada ano.

O modelo base é o seguinte:

$$m_{ij} = \alpha\beta_i \gamma_j \varphi^{uiuj} \delta_{ij}^{U} \delta^{A}_{ij}$$

Em que i se refere à origem, j ao destino, m_{ij} ao valor da frequência esperada na célula *ij*, α se refere ao efeito principal, β_i e γ_j aos efeitos marginais de linha e coluna, respectivamente, e δ^U e δ^A aos efeitos de associação uniforme e não uniforme, respectivamente. O primeiro termo sugere que todas as profissões têm o mesmo padrão de reprodução, ao passo que o segundo estima um efeito para cada profissão, implicando padrões distintos.

A tabela abaixo apresenta as estatísticas de ajuste. O modelo que melhor se ajustou aos dados foi o Modelo 5, que assume herança não uniforme entre as profissões e que essa herança varia ao longo dos anos. Ou seja, o modelo sugere que, para a imobilidade profissional, existe um regime que é dependente de profissões específicas e que isso varia no tempo.

TABELA 6-3 - ESTATÍSTICA DE AJUSTE DOS MODELOS - N = 4938

Estatística de Ajuste dos modelos - *N* = 4938

Modelos	BIC	L2	GL	Redução L2	Δ
Modelo Independente (1)	5907.2	15475.0	1125	-	2.7
Herança Profissional Uniforme (Associação constante) (2)	-2197.3	7362.0	1124	52.4%	2.4
Herança Profissional não uniforme (Associação constante) (3)	-5209.7	4222.0	1109	72.7%	2.1
Herança Profissional Uniforme (Associação heterogênea) (4)	-2475.3	7050.0	1120	54.4%	2.3
Herança Profissional não uniforme (Associação Heterogênea) (5)	-5256.4	3631.0	1045	76.5%	1.9

Fonte: Pnads 1973, 1982, 1988, 1996 e 2014 - Elaborado pelo autor

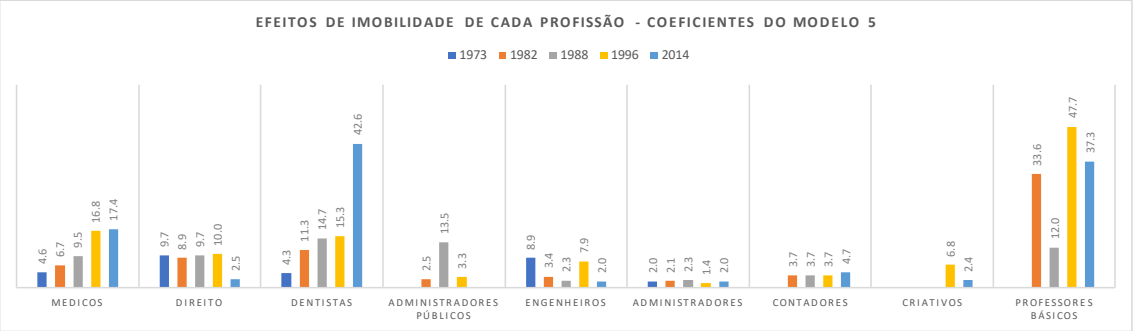
Quais são essas profissões, como seu padrão de imobilidade se diferencia uma das outras e como varia no tempo? O primeiro aspecto a se notar é que o modelo reportou significância estatística apenas para algumas profissões e, para a maioria delas, em todos os anos. Isto quer

dizer que, desde o início do período, a reprodução ao nível da profissão para se manter no estrato profissional depende sempre das mesmas profissões: Medicina, Direito, Odontologia, Engenharia e Administração. Administradores Público, Contadores, Professores do Ensino Básico e Profissionais criativos chegaram depois, mas passaram a se consolidar como profissão importante para a reprodução a nível micro.

O gráfico abaixo apresenta os valores da propensão à reprodução na profissão de origem em comparação com um modelo de mobilidade perfeita dentro do estrato profissional, ou seja, se esta propensão não existisse. O primeiro resultado que chama atenção é o valor extremamente elevado dos professores de ensino básico quando comparados com as demais profissões (em torno de 30,0 vezes), sugerindo que os filhos desses profissionais que se mantém no estrato profissional têm chances muito maiores de seguirem a profissão do pai do que as outras profissões.

Além disso, vale destacar a propensão de médicos, profissionais do direito e dentistas, sempre bastante elevados ao longo de todo o período e com tendência de crescimento – a única exceção é a forte queda dos profissionais do direito entre 1996 e 2014. Administradores e contadores por sua vez têm um padrão um pouco mais estável, enquanto dos engenheiros varia consideravelmente ao longo do período.

GRÁFICO 6-28 - EFEITOS DE IMOBILIDADE DE CADA PROFISSÃO - COEFICIENTES DO MODELO 5



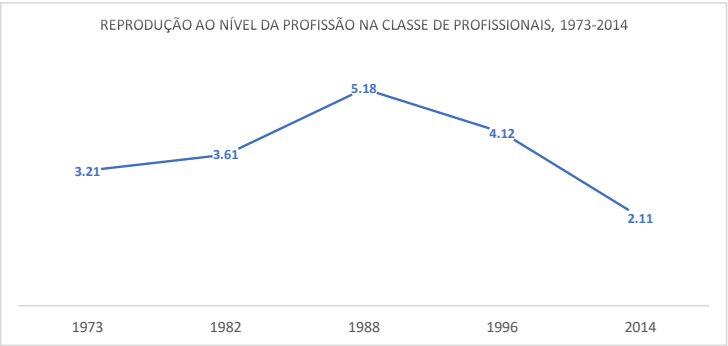
Fonte: IBGE, Pnads 1973, 1996, 1982, 1988, 1996 e 2014. Elaboração própria.

Não acredito que seja possível compreender esses movimentos a partir das características mais gerais do sistema de profissões. Mas há três pontos que merecem ser destacados e que, pelo menos de forma tentativa, permitem uma aproximação. O primeiro diz respeito às especificidades das profissões e ao fato de que a reprodução nesse nível não está associada somente à posse de recursos, mas também a modos de vida específicos que envolvem determinados tipos de comportamento e visões de mundo (Johsson et al, 2009). Nesse caso, a

forma do mecanismo pelos quais filhos de médicos se tornam médicos e filhos de contadores se tornam contadores pode ser a mesma, mas o conteúdo é provavelmente muito distinto.

O segundo se refere ao fato de que, se olharmos com cuidado, das nove profissões para as quais a reprodução ao nível micro de fato importa, em cinco delas a tendência no período recente é de queda: direito, administradores públicos, engenheiros, profissionais criativos e professores. Isto vai de encontro ao fato de que o Modelo 4 – mesmo não tendo sido o que melhor se ajustou aos dados – estimou uma "propensão geral" da reprodução ao nível da microclasse em formato de "U" invertido, como mostra o gráfico abaixo. *Ou seja, parece haver uma tendência de que, depois de se tornar mais importante ao longo do período de expansão, a reprodução dos profissionais tem se dado de forma mais difusa, aumentando a importância de se permanecer simplesmente na classe de profissionais – em uma profissão distinta – do que necessariamente reproduzir a profissão do pai.* Médicos, Dentistas e Contadores, contudo, fogem claramente a esta regra. Mas apenas como interpretação sugestiva, talvez se possa dizer que a importância da reprodução a nível micro talvez tenha crescido justamente no momento em que as profissões se institucionalizavam, ao passo que se reduziu exatamente no momento em que passam a sofrer maior pressão externa. Deixo este ponto como hipótese a ser trabalhada futuramente porque ele exige uma análise detalhada sobre cada uma das profissões e das suas trajetórias.

GRÁFICO 6-29 - REPRODUÇÃO AO NÍVEL DA PROFISSÃO DE CLASSE DE PROFISSIONAIS, 1973-2014



Fonte: IBGE, Pnads 1973, 1996, 1982, 1988, 1996 e 2014. Elaboração própria.

O terceiro está relacionado ao fato de que a reprodução ao nível da profissão ocorrer em grau considerável apenas em determinadas profissões representa, ao mesmo tempo, uma fraqueza e uma força da abordagem sistêmica. A fraqueza decorre principalmente das trajetórias específicas à cada profissão, dos comportamentos que implicam, enfim, das profissões enquanto instituições mesmas e autônomas. Mas a força da abordagem vem justamente do fato

de que, todas as demais profissões não apresentaram qualquer tendência à imobilidade em nível micro, sugerindo que as características gerais do sistema ainda sejam muito mais importantes para se entender os padrões de mobilidade naquela localização. Nesse caso seria necessário investigar como e em que medida cada uma das profissões especificamente responde às transformações no sistema, o que é tema para outra tese.

6.6 Considerações

O principal objetivo desse capítulo foi observar se tendências da mobilidade social poderiam ser melhor entendidas a partir das transformações do sistema de profissões que foram diagnosticadas ao longo dessa tese. Embora nem de longe se pretenda que o sistema de profissões seja um grande modelo interpretativo para tudo o que se passa na parte de cima do sistema de estratificação, há pontos importantes a se destacar.

Isso ficou particularmente claro em alguns momentos. Em primeiro lugar, quando mostrei que o setor público do sistema de profissões se transforma, gradativamente, em *lócus* da mobilidade ascendente, mesmo quando o *sistema de profissões se torna menos público relativamente ao mercado privado de trabalho*. Ora, só é possível compreender esse processo quando se tem em mente que a combinação do modo como o Estado amplia e diversifica suas funções e executa o recrutamento profissional, deve ser visto como um elemento central do sistema de profissões. Um Estado que se profissionaliza através do crescimento da demanda por profissionais, ao tempo em que universaliza a competição, altera as regras do jogo para a mobilidade social ascendente.

Mas, ao fazê-lo, sinaliza para uma competição mais acirrada. Nesse sentido, e como toda competição, todos os recursos disponíveis são colocados à prova. Nesse caso, quando observamos que declinou a transmissão de posições entre pais e filhos(as) através do setor público, ficou claro que a competição talvez tenha ficado menos desigual. Por outro lado, o capital cultural familiar – aqui mensurado pela posse de diploma de ensino superior do pai – assumiu ainda maior importância na reprodução ocupacional. É possível notar que foi exatamente quando a reprodução ocupacional declinou que a influência do capital cultural se tornou mais relevante na competição pelos postos profissionais de nível alto no interior do Estado.

Mas é importante notar, também, que essa diferenciação entre os canais de transmissão de recursos encontra nas transformações do sistema de profissões parte da sua origem. Ora, como foi destacado ao longo dos capítulos anteriores, o que caracterizava o sistema de

profissões até o final da sua fase de expansão era a elevada associação entre a credencial de ensino superior e a profissão, regulamentada e com privilégios de mercado. No período recente, por outro lado, o que se está a ver é que, na medida em que essa associação diminui, diminui-se também a transmissão ocupacional, mas aumenta-se a transmissão por meio da credencial.

Sendo cada vez mais diferentes as regras de competição pelos postos profissionais no Estado e no mercado em virtude de uma maior racionalização no recrutamento profissional no Estado, a fragmentação do sistema de profissões acaba inevitavelmente por realocar parte dos mecanismos de reprodução social. Mais mobilidade por um lado, quando da transmissão ocupacional, maiores vantagens na competição por outro, através da credencial.

Mas, como observado, há limites para essa explicação. A diferença entre homens e mulheres é uma delas, e está mais relacionada à entrada tardia das mulheres no mercado de trabalho e à redução da segregação ocupacional por sexo. Isso, porém, acaba por qualificar os movimentos pelos quais passa o sistema de profissões e a redução da segregação por sexo indica, também, uma realocação do estrato profissional.

Por fim, vale destacar que, ao observamos que algumas profissões têm formas tão distintas de transmissão de posição de classe, fica claro mais uma limitação da abordagem sugerida. Nesse caso, embora a reprodução ao nível da profissão acompanhe em certa medida as transformações do sistema, é somente a partir uma análise detalhada que será possível compreender os mecanismos específicos a cada uma das profissões.

Conclusão

O sistema de profissões e o sistema de estratificação social no Brasil

O sistema de profissões é o resultado da relação de três sistemas institucionais: a divisão do trabalho, o sistema de ensino superior e a regulamentação que garante às profissões os monopólios de mercado. Analisando como esses três sistemas se combinam ao longo do tempo pode-se melhor apreender a localização das profissões no sistema de estratificação e as desigualdades associadas ao estrato profissional.

No Brasil, o período de formação do sistema de profissões, que perpassa o século XIX e início do século XX, se caracteriza principalmente pelo fato de que as regras generalizadas para o estabelecimento dos monopólios profissionais ainda não haviam se consolidado. O que havia era uma situação de *instabilidade* fomentada pela insegurança jurídica decorrente da ausência de regulamentação e o fechamento enquanto *instituição* que minimiza o grau de incerteza das relações sociais era inexistente.

Boa parte dessa incerteza era decorrente das transformações que ocorriam no sistema econômico e no sistema social. A gestação da economia cafeeira e a transição para um mercado de trabalho assalariado foram as principais marcas do crescimento econômico da segunda metade do século XIX (Furtado, 2006 [1949], p. 218) e, ao seu final, a urbanização e os primeiros surtos de industrialização iriam dar início à formação das bases da sociabilidade capitalista no país (Cardoso, 2010). Apesar da rigidez da estrutura social, a hierarquia assentada em critérios normativos pré-modernos começava a ser abalada.

Os bacharéis do século XIX, nesse sentido, são muito mais um grupo de *status* no sentido weberiano do termo do que uma classe. Sua posição social – e o poder que daí decorria – não se fundava na situação de mercado da qual desfrutavam, mas sim no fato de *pertencerem* a um grupo cuja característica distintiva era a origem social, *ascription* por excelência. Vale a pena relembrar, nesse caso especialmente, algo que foi muito bem demonstrado por Edmundo Campos Coelho: os bacharéis do direito se empenhavam em realizar o fechamento unicamente através do sistema educacional, e não através do mercado. O fechamento é pré-moderno, ou não racional, se se preferir, porque associa origem, título e reconhecimento. Ele assume caráter comunal, e não associativo. Como notou Weber, *o monopolista racional domina por meio do mercado*. Os bacharéis dominavam fora dele, comunalmente.

Mas esse fato já demonstra o grau de instabilidade do sistema em formação e uma forma *qualitativamente distinta de reprodução através do ascription*. O recurso ao diploma como critério de pertencimento e a necessidade de institucionalizar a exclusão através do domínio do

sistema de ensino superior apontam, de antemão, que havia uma competição que se intensificara ao final do século XIX e no início do século XX. A exclusão baseada em credenciais, diferentemente da exclusão por "*pertencimento natural*", como títulos de nobreza, traz embutida uma noção de eficiência (Murphy, 1988). Se existe alguma competição, a justificativa precisa repousar nesse critério, e não na ordem dos valores extramundanos ou da hereditariedade.

Ora, a competição aumentou exatamente no momento em que se expandiu o sistema de ensino superior e a divisão do trabalho. A tentativa positivista de *negar* a associação entre o diploma e o exercício ocupacional através da Reforma Rivadávia em 1904 constituía, assim, a *institucionalização do não fechamento*. Definiram-se regras gerais não para estabilizar o sistema de profissões, *mas a competição no mercado*. Mal sabiam os positivistas (ou talvez soubessem muito bem!) que o fechamento é uma característica de *qualquer mercado* e, não por acaso, Weber tomou o cuidado de conceituar o "mercado" enquanto relação associativa *e* comunal *ao mesmo tempo*[114].

Nesse processo de modernização incipiente e de expansão gradual da mercantilização da força de trabalho e dos serviços, a instabilidade decorre da gradual perda de legitimidade da dominação baseada na grande propriedade e nos laços familiares. E, não por acaso, nesse mesmo período, começaram a ser questionados as sinecuras de que gozavam os bacharéis oriundos da velha elite rural e começaram a despontar, finalmente, as visões que iriam associar o ensino superior às imagens da modernidade e da racionalidade (Schwartzman, 1987). E, mesmo que as pretensões liberais dos positivistas tenham durado apenas quatro anos, a *institucionalização do fechamento* só ocorreria 23 anos depois, como sinal da instabilidade do momento, em 1931, com a Reforma Francisco Campos.

Este evento é decisivo não apenas porque generalizou o vínculo do diploma com a credencial, mas, e especialmente, porque ocorreu através de bases normativas *legítimas e modernas,* porque assentadas numa justificativa universalista que colocava as profissões no centro do modelo de organização social pretendido. O corporativismo, enquanto *doutrina*, gozava de uma atmosfera social e política favorável, ao tempo em que se alinhava perfeitamente ao modelo de *profissionalização*.

Se Larson e Parsons, cada um à sua maneira, destacaram o ambiente ideológico e de valores como centrais para a legitimidade do discurso profissional, no Brasil esse ambiente

[114] "Dentro da *comunidade* de mercado, o ato da troca, particularmente aquele no qual se emprega o dinheiro, se orienta não isoladamente pela ação do parceiro, mas pela de todos os participantes potenciais na troca, e isto tanto mais quanto mais racionalmente é ponderado" (Weber, 1999, p. 419-420, *grifo meu*).

encontrou no corporativismo a mais perfeita sintonia. A descrença no capitalismo liberal e o medo do socialismo, a rejeição à livre concorrência, a acomodação do conflito capital/trabalho e a ideia de que os indivíduos são membros de uma comunidade orgânica foram funcionais ao fechamento profissional. É certo que essas ideias se aplicavam ao conjunto da sociedade e determinaram a lógica organizacional de todas as ocupações e o modelo de representação sindical que se instituiu, desarticulando os canais de mobilização e a capacidade de resistência da classe trabalhadora (Vianna, 1978). Mas as profissões tinham algo de especial: diferentemente de todas as demais ocupações urbanas, que desde o início do século se engajavam na luta pela ampliação de direitos e melhores condições de vida e trabalho (Vianna, 1978; Cardoso, 2010), elas carregavam consigo o símbolo da racionalidade e da capacidade de perícia sobre o mundo. A doutrina corporativista se propunha a organizar o sistema social e o sistema econômico. Os profissionais "sabiam como fazê-lo" e reivindicavam "cumprir o seu papel" para construir um Brasil moderno.

Nesse ponto, em especial, vê-se como são insuficientes as explicações baseadas somente nas relações de classe – quando as profissões são vistas como frações da classe média urbana (Saes, 1996) – ou simplesmente do corporativismo como modelo político que envolveu a tudo e a todos (Diniz, 2001; Vanuchi, 2016). É na especificidade das profissões enquanto ocupações que reivindicam explicações racionais e abstratas sobre os casos concretos (o que as torna mais alinhadas à eficiência que se almejava, mesmo que às vezes somente no plano do discurso) que se pode entender quando e porque se deu o fechamento. Para recorrer à velha expressão weberiana, a combinação entre a ânsia pelo fechamento e o modelo corporativista adotado a partir de 1930 forjou uma afinidade eletiva. Ou, para continuar com Weber, os interesses materiais dos profissionais (fechamento de mercado) e ideais da classe política dominante (o corporativismo), se alinharam perfeitamente naquele momento histórico. É justamente ali que os diplomados deixam de ser definitivamente bacharéis para tornarem-se profissionais liberais de ensino superior.

Desta forma, nada mais propício do que um projeto de modernização que, se bem cheio de contradições (Gomes, 1994), vislumbrasse a construção de um Estado do tipo weberiano e com capacidade de perícia que possibilitasse a acumulação e a equidade (Santos, 1979). Longe de sugerir que os velhos privilégios foram suprimidos, desnuda-se sua reconfiguração dentro do sistema social através de um fechamento que agora se dava não mais somente através do controle dos *produtores fora do mercado*, mas também *dentro do mercado,* através do *monopólio da prestação de serviços*. Dessa forma, chega a ser ingênuo sugerir que o fechamento profissional estabelecido a partir de 1930 represente apenas a manutenção do velho

fechamento *travestido de modernidade*. Ao tempo em que *realocou velhas hierarquias*, o fez através da introdução de valores universalistas na sua justificativa ideológica *por meio do mercado*.

Mas implicou também na absorção de mecanismos universalistas para a instituição que seria o principal agente propulsor da transformação social e econômica: o Estado. Ao *reivindicar o discurso* de que o Estado se tornava universalista nas suas práticas (Gomes, 1994) – seja pela responsabilidade de tutela sobre os indivíduos através de uma cidadania social que se edificava[115], seja introduzindo mecanismos de ingresso na carreira pública – o sistema de profissões se estabilizava.

O período que se seguiu não foi marcado por grandes instabilidades no sistema de profissões[116]. Isto ocorreu em virtude de como se deu a relação combinada dos três sistemas institucionais que o organizam e do modelo pelo qual os interesses eram incorporados no interior do sistema político. O processo de industrialização e urbanização, que foi o grande mote da mudança estrutural entre 1950 e 1980, intensificou a divisão do trabalho e diferenciou o sistema econômico. Nesse processo, se é possível que momentos de instabilidade possam ter perpassado o sistema de profissões ao longo do período, o que se observa no conjunto é uma relativa convergência entre a diferenciação funcional da atividade econômica, a diversificação programática do sistema de ensino superior e a extensão do fechamento às novas carreiras.

Há um ponto desse período que é especialmente importante e está relacionado ao modelo de expansão que se organizou em torno da Reforma de 1968. O grau de diversificação institucional, especialmente no que se refere às modalidades de cursos e à estratificação horizontal que produziu no sistema, foi muito mais reduzido do que ocorreu a partir da expansão iniciada nos anos 1990. Isto se justifica por dois motivos em especial. Por um lado, a chamada massificação do acesso representava, na verdade, a acomodação dos interesses da emergente, embora ainda diminuta, classe média urbana. De outro, os novos cursos conseguiram, tal como destacou Collins (1990), emular o *status* das profissões já regulamentadas através da cópia do seu modelo organizacional num processo de isomorfismo institucional (DiMaggio e Powell, 1983).

---

[115] Veja que estou indicando a construção gradual de uma cidadania social, e não a sua efetividade e universalismo. Como largamente sabido, a massa de trabalhadores rurais, que representava mais de 70,0% da força de trabalho no período, não foi contemplada pelo sistema de proteção social. Isto aconteceria apenas em 1972.

[116] Vale ressaltar que, afirmando que houve estabilidade, não estou negando que tenha existido conflito, mas sugerindo que o conflito mesmo foi acomodado com um certo grau de eficiência, liberando pouca residualidade (Abbott,1988).

Mas o resultado prático do ponto de vista do fechamento dependia, como ainda depende, da certificação dos cursos através do Conselho Federal de Educação (hoje Conselho Nacional de Educação), por um lado, e da aprovação da lei de regulamentação, por outro. Nesse ponto, em especial, o sistema político se mostrou bastante generoso no acolhimento das demandas profissionais; e é de se notar como esses interesses privados encontravam caminho livre, tanto na burocracia pública (através do CFE) como no sistema político. A elevada taxa de credenciamento de cursos, seguida da elevada taxa de aprovação da regulamentação de profissões indicam claramente a simbiose entre os interesses privados e as duas esferas de poder. Simbiose esta que espelha, na sua essência, a face privatizante do Estado no corporativismo bifronte de O'Donnel (1976).

A estabilidade do sistema de profissões ao longo desse período, portanto, não se deu como decorrência natural da sua diferenciação, como poderia sugerir Parsons, mas como resultado da extensão dos privilégios incorporada pelo sistema político. Foi a acomodação dos interesses dos novos profissionais, que surgiam da intensificação da divisão social do trabalho combinada à diferenciação do sistema de ensino superior, que garantiu a estabilidade do sistema de profissões. Mas, cabe lembrar que esses "novos profissionais" tinham sua origem social na própria classe média urbana e que boa parte dela representava na verdade uma extensão da elite estabelecida.

A partir da década de 1990 o cenário será completamente distinto. Esgotadas as bases da diferenciação promovida pela mudança estrutural decorrente da industrialização, não é muito claro ainda em que medida as transformações na estrutura produtiva têm afetado o sistema de profissões. Alguns casos, como dos profissionais da informação, parecem estar emergindo das mudanças recentes e da intensificação de novas tecnologias em todos os ramos da economia contemporânea. Mas, pelo menos por enquanto, isso não parece ter sido suficiente para causar grandes transformações no sistema, embora seja prudente admitir que o serão futuramente.

A causa da instabilidade do sistema de profissões no período recente decorre da ausência de convergência entre os novos grupos ocupacionais, a diversificação de diplomas e modalidades de ensino e a *negação do fechamento*. A diferenciação do sistema de ensino superior, a partir da década de 1990, atingiu níveis e características nunca vistos. Novos diplomas que emergiram da fragmentação; novos cursos que se engajam no processo de *profissionalização*; novas carreiras de ensino superior na modalidade tecnólogo. Apesar de uma busca intensa, quase nenhuma nova carreira conseguiu o fechamento através da regulamentação.

As características da instabilidade do sistema, desse modo, se manifestam através de três formas distintas. Na pressão externa pela regulamentação dessas novas carreiras; na menor

capacidade de fechamento efetivo das profissões já estabelecidas; e na dissociação entre o diploma de ensino superior e a posição social de destaque que sempre carregou, abalando parcialmente as bases estruturais que conferiram ao diploma o valor posicional sugerido por Schwartzman (2012). O viés acadêmico, nesse sentido, soa também como uma forma de isomorfismo institucional das novas carreiras, de modo a angariarem legitimidade para pleitear o fechamento. Mas, pelo menos por enquanto, isso não tem funcionado.

O sistema de profissões, o estrato profissional e a mobilidade social

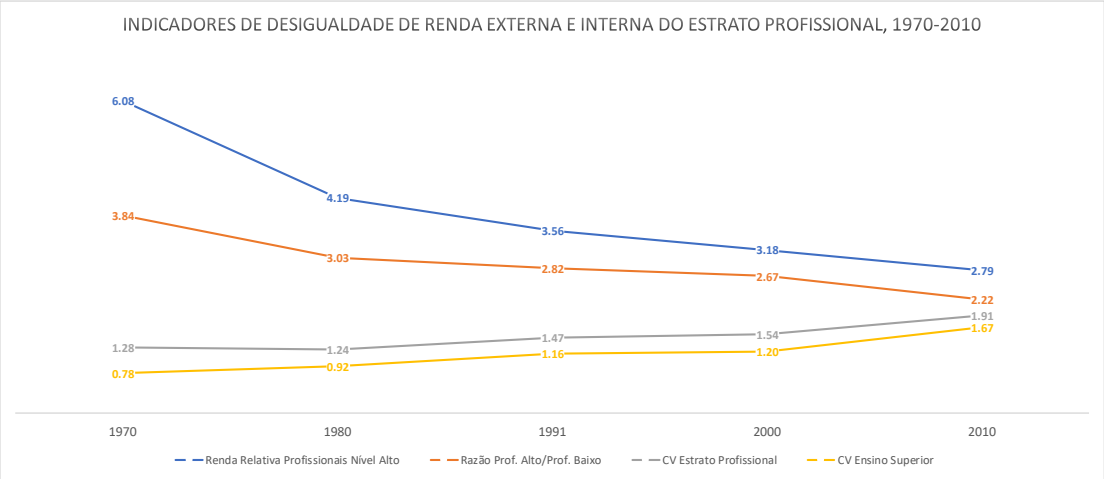
Os efeitos dessa nova configuração do sistema de profissões para a localização do estrato profissional no sistema de estratificação, bem como para os padrões de mobilidade social do e para o estrato profissional, são visíveis. O principal é que se rompeu, pelo menos parcialmente, uma ordem que havia sido estabelecida nas décadas de 1930 e 1940, expandida entre 1950 e 1980 e que criara, nas palavras de Edmundo Campos Coelho, uma verdadeira *aristocracia ocupacional.* A partir da década de 1990, a posse do diploma de ensino superior está longe de garantir, *a priori*, tal regalia.

Isto reconfigurou a relação entre o estrato profissional e o diploma de ensino superior, dando um novo sentido a ambos. Historicamente o principal meio legítimo de acesso ao estrato profissional – tanto pelo simbolismo de alcance meritocrático que carregava, quanto pelo fechamento de mercado em que se traduzia – o diploma deixa de *suficiente* para se tornar apenas *necessário*. Ora, se se altera o caminho pelo qual a mobilidade ascendente ao topo do sistema de estratificação é alcançada (ou a imobilidade nesse estrato é garantida), altera-se também tanto o padrão de movimentação dos indivíduos ao longo da estrutura social quanto as próprias estratégias de mobilidade. Na clássica acepção de Merton (1970), os meios institucionais (a posse do diploma) não têm sido suficientes para se alcançar as metas culturais (*status* profissional).

Por detrás desse processo, como observamos, está presente uma forma de estratificação do sistema de ensino superior que não diz respeito somente à modalidade do curso, à natureza administrativa das instituições ou mesmo ao prestígio sedimentado e diferenciado de alguns cursos, mas também à capacidade que as carreiras têm para garantir o nicho que lhes dizem caber no mercado de serviços profissionais. Se, até a década de 1990, eram poucas as carreiras não regulamentas, *agora são muitas*. A não regulamentação, por outro lado, cria uma pressão que vem de fora do sistema e desestabiliza o vínculo historicamente constituído entre ensino superior e fechamento de mercado.

Ao longo de todo o período, as vantagens relativas do estrato profissional em relação ao restante da estrutura ocupacional têm declinado (linha azul), ao passo que sua heterogeneidade interna tem aumentado (linha cinza), como mostra o Gráfico 7.1 abaixo. De outro lado, é possível observar que a razão da renda dos profissionais de nível alto com a dos profissionais de nível baixo também tem declinado ao longo de todo o período (linha laranja). Como sugeri no Capítulo 5, isso indica que o estrato profissional tem se tornado menos polarizado internamente entre os dois níveis, muito por conta do crescimento da renda dos profissionais de nível baixo e, também, da sua capacidade em efetivar o fechamento. Se o fechamento era um privilégio, na sua maioria, dos profissionais de nível alto, ao final do período ele já passa a ser também uma característica dos profissionais de nível baixo.

GRÁFICO C-1 - INDICADORES DE DESIGUALDADE DE RENDA EXTERNA E INTERNA DO ESTRATO PROFISSIONAL, 1970-2010



Fonte: IBGE, Censos Demográficos. Elaboração própria.

O que tem se elevado é a desigualdade interna do estrato profissional e dos diplomados do Ensino Superior (linha amarela). Embora esses movimentos estejam relacionados, eles não têm necessariamente o mesmo significado. Os profissionais de nível alto não comportam diversas das carreiras que caracterizam a diversificação de diplomas e de modalidades de curso que não foram regulamentados. Já o grupo de diplomados de Ensino Superior abarca exatamente *todos os tipos de diplomas*.

De modo que o aumento da desigualdade interna do *estrato profissional* é decorrente do tipo de inserção ocupacional de graduados, na sua maioria regulamentados, cuja heterogeneidade decorre mais do valor do diploma expresso no prestígio das instituições e das ocupações mesmas, que têm se tornado mais heterogêneas internamente. Em outros termos, é

decorrente da diversidade do valor de diplomas semelhantes de instituições com prestígio distinto que se combina à heterogeneidade organizacional das ocupações. Já no caso dos graduados, embora esse fator também esteja presente, ainda se encontra aí incluída a diversidade na capacidade de fechamento das carreiras e dos cursos segundo modalidades de ensino. O sistema de profissões tem produzido produtores mais heterogêneos, mas sem a mesma capacidade de fechamento. Este fato, associado à diversificação institucional, tem contribuído para o aumento da instabilidade do sistema, que se manifesta principalmente na pressão por fechamento dos não reconhecidos e na desigualdade interna dos novos produtores.

Justamente por isso esmorece a histórica associação entre o diploma de Ensino Superior e o seu valor posicional, e a garantia de que o diploma *implique* em mobilidade ascendente para aqueles com origem social nas classes mais baixas. Ao longo do período de expansão o que houve foi a manutenção desta associação simbólica porque as novas carreiras efetivaram o fechamento ao tempo em que os modelos de Estado e de desenvolvimento que se forjavam claramente favoreciam a incorporação dos profissionais no topo da estrutura ocupacional de uma sociedade cujas bases da organização social e econômica estavam em transição estrutural.

Poder-se-ia argumentar que a explicação é funcionalista, como de fato é, embora não em sua totalidade. O funcionalismo é empírico, e não ontológico, e justamente por isso deve ser mediado por um fio de argumento que coloca a dinâmica política no centro do argumento, retomando novamente a advertência de Merton sobre as consequências funcionais das interdependências institucionais. Como bem destacou esse autor na sua crítica Parsons, consequências são funcionais (ou não) sempre em relação a grupos e, no caso em questão, é indiscutível a funcionalidade da interdependência institucional entre mudança estrutural, diferenciação do sistema de ensino superior e regulamentação ocupacional *para a sedimentação do estrato profissional enquanto grupo ocupacional com fronteiras e privilégios de mercado muito bem definidos.* Mas nem de longe isto implica na assunção de um modelo de explicação funcionalista para a modernização da sociedade brasileira ou para a relação sugerida por Parsons entre liberalismo, democracia e industrialização.

Vale lembrar, inclusive, que a dinâmica política da maior parte do período se deu sob um regime autoritário e de forte repressão à representação de interesses das classes trabalhadoras de níveis mais baixos. De outro lado, é justamente sob esse contexto que se firma a lógica de representação de interesses privados que se traduzia tanto em parte da elaboração da política educacional e do credenciamento dos cursos através do Conselho Federal de Educação) quanto da regulamentação do mercado profissional (as leis aprovadas no Congresso Nacional). É imprescindível reconhecer que o modelo de explicação baseado na interrelação

dos três sistemas institucionais que dão forma e conteúdo ao sistema de profissões deve ser compreendido a partir do eixo que coloca a dinâmica da representação de interesses no centro do argumento. Sem a incorporação desses interesses tal como se deu – e como foi mostrado no Capítulo 5 – o "destino" do Sistema de Profissões, e consequentemente o padrão de mobilidade que ele condiciona, certamente teriam sido diferentes.

Desta forma, a mobilidade social não poderia estar dissociada da configuração do estrato profissional enquanto grupo protegido por um mecanismo que inibia a competição. Num sistema social que reproduzia a associação entre o diploma e pertencimento ao estrato profissional, as vantagens de origem social se traduziam de forma indiscriminada seja para o ingresso na carreira pública ou na privada. Ao longo da fase de expansão as vantagens reduziram consideravelmente e na mesma proporção em ambos os setores, indicando que fora a expansão educacional as causas por detrás da redução das desigualdades de origem. Ora, a expansão foi quantitativa, mas manteve em boa medida a característica qualitativa que o sistema de profissões guardava aos seus graduados, qual seja, a combinação entre diploma e fechamento de mercado.

A partir da década de 1990, o sistema de profissões se reconfigura substancialmente, desfazendo-se a associação entre diploma e fechamento. Em primeiro lugar, a oferta de graduados é distinta do que ocorrera no período anterior, porque se novamente ela se expandia, agora ocorria com uma profunda mudança qualitativa na esteira da diversificação do sistema de ensino superior. Em segundo, porque a lógica de representação de interesses para o estabelecimento de monopólios através da regulamentação não acompanhou esse processo. Como bem se pode notar, as consequências agora são disfuncionais o estrato profissional, porque leva à fragmentação demográfica, simbólica e normativa que dava lhe conferia unidade e integração. De modo que o padrão de mobilidade social no período passa a se diferenciar por um agente externo ao sistema de profissões em sentido estrito – as organizações e os mecanismos de ingresso ao estrato profissional no Estado e no mercado. A diferença na forma como Estado e mercado condicionam o efeito da origem social sobre os destinos dos graduados ao estrato profissional é o dado mais contundente do efeito da configuração do sistema de profissões sobre os padrões de mobilidade social. Estando fragmentado e mais competitivo, Estado e mercado respondem de forma distinta à diferenciação de credenciais que se combinam com as diferenças de origem social.

A mobilidade social é um processo que depende da configuração das instituições que dão ordenamento e sentido à estrutura ocupacional, e não apenas dos processos mais gerais que estruturam a oferta (especialmente através do sistema educacional) e a demanda por trabalho.

No caso da mobilidade social na parte de cima do sistema de estratificação, a produção quantitativa e qualitativa da oferta e da demanda são condicionados pelo sistema de profissões. Como se alterou a estrutura do sistema ao longo do tempo, alterou-se também o padrão e o sentido da mobilidade social.

Além do fechamento ter se tornado mais restrito em virtude do modelo de representação de interesses que se instituiu a partir do período recente do sistema de profissões, o Estado tem exercido papéis que afetam de maneiras distintas a relação entre o sistema de profissões e o sistema de estratificação. Vale destacar, nesse quesito, a expansão das vagas no Ensino Superior de forma combinada às políticas de ação afirmativa e de financiamento no setor privado, que tem contribuído para uma redução das desigualdades de acesso ao ensino superior ao tempo em que aumenta as chances de que pessoas com origem nas classes mais baixas possam *pleitear* uma vaga no estrato profissional.

No mercado, a competição tem aumentado e a estratificação horizontal do Ensino Superior tem se mostrado cada vez mais um importante mecanismo que desiguala os indivíduos nas chances de acesso aos postos profissionais. Por outro lado, a modernização do aparelho do Estado a partir dos anos 1990, bem como a profissionalização da Administração Pública nos anos 2000, contrabalanceou o processo de fragmentação que tem inibido a mobilidade social através do diploma. Esse processo, entretanto, veio acompanhado de uma nova forma de reprodução social, que não passa necessariamente pela reprodução ocupacional, mas pela associação entre o capital cultural familiar e o destino ocupacional dos filhos e suas chances de acesso aos postos privilegiados no Estado.

Há razões para sugerir que a profissionalização e a racionalização do setor público têm sido, ao longo dos últimos 20 anos, um dos principais contrapesos dos processos de estratificação horizontal e de fragmentação do Sistema de Profissões, seja em virtude de critérios mais universalistas de recrutamento, seja porque muitas das vagas estão abertas a *qualquer diploma*, independente da regulamentação. É provável que, com isso, parte importante do ciclo de reprodução intergeracional tenha sido e venha a ser rompido. Mas há indícios de que o fôlego fiscal e o ambiente político para continuar a fazê-lo chegaram ao seu limite.

Divisão do trabalho, organização e fechamento

A origem do modelo de fechamento que até hoje marca o sistema de profissões e, mais do que isso, significa o ponto alto do processo de profissionalização no Brasil, se instituiu ao longo das décadas de 1930 e 1940. Mas, findo o período varguista, tivemos dois grandes

momentos de *tentativa de fechamento* decorrentes da expansão e diferenciação do Ensino Superior: após a Reforma de 1968 e após meados da década de 1990. A questão que fica é, portanto, *porque nos dois grandes momentos de expansão e diversificação do Ensino Superior a extensão do fechamento foi tão diferente*?

A resposta está na combinação de três fatores: i) a capacidade dos atores de atrelar, discursivamente, a funcionalidade das novas carreiras à diferenciação econômica e social; ii) os estratos sociais que mais se beneficiaram de cada momento de expansão; e iii) a lógica de incorporação dos interesses no interior do sistema político.

O primeiro ponto diz respeito inevitavelmente à divisão do trabalho. O processo de industrialização numa sociedade predominantemente rural acarreta a incorporação tecnológica com instalação de um parque industrial, que estabelece novas funções sociais e econômicas. A maior divisão do trabalho, se não necessariamente implica em maior eficiência, cria novas especialidades por definição (Rueschemayer, 1986). Para atingir os objetivos que se colocam – sejam os manifestos, como a produção de bens e serviços, sejam os implícitos, como o controle do trabalho e coordenação da ação coletiva – a grande empresa burocrática emerge como forma de organização social (Bendix, 1956; Perrow, 1986). É nela que se organiza o processo de modernização e individualização, rompendo os laços de parentesco na organização da produção, substituindo chefes carismáticos e tradicionais por patrões que ocupam cargos temporários. A autoridade se desloca da pessoa para a posição (Weber, 1999).

Nesse contexto de diferenciação funcional e econômica, cujos objetivos precisam ser atingidos pela grande organização, os profissionais reivindicam a autoridade da perícia e da solução, não pela posição em si (ou somente), mas também pela sua *expertise*. São eles que, ao abstrair a abordagem dos problemas e lhes conferir caráter místico, têm legitimidade para conferir remédios genéricos. Mas, para isso, é preciso que o sistema de conhecimento esteja organizado e racionalizado no interior de outra organização, a Universidade moderna. Dessa forma, ao se racionalizar a produção, a organização do trabalho, a produção do conhecimento e a autoridade pública (o Estado), os profissionais encontram seu reino. A expansão e a diferenciação do sistema de profissões no Brasil, ao longo das décadas de 1940 e 1980, se devem, *em parte*, à convergência desses fatores.

Veja-se que o *em parte* não é mero acaso. Isso que poderíamos chamar de um "processo de modernização" não cria, *a priori*, profissionais no sentido sociológico do termo. Cria no máximo trabalhadores, *experts*, ou o que quer que seja. A diversificação das funções contribui para auferir legitimidade aos profissionais, mas não a garante. Tal legitimidade dependerá de como será mobilizada a justificativa normativa, ao mesmo tempo em que depende do modo

como a autoridade pública, na figura do Estado, chancelará sua *expertise* e seu poder sobre a jurisdição pleiteada. Ao fim e ao cabo, somente o Estado pode dar o selo de *profissional* àqueles que reivindicam monopólios sobre determinados assuntos abstratos que, na prática, se traduzem em monopólios de mercado.

O que ocorreu no Brasil, ao longo do período de expansão do sistema de profissões, foi que todos esses fatores ocorreram conjuntamente. E, mais do que isso, operaram a partir de um *path dependence* organizacional que havia sido legado pelo momento de institucionalização do fechamento profissional, ainda nas décadas de 1930 e 1940. Novos produtores, reivindicando novos nichos de mercado que se abriam a partir da diferenciação funcional, tinham onde se apoiar. Mas, é importante lembrar, a acomodação de seus interesses parece estar diretamente relacionada à importância que Freidson (1970) e Larson (1977) atribuem à patronagem de pelos menos alguns segmentos das camadas superiores do sistema de estratificação para que a justificativa do fechamento soe legítima.

Nesse ponto adquire centralidade novamente a relação entre a diferenciação do Sistema de Ensino Superior, através das novas carreiras/cursos/modalidades, e sua capacidade de fechamento, através da regulamentação. As carreiras que surgiram da expansão da Reforma de 1968 encontraram um ambiente propício em que os vetores de cada um desses fatores convergiram para a efetivação do fechamento. A associação entre a expansão universitária e as políticas desenvolvimentistas, bem como a ideia de que a universidade não estava em sintonia com o estágio de desenvolvimento no país é um ponto que concorre para dar legitimidade ao pleito das novas profissões. De outro lado, a expansão do ensino foi apropriada em sua maior parte pela emergente classe média urbana e não é de se estranhar que esta tenha sido, em termos de chances relativas de acesso, o principal estrato social beneficiado.

Mas, como já adiantado, reduzir a capacidade de fechamento à dinâmica das classes que se apropriam do ensino superior é desconsiderar um determinante vital: o modo como o sistema político está aberto a incorporar as demandas das novas profissões. Nesse caso, nenhum dos fatores mencionados acima provavelmente teria sido suficiente não fosse o modo como o empresariado educacional e os Conselhos Profissionais encontravam seus interesses representados no interior da burocracia pública e do sistema político. Se bem seja uma questão de classe, é sobretudo uma questão política.

A partir dessa caracterização, fica mais fácil ver tudo o que *não tiveram* as carreiras que emergiram da expansão recente. É bem verdade que se poderia argumentar que as novas carreiras do "futuro" estariam alinhadas a uma nova forma de divisão do trabalho, talvez menos centrada na produção e mais na tecnologia da informação. Seja como for, ainda não há indícios

de que a quantidade de nichos aberta aos novos *experts* seja tão grande quanto fora no momento de industrialização e urbanização. Ou, mesmo que o sejam, nada sugere ainda o quanto *designers* ou terapeutas ayuverdas estariam em sintonia com um mercado que reclama soluções especializadas, as quais precisam ser apropriadas por eminentes profissionais exclusivos. Falta a essas novas e potenciais profissões a tecnologia social adequada, como notou Stinchcombe.

É certo que a funcionalidade pode ser justificada de inúmeras formas *por parte daqueles que a reivindicam*, mas cabe lembrar que boa parte dos nichos de mercado parece já ter dono, pelo menos por enquanto. As profissões da saúde são o melhor exemplo. Enfermeiros, nutricionistas e fisioterapeutas não substituem, *a priori*, a prática médica. Antes disso, são práticas complementares e, ainda mais importante, os médicos trataram de subordiná-las desde o início. Já acupunturistas e terapeutas ayuverdas, não sendo fruto original da divisão do trabalho da saúde moderna, não se ocupam de um *novo* nicho de mercado, mas sim de um já existente. E, por isso, pretendem *substituir* a prática médica e terapeuta. Eles fornecem um *serviço alternativo*, e *não complementar*. Enquanto se acreditar que os médicos detêm a expertise sobre a cura e a vida, é difícil imaginar que as novas profissões de saúde subirão ao olimpo das profissões regulamentadas de ensino superior.

Junte-se a isso o fato de que expansão do ensino superior a partir dos anos 1990 e 2000 teve um caráter substancialmente distinto com relação ao público que dela se apropriou. A democratização do acesso que se intensificou a partir dos anos 2000, através da ampliação do ensino médio na década anterior e dos mecanismos de ingresso que têm por objetivo reduzir a desigualdade de origem manifesta na competição pelas vagas, sejam nas IES públicas (como nos programas de cotas) ou privadas (como o FIES e o ProUni), diversificou seu público. A expansão pós Reforma de 1968, como já observado, foi direcionada principalmente para a emergente classe média urbana – muito diferente em suas características da "nova classe média" dos anos 2000 (Cardoso e Préteceille, 2017; Salata, 2016). Trata-se de uma tendência que se manifesta nas características desses públicos, muito diferentes em termos de capital econômico e, talvez ainda mais importante nesse processo, de capital cultural e social. Às novas carreiras e aos tecnólogos falta a patronagem de certos segmentos sociais, que canalize a força política necessária para o fechamento.

Mas novamente o determinante político é central. Afinal, o reestabelecimento da condição democrática e o modelo de representação de interesses que se formou desde então colocam maiores barreiras à absorção direta desses interesses no interior do Estado. Isso acontece especialmente a se considerar o conflito que é inerente ao Poder Legislativo, que é por onde passam necessariamente as reivindicações relativas à regulamentação profissional no país.

A representação de interesses está menos desigual, hoje, do que quando os empresários da educação e os Conselhos Profissionais atuaram junto ao CFE e ao Legislativo para regulamentar as carreiras na expansão dos 1970.

A extensão dos privilégios através de fechamento de mercado, quando vincula o diploma ao monopólio da prestação de serviços, é um fenômeno inerentemente político. A posição privilegiada que as profissões gozam no interior da estrutura ocupacional, portanto, não pode ser vista apenas como a resultante da sua funcionalidade ao sistema social, ou então da sua contribuição em termos de produtividade ao sistema econômico, mas resulta especialmente da capacidade de que seus interesses sejam atendidos e se transformem em barreiras legais à competição.

Uma nota sobre classe e profissões

Partindo das reflexões apresentadas nas seções anteriores, é o caso de indagar: afinal, qual a localização das profissões no sistema de estratificação brasileiro? São elas classes, ocupações com maior prestígio, castas, ou "nenhuma das anteriores"? Acredito que esta tese permite afirmar com segurança que a resposta a essas perguntas é um bom e sonoro: "depende". E depende da forma como o sistema de profissões se estrutura a partir dos três sistemas institucionais que lhe servem de arranjo.

Para evitar maiores problemas com relação ao conceito de "classe" e suas eventuais propriedades "fundantes", vou me abster do diálogo com a perspectiva marxista – sigo confortavelmente Olin Wright, para quem essa discussão só faz sentido se envolta em um modelo abstrato de modo de produção em que as classes estão fundamentalmente polarizadas em torno de um processo de exploração, o que não é o meu caso – e tomo como ponto de partida o núcleo do conceito weberiano de classe social: grupos que compartilham situações de mercado e chances de vida semelhantes (Weber, 1976).

A partir dessa concepção, as profissões não podem ser consideradas classes sociais antes de 1930 e, como já observado, elas se assemelham muito mais a grupos de *status* cujo poder dependia muito pouco da situação de mercado. Da mesma forma, suas chances de vida estavam longe de ser determinadas pela atividade profissional e a observação de Oliveira Viana não poderia ser mais útil. A elite agrária era efetivamente a única "classe realmente superior no país", aquela que "concentra autoridade social" e de onde provém os "altos profissionais liberais". Não poderia ser diferente. Um grupo que sequer tem forma social bem definida não pode ser designado como classe social e, para exagerar o argumento desta tese, não é possível que os profissionais sejam uma classe se não existe um sistema de profissões. É o sistema de

profissões que dá origem e forma aos profissionais enquanto grupo minimamente bem delimitado, a começar pelo significado social do termo.

Talvez o momento em que as profissões podem passar a ser chamadas de classe é justamente o momento de expansão e diferenciação do sistema de profissões. Nesse caso, seja no Brasil ou em qualquer outro lugar do mundo, alguns fatores concorreram para que isso acontecesse. Os profissionais passaram a ter sua posição superior na estrutura ocupacional legitimada por conta das afinidades das suas atividades com o processo de industrialização, modernização e construção do Estado. A grande organização burocrática – seja no mercado ou nas agências estatais – transformou-se no *locus* por excelência de inserção ocupacional das profissões, dando vazão à sua autoridade profissional *e* organizacional. O diploma de ensino superior, agora sim, passou a definir e unificar um grupo razoavelmente bem definido da sua localização na estrutura ocupacional, *indicando* chances de vida semelhantes. E, para finalizar, profissão, diploma e monopólio de mercado se fundiram numa coisa só. Não por acaso o *diploma de ensino de superior* foi visto no Brasil como *sinônimo* de profissão regulamentada e de *indicador* de pertencimento a uma "classe média" que, como já mais do que documentado, nunca teve nada de "média" em relação a suas chances de vida (Salata, 2016; Ribeiro, 2017).

Mas isso não é tão específico ao Brasil assim. Na principal teoria de classe que tem o fechamento como seu elemento definidor, Frank Parkin chega a tratar o diploma de ensino superior com importância igual ao título de propriedade. "On all these grounds it is necessary to regard credentialism as a form of exclusionary social closure comparable in its importance for class formation to the institution of property" (Parkin, 1979, p. 58). Nesse caso, talvez a especificidade do Brasil com relação aos chamados países desenvolvidos não esteja necessariamente na associação entre profissão, diploma e fechamento de mercado ao longo de um processo de industrialização, mas, sim, no fato de que o acesso ao diploma guardava níveis de desigualdade assustadores e a estrutura ocupacional encontrava limites estruturais para o desenvolvimento dos setores mais produtivos, inclusive da classe profissional.

Mas Parkin escreveu em 1971 e, após os processos de expansão e diversificação dos sistemas de ensino superior que ocorreram ao redor de todo o mundo a partir da segunda metade do século XX, é anacronismo imperdoável recorrer à sua formulação literal para esboçar qualquer conceito de classe que tenha o mínimo de aderência empírica à realidade. Não que Parkin estivesse errado, mas se é para ficar com ele, que sejamos coerentes com sua própria formulação e encontremos, hoje, qual é a instituição que cumpre a função de fechamento e unificação tal como a credencial de Ensino Superior já cumpriu. De um modo geral, as saídas têm se concentrado na chamada "estratificação horizontal" do ensino superior, que leva em

conta as diferenças de prestígio das instituições, os tipos de diploma, os cursos, e assim por diante. O problema é que, como se pode notar, é o diploma de ensino superior que continua a dar as cartas. Perde-se de vista a regulamentação do mercado e o fechamento efetivo.

A partir da década de 1990, a diferenciação do sistema de ensino superior que se manifesta através da estratificação horizontal tem sido fundamental para entender porque o diploma que garantia destinos tão semelhantes, tem proporcionado destinos sociais tão heterogêneos. Se é certo que as famílias com melhores recursos têm maior possibilidade de assegurar a seus filhos os diplomas das instituições de maior prestígio, também é verdade que alguns diplomas simplesmente têm um valor de mercado muito reduzido face àqueles já regulamentados ou de instituições mais prestigiadas. A estratificação horizontal da educação superior é, portanto, *uma* das faces do sistema de profissões, que se manifesta primordialmente através da diferenciação do sistema de ensino superior.

A capacidade de fechamento através do estabelecimento de monopólios é outra. Mas a fragmentação do sistema de profissões também é marcada pelo aumento da heterogeneidade das profissões. Para a maioria daquelas para as quais o fechamento é garantido por lei, a estratificação interna tem se elevado. Mais diplomados sem profissão, menor associação do sistema de ensino superior e regulamentação, maior heterogeneidade interna, tanto dos profissionais enquanto grupo, quanto das profissões individualmente. Seria difícil dizer que as profissões continuam a manter as suas "características de classe" que já tiveram, não fosse um "detalhe": o grau de desigualdade ainda estonteante que caracteriza o sistema de estratificação no Brasil. Apesar do sistema de profissões ter se fragmentado e a distância das profissões ter se reduzido em relação ao restante do sistema de estratificação, sua vantagem relativa ainda é absurdamente elevada, tanto quanto a sua capacidade de transmissão de posições intergeracionalmente.

Algumas delas (como médicos, profissionais do direito, engenheiros, dentistas, administradores e contadores), chegam até mesmo a favorecer a imobilidade social através de uma reprodução da posição de classe ao nível profissional, o que fortalece a sua condição de "microclasse" (Jonsson et al, 2009). Mas esta tendência está declinando e é cada vez mais importante manter a posição de classe do que a seguir os trilhos profissionais dos pais, talvez justamente porque os cursos de maior prestígio estejam mais competitivos. Nesse caso é importante retomar outro fator particularmente importante: a entrada das mulheres no mercado de trabalho ao longo do período e, a partir da década de 2000, a redução da segmentação ocupacional e de carreira por gênero. Isto tem proporcionado um aumento da reprodução social

das mulheres e coloca em evidência a própria necessidade de se pensar como o sistema de profissões se estruturou em torno das relações de gênero.

Os dilemas que se descortinam à frente do sistema de profissões colocam a necessidade de se repensar os monopólios profissionais no Brasil. Se as profissões ainda podem ser vistas como classe devido à sua vantagem em relação ao restante da estrutura ocupacional, isso ainda ocorre em grande medida por conta do simbolismo e da efetividade de restrição de mercado que guardam enquanto "profissões regulamentadas". A diferenciação da produção dos produtores tem gerado potenciais profissionais cada vez mais heterogêneos; mas está na hora produzir abertura no mercado profissional, e não mais fechamento. Até 2014, o Estado parecia estar compensando, através da ampliação de vagas no setor público, boa parte das potenciais desigualdades de destino profissional dos novos graduados, em desvantagem na estratificação horizontal do Sistema de Ensino Superior. Todavia, os limites desse canal de mobilidade já começaram a aparecer. É o momento de reforçar o papel do Estado na produção da mobilidade, restringindo a balcanização dos mercados profissionais e evitando que se formem monopólios cujo resultado é o entranhamento de privilégios no seio do sistema de estratificação.

Os dilemas do sistema de profissões no Brasil

O Sistema de Profissões vive um momento de instabilidade e dois dilemas em especial se colocam à sua frente. O primeiro é obvio: continuaremos a reproduzir um sistema de profissões clivado pela regulamentação do modelo varguista? O segundo é: que modelo de produção dos produtores nos interessa? As alternativas e cursos de ação possíveis para o enfrentamento desses dilemas terão efeitos distintos sobre o padrão de desigualdade que se estrutura na parte de cima do sistema de estratificação.

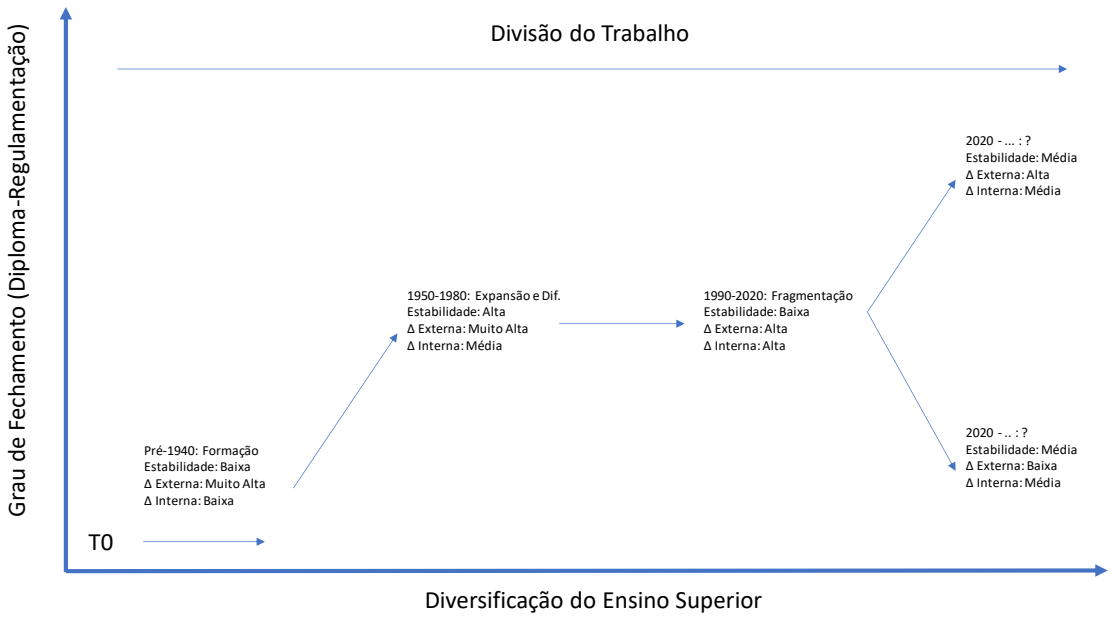
Para deixar mais claro como esses dilemas estão colocados, a Figura 7.1 abaixo apresenta a lógica da relação entre os três sistemas institucionais que organizam o sistema de profissões. No eixo horizontal está a diferenciação do sistema de ensino superior; no eixo vertical o grau de fechamento expresso através da relação *diploma-regulamentação*; e o eixo horizontal superior apresenta a intensificação da divisão do trabalho. Para tornar o argumento mais claro, suponho que a história se inicia no "Tempo Zero (T0)", que pode ser identificado a um momento anterior a própria criação das primeiras universidades no país. Trata-se de uma sociedade em que a posição superior no sistema de estratificação independe *completamente* de qualquer credencial de ensino. Ela se dá unicamente por títulos de propriedade e laços familiares. Nesse período, a desigualdade da "classe dominante" em relação ao restante da população é muito elevada e sua desigualdade interna muito baixa.

À medida em que o sistema de ensino superior é constituído e as credenciais passam a fazer parte dos mecanismos de fechamento, começa a se formar um sistema de profissões. É desse período que tratei no Capítulo 2. A instabilidade aumenta e a desigualdade dos profissionais-bacharéis em relação ao todo se mantém muito elevada, mas a desigualdade interna já começa a se manifestar, mesmo que de forma incipiente. A estabilidade do sistema ao longo das décadas de 1930 e 1940 é alcançada através da regulamentação e da garantia de privilégios, institucionalizando-se o fechamento.

Entre as décadas de 1950 e 1980, a expansão e diferenciação do sistema se deu de forma concomitante à extensão do fechamento às novas carreiras. Diversificação do ensino superior e fechamento "caminham juntos", como mostra a figura, e justamente por isso a seta se movimenta em sentido da diagonal direita superior. Mas, cabe lembrar, a maior parte do fechamento nesse período foi alcançado pelos profissionais de nível baixo.

Por fim, a partir da década de 1990, a combinação de diversificação institucional do ensino superior, em quase todas as suas frentes, não foi acompanhada de um processo de fechamento das novas carreiras, da mesma forma como declinou a capacidade de fechamento efetivo das carreiras estabelecidas. Justamente por isso o "sistema anda de lado", sem aumentar o grau de fechamento. O resultado é um aumento da instabilidade e da desigualdade interna.

FIGURA C-1 - DIVISÃO DO TRABALHO, REGULAMENTAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR – PADRÕES DE DESIGUALDADE E ESTABILIDADE DO SISTEMA DE PROFISSÕES



Fonte: Elaboração própria.

Dessa forma, o principal dilema enfrentado pelo sistema de profissões atualmente é estender o fechamento, reduzi-lo ou manter como está. Acredito que a manutenção da configuração atual não se sustente no longo prazo devido à instabilidade que a caracteriza. De modo que as duas opções mais "factíveis" sejam a da extensão ou da redução, expressas respectivamente pelas setas "para cima à direita" e "para baixo à direita" na Figura. Qual o provável efeito de cada uma sobre a posição relativa do estrato profissional em relação ao sistema de estratificação e à sua desigualdade interna?

A extensão do fechamento tende a estabilizar o sistema através da manutenção dos velhos privilégios e da criação de novos. Mantém-se os monopólios de mercado das profissões regulamentadas, criam-se outros para as novas carreiras. A tendência é que isso contribua, na média, para o aumento da distância dos profissionais em relação ao restante da estrutura ocupacional, embora essa distância possa se reduzir em virtude de outros efeitos independentes do sistema de profissões. Por outro lado, tende a reduzir a desigualdade interna do sistema mesmo que outras forças, como o valor diferenciado de diplomas semelhantes, exerçam um contra movimento de aumento pela heterogeneidade. O resultado global dependerá de outros fatores que não diretamente relacionados à configuração do sistema de profissões, o mais importante dentre eles sendo o rumo da atividade econômica. Não obstante, pode-se sugerir que a "contribuição do fechamento" estrito senso, nesse caso, seria a redução das desigualdades internas entre as profissões – não necessariamente entre indivíduos – com redução das suas vantagens relativas do estrato profissional em relação aos demais.

Esta opção, certamente, encontra resistências que dependem das jurisdições sob disputa. Provavelmente os "novos profissionais da saúde" tendem a encontrar a maior resistência dada a força dos médicos para regular as atividades no setor, embora o crescimento da demanda por esses serviços possa contribuir para que as "terapias alternativas" se legitimem enquanto jurisdição autônoma. De outro lado, os profissionais das tecnologias da informação talvez sejam mais bem-sucedidos em virtude da inserção das suas atividades nas demais áreas de conhecimento. Como notou Abbott (1988), o resultado dos conflitos dependerá do tipo de conhecimento e de como se organizam institucionalmente caso a caso. Não sendo possível tecer qualquer previsão nesse sentido, na média, o aumento da regulamentação tende a produzir mais privilégios e maiores níveis de desigualdade na parte de cima do sistema de estratificação.

A opção em se reduzir o fechamento, por outro lado, é certamente a menos provável dadas as dificuldades que enfrentaria tanto em virtude de barreiras políticos como organizacionais. Velhos monopólios teriam que ser desfeitos, velhas organizações teriam que se reconfigurar. Nesse caso, as Associações Profissionais teriam de passar a exercer

efetivamente a sua *função manifesta* (controle da qualidade da formação e inculcação de valores universalistas em seus membros) e abandonar a função latente que têm exercido de forma institucionalizada desde 1930 (criando monopólios e reduzindo a competição). Talvez a regulamentação se justifique em profissões que lidam diretamente com a vida e os direitos de propriedade, mas, mesmo assim, deve se dar no sentido de um maior autocontrole profissional, e não pela criação e manutenção de privilégios que cerceiam as oportunidades.

Apesar do cenário mais improvável, é o que certamente teria o maior efeito sobre as distorções causadas pela regulamentação ocupacional no Brasil, sejam os privilégios que se traduzem em *rents*, seja a sinalização de que o diploma de ensino superior vale pelo seu caráter posicional. Além de deixar o sistema inevitavelmente mais aberto, tende a reduzir as desigualdades em relação ao restante do sistema de estratificação, ao mesmo tempo em que permitirá alcançar maior estabilidade no médio e longo prazo. Se os profissionais no Brasil, enquanto classe que sempre gozou de privilégios exorbitantes no topo do sistema de estratificação – fato que contribui absurdamente para a desigualdade vigente no país – se tornarem um estrato que emerge de um sistema menos fechado a novos pleiteantes, talvez tenhamos de fato uma elite mais aberta e menos receosa do que vem de baixo.

A isso se vincula diretamente o segundo dilema que trata da produção dos produtores. Ora, o modelo de expansão universitária diferenciado, conquanto diminua as desigualdades de acesso, precisa estar atrelado àquilo que as profissões têm para produzir. Veja que a mobilidade social através do diploma não se sustenta indefinidamente. O diploma deve implicar em ocupação mais produtiva, e não apenas em símbolo de diferenciação. Se esse símbolo tem perdido o sentido unificador que teve outrora, que sirva pelo menos de indicador de qualificação para que as atividades sejam realizadas de forma mais produtiva, no Estado e no mercado.

Apesar de ter diminuído a associação entre diploma e posição superior, a expansão recente, mesmo com todos os seus problemas, tem contribuído não apenas para a ampliação do acesso, mas para a integração de raça e classe. Os filhos da Reforma de 1968 não conviveram com a diversidade de classe e raça no sistema de ensino superior. Os filhos da expansão recente sim. Se é certo que é necessário pensar como conjugar acesso e excelência no ensino superior, a excelência deve ser pensada sob o mesmo grau de importância concebido à democratização do acesso e às possibilidades de reconfiguração da mobilidade social para a parte de cima do sistema de estratificação. É restringindo os monopólios profissionais e a criação de barreiras ao exercício dentro das profissões, e não o acesso, que chegaremos a alternativas que conjugam democratização com excelência, ainda que com um elevado grau de estratificação horizontal.

Referências bibliográficas

ABBOTT, A. **The system of professions: An essay on the division of expert labor**. Chicago: University of Chicago Press, 1988.

ABDAL, A.; TORRES-FREIRE, C. E.; CALLIL, V. Rethinking typologies: A classification of activity according to knowledge and technological intensity. **Revista de Administração e Inovação**, v. 13., 232-241. 2016.

ABRANCHES, Sérgio Henrique. **Empresa Estatal e Capitalismo: uma análise comparada**. In: Carlos Estevam Martins (org.). *Estado e Capitalismo no Brasil.* São Paulo: Hucitec, 1977.

ABRERCOMBIE, N.; URRY, J. **Capital, Labour and the Middle Classes**. London: Routledge, 1987.

ABRUCIO, L. F.; LOUREIRO, M., R.; PACHECO, R. S.; **Burocracia e política no Brasil : desafios para a ordem democrática no século XXI.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2010.

ARRETCHE, M. T. S. **Trajetórias das desigualdades: quanto o brasil mudou nos últimos 50 anos.** São Paulo: Editora UNESP, 2015.

BACHA, E. L. **Hierarquia e Remuneração Gerencial**. In: TOLIPAN, R.; TINELLLI, A. C. (Eds.). A controversia sobre distribuicao de renda de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

BABRBOSA, R. J. Desigualdade de rendimentos do trabalho no curto e no longo prazo: tendências de idade, período e coorte. **Dados-Revista de Ciências Sociais**, v.59, n. 2, pp. 385,425, abril-junho, 2016.

_____. Comparabilidade das informações disponíveis nos Censos (1960-2010) e PNADs (1976, 1985, 1995 e 2005). **Série Textos Para Discussões CEM,** v. 17, n. 1, 2014.

BARBOSA, M. Ligia O. Para onde vai a classe média: um novo profissionalismo no Brasil?. **Tempo social. [online]**., v. 10, n.1, pp.129-142, 1998.

_____. Estudo sobre o campo de atuação do tecnólogo. **SENAI, Departamento Nacional, Série Estudos Educacionais**, 2009.

_____. (org) O Ensino Superior no Brasil: credencial, méritos e coronéis. In: BARBOSA, M. Ligia O. (org.) **Ensino Superior: expansão e democratização**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

BARRETO, A. L. **As classificações de raça e cor e ocupação nos Censos Demográficos brasileiros**. Tese de Doutorado – Rio de Janeiro (RJ): Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

BARRETO, A. A. B. A representação das associações profissionais e os primeiros passos da Justiça Eleitoral (1932-1935). **Revista Brasileira de Ciência Política,** n. 19, janeiro-abril, 2016.

BARRIENTOS, A. Labour markets and the (hyphenated) welfare regime in Latin America. **Economy and Society**, v, 38, n. 1., 2009

BEN-DAVID, J. Professions in the class system of the present day societies. **Current Sociology**, v. 12, 247-298, 1963.

_____. **O papel do cientista na sociedade**. São Paulo: Zahar, 1974.

BENDIX, R. **Work and authority in industry: ideologies of management in the course of industrialization**. New York; Evanston : Harper Torchbooks, 1956.

_____. **Nation-building and citizenship: studies of our changing social order**. New York, NY: John Wiley & Sons, 1969.

BOL, T.; WEEDEN, K. Occupational Closure and Wage Inequality in Germany and the United Kingdom. European Sociological Review Advance Access published, v. 0, n. 0, pp. 1-16, 2012.

BERTILSON, M. Professions and the welfare state. In: BURRAGE, M.;

TORSTENDAHL, R. **Professions in theory and history**, London: SAGE Publications, 1990.

BERTONCELO, E. As classes na teoria sociológica contemporânea. **Boletim Informativo Bibliográfico**, n 67, pp.25-49, 2009.

BLAU, P. The hierarchy of authority in organizations. In: W. HEYDEBRAND (org.) **Comparative Organizations: the results of empirical research**. Englewood Cliffs: Prentice- Hall, 1973.

BLEDSTEIN, B. **The culture of professionalism**. New York-London: W.W. Norton & Company, 1978.

BOITO JR.; BERRINGER, T. Brasil: Classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 47, pp. 31-38, 2013

BOMENY, H. A reforma universitária de 1968: 25 anos depois. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 9, n. 26, p.51-65, Out, 1994.

BOURDIEU, P. What Makes a Social Class? On the Theoretical and Practical Existence of Groups. **Berkeley Journal of Sociology**, v.32, n.1, p.1-18, 1987.

_____. **La noblesse d'Etat:grandes ecoles et esprit de corps**. Paris: Les Editions de Minuit, 1989.

_____. **A economia das trocas simbólicas**, São Paulo: Perspectiva, 1994.

_____.**A Distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: EDUSP, 2006.

BREEN, R. **Social mobility in Europe**. Oxford: Oxford University Press, 2004.

BREEN, R.; JONSSON, J. O. Analyzing educational careers. A multinomial transition model. **American Sociological Review**, v. 65, n. 5, 2000.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Do Estado Patrimonial ao Estado gerencia. In: PINHEIRO, P. S.; SACHS, I.; WILHEIM, J. **Brasil: Um Século de Transformações**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2001.

_____. **Burocracia Pública na Construção do Brasil**. *Mimeo*, 2007.

BRINT, S. **In the age of experts – the changing role of professionals in politics and public life**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1993.

BRITO, M. M. A. **A dependência na origem: desigualdades no sistema educacional brasileiro e a estruturação social das oportunidades**. TESE DE DOUTORADO, São Paulo (SP). Universidade de São Paulo, 2014.

BURRAGE, M.; TORSTENDAHL, R. **Professions in theory and history**, London: SAGE Publications, 1990.

CAMPOS, F. Exposição de Motivos. In: BRASIL. **Ministério da Educação e Saúde Pública. Organização do Ensino Secundário**. Porto Alegre: Livraria Globo, 1933.

CARDOSO DE MELO, J. M. **O capitalismo tardio: contribuição a revisão da formação e do desenvolvimento da economia brasileira**. São Paulo : Editora Brasiliense, 1983.

CARDOSO, A. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

_____. **Ensaios de sociologia do mercado de trabalho brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

CARDOSO, A.; PRETECEILLE, E. Classes Médias no Brasil: Do que se Trata? Qual seu Tamanho? Como Vem Mudando?. **Dados,** v. 60, n. 4, pp. 977-1023, 2017.

CARDOSO, F. H. **O modelo político brasileiro**. São Paulo: Zahar, 1975.

CARVALHAES, F. A tipologia ocupacional Erikson-Goldthorpe-Portocarero (EGP): uma avaliação analítica e empírica. **Sociedade e Estado**, v. 30, n. 3, pp. 673-703, 2015.

CARVALHO, J. M. **A construção da ordem**. São Paulo: Mestre Jou, 1981.

CASTRO, M. H. M. **Relatório da Missão INEP/Ensino Superior à Washington**. Brasilia: INEP, 2000 (Documento técnico).

COELHO, E. **A sinecura acadêmica: a ética universitária em questão**. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisa/Vértice, 1988.

_____. **As profissões imperiais**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

COCKS, G.; JARAUSCH, K. H. **German Professions, 1800-1950**. Oxford: Oxford University Press, 1990.

COLLINS, R. **The Credential society: an historical sociology of education and stratification**. New York: Academic Press, 1979.

_____. Market closure and the conflict theory of the professions. In: BURRAGE, M.; TORSTENDAHL, R. **Professions in theory and history**, London: SAGE Publications, 1990.

COMIN, A.; BARBOSA, R. J. Trabalhar para estudar: Sobre a pertinência da noção de transição escola-trabalho no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 91, p.75-95., 2011.

CUNHA, L. A. **A Universidade reformada**. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1988.

CUNHA, M. W. V. **O sistema administrativo brasileiro, 1930-1950**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas EducacionaiS, 1963.

DINIZ, E. **Crise, Reforma do Estado e Governabilidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

DRAIBE, S. M. **Rumos e Metamorfoses**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

DRAIBE, S. M.; RIESCO, M. Estados de Bem-Estar Social e estratégias de desenvolvimento na América Latina. Um novo desenvolvimentismo em gestação?. **Sociologias**, n. 27, pp. 220-254, 2011.

DIMMAGIO, P.; POWELL, W. W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. **American Sociological Review**, v. 48, n.2, pp.147-160, April, 1983.

DURHAM, E.; SAMPAIO, H. Ensino Privado no Brasil. **Cadernos NUPES**, Universidade de São Paulo, v. 3, 1995.

ESPING-ANDERSEN, G. **Politics against markets**. New Jersey: Princeton University Press, 1985.

_____. **The three worlds of welfare capitalism**. Cambridge: Polity Press, 1991.

_____. **Changing classes. Stratification and mobility in post-industrial societies**. London: SAGE Publications, 1993.

ERIKSON, R.; GOLDTHORPE, J. Commonality and Variation in Social Fluidity in Industrial Nations. Part II: The Model of Core Social Fluidity Applied. **European Sociological Review**, v. 3, n. 2, pp. 145-166, 1987a.

_____. Commonality and Variation in Social Fluidity in Industrial Nations. Part I: A Model for Evaluating the 'FJH Hypothesis'. **European Sociological Review**, v. 3, n. 1, pp. 54-77, 1987b.

_____. **The Constant Flux: a study of class mobility in industrial societies**. Oxford: Clarendon Press, 1992.

ERIKSON, R.; GOLDTHORPE. J.; HALLSTEN, M. No way back up from ratcheting down? A critique of the 'microclass' approach to the analysis of social mobility. **Acta Sociologica**, v. 55, pp. 211-229, 2012.

ERZSÉBET, B.; GOLDTHORPE, J.; KUHA, J. The pattern of social fluidity within the British class structure: a topological model. **Journal of the Royal Statistical Society: Series A (Statistics in Society),** online version, pp. 1-54, 2016.

ETZIONI, A. **Organizações Modernas**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1974.

EVANS, P. **Autonomia e parceria: estados e transformação industrial**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2004.

EVVETS, J. A new professionalism? Challenges and opportunities. **Current Sociology**, v. 59, n. 4, pp. 406-422, 2011.

_____. Similarities in Contexts and Theorizing: Professionalism and Inequality. **Professions and Professionalism**, v. 2, n. 2, pp. 1-15, 2012.

FALEIROS, M. **Transição do Ensino Superior para o Mercado de Trabalho: Uma Comparação entre Bacharéis e Tecnólogos no Brasil do Século XXI**. Tese de Doutorado, Belo Horizonte (MG). Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

FERNANDES, F. N. A criação de conselhos profissionais e a delegação da atividade de fiscalização de profissões regulamentadas. **Revista Jus Navigandi**, n. 3212, disponível em: <https://jus.com.br/artigos/21519>. Acesso em: 26 maio 2018, 2012.

NEVES, C. E. B. **Ensino Superior no Brasil: expansão, diversificação e inclusão**. Texto Apresentado no Congresso da Latin American Studies Association, 2012.

FILGUEIRA F. Tipos de welfare y reforma social en America Latina: eficiência, residualismo y ciudadania estratificada". In: MELO, M. A. (org) **Reforma do Estado e mudança institucional no Brasil**. Recife: Editora Massangana, 1999.

FLEURY, S. **Estado sem cidadãos**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994.

FONSECA, P. C. D. Desenvolvimentismo - A Construção do Conceito. In: BIANCARELLI, A. et ali. **Presente e Futuro do Desenvolvimento Brasileiro**. Brasília: Ipea, 2014.

_____. **Vargas: o capitalismo em construção – 1906-1954**. São Paulo: Editora Hucitec, 2014.

FREIDSON, E. **Profession of medicine: a study of the sociology of applied knowledge**. Chicago: University of Chicago Press, 1970.

_____. **Professionalism: the third logic.** Chicago: University of Chicago Press, 1970.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2006.

GAETANI, F. **Constitutional Public Management Reforms in Modem Brazil 1930-1998**. Tese de Doutorado, Londres, London School of Economics and Political Science, 2002.

GAETANI, F.; HEREDIA, B. **La economía política de la reforma del servicio civil en Brasil**. *Mimeo*, 2002.

GANZEBOOM, H. et al. Intergenerational Class Mobility in Comparative Perspective. **Research in Social Stratification and mobility**, v. 8, pp. 3-84, 1989.

VARGAS, G. **Mensagem ao Congresso Nacional**, 1951.

GIDDENS, A. **A estrutura de classe das sociedades avançadas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GOLDTHORPE, J. **On Sociology: numbers, narratives and the integration of research and Theory**. Oxford: Oxford University Press. 2000.

GOLDTHORPE, J.; HOPE, K. Occupational grading and occupational prestige. **Social Science Information**, v. 11, n. 17, pp. 1-58, 1972

GOMES, A. M. C.; ABREU, M. C . A nova "velha" República: um pouco de história e historiografia. **Tempo. Revista do Departamento de História da UFF**, v. 13, p. 11-24, 2009.

GOMES, A. M. C. **A invenção do trabalhismo**. São Paulo: Vértice, 1988.

_____. **Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas**. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

GOULDNER, A. **The coming crisis of western sociology**. New York: Basic Books, 1970.

_____. **El futuro de los intelectuales y el ascenso de la nueva classe**. Madrid: Alianza Editorial, 1985.

GRAHAM, L. **Civil service reform in Brazil; principles versus practice**. Texas: University of Texas Press, 1968.

GRUSKY, D. (2005) “Foundations of a neo-Durkheimian class analysis”. In: WRIGTH, E. O. (ed). **Approaches to class analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

GRUSLY, D.; SORENSEN, J. Can Class Analysis Be Salvaged? **American Journal of Sociology**, v. 103, n. 5, pp. 1187-1234, 1998.

GRUSKY, D.; WEEDEN, K. Decomposition without dead. **Acta Sociologica**, v. 44, pp. 203-218, 2001.

GUIMARÃES, N. A. **Caminhos Cruzados**. São Paulo: Editora 34, 2004.

GUIMARÃES, N. A.; BARONE, L.; BRITO, M. M. A. Mercado e mercantilização do trabalho no Brasil (1960-2010). In: ARRETCHE, M. (Org.). **Trajetórias das Desigualdades no Brasil: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos**. Sao Paulo: Editora Unesp, 2015.

GUSFIELD, J. **The culture of public problems**. Chigaco: University of Chicago Press, 1984.

_____. Constructing the Ownership of Social Problems: Fun and Profit in the Welfare State. **Social Problems**, v. 36, n. 5 pp. 431-441, 1989.

GUVELI, A.; DE GRAAF. N. D. The Rise of 'New' Social Classes within the Service Class in The Netherlands. **Acta Sociologica**, v. 50, n. 2, pp. 129-146, 2007.

HALL, P.; SOSKICE, D. **Varieties of capitalism**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

HALLER, A. O. Occupational Prestige Hierarchies: Theory and Evidence. **Contemporary Sociology**, v. 8, n. 5, pp. 721-734, 1979.

HOCHMAN, G. A Saúde Pública em Tempos de Capanema: Inovações e Continuidades. In: BOMENY, H. (Org.). **Constelação Capanema: Intelectuais e Políticas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

HOLLIDAY, I. Productivist welfare capitalism: Social policy in East Asia. **Political Studies**, vol. 48, n. 4, pp. 706-23, 2000.

GOUGH, I; **Insecurity and Welfare Regimes in Asia, Africa and Latin America.** Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

HOUT, M.; DIPRETE, T. A. RC28's Contribution to Knowledge: An Assessment and an Agenda for the Future. **Research in Social Stratification and Mobility**, v. 24, pp. 1-20, 2006.

HUTCHINSON, B. **Mobilidade e trabalho: um estudo na cidade de São Paulo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1960.

IBGE. **CENSO DEMOGRÁFICO DE 1950**. 1956.

IBGE. **Síntese Retrospectiva da Educação no Brasil, 1871-1954**, 1956.

IVERSEN, T. **Capitalism, democracy and welfare**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

JARAUSCH, K. H. (Org.). **The transformation of higher education 1860-1930**. Chicago: University of Chicago Press, 1983.

_____. The Unfree Professions. Oxford: Oxford University Press, 1990.

JONSSON, J. O. et al. Microclass Mobility: Social Reproduction in Four Countries. **American Journal of Sociology**, v. 114, n. 4, pp. 977-1036, 2009.

JOHNSON, T. J. **Professions and power**. London: Palgrave Macmillan, 1972.

JOHNSON, T. J. The state and the professions: pecularities of the British. In: GIDDENS, A.; MACKENZIE, G. (orgs.) **Social Class and the Division of Labour: Essays in Honour of Ilya Neustadt**, Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

KERSTENETZKY, C. L. **O Estado de bem estar na idade da razão: a reinvenção do estado social no mundo comporaneo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

KING, G.; KEOANE, R. O.; VERBA, A. **Designing Social Inquiry**. New Jersey: Princeton University Press, 1994.

KRAUSE, E. **Death of the guilds: professions, States, and the advance of capitalism, 1930 to the present**. New Heaven: Yale University Press, 1996.

KRIESI, H. New Social Movements and the New Class in the Netherlands. **American Journal of Sociology**, v.94, n. 5., pp. 1078-1116, 1989.

LAMONT, M. **Money, Moral & Manners: the culture of the French and the American upper-middle class**. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.

LARSON, M. S. **The rise of professionalism: monopolies of competence and sheltered markets**. New York: Transaction Publishers, [1977], 2013.

LIMA, M. Ações Afirmativas e Juventude Negra no Brasil. **Cadernos ADENAUER**, v.16, p. 27-43, 2015.

LUCAS, S. Effectively maintained inequality: educational transitions, track mobility and social background effects. **The American Journal of Sociology**, v. 106, n. 6, pp. 1642-1690 2001.

MALATESTA, M. **Society and Professions in Italy, 1860-1914**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

_____. **Professional man, professional woman**. London: SAGE Publications, 2012.

MARSHALL, T. H. Cidadania e Classe Social. In: **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro (RJ): Zahar, 1965.

MARTINEZ-FRANZONI, J. Welfare Regimes in Latin America: Capturing constellations of markets, families, and policies. **Latin America Politics and Society**, v. 50, 2008.

MARTINS, L. **Pouvoir et développement économique: formation et évolution des structures politiques au Brésil**. Paris: Anthropos, 1973.

_____. **Estado Capitalista e burocracia no Brasil no pós-64**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. Reforma da administração pública e cultura política no Brasil: uma visão geral. **Cadernos ENAP**, 1997.

MARTINS, C. B. A Reforma Universitária de 1968 e a abertura para o setor privado no Brasil. **Educação e Sociedade**, v. 30, n. 106, pp. 15-35, 2009.

MENEZES-FILHO, N. A.; KIRSCHBAUM, C. Educação e desigualdade no Brasil. In: ARRETCHE, M. (Ed.). **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo (SP): Editora Unesp, 2015.

MERTON, R. K. **Sociologia: Teoria e Estrutura**. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

MICELI, S. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil, 1920-1945**. São Paulo: Difel, 1988.

MORAIS, L.; SAAD-FILHO, A. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. **Revista de Economia e Política**, v. 31, n. 4., pp. 507-527, 2011.

MURPHY, R. **Social closure: the theory of monopolization and exlcusion**. Oxford: Oxford University Press, 1988.

NAGLE, J. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: Edusp, 2009.

NEAVE, G. Academic drift: Some views from Europe. **Studies in higher education**, v.4, n. 2, pp.143-159.

NERI, M. **A nova classe média**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

NUNES, E. **A gramática política do Brasil : clientelismo e insulamento burocrático**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

_____. **Teias de relações ambíguas**. Brasília: INEP, 2002.

_____. Ensino universitário, corporação e profissão: paradoxos e dilemas brasileiros. **Sociologias**, n. 17, pp. 190-215, 2007.

O'DONNEL, G. Sobre o corporativismo e a questão do Estado. **Cadernos DCP**, v.3, 1976.

VIANA, O. **Populações meridionais do Brasil**. Brasília: Edições do Senado Federal, [1920] 2005.

OLIVEIRA, A. M. H. C. Occupational Gender Segregation and Effect on Wages in Brazil, **XXIV General Population Conference**, Session 38, Labor Force, 2001.

OLIVEIRA, J. A.; TEIXEIRA, S. M. F. **(Im) Previdência Social: 60 anos de história da previdência no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1989.

OLIVEIRA, J. S. O. "Brasil mostra a tua cara": imagens da população brasileira nos censos demográficos de 1872 a 2000. **Textos para discussão. Escola Nacional de Ciências Estatísticas**, 2003.

OLIVEIRA, M. L. DE. egime jurídico dos servidores dos conselhos profissionais, à luz da legislação e da jurisprudência do STF. **Conteúdo Jurídico, Brasília-DF**, 2016. Disponivel em: <http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.56539&seo=1>. Acesso em: 28 maio 2018.

Paixão, A. L. A teoria geral da ação e a arte da controvérsia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 4, nº 11, 1989.

PARKIN, F. **Marxism and class theory – a burgeois critique**. Nova York: Columbia University Press, 1979.

PARSONS, T. Profesions and social structure. **Social Forces**, v. 17, n. 4, pp. 457-467, 1939.

_____. An analytical approach to the theory of social stratification. **Social Forces**, v. 45, Issue 6, pp. 841-862, 1940.

_____. **The social system**. Londres: Tavistock, 1951.

_____. Social class and class conflict in the light of recent sociological theory. **American Economic Review**, v. 39, issue 3, pp. 16-26, 1964.

_____. Introduction. IN: _____. **Max Weber: the theory of social and economic organization**. New York: The Free Press, 1964b.

_____. **Societies: evolutionary and comparative perspectives**. New York: Prentice Hall, 1966.

_____. **The system of modern societies**. New York: Prentice Hall, 1971.

_____. Equality and Inequality in Modern Society, or Social Stratification Revisited. **Sociological Inquiry**, v. 40, issue 2, pp. 13-72, 1970.

PASTORE, J. **Desigualdade e mobilidade social no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1979.

PAULANI, L. A experiência brasileira entre 2003 e 2014: Neodesenvolvimentismo? **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 12, n. 20, pp.135-155, 2017.

PERISSINOTO, R.; CODATO, A. Por um retorno à sociologia das elites. **Revista de Sociologia e Política**, v.16, n. 30, pp.7-15, 2008.

PERKIN, H. **The rise of professional society: England since 1880**. London: Routledge, 1989.

PERROW, C. **Complex organizations: a critical essay**. 3. ed. New York: McGraw-Hill, 1986.

PFEIFER, M. **O pacto neodesenvolvimentista e as políticas de expansão da educação superior no Brasil de 2003 a 2013**. Tese de Doutorado, Curitiba (PR) – Universidade Federal do Paraná, 2013.

POCHMAN, M. **Nova Classe Média? o trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

POWERS, D.; XIE, Y. **Statistical methods for categorical data analysis**. UK: Emerald, 1992.

PRATES, A. A. P.; BARBOSA, M. L. O. Expansão e as possibilidades de democratização do Ensino Superior no Brasil. **Cadernos CRH**, v. 28, n. 74, pp. 327-340, 2015.

PRATES, A. A. P.; FALEIROS, M. Os efeitos diferenciais do tipo de instituição superior sobre o prestígio dos seus egressos no mercado de trabalho. In: BARBOSA, M. Ligia O. (org.) **Ensino Superior: expansão e democratização**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

PRATES, A. A. P.; FALEIROS, M.; DE PAULA, T. S.; Natureza administrativa das instituições de ensino superior, gestão organizacional e o acesso aos postos de maior prestígio no mercado de trabalho. Sociedade e Estado, v. 27, n . 1, pp. 25-44, 2012.

PRATES, A. A. P.; COLLARES, A. C. M**. Desigualdade e expansão do ensino superior na sociedade contemporânea: o caso brasileiro no final do século XX ao princípio do século XXI**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

PRATES, A. A. P. **Os sistemas de ensino superior na sociedade contemporânea: diversificação, democratização e gestão organizacional – o caso brasileiro**. Tese de Doutorado, Belo Horizonte (MG). Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

PRATES, A. A. P. Administração pública e burocracia no Brasi. In: CINTRA, A. O.; AVELAR, L. **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. São Paulo: Ed. Unesp, 2007.

PRATES, I.; SILVEIRA, L. **A desigualdade de renda entre homens e mulheres no sistema de profissões**. *Mimeo*.

RAFTERY, Adrian. Bayesian Model Selection in Social Research. In: MARSDEN, P. (Ed.). **Sociological Methodology**. Washington D.C: The American Sociological Association, 1995.

REDBIRD, B. The new closed shop? The Economic and Structural Effects of Occupational Licensure. **American Sociological Review,** v. 82, n. 3, 2017.

RIBEIRO, C. A. C. Estrutura de classes e mobilidade social no Brasil. Bauru: EDUSC, 2007.

_____. Quatro décadas de mobilidade social no Brasil. **Dados**, v. 55, pp. 641-678, 2012.

_____. Estrutura de Classes e Mobilidade Social no Brasil Contemporâneo. **Sociologias**, v. 37, pp. 54-70, 2014.

_____. Tendências de desigualdade de oportunidades no Brasil: mobilidade social e estratificação educacional. **Boletim Mercado de Trabalho – Conjuntura e análise, IPEA,** n. 62, 2017.

RIBEIRO, C. A. C.; SCHELEGEL, R. Estratificação horizontal no ensino superior; In: ARRETCHE, M. (org). In: ARRETCHE, M. (Org.). **Trajetórias das Desigualdades no Brasil: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos**. Sao Paulo: Editora Unesp, 2015.

RIBEIRO, C. A. C.; CENEVIVA, R.; BRITO, M. M. A. Estratificação educacional entre jovens no Brasil (1960-2010). In: ARRETCHE, M. (Org.). **Trajetórias das Desigualdades no Brasil: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos**. Sao Paulo: Editora Unesp, 2015.

RUESCHEMEYER, D. **Power and the division of labour**. California: Stanford University Press, 1986.

SAES, D. Classe média e política no Brasil, 1930-1964. In: FAUSTO, B. (Org.). História Geral da Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. Tomo 3, v. 3.

ALMEIDA, M. H. T. **Estado e classes trabalhadoras no Brasil (1930-1945).** Tese de Doutorado, São Paulo (SP) – Universidade de São Paulo, 1979

SALARDI, P. The Evolution of Gender and Racial Occupational Segregation Across Formal and Non-Formal Labor Markets in Brazil, 1987 to 2006. **Review of Income and Wealth**, v. 62, pp. 68-89, 2016.

SALATA, A. **A classe média brasileira: posição social e identidade de classe**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

SALLUM JR., B; GOULART, J. O Estado Brasileiro contemporâneo: liberalização econômica, política e sociedade nos governos FHC e Lula. **Revista de Sociologia e Política,** v. 24, n. 60, 2016.

SAMPAIO, H. Evolução do ensino superior brasileiro, 1808-1990. **Cadernos NUPES**, Universidade de São Paulo, v. 8, 1991.

_____. O Ensino Superior Privado: tendências da última década. **Cadernos NUPES**, Universidade de São Paulo, v. 6, 1998.

_____. O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações. **Ensino Superior Unicamp**, v. 4, pp. 28-43, 2011.

SANTOS, W. **Cidadania e Justiça. A política social na ordem brasileira.** Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SCHIMITTER, P. **Interest conflict and political change in Brazil.** Los Angeles: University of California Press, 1971.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H.; COSTA, V. M. R. **Tempos de Capanema.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

SCHWARTZMAN, S. **Formação da comunidade científica no Brasil.** Rio de Janeiro: Nacional, 1979.

_____. **As bases do autoritarismo brasileiro.** Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

_____. A força do novo**. Revista Brasileira de Ciências Sociais,** n. 5, v.2, pp. 47-66, 1987.

_____. **Tradição e Modernidade da Universidade Brasileira**, São Paulo, 1990, *mimeo*.

_____. **A expansão do ensino superior, a sociedade do conhecimento, e a educação tecnológica**. SENAI, Departamento Nacional, Rio de Janeiro, 2005.

_____. O viés acadêmico na educação brasileira. In:BACHA, E.; SCHWARTZMAN, S. (Orgs.). Brasil: a nova agenda social. Rio de Janeiro: LTC, 2011. Disponível em: https://archive.org/stream/ANovaAgendaSocial/nova_agenda#page/n12/mode/1up

SCIULLI, D. **Professions in civil society and the state.** Boston: BRILL, 2009.

SGUISSARDI, V. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educação e sociedade,** v. 29, n. 105, pp. 991-1022, 2008.

SHILLS, E. Deference. In: JACKSON, J. A. (ed.), **Social Stratification**. Cambridge: Cambridge University Press, 1968.

SIEGRIST, H. **Professionalization/Professions in History**. International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences. Lodon: Elsevier, 2002.

SORENSEN, A. Woman, Family and Class. **Annual Review of Sociology,** v. 20, pp. 27-47, 1994.

_____. Foundations of a rent-based class analysis. In: WRIGTH, E. O. (ed). **Approaches to class analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

SOUZA, C. Modernização do Estado e construção de capacidade burocrática para a implementação de políticas federalizadas. **Revista de Administração Pública,** v.51, n. 1, pp.27-45, 2017.

SOUZA, P. H. G. F. desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013. Tese de Doutorado, Brasília (DF) – Universidade de Brasília, 2016.

STARR, P. **La transformación social de la medicina en Estados Unidos**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

STEPAN, N. L. **A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

STRINCHCOMBE, A. Organizations and social structure". In: MARCH, J. **Handbook of organizations**. Chicago: Rand Mcnally College Plubishing Company, 1965.

_____. **Stratification and organization**. Cambridge: Cambridge University Press 186.

TREIMAN, D. **Occupational Prestige in Comparative Perspective**. NY: Academic Press, 1977.

TREIMAN, D. et al Comparative intergenerational stratification research: three generations and beyond. **Annual Review of Sociology**, v. 17, pp. 277-302, 1992.

TREIMAN, D.; GANZEBOOM, H. The fourth generation of comparative stratification research". In: QUAH, S.; SALES, A. (eds). **International handbook of sociology**. London: SAGE Publications, 2001

VANNUCCHI, M. A. Coporativismo dualista: conselhos profissionais e sindicatos no Brasil. **Estudos Íbero-Americanos,** v.42, n. 2, pp.471-499, 2016.

VELLOSO, M. P. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. **Revista de Sociologia e Política**, n. 9, pp. 57-74, 1997.

VIANNA, L. W. **Liberalismo e Sindicato no Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WARLICH, B. M. de S. **Reforma administrativa na era de Vargas**. Rio de Janeiro: FGV, 1983.

WEBER, M.; GERTH, H.; MILLS, W. **Ensaios de Sociologia**. Zahar. Rio de Janeiro, 1976.

WEBER, M. **Economia e Sociedade.** Brasília: Universidade de Brasília, 1999.

WEEDEN, K. Why Do Some Occupations Pay More than Others? Social Closure and Earnings Inequality in the United States. **American Journal of Sociology**, v. 108, n. 1, pp. 55-101, 2002.

WILENSKY, H. The professionalization of everyone?. **American Journal of Sociology**, v. 70, n.2, pp.137-158, 1964.

WRIGHT, E. O. **The debate on classes.** New York: Verso, 1989.

_____. In: WRIGTH, E. O. (ed). **Approaches to class analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

WRONG, D. The Functional Theory of Stratification: Some Neglected Considerations". **American Sociological Review**, v. 24, n 6, pp. 772-782, 1959.

XIE, Y. The Log-Multiplicative Layer Effect Model for Comparing Mobility Tables. **American Sociological Review**, v 57, pp. 380-95, 1992.

Anexo

1 Sobre a classificação adotada

Foi elaborada uma classificação de profissões mais rigorosa e próxima ao conceito sociológico de "profissão" sugerido acima, destacando a dimensão dos campos de conhecimento e da pretensa exclusividade. Isto facilitou a elaboração de uma categoria geral de profissões que seja transversal às classificações censitárias do IBGE de 1960 a 2010 e que é menos afetada pelas mudanças nas classificações ao longo do tempo, em especial a partir da CBO-Dom. Além disso, vale ressaltar que as há uma elevada correspondência das profissões a nível desagregado, permitindo uma maior confiabilidade para esse tipo de análise.

Apesar de estar tratando os profissionais como um todo, é importante diferenciá-los segundo altos e baixos profissionais. Isso se deve às diferenças de trajetórias de cada uma das profissões, bem como da sua posição dentro do sistema e da relação que estabelecem com o sistema de Ensino Superior. Dentre todas as profissões que consideramos, portanto, 6 foram tratadas como profissões de nível baixo: enfermeiros; fisioterapeutas e nutricionistas; professores de nível básico e outros profissionais da educação; profissionais criativos e das artes; escritores e jornalistas; e contadores.

Para o caso das três profissões da saúde citadas acima (Enfermeiras, Fisioterapeutas e Nutricionistas), o motivo principal reside no fato de que são profissões subordinadas à medicina, independente do contexto. A área da saúde foi uma das que mais serviu de estudos de caso à sociologia das profissões e, não por acaso, foi tendo-a como referência que Freidson (1970) cunhou o termo *professional dominance*. Não é de se surpreender, portanto, que no Brasil como em outros países, são profissões que muito tardiamente estabeleceram o vínculo com o sistema de Ensino Superior.

A profissão de contador, por sua vez, tem um caráter ambíguo. Por um lado, foi uma das primeiras profissões a se regulamentar, logo no início do governo provisório de Vargas através da Lei do Ensino Comercial, mas o vínculo definitivo com o Ensino Superior só viria em 1961. Além disso, é considerada, do ponto de vista teórico e comparativo, uma profissão subordinada às profissões que ocupam os espaços de decisão dentro das organizações, como advogados, administradores, economistas e engenheiros.

No caso dos profissionais criativos e das artes, eles são tratados como "profissionais" muito mais em virtude do tipo de atividade que realizam do que do vínculo com ensino superior. São ocupações marcadas pelo seu caráter criativo, com relativo grau de autonomia e pouco subordinadas a qualquer ocupação mais específica. Algo semelhante pode ser dito em relação

aos jornalistas e escritores. Não obstante, são profissões que, seja no Brasil ou alhures, sofrem de um elevado grau de instabilidade nas formas de inserção ocupacional.

Por fim, os professores secundários e os outros profissionais da educação são profissões que só viriam a estreitar o seu vínculo com o sistema de ensino superior muito tardiamente. Além disso, é reconhecido o fato de que que no Brasil são profissões pouco prestigiadas dado o espaço marginal que historicamente a educação básica ocupou nas agendas governamentais.

O caso dos administradores, por fim, é peculiar. Em geral, nos estudos de estratificação social, os administradores são diferenciados em dois grupos, de níveis alto e baixo. Entretanto, para ser possível manter a comparabilidade com as primeiras classificações censitárias, em especial a de 1960 e 1970, optei por tratá-los como um grupo unificado, de modo que os Administradores foram considerados como Profissionais de Nível Alto.

QUADRO A-1 - GRUPOS PROFISSIONAIS UTILIZADOS A PARTIR DAS CLASSIFICAÇÕES CENSITÁRIAS DE 1960 A 2010

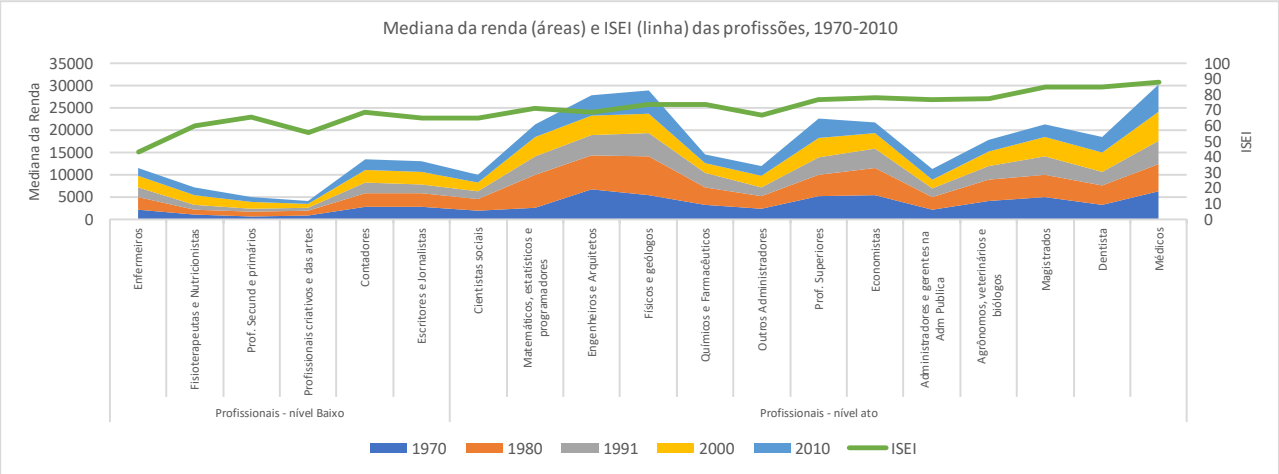
Grupos Profissionais utilizados a partir das Classificações Censitárias de 1960 a 2010

Classificação Desagregada	Classficação Agregada	Estrato Profissional Alto e Baixo
Enfermeiros	*Enfermeiros*	Profissões de Nível Baixo
Fisioterapeutas e Nutricionistas	*Fisioterapeutas e Nutricionistas*	
Prof. Secund e primários	*Professores Básicos e outros profissionais da educação*	
Outros educ		
Profissionais criativos e das artes	*Profissionais criativos e das artes*	
Contadores	*Contadores*	
Escritores e Jornalistas	*Escritores e Jornalistas*	
Sociologos e etc	*Cientistas Sociais*	Profissões de Nível Alto
Assistentes sociais		
Psicologos		
Geografos		
Outros Cientistas Sociais		
Bibliotecarios e Arquivistas		
Matemáticos Estatísticos e atuários Programadores	*Matemáticos, Estatísticos e Programadores*	
Engenheiros Arquitetos	*Engenheiros e Arquitetos*	
Físicos e astronomos diplomados Geólogos	*Físicos, Astrônomos e Geólogos*	
Químicos Farmacêuticos	*Químicos e Farmacêuticos*	
Outros Administradores	*Administradores em geral*	
Prof. Superiores	*Professores de Ensino Superior*	
Economistas	*Economistas*	
Administradores e gerentes na Adm Publica	*Administradores Públicos*	
Agrônomos Veterinários Naturalistas/Biólogos	*Agrônomos, Veterinários e Biólogos*	
Profissionais do Direito	*Profissionais do Direito*	
Dentistas	*Dentista*	
Médicos	*Médicos*	

Fonte: IBGE - Classificações Censitárias. 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

O gráfico abaixo valida esta diferenciação. Ele apresenta a mediana da renda entre 1970 e 2010 e o ISEI des profissões (o ISEI é constante). Veja-se que, a despeito dos Administradores representarem exceção ao padrão geral, os profissionais de nível baixo possuem renda e ISEI inferiores aos profissionais de nível alto.

GRÁFICO A-1 - MEDIANA DA RENDA (ÁREAS) E ISEI (LINHA) DAS PROFISSÕES, 1970-2010



Fonte: IBGE, Censos Demográficos. Elaboração própria.

A tabela abaixo apresenta a distribuição dos estratos entre 1960 e 2010. Como o objetivo é destacar a trajetória dos profissionais, optei por uma classificação simplificada que diferencia os demais trabalhadores (além dos proprietários) em urbanos (manuais e não manuais) e rurais.

TABELA A-1 - DISTRIBUIÇÃO DOS ESTRATOS ENTRE 1960 E 2010

Estratos sociais	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Profissionais Nível Alto	1.1	2.0	3.8	4.7	5.0	8.1
Profissionais Nível Baixo	2.3	3.0	3.5	4.5	5.3	6.4
Profissionais (total)	*3.4*	*5.0*	*7.3*	*9.2*	*10.3*	*15.1*
Proprietários urbanos	0.8	.8	1.7	2.9	2.7	1.9
Trabalhadores Urbanos - Não manuais	8	9.2	17.2	18.6	23.0	25.4
Trabalhadores Urbanos - Manuais	33.2	38.7	44.1	46.7	46.2	43.6
Proprietários rurais	1	.7	.7	.8	.2	.1
Trabalhadores rurais	53.6	45.6	28.9	21.8	17.6	10.7
Total	100	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: IBGE, Censos Demográficos. Elaboração própria.

2 Questão relativa à ocupação ao longo dos Censos

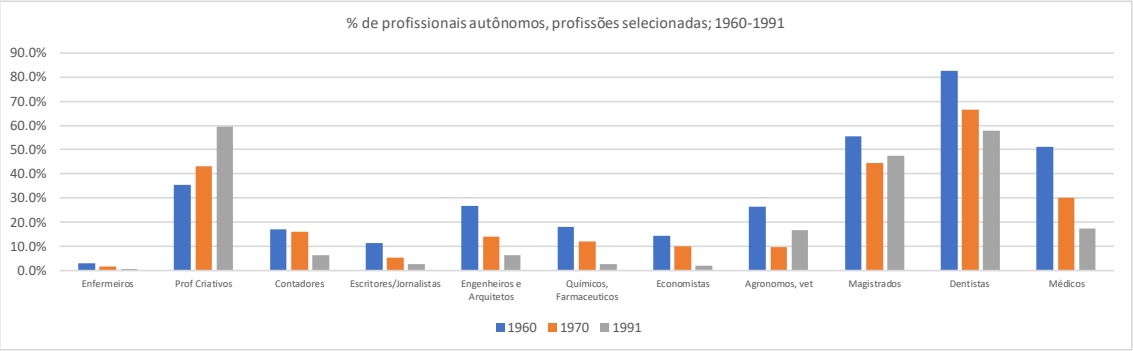
QUADRO A-2 - QUESTÃO RELATIVA À OCUPAÇÃO AO LONGO DOS CENSOS

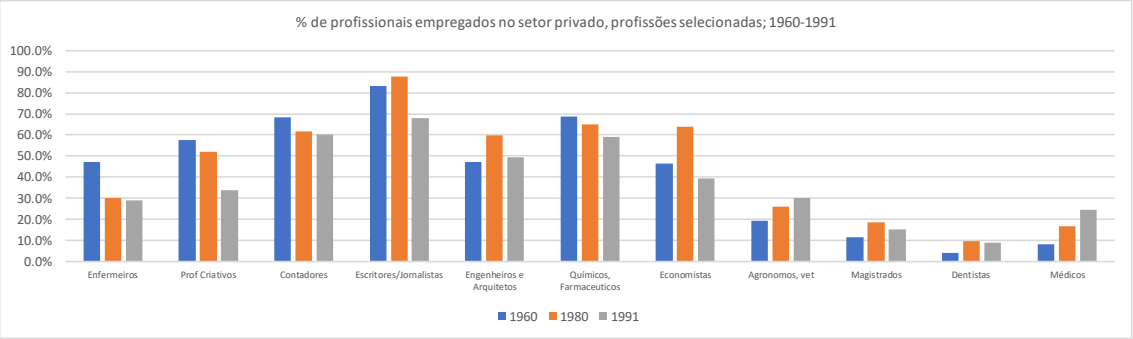
Ano	Fraseamento da questão relativa à ocupação
1872	Profissão:
1890	Profissão:
1906	Qual é o seu ofício, ocupação ou meio de vida?
1920	Qual é o seu ofício, ocupação ou meio de vida?
1940	Qual a profissão, ofício, emprego, cargo ou função principal que exerce?
1950	Qual emprego, cargo, função, ofício, profissão ou atividade que exerce como ocupação principal?
1960	Ocupação, profissão, ofício, cargo, função, etc., que exerceu durante mais tempo, no ano anterior à data do Censo.
1970	Ocupação, profissão, ofício, cargo, função, etc., que exerceu durante mais tempo
1980	Ocupação, profissão, cargo, função, etc., que exerceu habitualmente nos últimos 12 meses (se mudou de ocupação com ânimo definitivo, resgistrar a ocupação atual)
1991	Qual a ocupação, profissão, cargo, função, etc., que exerceu habitualmente nos últimos 12 meses ou em parte deles (se exerceu duas ou mais ocupações, registre a que considera principal. Se mudou de ocupação om ânimo definitivo, resgistrar a ocupação atual)?
2000	Qual era a ocupação que exercia no trabalho principal na semana de 23 a 29 de julho de 2000?
2010	Qual era a ocupação que exercia no trabalho que tinha?

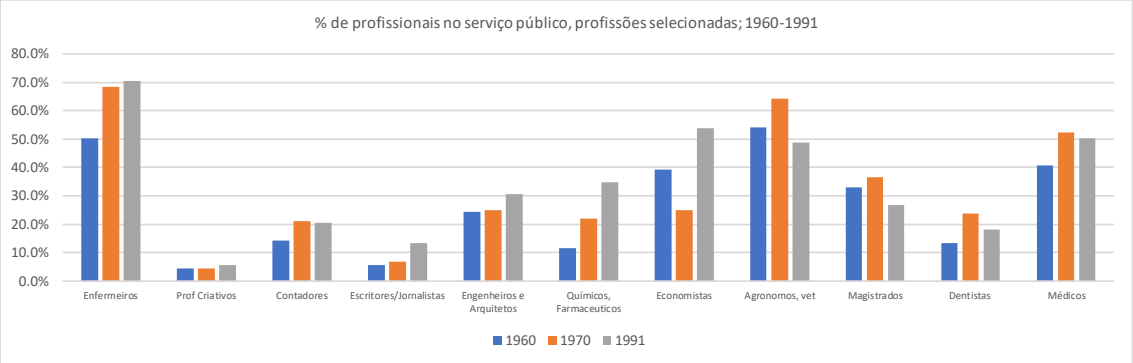
Fonte: Barreto (2009); Barbosa (2012)

3 Tipo de inserção (vínculo) dos profissionais

GRÁFICOS A-2 - TIPO DE INSERÇÃO (VÍNCULO) DOS PROFISSIONAIS







Fonte: IBGE, Censos Demográficos. Elaboração própria.

4 Anexo Ocupações Regulamentadas

QUADRO A-3 - LEIS DE REGULAMENTAÇÃO OCUPACIONAL

Profissão	Ano	Credencial	Lei
Medicina, da odontologia, da medicina veterinária e das profissões de farmaceutico, parteira e enfermeira	1932	Misto	DECRETO Nº 20.931, DE 11 DE JANEIRO DE 1932
Farmacêutico	1931	Superior	Decreto nº 19.606, de 19 de Janeiro de 1931
Agrônomo	1933	Superior	Decreto nº 23.196, de 12 de Outubro de 1933
Engenheiro, Arquiteto e agrimensor	1933	Superior	DECRETO Nº 23.569 DE 11 DE DEZEMBRO DE 1933.
Veterinário	1933	Superior	Decreto nº 23.133, de 9 de Setembro de 1933
Químico	1934	Superior	Decreto nº 24.693, de 12 de Julho de 1934
Economista	1951	Superior	Lei nº 1.411/51
Químico	1956	Superior	LEI Nº 2.800, DE 18 DE JUNHO DE 1956
Médico	1957	Superior	Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957
Jornalista	1961	Superior	Decreto nº 51.218, de 22 de Agosto de 1961
Bibliotecário	1962	Superior	Lei nº 4.084, de 30 de Junho de 1962
Geólogo	1962	Superior	Lei nº 4.076, de 23 de Junho de 1962
Psicólogo	1962	Superior	Lei nº 4.119, de 27 de Agosto de 1962
Dentista	1964	Superior	LEI Nº 4.324, DE 14 DE ABRIL DE 1964

Profissão	Ano	Credencial	Lei
Administrador	1965	Superior	Lei Federal nº 4.769, de 09 de setembro de 1965
Estatístico	1965	Superior	Lei nº 4.739, de 15 de Julho de 1965
Nutricionista	1967	Superior	Lei nº 5.276, de 24 de Abril de 1967
Relações públicas	1967	Superior	Lei nº 5.377, de 11 de Dezembro de 1967
Zootecnista	1968	Superior	Lei nº 5.550, de 4 de Dezembro de 1968
Fisioterapeuta	1969	Superior	Decreto-Lei nº 938, de 13 de outubro de 1969
Atuário	1970	Superior	Decreto-lei nº 806, de 4 de setembro de 1969
Biólogo	1979	Superior	DECRETO Nº 88.438, DE 28 DE JUNHO DE 1983
Geógrafo	1979	Superior	Lei nº 6.664, de 26 de Junho de 1979
Meteorologista	1980	Superior	Lei nº 6.835, de 14 de Outubro de 1980
Sociólogo	1980	Superior	Lei nº 6.888, de 10 de Dezembro de 1980
Fonoaudiólogo	1981	Superior	Lei nº 6.965, de 9 de Dezembro de 1981
Biomédico	1983	Superior	Decreto nº 88.439, de 28 de Junho de 1983
Museólogo	1984	Superior	Lei nº 7.287, de 18 de Dezembro de 1984
Economista doméstico	1985	Superior	Lei nº 7.387, de 21 de Outubro de 1985
Enfermagem	1986	Superior	LEI No 7.498, DE 25 DE JUNHO DE 1986
Nutricionista	1991	Superior	Lei nº 8.234, de 17 de Setembro de 1991
Assistente social	1993	Superior	LEI No 8.662, DE 7 DE JUNHO DE 1993.
Advogado	1994	Superior	Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)
Professor de educação física	1998	Superior	Lei nº 9.696, de 1º de Setembro de 1998
Oceanógrafo	2008	Superior	Lei nº 11.760, de 31 de Julho de 2008
Arquiteto	2010	Superior	Lei nº 12.378/2010
Comerciário/guarda livros/ administrador/técnico em contabilidade	1931	Técnico	Decreto nº 20.158, de 30 de Junho de 1931 (Lei Francisco Campos)

Profissão	Ano	Credencial	Lei
Jornalista	1938	Técnico	Decreto-Lei nº 910, de 30 de Novembro de 1938
Contador	1946	Técnico	Decreto-Lei n.º 9.295 – de 27 de maio de 1946
Auxiliar de enfermagem	1949	Técnico	LEI No 775, DE 6 DE AGOSTO DE 1949
Guarda-Livros/Técnico em contabilidade	1958	Técnico	Lei nº 3.384, de 28 de Abril de 1958
Aeronauta	1961	Técnico	Decreto nº 50.660, de 29 de Maio de 1961
Massagista	1961	Técnico	Dispõe sobre o exercício da profissão de Massagista, e dá outras providências.
Corretor de seguros	1964	Técnico	Lei nº 4.594, de 29 de Dezembro de 1964
Técnico de Administração	1965	Técnico	Lei nº 4.769, de 9 de Setembro de 1965
Orientador educaiconal	1968	Técnico	Lei nº 5.564, de 21 de Dezembro de 1968
Técnico Industrial de nível médio	1968	Técnico	Lei nº 5.524, de 5 de Novembro de 1968
Arquivista	1978	Técnico	Decreto 82.590/78
Artista/Técnico de Espetáculos	1978	Técnico	Publicada no DOU de 26/05/1978 e retificada no DOU de 28/06/1978
Técnico em Prótese Dentária	1979	Técnico	Lei nº 6.710, de 5 de Novembro de 1979
Secretário	1985	Técnico	Lei nº 7.377, de 30 de Setembro de 1985
técnico de segurança do trabalho	1985	Técnico	Lei nº 7.410, de 27 de Novembro de 1985
Técnico em radiologia	1985	Técnico	Lei nº 7.394, de 29 de Outubro de 1985
Técnico de enfermangem	1986	Técnico	LEI No 7.498, DE 25 DE JUNHO DE 1986
Mãe Social	1987	Técnico	Lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987
Enólogo	2007	Técnico	LEI Nº 11.476, DE 29 DE MAIO DE 2007
Técnico em Saúde Bucal	2008	Técnico	Lei n° 11.889/2008
Bombeiro Civil	2009	Técnico	Lei nº 11.901, de 12 de Janeiro de 2009
Mototaxista	2009	Técnico	Lei nº.12.009, de 29 de julho de 2009
Instrutor de Trânsito	2010	Técnico	Lei nº 12.302, de 2 de Agosto de 2010

Profissão	Ano	Credencial	Lei
Tradutor e Intérprete de LIBRAS	2010	Técnico	Lei nº 12.319, de 1º de Setembro de 2010
Taxista	2011	Técnico	Lei nº 12.468, de 2 de agosto de 2011
Práticos de portos	1889	Não credencialista	Decreto nº 79, de 23 de Dezembro de 1889
Corretores de fundos públicos	1893	Não credencialista	Decreto nº 1.359, de 20 de Abril de 1893
Práticos de portos (revisão)	1908	Não credencialista	DECRETO Nº 6.846, DE 6 DE FEVEREIRO DE 1908
Leiloeiro	1932	Não credencialista	Decreto nº 21.981, de 19 de Outubro de 1932
Conferente de carga e descarga	1952	Não credencialista	Lei nº 1.561, de 21 de Fevereiro de 1952
Acensorista	1957	Não credencialista	LEI Nº 3.270, DE 30 DE SETEMBRO DE 1957
Empregados vendedores, viajantes ou pracistas	1957	Não credencialista	LEI Nº 3.207, DE 18 DE JULHO DE 1957
Músicos	1960	Não credencialista	Lei nº 3.857, de 22 de Dezembro de 1960
Leiloeiro Rural	1961	Não credencialista	Lei nº 4.021, de 20 de Dezembro de 1961
Aeroviário	1962	Não credencialista	DECRETO Nº 1.232, DE 22 DE JUNHO DE 1962
Corretor de imóveis	1962	Não credencialista	Lei nº 4.116, de 27 de Agosto de 1962
Corretor de navios	1963	Não credencialista	Decreto nº 52.090, de 4 de Junho de 1963
Radialista	1963	Não credencialista	Decreto nº 52.287, de 23 de Julho de 1963
Atleta de futebol	1964	Não credencialista	Decreto nº 53.820, de 24 de Março de 1964
Agenciador de propaganda (Publicitário)	1965	Não credencialista	Lei nº 4.680, de 18 de Junho de 1965
Carregador e transportador de bagagens	1965	Não credencialista	Lei nº 4.637, de 20 de Maio de 1965
Pescador Profissional	1967	Não credencialista	Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967
Empregado doméstico	1972	Não credencialista	Lei nº 5.859, de 11 de Dezembro de 1972 (Lei do Empregado Doméstico)
Trabalhador Rural	1973	Não credencialista	LEI Nº 5.889, DE 08 DE JUNHO DE 1973
Guardador e lavador autônomo de veículos	1975	Não credencialista	Lei nº 6.242, de 23 de Setembro de 1975
Propagandista e vendedor de produtos farmacêuticos	1975	Não credencialista	Lei nº 6.224, de 14 de Julho de 1975

Profissão	Ano	Credencial	Lei
Guia de turismo	1993	Não credencialista	Lei nº 8.623, de 28 de Janeiro de 1993
Peão de Rodeio	2001	Não credencialista	LEI Nº 10.220, DE 11 DE ABRIL DE 2001
Aprendiz	2005	Não credencialista	DECRETO Nº 5.598, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2005
Agente Comunitário de Saúde	2006	Não credencialista	LEI Nº 11.350, DE 5 DE OUTUBRO DE 2006
Garimpeiro	2008	Não credencialista	Lei nº. 11.685, de 02 de junho de 2008
Repentista	2010	Não credencialista	Lei nº 12.198, de 14 de Janeiro de 2010
Sommelier	2011	Não credencialista	Lei nº 12.467, de 26 de Agosto de 2011
Cabelereiro, Barbeiro, Esteticista, Manicure, Pedicure, Depilador, Maquiador	2012	Não credencialista	LEI Nº 12.592, DE 18 DE JANEIRO DE 2012
Motorista/Caminhoneiro	2012	Não credencialista	Lei nº 12.619, de 30 de Abril de 2012 (Lei do Descanso para Motoristas; Lei do Caminhoneiro (2012))
Turismólogo	2012	Não credencialista	Lei nº 12.591, de 18 de Janeiro de 2012
Árbitro de futebol	2013	Não credencialista	Lei nº 12.867, de 10 de Outubro de 2013
Comerciário	2013	Não credencialista	Lei nº 12.790, de 14 de Março de 2013
Vaqueiro	2013	Não credencialista	LEI Nº 12.870, DE 15 DE OUTUBRO DE 2013
Guarda Municipal	2014	Não credencialista	LEI Nº 13.022, DE 08 DE AGOSTO DE 2014
Guia de turismo	2014	Não credencialista	PORTARIA Nº 27, DE 30 DE JANEIRO DE 2014
Artesão	2015	Não credencialista	Lei nº 13.180, de 22 de Outubro de 2015
Designer de Interiores e ambientes	2016	Não credencialista	Lei nº 13.369, de 12 de Dezembro de 2016
Detetive particular	2017	Não credencialista	Lei nº 13.432, de 11 de Abril de 2017

5 Anexo Estatístico do Capítulo 6

TABELAS A-2 - RESULTADOS E AJUSTES DOS MODELOS DE REGRESSÃO LOGÍSTICA MULTINOMIAL

Resultados do Modelo de Regressão Logística Multinomial - Homens de 25 a 60 anos, 1973

Dependente	Independentes	Beta	Std Error	Statistic	p.value
Nivel Baixo Privado	(Intercept)	0.059	0.000	-100203.382	0.000
	isei.pai	1.046	0.000	312.687	0.000
	idade	0.868	0.000	-316.600	0.000
	idade2	1.001	0.000	154.542	0.000
	S.C	9.054	0.002	1051.680	0.000
Nivel Baixo Público	(Intercept)	0.004	0.000	-152569.653	0.000
	isei.pai	1.029	0.000	134.180	0.000
	idade	0.958	0.001	-63.679	0.000
	idade2	1.000	0.000	14.427	0.000
	S.C	65.747	0.001	3992.953	0.000
Nivel Alto Privado	(Intercept)	0.003	0.000	-218354.198	0.000
	isei.pai	1.044	0.000	504.919	0.000
	idade	1.058	0.000	218.167	0.000
	idade2	0.999	0.000	-172.134	0.000
	S.C	27.258	0.004	770.166	0.000
Nivel Alto Público	(Intercept)	0.000	0.000	-395331.189	0.000
	isei.pai	1.047	0.000	297.800	0.000
	idade	1.153	0.000	287.097	0.000
	idade2	0.999	0.000	-156.118	0.000
	S.C	59.167	0.006	630.420	0.000
EDF		20			
Deviance		5641381.496			
AIC		5641421.496			

Fonte: Pnad 1973

Resultados do Modelo de Regressão Logística Multinomial - Mulheres de 25 a 60 anos, 1973

Dependente	Independentes	Beta	Std Error	Statistic	p.value
Nivel Baixo Privado	(Intercept)	0.202	0.000	-30765.181	0.000
	isei.pai	1.059	0.000	303.676	0.000
	idade	0.810	0.001	-342.907	0.000
	idade2	1.002	0.000	173.167	0.000
	S.C	18.674	0.008	355.008	0.000
Nivel Baixo Público	(Intercept)	0.011	0.000	-95295.122	0.000
	isei.pai	1.050	0.000	526.533	0.000
	idade	1.062	0.000	204.381	0.000
	idade2	0.999	0.000	-208.372	0.000
	S.C	15.477	0.006	491.938	0.000
Nivel Alto Privado	(Intercept)	0.011	0.000	-94728.888	0.000
	isei.pai	1.061	0.000	255.148	0.000
	idade	0.892	0.001	-146.953	0.000
	idade2	1.001	0.000	84.757	0.000
	S.C	29.142	0.008	414.775	0.000
Nivel Alto Público	(Intercept)	0.000	0.000	-229608.860	0.000
	isei.pai	1.063	0.000	267.436	0.000
	idade	1.388	0.001	396.943	0.000
	idade2	0.996	0.000	-228.671	0.000
	S.C	61.434	0.008	495.826	0.000
edf		20			
deviance		3755056.031			
AIC		3755096.031			

Fonte: Pnad 1973

Resultados do Modelo de Regressão Logística Multinomial - Homens de 25 a 60 anos, 1996

Dependente	Independentes	Beta	Std Error	Statistic	p.value
Nivel Baixo Privado	(Intercept)	0.012	0.000	-80462.074	0.000
	isei.pai	1.012	0.000	80.617	0.000
	idade	0.915	0.000	-185.395	0.000
	idade2	1.001	0.000	133.944	0.000
	S.C	9.207	0.004	617.137	0.000
	S.C.pai	2.570	0.001	1238.648	0.000
	M.C.pai	2.261	0.001	727.419	0.000
	F.C.pai	2.048	0.003	258.835	0.000
	F.C.mae	2.254	0.003	282.955	0.000
	M.C.mae	1.737	0.002	354.253	0.000
	brancos	0.993	0.004	-1.762	0.078
Nivel Baixo Público	(Intercept)	0.000	0.000	-342430.774	0.000
	isei.pai	1.012	0.000	58.407	0.000
	idade	1.151	0.001	250.106	0.000
	idade2	0.998	0.000	-150.351	0.000
	S.C	18.307	0.001	5218.969	0.000
	S.C.pai	0.836	0.000	-1917.015	0.000
	M.C.pai	1.424	0.000	975.968	0.000
	F.C.pai	1.750	0.001	944.744	0.000
	F.C.mae	1.901	0.000	1668.039	0.000
	M.C.mae	2.032	0.000	2980.369	0.000
	brancos	0.694	0.000	-821.765	0.000
Nivel Alto Privado	(Intercept)	0.001	0.000	-142913.051	0.000
	isei.pai	1.015	0.000	180.893	0.000
	idade	1.122	0.000	410.249	0.000
	idade2	0.999	0.000	-311.077	0.000
	S.C	10.503	0.003	819.029	0.000
	S.C.pai	2.607	0.003	341.027	0.000
	M.C.pai	1.927	0.003	212.028	0.000
	F.C.pai	2.044	0.003	249.325	0.000
	F.C.mae	2.005	0.003	250.916	0.000
	M.C.mae	2.140	0.002	477.111	0.000
	brancos	1.849	0.003	186.685	0.000
Nivel Alto Público Privado	(Intercept)	0.000	0.000	-260857.348	0.000
	isei.pai	1.022	0.000	176.006	0.000
	idade	1.274	0.000	560.984	0.000
	idade2	0.998	0.000	-348.141	0.000
	S.C	21.352	0.005	676.187	0.000
	S.C.pai	1.888	0.001	508.960	0.000
	M.C.pai	1.971	0.003	246.795	0.000
	F.C.pai	2.040	0.004	186.260	0.000
	F.C.mae	2.304	0.003	261.947	0.000
	M.C.mae	3.060	0.002	485.707	0.000
	brancos	0.836	0.005	-36.644	0.000
EDF		44			
Deviance		9527039.079			
AIC		9527127.079			

Fonte: Pnad 1996

Resultados do Modelo de Regressão Logística Multinomial - Mulheres de 25 a 60 anos, 1996

Dependente	Independentes	Beta	Std Error	Statistic	p.value
Nivel Baixo Privado	(Intercept)	0.025	0.000	-44306.289	0.000
	isei.pai	1.031	0.000	231.184	0.000
	idade	0.885	0.000	-279.653	0.000
	idade2	1.001	0.000	185.120	0.000
	S.C	6.054	0.005	378.308	0.000
	S.C.pai	1.121	0.000	358.252	0.000
	M.C.pai	4.007	0.003	553.447	0.000
	F.C.pai	3.225	0.003	348.503	0.000
	F.C.mae	1.953	0.004	175.581	0.000
	M.C.mae	2.389	0.002	436.795	0.000
	brancos	0.933	0.005	-14.711	0.000
Nivel Baixo Público	(Intercept)	0.002	0.000	-92513.821	0.000
	isei.pai	1.009	0.000	96.448	0.000
	idade	1.154	0.000	547.959	0.000
	idade2	0.998	0.000	-391.579	0.000
	S.C	10.524	0.003	759.167	0.000
	S.C.pai	0.475	0.002	-447.864	0.000
	M.C.pai	1.007	0.004	1.697	0.090
	F.C.pai	1.508	0.003	134.734	0.000
	F.C.mae	2.177	0.003	272.803	0.000
	M.C.mae	2.600	0.003	372.270	0.000
	brancos	0.808	0.003	-77.303	0.000
Nivel Alto Privado	(Intercept)	0.001	0.000	-78330.198	0.000
	isei.pai	1.016	0.000	125.935	0.000
	idade	1.052	0.000	110.092	0.000
	idade2	0.999	0.000	-101.216	0.000
	S.C	13.372	0.004	603.061	0.000
	S.C.pai	2.462	0.003	262.767	0.000
	M.C.pai	2.336	0.003	244.140	0.000
	F.C.pai	1.898	0.004	174.704	0.000
	F.C.mae	2.180	0.003	240.734	0.000
	M.C.mae	2.988	0.002	492.036	0.000
	brancos	1.955	0.005	132.331	0.000
Nivel Alto Público Privado	(Intercept)	0.000	0.000	-374474.373	0.000
	isei.pai	1.016	0.000	107.215	0.000
	idade	1.400	0.001	660.062	0.000
	idade2	0.996	0.000	-424.183	0.000
	S.C	23.435	0.004	729.181	0.000
	S.C.pai	2.931	0.003	395.007	0.000
	M.C.pai	3.189	0.003	374.239	0.000
	F.C.pai	2.793	0.003	332.817	0.000
	F.C.mae	2.232	0.003	262.094	0.000
	M.C.mae	3.320	0.002	551.758	0.000
	brancos	1.087	0.004	21.430	0.000
edf		44			
deviance		10170569.49			
AIC		10170657.49			

Fonte: Pnad 1996

Resultados do Modelo de Regressão Logística Multinomial - Homens de 25 a 60 anos, 2014

Dependente	Independentes	Beta	Std Error	Statistic	p.value
Nivel Baixo Privado	(Intercept)	0.048	0.000	-19676.416	0.000
	isei.pai	1.009	0.000	47.114	0.000
	idade	0.886	0.001	-197.746	0.000
	idade2	1.001	0.000	155.488	0.000
	S.C	12.007	0.007	379.723	0.000
	S.C.pai	0.809	0.004	-47.162	0.000
	M.C.pai	2.389	0.005	160.655	0.000
	F.C.pai	1.374	0.006	56.235	0.000
	F.C.mae	1.378	0.005	67.625	0.000
	M.C.mae	1.650	0.005	106.283	0.000
	brancos	1.474	0.007	59.212	0.000
Nivel Baixo Público	(Intercept)	0.000	0.000	-219148.920	0.000
	isei.pai	1.006	0.000	22.759	0.000
	idade	1.101	0.001	119.481	0.000
	idade2	0.999	0.000	-65.324	0.000
	S.C	158.257	0.001	6983.803	0.000
	S.C.pai	0.220	0.001	-1658.199	0.000
	M.C.pai	0.382	0.001	-697.300	0.000
	F.C.pai	0.827	0.004	-42.722	0.000
	F.C.mae	0.950	0.005	-10.407	0.000
	M.C.mae	0.638	0.002	-233.337	0.000
	brancos	0.494	0.002	-311.071	0.000
Nivel Alto Privado	(Intercept)	0.028	0.000	-52252.283	0.000
	isei.pai	1.015	0.000	119.503	0.000
	idade	0.964	0.000	-92.776	0.000
	idade2	1.000	0.000	50.502	0.000
	S.C	12.593	0.004	607.080	0.000
	S.C.pai	2.339	0.004	220.189	0.000
	M.C.pai	2.390	0.003	257.295	0.000
	F.C.pai	1.608	0.004	132.864	0.000
	F.C.mae	1.129	0.005	24.334	0.000
	M.C.mae	1.098	0.005	17.070	0.000
	brancos	1.447	0.004	90.021	0.000
Nivel Alto Público Privado	(Intercept)	0.000	0.000	-326606.181	0.000
	isei.pai	1.000	0.000	1.788	0.074
	idade	1.184	0.001	219.965	0.000
	idade2	0.999	0.000	-98.786	0.000
	S.C	38.539	0.001	7094.779	0.000
	S.C.pai	11.563	0.002	1165.736	0.000
	M.C.pai	9.787	0.003	733.657	0.000
	F.C.pai	7.319	0.003	579.054	0.000
	F.C.mae	0.467	0.004	-202.300	0.000
	M.C.mae	1.184	0.004	43.088	0.000
	brancos	1.821	0.001	1122.890	0.000
edf		44			
deviance		3777370.208			
AIC		3777458.208			

Fonte: Pnad 2014

Resultados do Modelo de Regressão Logística Multinomial - Mulheres de 25 a 60 anos, 2014

Dependente	Independentes	Beta	Std Error	Statistic	p.value
Nivel Baixo Privado	(Intercept)	0.020	0.000	-36969.098	0.000
	isei.pai	1.009	0.000	65.077	0.000
	idade	1.006	0.000	13.811	0.000
	idade2	1.000	0.000	-15.745	0.000
	S.C	11.020	0.005	498.322	0.000
	S.C.pai	1.453	0.004	88.422	0.000
	M.C.pai	1.543	0.004	108.735	0.000
	F.C.pai	1.217	0.004	46.840	0.000
	F.C.mae	1.228	0.005	37.829	0.000
	M.C.mae	1.327	0.006	46.771	0.000
	brancos	0.786	0.005	-52.724	0.000
Nivel Baixo Público	(Intercept)	0.000	0.000	-96671.345	0.000
	isei.pai	0.992	0.000	-44.145	0.000
	idade	1.288	0.001	497.254	0.000
	idade2	0.997	0.000	-332.896	0.000
	S.C	50.625	0.007	594.988	0.000
	S.C.pai	0.958	0.004	-10.839	0.000
	M.C.pai	0.986	0.005	-2.938	0.003
	F.C.pai	1.350	0.005	61.914	0.000
	F.C.mae	0.736	0.005	-64.488	0.000
	M.C.mae	0.741	0.005	-63.953	0.000
	brancos	0.721	0.005	-62.736	0.000
Nivel Alto Privado	(Intercept)	0.011	0.000	-44178.703	0.000
	isei.pai	1.019	0.000	134.520	0.000
	idade	0.980	0.000	-44.330	0.000
	idade2	1.000	0.000	7.988	0.000
	S.C	9.143	0.005	462.439	0.000
	S.C.pai	5.031	0.004	411.164	0.000
	M.C.pai	5.049	0.003	480.976	0.000
	F.C.pai	2.678	0.004	256.188	0.000
	F.C.mae	0.970	0.005	-5.538	0.000
	M.C.mae	0.919	0.006	-14.870	0.000
	brancos	1.714	0.005	107.619	0.000
Nivel Alto Público Privado	(Intercept)	0.000	0.000	-234843.746	0.000
	isei.pai	1.007	0.000	32.315	0.000
	idade	1.323	0.001	380.748	0.000
	idade2	0.997	0.000	-233.593	0.000
	S.C	43.770	0.001	2766.584	0.000
	S.C.pai	8.389	0.003	630.515	0.000
	M.C.pai	4.764	0.004	424.398	0.000
	F.C.pai	2.994	0.003	320.500	0.000
	F.C.mae	0.692	0.004	-90.756	0.000
	M.C.mae	0.871	0.003	-41.873	0.000
	brancos	0.863	0.008	-18.107	0.000
edf		44			
deviance		4946745.02			
AIC		4946833.02			

Fonte: Pnad 2014

5.1 Especificação dos modelos, matrizes de efeitos topológicos e tabelas de mobilidade

Para os modelos com associação heterogênea, a função genérica é dada por:

$$\log F_{ij} = \mu + \lambda_{ij}^{O} + \lambda_{ij}^{D} + \lambda_{ij}^{A} + \lambda_{ij}^{OA} + \lambda_{ij}^{DA} + \lambda_{ij}^{A:Tp}$$

Em que o principal termo de interesse é $\lambda_{ij}^{A:Tp}$, que se refere aos parâmetros dos efeitos topológicos e sua variação ao longo dos anos.

Já os modelos Unidiff assumem a seguinte função genérica:

$$\log F_{ij} = \mu + \lambda_{ij}^{O} + \lambda_{ij}^{D} + \lambda_{ij}^{A} + \lambda_{ij}^{OA} + \lambda_{ij}^{DA} + \lambda_{ij}^{Tp} + Exp(\varphi_{ij})\phi_{A}$$

e o principal termo de interesse é $Exp(\varphi_{ij})\phi_{A}$, que permite observar a variação na associação entre origem e destino ao longo dos anos através do multiplicador logarítmico.

QUADRO A-4 - MATRIZES DE EFEITOS TOPOLÓGICOS UTILIZADOS (SEÇÃO 6.4)

Matrizes de efeitos topológicos utilizados			Homens			Mulheres		
Tipo de Efeito	Efeito específico	Coef	M1	M2	M3	M4	M5	M6
Herança	Diagonal principal (tendência de imobilidade na classe de origem para todas as classes)	IN1	x	x	x	x	x	x
	Proprietários e Profissionais de Nível alto (tendência de imobilidade diferenciada devido à posse de capital)	IN2	x	x	x	x	x	x
	Profissionais de nível alto (público x privado)	IN3	x	x	x	x	x	x
Hierarquia	Divide Profissionais de Nível alto de Profissionais de Nível baixo e Proprietários	H1	x	x	x	x	x	x
	Divide Profissionais de Nível baixo e proprietários de não manuais e manuais.	H2	x	x	x	x	x	x
	Divide não manuais e proprietários de manuais urbanos.	H3	x	x		x		
	Divide não manuais de rotina de manuais urbanos e rurais.	H4	x	x	x	x	x	x
Setor	Rural x Urbano	SE1	x	x	x	x	x	x
	Manual x não manual	SE2	x	x	x	x	x	x
	Urbano Profissional, Urbano não profissional e rural.	SE3	x	x		x		
Afinidade	Trabalhadores rurais para manuais urbanos	AF1	x	x	x	x	x	x
	Mobilidade entre trabalhadores não manuais (Profissionais, Proprietários e não manuais urbanos)	AF2	x	x	x	x	x	x
	Afinidade negativa entre trabalhadores rurais e não manuais e profissionais.	AF3	x	x	x	x	x	x
	Afinidade entre os que têm capital: proprietários e profissionais de nível alto.	AF4	x	x	x	x	x	x
	Afinidade de mobilidade de proprietários rurais para proprietários urbanos	AF5		x			x	x
	Afinidade de mobilidade de não manuais para Profissionais altos do setor prviado; e manuais para profissionais baixo setor público	AF6					x	x
	Afinidade de mobilidade ascendente para profissionais nível alto do setor privado	AF7					x	x

Fonte: Elaboração Própria

TABELA A-3 - TABELA BASE PARA OS MODELOS DE MOBILIDADE SOCIAL (SEÇÃO 6.4)

Classe de origem/Classe de destino	Profissionais N.A. - Público	Profissionais N.A. - Privado	Profissionais N.B. - Público	Profissionais N.B. - Privado	Proprietários Urbanos	Não Manuais Urbanos	Manuais Urbanos	Proprietários Rurais	Trabalhadores Ruais
Profissionais de Nível Alto									
Profissionais de Nível Baixo									
Proprietários Urbanos									
Não Manuais Urbanos									
Manuais Urbanos									
Proprietários Rurais									
Trabalhadores Ruais									

Fonte: Elaboração Própria

TABELA A-4 – MATRIZES DE EFEITOS TOPOLÓGICOS (SEÇÃO 6.4)

Herança 1 - IN1

	11	12	21	22	30	40	50	60	70
1	1	1	0	0	0	0	0	0	0
2	0	0	1	1	0	0	0	0	0
3	0	0	0	0	1	0	0	0	0
4	0	0	0	0	0	1	0	0	0
5	0	0	0	0	0	0	1	0	0
6	0	0	0	0	0	0	0	1	0
7	0	0	0	0	0	0	0	0	1

Herança 2 - IN2

	11	12	21	22	30	40	50	60	70
1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3	0	0	0	0	1	0	0	0	0
4	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6	0	0	0	0	0	0	0	0	0
7	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Herança 3 - IN3

	11	12	21	22	30	40	50	60	70
1	1	2	0	0	0	0	0	0	0
2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6	0	0	0	0	0	0	0	0	0
7	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Hierarquia 1 - H1

	11	12	21	22	30	40	50	60	70
1	0	0	1	1	1	1	1	1	1
2	1	1	0	0	0	1	1	1	1
3	1	1	0	0	0	1	1	1	1
4	1	1	1	1	1	0	1	1	1
5	1	1	1	1	1	0	0	1	1
6	1	1	1	1	1	0	0	0	1
7	1	1	1	1	1	1	0	1	0

Hierarquia 2 - H2

	11	12	21	22	30	40	50	60	70
1	0	0	0	0	0	1	1	1	1
2	0	0	0	0	1	1	1	1	1
3	0	0	0	0	0	1	1	1	1
4	0	0	0	0	0	0	1	0	1
5	1	1	1	1	0	0	0	0	0
6	1	1	1	1	1	0	0	0	0
7	1	1	1	1	1	0	1	1	1

Hierarquia 3 - H3

	11	12	21	22	30	40	50	60	70
1	0	0	0	0	0	1	1	1	1
2	0	0	0	0	0	0	1	0	1
3	0	0	0	0	0	0	1	0	1
4	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5	1	1	1	1	0	1	0	0	0
6	1	0	0	0	0	0	0	0	0
7	1	1	1	1	0	1	0	0	0

Hierarquia 4 - H4

	11	12	21	22	30	40	50	60	70
1	0	0	0	0	0	0	1	0	1
2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5	1	1	0	0	0	0	0	0	0
6	0	0	0	0	0	0	0	0	0
7	1	1	0	0	0	0	0	0	0

Setor 1 - SE1

	11	12	21	22	30	40	50	60	70
1	1	1	1	1	1	1	1	0	0
2	1	1	1	1	1	1	1	0	0
3	1	1	1	1	1	1	1	0	0
4	1	1	1	1	1	1	1	0	0
5	1	1	1	1	1	1	1	0	0
6	0	0	0	0	0	0	0	1	1
7	0	0	0	0	0	0	0	1	1

Setor 2 - SE2

	11	12	21	22	30	40	50	60	70
1	1	1	1	1	1	1	0	1	0
2	1	1	1	1	1	1	0	1	0
3	1	1	1	1	1	1	0	1	0
4	1	1	1	1	1	1	0	1	0
5	0	0	0	0	0	0	1	0	1
6	1	1	1	1	1	1	0	1	0
7	0	0	0	0	0	0	1	0	1

Setor 3- SE3

	11	12	21	22	30	40	50	60	70
1	1	1	1	1	0	0	0	0	0
2	1	1	1	1	0	0	0	0	0
3	0	0	0	0	1	1	1	0	0
4	0	0	0	0	1	1	1	0	0
5	0	0	0	0	1	1	1	0	0
6	0	0	0	0	0	0	0	1	1
7	0	0	0	0	0	0	0	1	1

Afinidade 1 - Af1

	11	12	21	22	30	40	50	60	70
1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6	0	0	0	0	0	0	1	0	0
7	0	0	0	0	0	0	1	0	0

Afinidade 2 - Af2

	11	12	21	22	30	40	50	60	70
1	0	0	1	1	0	1	0	0	0
2	1	1	0	0	0	1	0	0	0
3	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4	1	1	1	1	0	0	0	0	0
5	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6	0	0	0	0	0	0	0	0	0
7	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Afinidade 3 - Af3

	11	12	21	22	30	40	50	60	70
1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6	0	0	0	0	0	0	0	0	0
7	1	1	1	1	0	1	0	0	0

Afinidade 4 - Af4

	11	12	21	22	30	40	50	60	70
1	0	0	0	0	1	0	0	1	0
2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3	1	1	0	0	0	0	0	1	0
4	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6	1	1	0	0	1	0	0	1	0
7	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Afinidade 5 - Af5

	11	12	21	22	30	40	50	60	70
1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
2	0	0	0	0	0	0	0	0	1
3	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6	0	0	0	0	0	0	0	0	0
7	1	1	1	1	0	0	0	0	0

Afinidade 6 - Af6

	11	12	21	22	30	40	50	60	70
1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3	0	0	1	0	0	0	0	0	0
4	1	0	0	0	0	0	0	0	0
5	0	1	0	0	0	0	0	0	0
6	0	0	1	0	0	0	0	0	0
7	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Afinidade 7 - Af7

	11	12	21	22	30	40	50	60	70
1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4	0	1	0	0	0	0	0	0	0
5	0	0	1	0	0	0	0	0	0
6	0	0	0	0	0	0	0	1	0
7	0	0	0	0	0	0	0	0	0

TABELAS A-5 - TABELAS DE MOBILIDADE PARA HOMENS E MULHERES (SEÇÃO 6.4)

Tabelas de mobilidade - Mulheres 1973

	11	12	21	22	30	40	50	60	70
1	9640	8465	30494	12829	2063	49593	28633	0	1590
2	1656	814	12772	3622	0	16390	8142	0	1886
3	8185	7290	51472	16735	8981	41850	43133	311	3392
4	9653	5661	50604	20238	2433	115751	94186	0	3236
5	10805	21106	123045	33254	8096	311281	1028801	925	72472
6	5784	3627	75396	8435	2488	30411	137570	6864	124508
7	9342	8005	154570	18165	7437	113424	2117672	11904	2310373

Tabelas de mobilidade - Mulheres 1996

	11	12	21	22	30	40	50	60	70
1	48508	126469	3468	11589	53207	127236	117551	2720	7310
2	11824	26567	3302	12444	13293	43023	36209	0	4721
3	25082	56203	6631	13580	101737	141670	164468	7286	15831
4	96985	213933	21755	47307	185151	696726	684165	14781	68356
5	84643	350236	38416	81374	255686	1157646	3465692	8275	219028
6	7908	17912	3011	3846	34869	81665	169404	44028	103072
7	64459	209186	31945	59290	284715	1113363	4664194	173341	4034328

Tabelas de mobilidade - Mulheres 2014

	11	12	21	22	30	40	50	60	70
1	115243	217813	79832	118868	83803	327563	130904	0	10506
2	29901	77340	46496	40172	9218	49703	48242	0	4590
3	55819	210831	73548	99654	117780	383986	140600	0	10125
4	197122	284324	328944	247057	130500	1689056	1009135	0	62299
5	152129	502141	693770	420205	199815	3904757	3875782	0	230858
6	23272	10873	27800	4840	23144	78127	62119	1624	40594
7	88136	139336	511741	113358	154989	2030815	3956385	4358	2369681

Tabelas de mobilidade - Homens 1973

	11	12	21	22	30	40	50	60	70
1	23098	69379	5867	12287	14504	76249	63204	2426	3417
2	3004	14996	2077	6395	4630	19114	17050	331	5114
3	17371	49071	6638	10831	78428	78485	103933	7110	10112
4	22397	65505	4106	18969	19481	192594	202811	1664	9691
5	23731	145037	18834	57361	85849	525544	2039928	14494	203154
6	14912	32736	6534	8009	44561	72010	214204	207865	269343
7	19755	92310	17616	26010	169999	370949	3674534	364792	5075994

Tabelas de mobilidade - Homens 1996

	11	12	21	22	30	40	50	60	70
1	48508	126469	3468	11589	53207	127236	117551	2720	7310
2	11824	26567	3302	12444	13293	43023	36209	0	4721
3	25082	56203	6631	13580	101737	141670	164468	7286	15831
4	96985	213933	21755	47307	185151	696726	684165	14781	68356
5	84643	350236	38416	81374	255686	1157646	3465692	8275	219028
6	7908	17912	3011	3846	34869	81665	169404	44028	103072
7	64459	209186	31945	59290	284715	1113363	4664194	173341	4034328

Tabelas de mobilidade - Homens 2014

	11	12	21	22	30	40	50	60	70
1	80443	349102	26469	51669	111506	343265	212064	0	35639
2	40180	57146	10418	24062	47010	115480	109334	0	5829
3	59025	229299	16820	42697	322866	434328	436908	3249	15471
4	114189	475804	98046	137714	286540	1796307	1620230	0	73006
5	172811	575242	181909	266299	491327	3390879	7215426	15879	288422
6	13798	23589	8591	5426	25907	45640	92998	12377	50374
7	75609	266483	100376	45466	445822	1759844	5895815	68421	4822172

TABELAS A-6 - RAZÕES DE CHANCE ESTIMADAS PELOS MODELOS M2 (HOMENS) E M5 (MULHERES), PARA OS ANOS DE 1973, 1996 E 2014

Razões de Chance - Homens, 1973

	11	12	21	22	30	40	50	60	70
11	1	1	2	2	4	3	20	77	535
12	1	1	3	3	5	4	18	102	477
21					4	2	7	37	190
22					5	3	12	40	311
3						4	17	45	206
4							3	51	61
5								112	17
6									13
7									1

Razões de Chance - Homens, 1996

	11	12	21	22	30	40	50	60	70
11	1	1	2	2	3	3	16	74	432
12	1	1	3	3	5	4	15	98	401
21					5	2	6	38	145
22					5	2	9	40	222
3						4	11	45	135
4							3	48	52
5								73	17
6									8
7									1

Razões de Chance - Homens, 2014

	11	12	21	22	30	40	50	60	70
11	1	1	2	2	3	3	15	74	404
12	1	1	3	3	4	4	15	96	380
21					5	2	5	39	134
22					5	2	8	40	200
3						4	10	45	119
4							3	47	49
5								65	17
6									7
7									1

Razões de Chance - Mulheres, 1973

	11	12	21	22	30	40	50	60	70
11	1	1	1	1	4	3	23	59	1481
12	1	1	1	2	2	3	14	73	1324
21					3	2	5	22	159
22					5	3	10	152	1691
3						4	12	32	257
4							2	23	132
5								31	13
6									9
7									1

Razões de Chance - Mulheres, 1996

	11	12	21	22	30	40	50	60	70
11	1	1	1	1	4	3	20	40	305
12	1	1	2	2	2	3	12	53	344
21					3	2	4	16	45
22					4	2	6	68	164
3						4	11	33	171
4							2	18	37
5								34	12
6									6
7									1

Razões de Chance - Mulheres, 2014

	11	12	21	22	30	40	50	60	70
11	1	1	1	1	4	3	20	42	402
12	1	1	2	2	2	3	13	56	435
21					3	2	4	17	56
22					4	2	7	79	246
3						4	11	33	183
4							2	19	47
5								33	12
6									7
7									1

5.2 Modelos de Mobilidade para profissionais (seção 6.5)

QUADRO A-5 - CATEGORIAS PROFISSIONAIS UTILIZADAS PARA OS MODELOS DE MOBILIDADE PROFISSIONAL (SEÇÃO 6.5)

Profissões	
1	Médicos
2	Direito
3	Dentistas
4	Agrônomos, veterinários e biólogos
5	Economistas
6	Administradores Públicos
7	Professores Universitários
8	Químicos e Farmaceuticos
9	Engenheiros e Arquitetos
10	Administradores
11	Cientistas sociais
12	Contadores
13	Escritores e jornalistas
14	Professores basicos
15	Prof criativos e artes
16	Enfermeiros, nutricionistas e fisioterapeutas

QUADRO A-6 - MATRIZES DE EFEITOS TOPOLÓGICOS (SEÇÃO 6.5)

Matriz de Associação Uniforme																
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
7	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
9	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
11	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
12	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
13	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
14	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
15	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
16	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1

Matriz de Associação não Uniforme																
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5	0	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6	0	0	0	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
7	0	0	0	0	0	0	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	0	0	0	0	0	0	0	8	0	0	0	0	0	0	0	0
9	0	0	0	0	0	0	0	0	9	0	0	0	0	0	0	0
10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10	0	0	0	0	0	0
11	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11	0	0	0	0	0
12	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12	0	0	0	0
13	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	13	0	0	0
14	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	14	0	0
15	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	15	0
16	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	16

Tabela de Mobilidade Profissionais - 1973																
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
1	1588	903	1445	0.1	0.1	426	0.1	23	248	2686	0.1	0.1	208	1115	1498	0.1
2	1298	5306	0.1	0.1	208	895	196	0.1	1808	2420	0.1	1297	228	283	317	0.1
3	258	248	1628	340	0.1	230	1311	0.1	746	2770	0.1	428	0.1	1009	46	0.1
4	680	0.1	0.1	0.1	0.1	440	0.1	0.1	121	747	0.1	0.1	0.1	951	0.1	0.1
5	0.1	0.1	0.1	0.1	317	0.1	0.1	0.1	303	23	0.1	0.1	0.1	302	0.1	0.1
6	305	338	0.1	0.1	20	2329	0.1	326	983	5937	0.1	847	0.1	418	312	340
7	22	680	303	0.1	0.1	46	636	190	20	1062	0.1	0.1	220	0.1	220	0.1
8	225	20	0.1	0.1	0.1	940	420	0.1	328	317	0.1	0.1	0.1	890	101	0.1
9	926	1280	842	835	317	652	0.1	0.1	3756	1119	0.1	315	20	1098	23	0.1
10	1256	1989	1903	22	560	2393	594	1166	3309	24499	0.1	3345	196	1410	512	205
11	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1
12	720	1830	328	284	662	678	0.1	0.1	1077	4801	0.1	1569	0.1	1146	576	0.1
13	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	233	0.1	0.1	0.1	1575	0.1	0.1	0.1	317	0.1	0.1
14	363	425	388	133	0.1	936	1126	0.1	20	1761	0.1	1055	0.1	1236	284	0.1
15	98	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	205	0.1	0.1	357	0.1	190	0.1	321	1481	297
16	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1

Tabela de Mobilidade Profissionais - 1982																
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
1	6659	1344	1579	311	0.1	612	849	0.1	2896	2485	0.1	0.1	107	519	105	0.1
2	1597	4289	167	0.1	430	1583	640	290	3832	1668	746	295	592	0.1	0.1	0.1
3	1054	694	2419	56	311	965	128	0.1	1488	3551	0.1	316	0.1	622	0.1	0.1
4	0.1	159	0.1	1025	0.1	451	54	0.1	422	422	0.1	128	0.1	128	0.1	0.1
5	312	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	965	431	56	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1
6	861	658	0.1	0.1	431	3347	0.1	0.1	659	6060	0.1	272	0.1	526	552	0.1
7	835	0.1	0.1	56	743	332	830	0.1	334	0.1	0.1	0.1	0.1	519	0.1	0.1
8	480	210	0.1	0.1	0.1	641	0.1	111	1127	1440	0.1	0.1	0.1	367	0.1	0.1
9	54	0.1	0.1	0.1	0.1	939	419	316	3524	2389	0.1	0.1	0.1	311	316	54
10	3734	1268	158	1095	1008	3074	263	430	5327	23678	105	2326	104	2102	837	311
11	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	332	0.1	56	0.1	0.1	0.1
12	1341	1395	1098	105	113	916	416	104	1614	3787	105	2108	104	638	0.1	0.1
13	316	338	0.1	0.1	0.1	415	105	0.1	56	1329	0.1	0.1	104	0.1	0.1	0.1
14	1093	833	430	167	0.1	782	164	615	2037	3623	0.1	537	0.1	1780	0.1	0.1
15	369	159	167	0.1	0.1	57	167	0.1	0.1	2602	0.1	0.1	0.1	642	3845	56
16	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	171	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	56	0.1	0.1

Tabela de Mobilidade Profissionais - 1988																
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
1	6640	2771	839	237	0.1	257	0.1	0.1	5743	426	0.1	0.1	0.1	2677	0.1	0.1
2	847	10990	0.1	0.1	128	1750	385	1016	6524	2935	686	227	0.1	876	0.1	0.1
3	2095	0.1	3982	233	227	491	974	0.1	686	800	0.1	407	0.1	1040	0.1	0.1
4	0.1	839	0.1	0.1	974	0.1	257	1075	1351	899	0.1	0.1	0.1	0.1	974	0.1
5	747	207	0.1	0.1	0.1	686	0.1	0.1	445	974	0.1	171	0.1	0.1	0.1	0.1
6	448	227	431	664	257	5817	429	0.1	763	3013	0.1	0.1	0.1	257	0.1	0.1
7	1656	0.1	392	0.1	0.1	256	207	0.1	1600	337	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1
8	2047	257	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	1911	872	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1
9	0.1	0.1	0.1	250	0.1	233	234	129	6745	2950	0.1	407	472	0.1	667	0.1
10	1302	2022	3296	2184	686	2512	1839	0.1	10747	17318	472	3264	0.1	1674	2123	0.1
11	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	686	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1
12	443	0.1	839	1392	1660	1356	0.1	213	5022	4637	0.1	1783	428	0.1	681	839
13	0.1	783	1076	0.1	0.1	238	0.1	0.1	920	974	686	0.1	0.1	0.1	494	0.1
14	1183	1638	1179	0.1	0.1	1052	913	0.1	1531	3088	0.1	0.1	0.1	747	974	0.1
15	686	129	0.1	0.1	686	583	257	0.1	0.1	1552	0.1	392	0.1	250	1556	0.1
16	974	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	974	227	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1

TABELA A-7 - TABELAS DE MOBILIDADE PROFISSIONAL (SEÇÃO 6.5)

Tabela de Mobilidade Profissionais - 1996																
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
1	11217	1708	2875	1725	249	1429	0.1	308	2803	1316	0.1	773	0.1	588	0.1	0.1
2	4756	10394	1463	0.1	0.1	1772	969	0.1	4254	5380	0.1	334	218	745	218	1120
3	2211	1687	3647	347	542	0.1	0.1	0.1	1536	1355	0.1	0.1	0.1	527	0.1	0.1
4	0.1	0.1	771	1172	1101	0.1	0.1	0.1	211	2589	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1
5	212	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	867	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1
6	890	1716	454	0.1	0.1	2304	551	0.1	2642	3813	0.1	588	0.1	1103	890	212
7	211	0.1	0.1	0.1	0.1	218	816	0.1	560	2548	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1
8	0.1	245	361	598	0.1	0.1	0.1	0.1	1321	823	0.1	0.1	0.1	735	0.1	0.1
9	3031	1663	212	217	1119	560	0.1	0.1	9703	1660	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1
10	4372	3473	1948	844	560	3612	2318	2007	12481	33205	844	2590	218	2800	1973	316
11	211	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1
12	1948	0.1	550	0.1	1103	1104	1690	248	2247	10843	0.1	3661	0.1	212	0.1	0.1
13	0.1	217	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	906	0.1	347	0.1	0.1	0.1	0.1
14	1468	1351	2214	0.1	0.1	894	916	0.1	1233	3950	0.1	245	0.1	3111	0.1	0.1
15	210	0.1	0.1	0.1	0.1	1005	0.1	0.1	334	2393	0.1	559	0.1	758	6853	0.1
16	510	0.1	0.1	845	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	212	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1

Tabela de Mobilidade Profissionais - 2014																
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
1	6818	591	3865	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	7121	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1
2	3959	22640	0.1	1734	0.1	0.1	930	0.1	20178	14941	1333	4876	6518	3057	1788	0.1
3	0.1	0.1	1816	0.1	0.1	1534	0.1	0.1	967	0.1	4877	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1
4	6462	0.1	4194	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	3795	4185	0.1	0.1	0.1	3270	0.1	0.1
5	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	5686	0.1	1317	0.1	0.1	0.1	0.1
6	0.1	3269	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	967	4101	0.1	0.1	0.1	1534	0.1	4288
7	3550	2384	2439	0.1	0.1	1318	0.1	0.1	4344	0.1	3270	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1
8	0.1	0.1	674	0.1	0.1	0.1	1182	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1
9	0.1	3485	1225	1551	11142	0.1	2438	0.1	37196	24711	0.1	8660	0.1	10953	4023	0.1
10	3377	24080	2755	11769	11994	3911	2820	0.1	34271	84935	9390	967	1934	12923	3566	5634
11	2438	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	10933	0.1	0.1	0.1	2172	658	0.1	0.1
12	612	9768	0.1	0.1	1600	0.1	0.1	0.1	7598	2666	0.1	3999	0.1	4487	0.1	0.1
13	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	1197	0.1	0.1	1534	1934	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1
14	4954	12690	0.1	2460	1182	7831	0.1	0.1	14145	21024	0.1	2302	0.1	15025	0.1	0.1
15	0.1	560	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	5571	0.1	0.1	0.1	1318	0.1	7349	0.1
16	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1